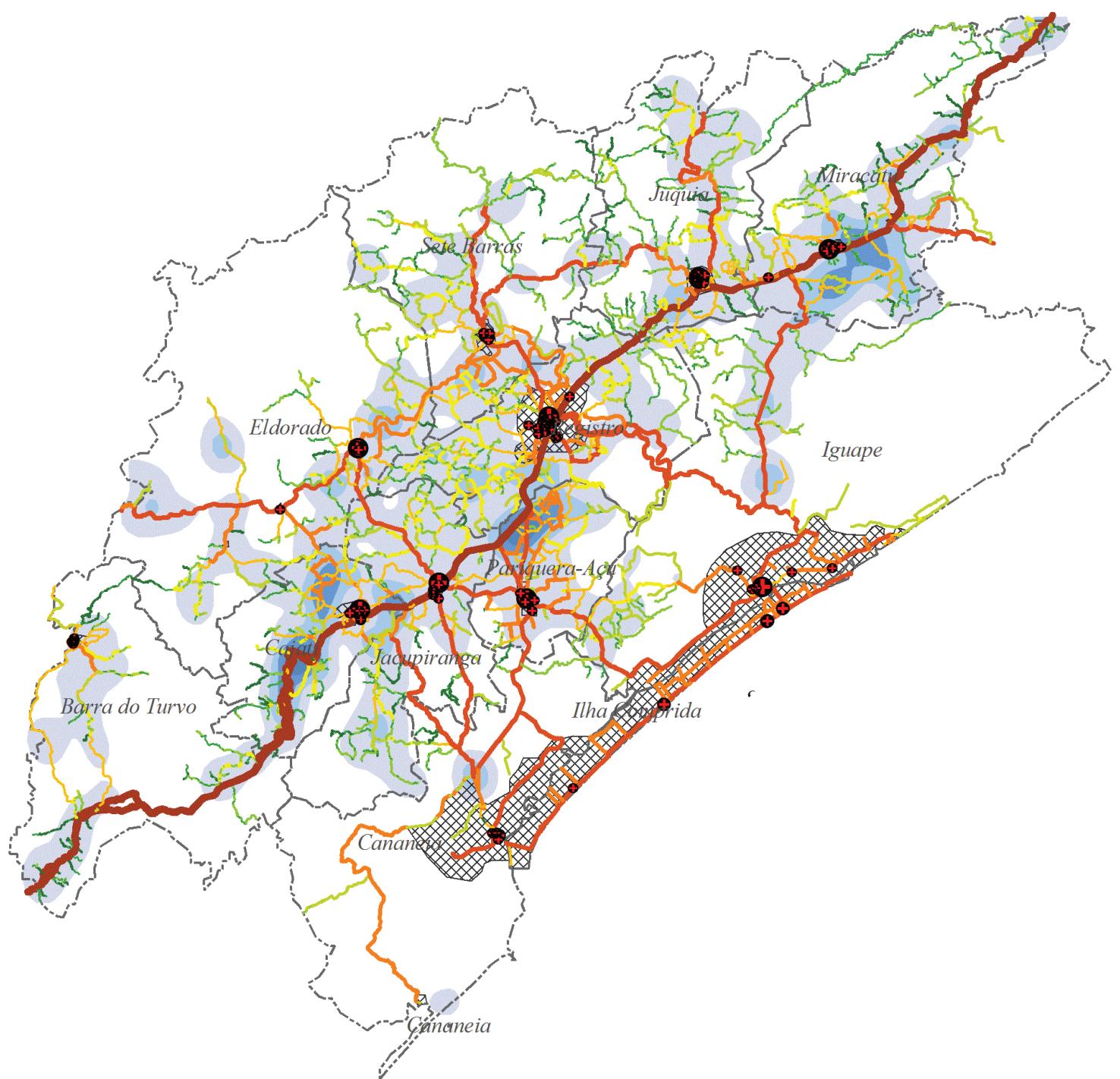


GeoUSP

espaço e tempo

Volume 18, nº 1 (2014)



Geousp



espaço e tempo

ISSN 2179-0892

GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo	v. 18	n. 1	p. 1-233	jan/abr 2014
---	-------	------	----------	--------------

A revista GEOUSP – Espaço e Tempo é uma publicação quadri-mestral do programa de Pós-graduação de Geografia Humana e do pro-grama de Pós-graduação de Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Seu objetivo principal é publicar textos de todas as subáreas desse campo disciplinar.

EDITOR

Ricardo Mendes Antas Jr.

EDITOR ASSISTENTE:

Rodrigo Ramos Hospodar Felippe Valverde

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO DO MIOLO

Zapt Editora Ltda.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO DA PLATAFORMA DIGITAL

André Pasti

CAPA

Mapa: Mobilidade da população rural pela velocidade: Microrregião de Registro/SP. Ricardo Vicente Ferreira

REVISÃO

Confraria de Textos

APOIO TÉCNICO:

Eduardo Garcia

revista

Geo

USP

espaço e tempo

Volume 18, nº 1 (2014)

ISSN 2179-0892

FICHA CATALOGRÁFICA

GEOUSP – Espaço e Tempo / Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana e Geografia Física e Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universitária de São Paulo. – N. 1 (1997) – N. 33 (2013). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997-

Semestral: 1997-2013. Quadrimestral, 2014-

ISSN 1414-7416 (versão impressa)

ISSN 2179-0892] (versão eletrônica)

I. Ensino superior – Periódicos. II. Universidade de São Paulo. III. Título

GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo
Departamento de Geografia – Avenida Prof. Lineu Prestes, 338
Cidade Universitária – CEP 05508-080 – Caixa Postal 72042 – São Paulo
endereço eletrônico: <geousp@usp.br>

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos – Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Prof. Dr. Angelo Serpa – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Brasil.

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino Oliveira – Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Prof. Dr. Carles Carreras Verdaguer – Universitat de Barcelona – Facultat de Geografia i Història, Departament de Geografia Humana, Espanha.

Profa. Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Brasil.

Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Brasil.

Prof. Dr. Eustágio Wanderley Correia Dantas – Universidade Federal do Ceará – UFC, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Brasil.

Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva – Universidade Federal do Ceará – UFC, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Brasil.

Prof. Dr. Marcelo Martinelli – Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Profa. Dra. María Laura Silveira – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Universidade de Buenos Aires – Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Geografía Romualdo Ardissoni, Argentina.

Profa. Dra. Silvana Pintaudi – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, Departamento de Planejamento Regional, Brasil.

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Fábio Betoli Contel – Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Profa. Dra. Fernanda Padovesi Fonseca – Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto – Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Profa Dra Marta Inez Medeiros Marques – Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Profa Dra Maria Elisa Siqueira Silva – Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Profa Dra Cleide Rodrigues – Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

PARECERISTAS AD HOC DESTA EDIÇÃO

Prof. Dr. Alessandro Dozena – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Brasil.

Prof. Dr. Benhur Pinós da Costa – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Departamento de Geociências, Brasil.

Prof. Dr. Carlos Henrique Costa da Silva – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Campus de Sorocaba, Brasil.

Prof. Dr. Gilmar Avelar – Universidade Federal de Goiás – UFG, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Campus de Catalão, Brasil.

Prof. Dr. Marcelo Werner da Silva – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional - ESR, Departamento de Geografia de Campos, Brasil.

Prof. Dr. Roberto Rosa – Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Instituto de Geografia, Brasil.

Profa. Zilda de Fátima Mariano – Universidade Federal de Goiás – UFG, Campus Avançado de Jataí, Coordenação de Geografia, Brasil.



revista

Geo
USP

espaço e tempo

Volume 18, nº 1 (2014)

ISSN 2179-0892

Atualização da Geousp na plataforma digital

A revista Geousp tem 18 anos de história. Nasceu como periódico impresso, em 1997, e assim permaneceu até o ano de 2009, com 27 números publicados, passando, desde então, a ser editada na plataforma digital Open Journal Systems (OJS). Neste primeiro número de 2014, a Geousp vem a público com um conjunto de mudanças que se fizeram necessárias para atualizá-la conforme as alterações que a plataforma veio sofrendo.

Dando continuidade à construção coletiva que caracteriza esta revista dos programas de pós-graduação em geografia humana e geografia física, buscamos consolidar o processo editorial por meio de maior participação docente na estrutura da Geousp, assim como de profissionais especializados em revisão e diagramação de textos e também em edição em plataforma digital. Vale mencionar aqui o grupo de docentes que aceitaram o desafio e se engajaram no novo projeto da revista: Rodrigo Ramos Hospodar Felippe Valverde, como editor assistente, e os editores de seção que cuidam do processo editorial nos subcampos da disciplina geográfica em que são especializados: Fábio Bettioli Contel, Fernanda Padovesi Fonseca, Manoel Fernandes de Sousa Neto, Marta Inez Medeiros Marques, Maria Elisa Siqueira Silva e Cleide Rodrigues.

Para atender às novas práticas de pesquisa e leitura de artigos em periódicos, mudou também o projeto gráfico, e houve adequações técnicas necessárias à publicação de artigos científicos em plataforma eletrônica, mudança de periodicidade – de semestral para quadrimestral – e ampliação do quadro de pareceristas e do conselho científico, ainda em curso.

Ressaltamos que a Geousp agora está no Portal de Revistas da USP, contando com a assessoria técnica oferecida pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBI-USP), nomeadamente na pessoa de André Serradas, cujo suporte diligente tem sido fundamental nesse con-

junto de transformações, que dá aos artigos publicados mais segurança, visibilidade e acesso. Em breve, todos os artigos da Geousp passarão a ter Digital Object Identifier (DOI).

Não menos importante que todas essas mudanças é a implementação de novas políticas editoriais para a Geousp, no sentido de promover e ampliar a produção científica em geografia. Nessa perspectiva, uma primeira proposta é a criação da seção *Ensaios*, reservada a reflexões de pensadores da geografia brasileira e internacional: neste número, inaugura a seção o ensaio do Prof. Dr. Antonio Carlos Robert de Moraes.

Convidamos, assim, os leitores a apreciarem o primeiro número do volume 18 da Geousp, que, além do mencionado ensaio, traz 11 artigos inéditos, duas notas de pesquisa de campo e duas notícias de encontros.

Ricardo Mendes Antas Jr.

Editor

Artigo disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81071>

revista



espaço e tempo

Volume 18, nº 1 (2014)

ISSN 2179-0892

Editorial

- Ricardo Mendes Antas Jr.* 7
<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81071>

Ensaio

- Geografia, interdisciplinaridade e metodologia 9
Antonio Carlos Robert de Moraes
<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81075>

Artigos

- As dimensões do geográfico: um diálogo com Armando Corrêa da Silva

- Elvio Rodrigues Martins* 40
<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81076>

- Globalização, competitividade e regionalização: a cafeicultura científica globalizada no território brasileiro 55
Samuel Frederico
<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81077>

- A geopolítica da política externa bolivariana 71
Ana Maria Schenegoski, Edu Silvestre de Albuquerque
<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81080>

- As articulações entre comércio e distribuição na dinâmica da produção em aglomerado produtivo calçadista de Portugal 83
Judite de Azevedo do Carmo
<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81082>

- Territórios e territorialidades da música: uma representação de cotidianos e lugares 97
Lucas Labigalini Fuini
<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81083>

- Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no sul do Brasil 113
Marcio Jose Ornat, Joseli Maria Silva
<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81087>

- A contribuição do turismo cultural e do uso do patrimônio para a valorização do espaço e do sentimento de lugar 129
Raquel Ribeiro de Souza Silva
<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81091>

- A dimensão espacial no estudo da escravidão 140
Marco Aurélio Santos
<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81094>

- Políticas públicas e geografia: retomada de um debate 152
Juliana Nunes Rodrigues
<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81093>

Análise ambiental de remanescentes do bioma Mata Atlântica no litoral sul do Rio Grande do Norte – NE do Brasil

Frederico Fonseca Galvão de Oliveira,

Juércio Tavares de Mattos

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81095>

165

Geoprocessamento aplicado ao zoneamento ambiental da bacia do alto rio Coxim-MS

Vitor Matheus Bacani, Ailton Luchiari

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81098>

184

Notas de pesquisa de campo

Miniabrigos meteorológicos: comparação e análise estatística para avaliação de eficiência

Sérgio Serafini Júnior, Rogério Rozolen Alves

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81099>

198

O tempo de viagem da população rural aos serviços de saúde mapeado em sistemas de informação geográfica (SIG)

Ricardo Vicente Ferreira, Jorge da Graça Raffo

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81101>

211

Notícias de encontros

Manaus + 20: concretizações e perspectivas após 20 anos de construção do Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica (1992-2012)

Edson Soares Fialho

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81104>

230

Processos extremos na constituição da cidade: da crise à emergência nos espaços mundializado

Fabiana Valdoski Ribeiro

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81105>

232

Geografia, interdisciplinaridade e metodologia

Antonio Carlos Robert Moraes

Vem se consolidando no universo das ciências humanas, nas últimas décadas, uma postura fortemente individualista em termos metodológicos, a qual entende de que a adoção de preceitos de método resulta em arranjos singulares afeitos a cada pesquisador, possuindo uma indelével marca pessoal. Tal posicionamento se alimenta em muito da dificuldade atual de localizar os fundamentos filosóficos de uma reflexão científica sobre a sociedade pela alusão aos rótulos clássicos que nomeiam os seus grandes campos metodológicos (marxismo, estruturalismo, fenomenologia etc.). Hoje se observa que a fundamentação teórica de muitas investigações advém de diálogos entre corretes e autores díspares, revelando um leque de influências distintas não redutíveis a uma classificação única e genérica.

A aceitação de certa dose de “individualismo metodológico”¹ não significa, todavia, que o controle epistemológico dos procedimentos analíticos de uma dada pesquisa em ciências humanas não necessitem de explicitação. Não significa também que inexistam matrizes interpretativas que estruturem os próprios arranjos teóricos individualizados, justificando-os no plano filosófico. Pode-se dizer, ao contrário, que mesmo as orientações que apresentam grande

¹ Usa-se tal designação aqui num sentido amplo, não dizendo respeito apenas à “teoria da escolha racional” mais associada a esse rótulo.

diversidade de fontes de filiação possuem uma inspiração teórica central (uma orientação guia) que preside a articulação do conjunto construído de influências variadas. Na verdade, a adesão a tesa da individualidade metodológica deveria reforçar a necessidade de bem identificar as teorias e os posicionamentos filosóficos assumidos na montagem do discurso, pois a coerência de qualquer postura metodológica praticada repousa em muito na possibilidade de compatibilização lógica e epistemológica de seus componentes.

A questão do método sempre foi um assunto problemático para a reflexão geográfica e, durante décadas, os geógrafos procuraram dela se esquivar, ora simplesmente ignorando este tópico da labuta científica, ora restringindo-o à discussão das técnicas de investigação. A grande viragem observada na geografia nos anos setenta do século passado teve o debate metodológico como o campo preferencial de crítica e formulação, com as novas proposições sentindo-se obrigadas a explicitar em detalhe seus posicionamentos nessa matéria. Pode-se mesmo considerar que o movimento de renovação vivido por esta disciplina foi, antes de tudo, uma discussão metodológica (ou melhor, uma confrontação entre posturas metodológicas antagônicas). A falta de precisão nos fundamentos de método da geografia tradicional era objeto comum das variadas críticas então formuladas.

Hoje, decorridos cerca de quarenta anos de prática da geografia renovada, observa-se na produção brasileira desse campo disciplinar uma salutar convivência de diferentes orientações de método que animam uma pluralidade de posicionamentos teóricos distintos. Nesse rol é possível identificar como os problemas antípodas do debate geográfico contemporâneo: de um lado, a utilização do método como uma camisa-de-força que se sobrepõe à pesquisa empírica na interpretação dos temas investigados, no limite tal postura veicula o dogmatismo de fornecer “respostas” metodológicas prontas (e prévias) para qualquer questão investigada; de outro, o ecletismo implícito (não adotado como orientação explicitamente assumida) que, no limite, dissolve a própria discussão metodológica ao troná-la irrelevante em fase de assimilação acrítica de proposições muitas vezes contrastantes e antagônicas, com o risco da total incoerência epistemológica.

Cabe bem diferenciar uma proposta marcada por forte individualidade (e mesmo pluralidade) em termos de filiação metodológica da adesão implícita ao ecletismo, e tal diferença reside exatamente no grau de coerência da formulação epistemológica construída pelo pesquisador, a qual requer um nível aceitável de compatibilidade entre os argumentos e enunciados nela combinados. Em outras palavras, existem teorias e posicionamentos que mesmo tendo raízes filosóficas distintas possuem possibilidades de diálogo e associação, existem outras, contudo, que são exclusivas e anulam reciprocamente seus fundamentos filosóficos e que, por isso, não podem ser articuladas num corpus teórico comum e coerente. A individualidade de um bom embasamento de método reforça a demanda pela explicitação das filiações assumidas.

A argumentação aqui exposta busca apresentar o itinerário teórico de composição de um posicionamento metodológico que tem como eixo estruturador a teoria social de Marx, localizando-se como um exercício fundamentado no “marxismo ocidental” (Anderson, P., 1976). Portanto, assume-se tal filiação não como dogma ou doutrina, mas como inspiração de uma forma de ver e interpretar as sociedades e a história (Heller, 1982). Poder-se-ia dizer que o texto que se introduz apresenta uma tentativa de reconstrução do objeto geográfico, entendendo essa operação como a discussão re-contextualizada de temas tradicionalmente tidos como do cam-

po da geografia, num exercício que indica explicitamente os fundamentos metodológicos de tal empresa. Nesse sentido concebe-se o *objeto* como o ordenamento de *temário* tradicional à luz de novos preceitos de *método*. Caberá ao leitor avaliar a coerência e a pertinência da proposta apresentada, a qual abre um amplo leque de perspectivas de pesquisa e fornece indicações de como encaminhar tais estudos. Trata-se de uma proposta de conteúdo político e ideológico explícito, que tenta não fugir das polêmicas que sua formulação envolve, assumindo claramente a contraposição com outras orientações presentes na reflexão geográfica contemporânea. Ainda quanto a este ponto, um último comentário refere-se à valorização da pluralidade metodológica como componente necessário para o desenvolvimento de qualquer campo disciplinar, tendo claro que tal pluralismo implica fatalmente na convivência de variadas concepções acerca do objeto geográfico. Seria interessante que todas estas concepções apresentassem de forma clara e sistemática os fundamentos de método que as sustentam. Enfim, aqui se apresenta *uma* possibilidade no vasto horizonte das geografias possíveis. Adota-se, assim, de início, uma postura não exclusiva no que diz respeito à questão da “verdade” em ciências humanas.

1 Método e definição dos campos disciplinares

A noção de se impõe por meio da crítica à ideia de que cada ciência corresponderia um *objeto* empírico particular e específico. Tal visão, aos olhos atuais, padece de um forte apelo sensualista, onde o tema de pesquisa necessariamente é circunscrito como um ente objetivo e singular, uma *coisa*. Hoje, tem-se claro a inexorável arbitrariedade do sujeito no trabalho científico, e também que os recortes analíticos são construções históricas antes de tudo, que, por sucessivas reiterações, vão se naturalizando e adquirindo um status de “verdade”. Hoje, questiona-se a ciência como discurso e representação do mundo, atendo-se para o tema da legitimação das teorias científicas.²

É no contexto do debate mencionado que a noção de campo disciplinar se afirma, ao compreendê-lo como, antes de tudo, o resultado de uma tradição acadêmica articulada por determinadas filiações, com uma produção teórica e um quadro conceitual próprios. Tal tradição objetiva-se em comunidades científicas que atuam como corporações, com regras e hierarquias definidas *inter corpore*, as quais se abrigam em instituições criadas para reproduzi-las, gerando linguagens e linhagens específicas (Bourdieu, 1983). Nesse sentido, os campos disciplinares são dependentes da vida institucional e da atuação de suas comunidades para se manter. A história da ciência fornece detalhadas informações acerca de áreas ou tradições que desapareceram ou que não conseguiram lograr uma legitimação científica. Por outro lado, o esforço institucional da comunidade dos geógrafos europeus a partir da segunda metade do século XIX bem demonstra o afirmado numa ação que obteve êxito (Capel, 1977).

No processo de constituição e reprodução dessas tradições é comum encontrar disputas, interlocuções e sobreposições de áreas de interesse entre diferentes campos disciplinares. No passado, os confrontos pela exclusividade em certos temas apareciam como a forma mais

2 Esse parece ser o tema central das ciências humanas contemporâneas que, após se libertar das limitações postas pelos critérios de cientificidade oriundos das ciências naturais (notadamente uma noção de objetividade vinda das ciências experimentais), defrontam-se com o questionamento social de seus próprios mecanismos específicos de legitimação das teorias. Para uma reflexão sobre esse tema, ver T. Adorno e M. Horkheimer (1985) e J. Habermas (1980). Para uma discussão no campo da geografia, ver M. Escolar (1996).

recorrente de relação,³ situação que vai mudando na medida em que a metodologia vai ganhando maior autonomia em face aos debates disciplinares, o que faz com que as controvérsias se estabeleçam mais no plano dos métodos. Isto abre espaço para um diálogo menos conflituoso entre distintos campos do conhecimento, propiciando canais de comunicação principalmente quando os diferentes especialistas partilham o mesmo marco metodológico. Nesse sentido, uma história da interdisciplinaridade na ciência moderna deveria começar interrogando o processo de difusão dos principais métodos em suas aplicações em variados campos científicos, pois a unidade metodológica serviu de patamar para muitos diálogos interdisciplinares. O caso da Escola de Frankfurt aparece como paradigmático nas ciências humanas, com um pauta de pesquisa que articulava os campos da psicologia, da sociologia, da estética e da economia, entre outros (Slater, 1978).

A origem dos principais métodos clássicos em ciências humanas reside em macroteorizações dotadas de uma vontade totalizadora, que unificam num mesmo discurso um sistema filosófico e uma teoria geral da história e/ou da sociedade. Comte, Marx, ou Levi-Strauss, por exemplo, geraram proposições que buscavam ser razoavelmente exaustivas no entendimento da realidade, logo que trafegassem por diferentes dimensões da vida social, abordando variados fenômenos, influindo em discussões de varias disciplinas, iluminando assim distintos campos acadêmicos.⁴ Vale ressaltar que este afã totalizante contrasta-se bem com as proposições metodológicas mais recentes, marcadas por um caráter “aberto”, de forte índole não conclusiva e com uma ótica singularista, postura que constitui uma das características essenciais das perspectivas autodenominadas “pós-modernas” (Lyotard, 1989). Nestas a interdisciplinaridade, ou, mais adequado, a transdisciplinaridade, estaria assentada não no plano da discussão metodológica, e menos ainda no da classificação das ciências, mas no delineamento/desvendamento heurístico de novos temas para a investigação, que se concebe como um exercício exclusivamente discursivo. Nas colocações mais radicais, toma-se a própria incerteza como elemento fundador e justificador de uma nova tradição.

Na verdade, quando se renega uma postura pós-metodológica (ou antimetodológica), os pressupostos lógico-espistemológicos de cada método emergem como limites insuperáveis para o diálogo interdisciplinar, pois o alcance analítico de cada orientação metodológica varia de acordo com o conteúdo de seus componentes filosóficos (ontológicos e gnosiológicos). Existem métodos amplamente trans-disciplinares, que a rigor não conhecem limitações em termos de suas áreas de aplicação, como, por exemplo, o positivismo e a teoria dos sistemas. Existem outras orientações metodológicas que conhecem enfáticas restrições em sua aplicabilidade, como as presentes nos métodos exclusivos das ciências humanas, como o marxismo ou a fenomenologia, por exemplo. Há mesmo propostas metodológicas que se dirigem a apenas uma

³ O debate no início do século XX, na França, entre os sociólogos agrupados no *Année Sociologique* e os geógrafos do *Annales de Géographie* bem ilustra o afirmado, pois em termos de método todos remetem à teoria social de Augusto Comte (Moraes, 1990).

⁴ Em termos das matrizes clássicas das ciências humanas, a exceção emerge nas proposições neokantistas, que se distinguem exatamente pela peculiar associação que estabelecem entre método e ciência. Nessa visão, cada campo do conhecimento teria sua forma própria de recortar analiticamente uma realidade comum tida como inegociável, sendo esse recorte responsável pela legitimação da especificidade de cada ciência (seu “método” próprio). Esse equacionamento da matéria fornece fundamentos para a proposição do ecletismo como princípio metodológico, pois a somatória de diferentes visões contribuiria para enriquecer o conhecimento de qualquer tema ou objeto (Cassirer *apud* Bourdieu, 1974).

área do conhecimento (como a “sociologia compreensiva” de Max Weber) ou à análise de uma classe bem restrita de fenômenos (como a teoria psicanalítica de Freud). Enfim, as posições existentes são variadas quanto a este ponto.

As restrições em termos do campo de aplicação subjacente a cada método derivam de posicionamentos assumidos em sua construção ou na macroteoria que lhe deu origem, dizendo respeito às diferentes concepções presentes na reflexão filosófica quanto à possibilidade de explicar/interpretar o mundo, e/ou quanto à capacidade de chegar ou não a uma efetiva objetividade nessa “leitura do real”. Elas expressão a adesão a distintas posturas em questões ontológicas e gnosiológicas, com destaque para a própria visão adotada acerca da relação entre o sujeito e objeto do conhecimento. Cabe salientar que cada concepção do ato cognitivo condiciona a adoção de todo um conjunto de procedimentos de pesquisa que correspondam a esta forma de conceber a consciência do mundo, sendo que algumas óticas se adaptam melhor ao estudo de certos fenômenos, inclusive destacando-os como prioritários (ou estruturantes da “realidade”), enquanto outras podem interditar de forma absoluta a análise de determinadas matérias (inclusive por que pode entendê-las como inexistentes ou falsas). Por tanto, os componentes filosóficos de um método assumido vão condicionar os recortes analíticos passíveis de serem executados sob sua orientação, bem como as suas possibilidades de interlocuções interdisciplinares coerentes.

Na ciência moderna, que tem como uma característica distintiva exatamente a diferenciação de seu universo de reflexão em relação ao da filosofia, a própria divisão dos campos disciplinares deve envolver posicionamentos metodológicos explícitos que sustentem suas delimitações. Contudo, várias tradições acadêmicas já estavam constituídas e legitimadas, com instituições e corporações estabelecidas, quando da sistematização dos métodos científicos contemporâneos. Tal fato foi responsável pela perpetuação de áreas de conhecimento que conviveram ou convivem com grandes lacunas epistemológicas em sua legitimação científica, ou de campos disciplinares que conheceram processos de sistematização metodológicos *ex post*, o caso da geografia sendo exemplar nesse sentido (Unwin, 1995).

Entre os mecanismos mais usuais de legitimação e de operação teórica nestes campos mais “problemáticos” aparecem as transposições metodológicas interdisciplinares, entendidas como o procedimento de tomar uma teoria consagrada em um dado campo disciplinar e aplicar sua estrutura lógica e argumentativa na explicação de um fenômeno de outro campo. O amplo uso da teoria evolucionista em variados campos do conhecimento bem ilustra tal procedimento, como também a utilização atual das leis da termodinâmica na explicação da vida social poderia servir de exemplificação (Altvater, 1995). Isso para não mencionar o positivismo comteano que, com sua concepção evolutiva de classificação das ciências, constitui um eficaz veículo de disseminação desse mecanismo, divulgando em diversas áreas teorias oriundas da física (como a ideia de causalidade da mecânica newtoniana) e da biologia (como a noção de organismo). São bastante conhecidas as analogias e metáforas teóricas e conceituais naturalistas amplamente empregadas nas fases pioneiras de várias ciências humanas, não raro equacionadas em termos de morfologia, fisiologia e patologia. A teoria social de Durkheim é exemplar nesse sentido.

Todavia, a possibilidade de uso desse mecanismo, com o grau de esclarecimento epistemológico partilhado hoje, também deveria estar regulada por preceitos de ordem metodológica. E as restrições de abrangência mencionadas anteriormente atuariam então como ele-

mentos impeditivos ou limitativos das transposições interdisciplinares. Uma das diferenciações de grande efetividade a ser relevada à aquela que distingue com bastante ênfase o domínio das ciências experimentais do domínio das ciências hermenêuticas, presente na totalidade dos métodos que limitam sua aplicação ao segundo universo. O marxismo, por exemplo, tomado como método,⁵ tem seu horizonte de aplicação circunscrito ao universo de manifestação dos fenômenos e processos sociais. Não há na vasta obra de Marx uma apreciação sistemática da natureza e dos fenômenos e processos naturais (Schmidt, 1976), estes são sempre por ele enfocados como uma “natureza para o homem”, isto é, como materiais e meios de produção, enfim como “recursos” (valores-de-uso potenciais). As tentativas de expandir o uso do seu método para o campo dos fenômenos naturais redundaram em deslizes positivizantes que contrariavam alguns dos fundamentos gnosiológicos básicos da sua proposta. A elucidação da dialética como uma hermenêutica própria para apreender a dinâmica da sociedade, cujo movimento é autoimpulsionado e determinado tanto pela necessidade quanto pela possibilidade de liberdade e criação dos seres humanos, já basta para demonstrar tal limitação.

A própria dialética é, assim, vista como uma forma exclusiva de análise dos fenômenos e processos sociais, pois pressupõe um movimento objetivado por ações conscientes, isto é, que se desdobra por meio de atos teleológicos de sujeitos reais. Nesse entendimento não há possibilidade lógica de conceber uma dialética da natureza ou do espaço, pois a manifestação dialética demanda a consciência e a vontade de um sujeito. Desse modo, a adoção de tal lógica vai emergir como elemento limitador do alcance da possibilidade de atuação disciplinar para as orientações metodológicas que a utilizem, como é o caso da teoria social de Marx. A interdição do uso desse método no estudo das ciências experimentais decorre de posicionamentos filosóficos adotados, que o fundamentam no plano gnosiológico. Inicialmente, o entendimento do ato cognitivo no marxismo já bem distingue um modo específico de conceber a relação sujeito/objeto na análise dos fenômenos sociais. No estudo do mundo natural há uma exterioridade do sujeito na avaliação do objeto e uma repetibilidade na manifestação de certos fenômenos que não encontra paralelo no universo da vida social. Nesta, o pesquisador é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto. Como ser social, sua autolocalização na sociedade (suas crenças, valores, preconceitos) influencia inexoravelmente sua análise e valoração dos fatos. Por outro lado, a potencialidade de inovação do ser humano torna o futuro algo não pré-determinado, tornando a previsão um exercício meramente hipotético nas ciências que estudam a sociedade. Nessa visão, o devir humano depende da política, daí a impossibilidade lógica do estabelecimento de “leis” nas ciências sociais.⁶

⁵ A ressalva é importante, pois há interpretações acerca da *teoria social* de Marx que a tomam como uma *doutrina*, isto é, como um corpo de conhecimentos fechado e definitivo, que forneceria respostas a qualquer questão prática levantada, e há outras que a concebem como uma *ciência* em si, que na sua integralidade na apreensão da realidade social substituiria todas as ciências humanas “burguesas”.

⁶ Vale bem precisar esse ponto, pois alguns autores acatam a crítica da ideia de lei em ciências humanas exatamente para usar tal juízo na afirmação da indeterminação como princípio básico do movimento histórico. Nesse intuito, estendem a crítica a qualquer noção da existência da possibilidade de um ordenamento lógico da história, atacando o que seria uma “leitura teleológica” do fluir histórico. Contrapondo-se a tal visão, cabe bem diferenciar as ideias de *lei* e de *sentido*. A primeira é posta como uma determinação atemporal, logo a-histórica, que comandaria o movimento e a relação dos fenômenos em todas as suas manifestações, objetivando-os segundo uma ordem imutável e absoluta. Já a segunda ideia é definida sempre no *post festum* e em cada caso singular, buscando captar retrospectivamente uma racionalidade no encadeamento dos eventos, de modo a identificar um sentido no movimento analisado. Trata-se, assim, de noções bem diferentes, fundamentadas em distintos posicionamentos filosóficos. Por tanto, a crítica à ideia de lei não significa uma

Vários outros fundamentos filosóficos do método exposto na teoria social de Marx poderiam ser apontados para justificar a limitação de sua aplicabilidade ao universo das ciências humanas. De certo modo, eles podem ser sintetizados na aceitação de uma forma de objetividade específica no estudo desse universo, com seus parâmetros próprios de legitimação das teorias (em relação aos procedimentos de validação das ciências experimentais). Tal visão, além de referendar o mencionado limite, cria uma forte interdição para o exercício de transposições entre disciplinas dos dois domínios. Cabe reafirmar que, por diferentes caminhos filosóficos, todos os métodos que restringem seu alcance explicativo ao estudo da sociedade acatam os princípios da especificidade e da exclusividade epistemológicas em suas análises. Pode-se considerar mesmo que a grande batalha das ciências humanas no século XX foi para estabelecer tal diferença, banindo de seus enfoques as perspectivas e orientações naturalizantes.

Deslocando a discussão do plano metodológico para o dos campos disciplinares, onde geralmente se exercitam diferenciados métodos, destaca-se em face do tema tratado a situação bastante singular da geografia que, por peculiaridade de uma tradição ancestral na definição de seu horizonte de indagação, se concebe como uma “ciência ponte” que transita indistintamente entre os domínios das ciências naturais e sociais. Tal característica amiúde é invocada como elemento de legitimação desse campo disciplinar, que tem na discussão do “excepcionalismo” um de seus mais ricos episódios de explicitação metodológica (Hartshorne, 1978; Schaeffer, 1976). Na tradição de Humboldt e Hettner, a geografia – vista como a “ciência da diferenciação de áreas” – teria um caráter excepcional em face das demais ciências por trabalhar com sínteses (de complexidade crescente) de fenômenos e processos, e não com tópicos isolados cada vez mais especializados como é o padrão da maioria das disciplinas científicas. Enfim, a geografia, como um dos campos cujo estabelecimento precede a institucionalização da ciência moderna, revela-se um lócus privilegiado para discutir os limites da transposição metodológica interdisciplinar.⁷

O quadro conceitual utilizado por essa disciplina ilustra bem este posicionamento, apresentando um grande número de conceitos que podem ser adjetivados por atributos naturais ou sociais, indistintamente. Os conceitos de espaço, paisagem e região servem como exemplificação, para ficar em três clássicos do campo disciplinar. Isso se explica em grande parte pelo fato de o projeto teórico moderno associado ao velho rótulo “geografia” – um dos mais antigos ainda em uso no panorama das ciências na atualidade – teve como influência básica a perspectiva encyclopédica humboldtiana, à qual se associou um enquadramento metodológico assentado na teoria social comteana, por meio da obra seminal de Friedrich Ratzel (Moraes, 1990). Esse berço de forte ênfase naturalista foi responsável não apenas pela existência de um segmento geográfico afeito ao campo das geociências (ou “ciências da Terra”), a *geografia física*, mas também pela difusão de uma ótica naturalizante nos estudos de *geografia humana*. E não se deve circunscrever tal influência apenas a escola do “determinismo geográfico”, sem dúvida

adesão necessária ao relativismo histórico radical.

7 Pode-se interpretar que o “drama epistemológico” desse campo disciplinar, sua indefinição de objeto, origina-se de um antagonismo entre objetivos e meios de realização de seu projeto teórico. Isto é, a geografia moderna (universitária, em termos mais específicos) busca realizar uma proposta de investigação desenhada segundo uma fundamentação filosófica dada pelo idealismo clássico alemão (em que os limites entre ciência e filosofia não estão bem assentados) utilizando os instrumentos metodológicos do positivismo empírico, que têm na referida separação um dos seus fundamentos básicos (Moraes, 1989a).

um exemplar resultado do naturalismo e do uso de transposições interdisciplinares, cabendo lembrar que nas formulações “possibilistas” da geografia lablacheana a disciplina permanece definida como a “ciência dos lugares” e não como uma ciência humana ou social.

A história dessa tradição disciplinar ao longo do século XX mostra um esforço significativo para acercar a geografia humana das demais ciências sociais, implicando numa crescente desnaturalização de seu enfoque e de seu próprio universo de investigação. Na evolução da escola possibilista francesa é possível estabelecer claramente uma sequência de teorizações nesse sentido: partindo da geografia regional lablacheana, Albert Demangeon diferencia o *meio natural* e o *meio geográfico*, este último sendo qualificado pela presença da “instalação humana”; Max Sorre, em seguida, diz que é preciso olhar a Terra como a “morada do homem”, centrando sua geografia no conceito de *habitat*; este orienta Maurice LeLannou a defini-la como a “ciência do homem habitante”; o qual é qualificado por Pierre George como um “produtor e consumidor”, o que faz da atividade econômica (e do modo de produção) a chave para compreender a “organização do espaço”, entendida por ele como objeto dessa ciência (Moraes; Escolar, 1989). Vê-se nesse itinerário a progressiva desnaturalização da análise geográfica, movimento teórico que se exprime claramente na adoção de uma visão cada vez mais socioeconômica do conceito de *região*, posta por muitos como a realidade empírica básica de interesse do campo disciplinar.

A partir de meados da década de 1970 começam a se multiplicar as críticas aos resquícios naturalistas ainda presentes na geografia humana, processo que avança consoante com o rompimento com o positivismo clássico e com a renovação metodológica vivenciada por este campo disciplinar nos anos seguintes. A introdução de métodos exclusivos das ciências humanas problematiza a tese majoritária da “unidade da geografia” e a visão correspondente da “ciência ponte”. Em algum momento do início da década de oitenta, tinha-se mesmo a impressão de que o rompimento entre as duas geografias (física e humana) era irreversível. Contudo, o avanço da perspectiva ambientalista neste momento veio recolocar a questão da relação entre os processos naturais e sociais e entre a sociedade e seu meio natural, dando novo alento às propostas integracionistas. Os estudos sobre o meio ambiente repunham uma temática que já não encontrava mais abrigo na abordagem regional tradicional.

É interessante assinalar que boa parte das novas proposições de unificação do campo geográfico originou-se, nesse momento, de autores dedicados ao estudo da geografia física, que expandem seus universos de pesquisa aproximando-se de alguns temas específicos da geografia humana.⁸ Grosso modo, pode-se considerar que a teoria dos sistemas é a referência metodológica mais adotada em tais propostas, autodenominadas “holísticas”, que rapidamente se encastelaram nas então recém-criadas instituições dedicadas ao planejamento ambiental (Ross, 1990). A abordagem holístico-sistêmica constitui uma variante do método ecológico, o

⁸ A postura de conceber a geografia física como fornecedora da caracterização do quadro natural no qual se desenvolvem as ações humanas foi hegemônica no debate disciplinar, notadamente na geografia francesa, tanto que Demartonne propõe sua obra clássica, *Géographie Physique*, como uma grande introdução ao trabalho de LaBlache. A abordagem regional tradicional também pressupunha esse entendimento, que subordinava a geografia física à humana. Todavia, nas últimas décadas do século passado, a preocupação com os desdobramentos das atividades humanas sobre os processos naturais levou a um alargamento do horizonte de pesquisa dos geógrafos dedicados ao estudo da natureza, que começaram a incluir cada vez mais em suas órbitas de investigação a análise de fenômenos sociais.

qual vê a tendência ao equilíbrio como o princípio estruturador de toda a realidade e que, portanto, não conhece limites em sua aplicação em vários campos disciplinares. Tal perspectiva, na verdade, tende a ver os limites entre as ciências como barreiras a um bom equacionamento da questão ambiental, expressando uma das mais enfáticas defesas metodológicas da multidisciplinaridade. O discurso trans-disciplinar propicia inclusive uma dispersão institucional dessa corrente que, respaldada em formas de legitimação pragmáticas, pouco se preocupou com a justificativa epistemológica de sua localização acadêmica (Moraes, 1994).

Esse esforço de retomada da tese da unidade geográfica vindo da geografia física vai conviver com a reflexão gerada pela continuidade do processo de des-naturalização da geografia humana, estas claramente assentadas no domínio das ciências sociais. A convivência dessas múltiplas perspectivas anima o debate disciplinar contemporâneo, qualificando o campo da geografia atualmente como um rico alimentador da discussão sobre a questão ambiental, tanto no plano teórico quanto no empírico. Entretanto, tal situação não transforma de imediato o meio ambiente no objeto geográfico por excelência.

O posicionamento no debate acima mencionado já implica em opções metodológicas e na adesão a certos pressupostos teóricos específicos, pois, como exporto, as possibilidades de diálogo da geografia humana com a física e com outros campos disciplinares é inteiramente condicionada por limitações dessa ordem. Além disso, um balanço da história dessa tradição acadêmica mostra que o estudo de qualquer fenômeno passível de espacialização permite sua abordagem pela geografia e o estabelecimento de uma interlocução com a área do conhecimento que o investiga especializadamente (de forma sistemática). Por tanto, são muito mais os limites dados pela opção de método que se impõe na delimitação da abrangência do campo de investigação e interlocução de cada proposta. Assim, a definição das possibilidades de práticas interdisciplinares a partir desse campo disciplinar vai depender da orientação metodológica com a qual se opera. Logo, para continuar a argumentação faz-se necessário explicitar uma junção entre temário e método numa visão do objeto geográfico, não mais – é óbvio – como uma realidade fática, mas como um recorte analítico.

2 O campo da geografia humana: indicações metodológicas

O rótulo *geografia* é um dos mais antigos e difundidos na história do conhecimento ocidental, remontando à Antiguidade Clássica. Diferentes povos, em variadas épocas, utilizaram-no para nomear determinados conjuntos de conhecimentos e indagações geralmente referidos à superfície da Terra e à descrição dos lugares terrestres. Contudo, a forma de organização e tratamento destes conteúdos variou bastante ao longo da história impedindo que se trace uma linha de continuidade no estabelecimento do campo disciplinar. Seria mais correto falar em tradições ou linhagens acadêmicas que utilizaram a mesma denominação. Entre estas, destaca-se uma, de clara conformação na estrutura universitária atual e com uma vigência histórica bem demarcada, constituída pela *geografia moderna*, que busca organizar seu conteúdo segundo, os padrões e parâmetros da ciência moderna.⁹ Nesse sentido, podendo ser qualificada como mais um produto da modernidade.

⁹ Assim, apesar da ancestral continuidade do uso desse rótulo na cultura ocidental, os conteúdos que lhe foram atribuídos variaram muito, muitas vezes convivendo diferentes concepções da geografia numa mesma época e/ou numa mesma sociedade. Nesse sentido, o adjetivo “moderna” visa denominar um projeto teórico e uma tradição acadêmica específicos,

Os geógrafos atuais são os herdeiros contemporâneos dessa tradição, que lhes fornece um quadro conceitual, um acervo de teorias, e um conjunto de temas e questões que pode ser identificado como o universo da investigação geográfica. A organização e operacionalização desse temário objetivam-se pela aplicação de orientações metodológicas que selecionam, definem e articulam procedimentos para a análise dos fenômenos e processos ali presentes. Nesse sentido, cada método ao organizar o temário constrói teoricamente um objeto para o exercício de sua proposta de geografia. O positivismo, dominante por décadas nessa disciplina, tentou identificá-lo com um ente empírico: um objeto espacial real: a “superfície terrestre” ou a “região”.¹⁰ Para esta corrente metodológica o objeto geográfico seria uma realidade fática, um “fato” delimitável, localizável, divisível e classificável (Dolfus, 1972). Com o processo de renovação do campo disciplinar, no último quartel do século passado, em muitas formulações tal objeto se desmaterializa, tornando-se um ser heurístico, um recorte construído com o concurso da abstração, logo, não possuindo uma correspondência empírica imediata. Nessa visão renovada, pode-se considerar que o *espaço* emerge com objeto central em variadas propostas, substituindo a concepção empirista antes prevalecente.¹¹

Tal mudança no enfoque disciplinar, e fala-se aqui de uma postura que emerge em orientações guiadas por vários métodos, expressa nesse campo específico a sofisticação que conheceu o debate epistemológico nas últimas décadas. O empirismo simplório e as posturas contrárias ao debate teórico, apesar de ainda bastantes presentes, tem cada vez menos sucesso nas ciências humanas em geral e na reflexão geográfica em particular. Isso acarreta uma cobrança maior por explicitações metodológicas mais detalhadas no processo de legitimação de suas teorias. Se o objeto é um recorte efetuado pelo sujeito, cabe de início bem justificar sua pertinência e coerência face aos seus próprios pressupostos. Um *strip-tease* teórico e metodológico se impõe com ênfase.

Em primeiro lugar vale salientar que a adesão a determinados preceitos metodológicos é um processo complexo que envolve elementos de empatia e inter-subjetividade. Ninguém adere a um método só por um percurso teórico, apesar disso tal aprendizado é condição necessária do processo de adesão. Ninguém adota um método só por um apelo ético pessoal, porém tal motivação também vai estar presente na escolha efetuada. Mentalidade, *ethos*, ideologia,

datado historicamente e com uma linguagem própria. Trata-se da proposta sistematizada por Humboldt e Ritter no início do século XIX, que institucionaliza e se torna hegemônica, acabando por monopolizar o entendimento que se tem dessa disciplina na atualidade. O adjetivo empregado busca reforçar a datação histórica: trata-se da geografia da época moderna, que tem seu conteúdo elaborado e ordenado dentro das normas e especificações do conhecimento erudito moderno (Moraes, 1989a).

10 Dentro dessa concepção, uma primeira proposição vai identificá-lo como a *superfície da Terra*, o que abre para uma grande discussão sobre sua exata denominação, que resulta em conceitos como *crosta terrestre* e *biosfera*, entre outros. Numa versão mais específica, o objeto é identificado como as *paisagens* terrestres, cuja composição e funcionamento constituiriam o campo de investigação da geografia. Finalmente, a *região*, vista como uma realidade existente de forma objetiva e independente da consciência do pesquisador, ocupa o papel de fato básico de interesse da análise geográfica.

11 Contudo, a imaterialidade do espaço não é acatada por todas as orientações atuais que o qualificam como objeto geográfico, algumas mantendo forte viés empirista. Porém os esforços mais interessantes tentam defini-lo como um conceito articulador entre as dimensões empírica e heurística. Para Milton Santos, o espaço é ao mesmo tempo um “fato”, no sentido de que existe materialmente, um “fator”, que interfere nos processos sociais, e uma “instância”, na medida em que posso analisar a sociedade pelo seu espaço (Santos, 1980). David Harvey defende que o espaço tem simultaneamente uma dimensão “absoluta”, dada pela materialidade dos lugares, outra dimensão “relativa”, pois os lugares se relacionam, e uma dimensão “relacional”, na medida em que neles ocorrem relações sociais (Harvey, 1979).

vivências individuais, conhecimentos formais adquiridos, tudo se combina na seleção dos fundamentos da “forma de ver o mundo”. E, como visto, cada vez mais está difícil catalogar a pluralidade das composições e sistemas resultantes dessa montagem com a alusão a apenas uma grande matriz teórico-filosófica. Em outras palavras, está sendo cada vez mais difícil nomear com poucas e amplas denominações as variadas orientações metodológicas praticadas nas ciências humanas contemporâneas.

Nesse sentido, muito mais importante que uma localização ou denominação formal e genérica é a exposição comentada dos posicionamentos filosóficos e analíticos básicos adotados e suas justificativas. Isso não significa uma aceitação da “noite escura do relativismo, onde todos os gatos são pardos”, o que redundaria em acatar as posturas ecléticas ou pós-metodológicas criticadas anteriormente. Ao contrário, se defende que é possível estabelecer filiações e inspirações teóricas predominantes ou estruturantes da orientação assumida, assim como também é possível (e desejável) avaliar a compatibilidade e a coerência dos componentes e influências secundárias em relação a este eixo principal. Apenas o que se salienta é que, frente à demanda atual de explicitação, seria muito vago buscar legitimar-se apenas pela alusão a uma referência metodológica genérica.

A denominação “marxismo”, por exemplo, recobre hoje um vasto universo de reflexões distribuídas por distintos campos disciplinares, onde convivem proposições contrastantes e mesmo antagônicas, em si mesmas passíveis de serem identificadas e agrupadas em filiações próprias. Correntemente se fala em “leninismo”, em “trotskismo”, em “lukacsianos” e “gramscianos” ou em “althusserianos”, o que bem revela a existência de sub-tradições já assentadas no campo metodológico inspirado pela teoria social de Marx. Em termos genéricos, o presente estudo trafega pelo amplo agrupamento que podemos denominar de “marxismo ocidental”, de corte mais acadêmico e sistemático, onde tal método conheceu seus maiores avanços teóricos nas últimas décadas (Anderson, P., 1984). Entretanto, algumas outras influências metodológicas poderão ser detectadas na argumentação desenvolvida (em parágrafos anteriores, por exemplo, os conceitos weberianos de “ethos” e de “intersubjetividade” foram utilizados de forma positiva), que se abre para uma bibliografia recente e variada. Leituras interessadas de Bourdieu, Foucault, Bhabha, por exemplo, para ficar no campo dos estruturalistas, ilustram o universo bibliográfico consultado. A coerência e pertinência de tais influências ou incorporações poderão ser aferidas pelo leitor ao longo do texto.

Tendo em vista o eixo central deste texto – o tema dos fundamentos metodológicos em geografia humana – deve-se começar a construção buscada pelo posicionamento assumido em face da questão da própria possibilidade de distinguir campos autônomos do conhecimento na análise da vida social. Tal questão se impõe de imediato, pois existem perspectivas no campo marxista que não aceitam a vigência dessa possibilidade. Acata-se aqui uma resposta afirmativa quanto à matéria, a única logicamente possível no esforço de explicitar um posicionamento no campo específico da geografia. O equívoco dos autores que adotam a postura contrária parece residir num mau entendimento da categoria *totalidade*, que é enfocada não como um recurso interpretativo, mas numa visão empírica, como um objeto do mundo sensível. Ou melhor, como um super objeto, que recobriria toda a realidade social, a qual poderia ser abor-

dada de forma integral e passível de explicada por tal síntese analítica, dispensando qualquer detalhamento no estudo da sociedade. O caráter pueril dessa visão, em termos gnosiológicos, é bastante evidente, com seu afã enclopédico contrapondo-se a todo desenvolvimento teórico dos numerosos campos disciplinares das ciências humanas na atualidade.¹²

Aqui se trabalha com a ideia lukacsiana de uma *visão totalizadora*, que busca relacionar processos e articular fenômenos na teia densa e complexa do movimento histórico das sociedades. Os modos de penetrar nessa teia são múltiplos e não exclusivos quando iluminados por tal enfoque relacional, o qual permite buscar o “todo” (como essência do movimento) por meio de variados percursos de investigação empírica. Nesse sentido, não há um início analítico obrigatório nem um percurso único para o entendimento da vida social, sequer um roteiro comum para a abordagem de todos os processos sociais. O que a orientação de método pode oferecer previamente são princípios, preceitos e procedimentos de análise, como, por exemplo, o próprio uso da visão totalizadora em oposição a uma perspectiva taxonômica que isola os fenômenos ao tentar explicá-los. A totalidade é, por tanto, um enfoque e um instrumento de pesquisa, e não um objeto empírico.

A aceitação da multiplicidade de dimensões da vida social e da história humana não significa, contudo, considerar que qualquer recorte analítico é legítimo e cabível. Georg Lukács avançou bastante na explicitação de tal matéria ao teorizar sobre o critério do *corte ontológico* (Kofler et al., 1969), aquele que não mutila a unidade e identidade presente nos objetos do mundo real. Para o filósofo húngaro, é possível analisar separadamente cada ser dotado de especificidade em sua existência, isto é, os recortes analíticos devem acompanhar a integridade dos processos sendo lícito estudar com especificidade as coisas que em sua manifestação empírica revelem uma grande identidade, o que, em si, expressa uma relativa autonomia fenomênica. Esse equacionamento é de central importância pois indica à geografia a necessidade de identificar com clareza o conjunto de processos cuja discussão constituirá seu campo próprio – porém não exclusivo – de investigação.

Nesse entendimento, os campos disciplinares devem exprimir visões angulares da realidade social, isto é, representam caminhos diferenciados no deslindamento do movimento das sociedades, os quais – a partir da investigação de fenômenos e processos específicos – devem conseguir iluminar relações e mediações que formam parte da tessitura do fluir histórico, em outras palavras, que abordam elementos peculiares da totalidade movente. Assim, o estudo de aspectos bem particulares de uma sociedade pode, através de uma apreensão totalizante, captar determinações básicas daquela formação social. Sabe-se que os diferentes processos sociais se determinam reciprocamente e que só a custa de um grande reducionismo se pode hierarquizá-los de forma absoluta nesse jogo de sobre-determinações mútuas. Em suma, também não cabe na visão proposta adotar uma hierarquização das distintas ciências humanas, pois cada uma deve iluminar a compreensão de diferentes processos e fenômenos, fornecendo indicações para interpretar o movimento da totalidade social, que nunca se esgota.

¹² Basta apontar o uso do marxismo em diferentes campos disciplinares, com as contribuições de Hobsbawm ou Thompson na história, de Godelier na antropologia, de Sraffa ou Kalecki na economia, de Bakhtin na teoria literária, de Castells ou Lojkine no urbanismo, entre outros. A própria incorporação sistemática desse método na geografia serve como exemplificação (Harvey, 1990; 2007).

Os procedimentos analíticos que acompanham essa orientação são a *abstração* e a *concreção*. No movimento preliminar de abstração, formaliza-se o mundo sensível estabelecendo recortes e isolando processos e fenômenos. Isso permite que se fale em cidade, metrópole, território, cultura ou capitalismo, sem especificação histórica ou geográfica. Ou seja, possibilita a construção de *universais abstratos* que servem para denominar qualquer manifestação empírica do fenômeno ou processo assim isolado. Tal etapa é necessária para a identificação da peculiaridade do objeto para o desvendamento de sua estrutura e de seus componentes genéricos, para a apreensão de sua dinâmica própria. A isso se chega abstraindo-se exatamente das conexões e redes causais que envolvem os processos e fenômenos concretos, ignorando sua temporalidade e espacialidade.

A concreção é um procedimento posterior de reinserção das relações, de estabelecimento de nexos, de retomada dos condicionantes históricos e geográficos, de articulação das mediações ignoradas no procedimento anterior. É o transito da universalidade abstrata para a singularidade concreta, e esta passagem se dá por meio da *particularidade*, entendida como um “campo de mediações” (Lukács, 1970). Nesse sentido, concretar é particularizar os universais abstratos, adicionando-lhes singularidades espaciais e temporais, localizando-os – por meio de relações e mediações – em termos históricos e geográficos. Particularizar é, por tanto, historicizar e também espacializar. O ato da concreção consiste, enfim, numa agregação de dimensões da realidade na particularização de uma situação concreta, logo singular. Caberia aos campos disciplinares, como enfoque angular, a investigação acerca das características específicas de cada uma dessas dimensões, propósito só realizável num plano de alta abstração.

A avaliação do temário geográfico demonstra que essa disciplina, por diferentes abordagens, encontra-se sempre as voltas com a problemática do espaço, tomada mesmo em muitos enfoques como seu objetivo precípuo e/ou exclusivo. Nesse sentido, mesmo sem compartilhar da visão do espaço como objeto e da pretensão de exclusividade no seu estudo, pode-se, numa aproximação inicial, dizer que o campo da geografia se inscreve entre as reflexões das ciências humanas que abordam a *dimensão espacial* da totalidade. Na óptica positivista, imperante por décadas nesse campo, tal dimensão foi confundida com a sua manifestação empírica imediata, gerando a difundida visão de que “a geografia é o estudo da superfície da Terra”. Desde Humboldt, pelo menos, seu horizonte de investigação seria recortado pela qualidade telúrica dos fenômenos e processos.

Vale mencionar que o recorte acima exposto não ajudou muito a especificação de uma área autônoma de pesquisa, na medida em que a qualidade indicada para circunscrevê-la era muito abrangente e disseminada. Isso levou o conhecimento geográfico a uma perspectiva ao mesmo tempo pretensiosa e superficial que se expressou na perpetuação do problema da identificação de um objeto próprio. A visão empírico-naturalista de concebê-lo como *superfície terrestre* foi sendo gradativamente substituída – no trânsito do positivismo clássico para o positivismo lógico – pela visão formalista-coisificada (Kosik, 1975) que define seu objeto como diretamente o *espaço*, hoje majoritária.

Cabe assinalar a polêmica no entendimento dessa categoria já no plano da reflexão filosófica, onde espaço ora aparece como uma forma de ver os fenômenos (Kant), ora como suporte para a manifestação destes (Newton), ora como um fenômeno em si (Liebniz). Na

perspectiva de seu uso na geografia é, geralmente, a segunda concepção a prevalente, com a hegemonia da ideia newtoniana de “espaço conteúdo”. Daí a disseminação nesse campo da também epistemologicamente vaga noção de *lugar* e, associada a ela, o argumento de que “para a geografia o espaço é o lugar onde ocorrem os fenômenos”. Tal entendimento se expressa em diferentes conceitos, conforme o autor enfocado: paisagem, meio, hábitat, região etc.; todos reiterando essa concepção reificada do objeto. Ele também sustenta o amplo uso de adjetivações quando se tenta utilizar o espaço como uma categoria analítica, temos, então: espaço terrestre, natural, social, vivido, produzido, de reações, de consumo, cotidiano, entre outras (Silva, 1982).

A coisificação do espaço fica plenamente evidente naquelas teorizações que dotam os lugares de uma capacidade de causa, tornando-os agentes ativos da vida social. Este ponto é central na argumentação assumida: o problema básico de tomar o espaço como objeto é que tal posição coloca a necessidade de não apreendê-lo como simples esfera reativa a processos que lhe são ontologicamente externos, posição que limitaria bastante o poder explicativo da geografia. Isso ainda anima a ideia de dotá-lo de um dinamismo intrínseco, isto é, tornando-o um agente causal sobre sua própria manifestação e (nas formulações mais radicais) da própria vida social. Nessa operação, o espaço – alçado à condição de objeto – passa ao centro da abordagem, logo necessitando ser o elemento estruturante dos demais aspectos considerados na análise, o que redunda em tomá-lo como fonte de movimento e do dinamismo presente no universo investigado, o que resulta em sua fetichização.

Nas proposições mais radicalizadas o espaço se torna mesmo um sujeito dos processos históricos, como se os lugares possuíssem consciência e vontade para impulsionar ações. Desse modo, ele passa a ser tratado não apenas como uma “coisa”, mas como uma coisa viva e ativa que condiciona ou determina processos e fenômenos. Nem mesmo as teorias que tentam dar um tratamento dialético a essa questão parecem conseguir se desvencilhar dos vícios de origem inerentes a essa visão fetichizada do espaço (Santos, 1996). Algumas formulações chegam a conceituar a ideia de *processos espaciais*, por meio da qual se reitera a visão do espaço como objeto da geografia. É interessante assinalar que o entendimento criticado conhece um retorno cílico na história desse campo disciplinar, variando apenas o substantivo que antecede a adjetivação, por exemplo: ordem espacial, arranjo espacial, formação espacial, padrão espacial etc. Todos esses enunciados podem também ser acrescidos da qualificação “social” (comumente pelo prefixo “socio”), que cumpre no caso a função de resguardar a proposição da crítica ao descaso para com a dinâmica específica da sociedade. Contudo a espacialidade da vida social não pode ser confundida com uma ontologia do espaço.

Novamente as indicações metodológicas podem vir em socorro, fornecendo balizamentos acerca das qualidades que o objeto deve contemplar. Desnecessário repetir que estas diferem conforme o método adotado. No posicionamento aqui assumido, o espaço não poderia ser alçado a esse *status* ontológico por várias vezes, algumas já expostas e outras que serão comentadas a seguir. Entre as mencionadas cabe relembrar que a concepção exposta a respeito da dialética vai defini-la como uma lógica que apreende movimentos impulsionados por sujeitos conscientes e por ações teleológicas, condição a qual o espaço definitivamente não

se encontra habilitado. O espaço não é sujeito, logo, de imediato pode-se dizer que não existe uma “dialética do espaço” diretamente (em si), do mesmo modo que não há uma “dialética da natureza”, como visto anteriormente.

Ainda rememorando os pontos já discutidos, retoma-se o tema da localização da geografia no rol das ciências e a postura (determinada pela orientação de método) de apreendê-la como uma ciência da sociedade, entendimento que também obstaculiza a visão do espaço como objeto da disciplina. A condição de ciência humana, de imediato, complica o uso do caráter telúrico como qualificador básico dos fenômenos “geográficos”, pois tal característica qualifica um grande número de processos claramente alocados no universo de investigação das ciências naturais. A tese da unidade disciplinar só se sustenta com o apelo a denominações híbridas como “ciência da Terra” ou “ciência dos lugares”, utilizadas amiúde pelos geógrafos e de difícil inclusão nas classificações científicas mais usuais. Tampouco o “espaço”, sem uma adjetivação que o relate diretamente com a vida social, se habilita a constituir o objeto de uma ciência humana.

Neste ponto da argumentação é difícil fugir de uma tautologia: as ciências sociais (ciências humanas, numa denominação mais ampla) estudam fenômenos e processos sociais. Logo, o objeto de qualquer campo disciplinar que se localize nesse domínio deverá obedecer a esse requisito, e a posição metodológica assumida (como visto) obriga essa localização. Por tanto, o recorte a ser aqui buscado para a geografia humana estará circunscrito ao universo da vida social, sendo uma manifestação da sociedade. Adiantando mais: deverá ser mais um *processo social* universal, com identidade (isto é, com certa autonomia) em suas manifestações empíricas, conforme demandam a abstração e o corte ontológico. E expressar uma dimensão da realidade social (a espacial, no caso), conforme requer a concreção a afinidade com o temário clássico da geografia. Tal equacionamento deriva de orientações de método já explicitadas.

Numa formulação ainda aproximativa, poder-se-ia dizer que a geografia humana deveria estudar a *espacialidade* da vida social, entendendo-a como uma mediação particularizadora na compreensão da história de uma sociedade concreta. No processo de concreção, uma das vias de encaminhamento da análise da universalidade abstrata para a singularidade (o concreto) é a que investiga a manifestação espacial do fenômeno estudado, a começar de sua delimitação ou abrangência no espaço. Nesse sentido, a localização vai atuar como mediação, particularizando o objeto ou processo enfocado num espaço delimitado, limitando-o a lugares e a porções da superfície terrestre. A espacialidade (como dimensão) pode ser tomada em diferentes níveis de abrangência, e a espacialização (como procedimento analítico) pode ser praticada de forma progressiva, seja em termos de detalhamento escalar e das interações entre as escalas, seja no que importa à história de lugares cada vez mais singularizados. No limite chega-se a unicidade da localidade, o lugar singular visto como componente de processos também únicos. Nessa concepção, espacializar é particularizar e historicizar, no sentido de localizar o objeto analisado não apenas temporalmente, mas espacialmente. Tem-se, então, a geografia como uma visão angular da história, dedicada ao desligamento de uma dimensão específica dos processos históricos: a dimensão espacial.

A aceitação da existência de uma dimensão espacial no movimento histórico não equivale a retomar a ideia do espaço como objeto (ou, pior, como sujeito) da geografia, pois tal dimensão é vista como impulsionada (como todo processo histórico) pelas relações entabula-

das pelos seres humanos reais (singulares) em sua vida cotidiana. Nesse sentido, não se trata de colocar o espaço no centro de interesse da investigação, mas de centrar o foco de análise nas *relações sociais referidas ao espaço* (Santos, 1979). Posto em outras palavras: caberia, de início, identificar os processos sociais pelos quais as sociedades se relacionam com a superfície terrestre e conferir se tais processos cumprem os requisitos metodológicos apontados anteriormente. Isso é essencial para a legitimação da proposta apresentada.

Cabe observar que a proposição exposta não colide com a concepção newtoniana de espaço usualmente empregada pela geografia, porém, em certo sentido, vai banalizá-la ao descentrar o foco de argumentação da categoria espaço, transferindo-o para a própria sociedade. Tal deslocamento, que minimiza bastante a importância dedicada à categoria na argumentação, permite que se reincorpore a própria noção de “superfície terrestre”, definida como um espaço material e banal. Enfim, não é atribuído de imediato ao espaço, na presente proposta, nada além de suas características físicas: extensão, inércia e capacidade de suporte para fenômenos e processos. Tomado como superfície terrestre, o espaço banal se naturaliza e humaniza. O interesse da análise, contudo, está centrado nos processos pelos quais os organizam. E estes são processos internos à vida social, explicáveis ao domínio da sociedade. Vale aclarar: não se trata de processos espaciais, mas de processos sociais em si.

Nesse sentido, deve-se ter cautela ao definir a relação sociedade/espaço como objeto geográfico, pois tal enunciado sugere uma associação entre duas partes que se determinam reciprocamente, e que, portanto, entram com o mesmo peso na relação. E não se trata disso no caso, na medida em que o dinamismo que impulsiona o relacionamento de um grupo humano com um dado meio está totalmente localizado no âmbito do grupo, na verdade são os contatos entabulados entre seus membros que definem a forma de relacionamento de todos e de cada um com o espaço em que vivem. Assim, a relação sociedade/espaço é em si mesma entendida como uma relação social. A noção de *espaço banal* procura deixar bem evidente esse entendimento, ao avaliá-lo como um suporte que se qualifica pelo seu uso social e que se re-qualifica quando esse uso se altera. Aqui vai se trabalhar com a visão restrita que circunscreve apenas o que Milton Santos concebe como materialidade do espaço, a faceta que ele define como um “sistema de objetos” (Santos, 1996), deixando o “sistema de ações” fora da definição do espaço, como um domínio intrínseco do ser social. A nosso ver, as ações se objetivam no plano exclusivo da intencionalidade humana, sendo emanações da sociedade e dos sujeitos (individuais e coletivos) que a compõem. O espaço, nesse entendimento, é tomado como matéria que se qualifica pelo uso social a cada momento. Em suma, acata-se totalmente o seguinte juízo: “o que faz de uma região da Terra um território de caça é o fato de uma tribo ali caçar” (Marx, 1975).

Os mesmos argumentos são válidos no que diz respeito à relação da sociedade com a “natureza”, aqui diferenciada da relação sociedade/espaço (esta de maior abrangência). Os objetos e processos naturais especializáveis interessam á proposta em tela como condições e recursos incorporados ou incorporáveis pela dinâmica da sociedade. Assim, é apenas como uma “natureza para o homem” que os elementos naturais da superfície terrestre passam a constar da pauta da presente reflexão. A dinâmica natural estará, nessa visão, sempre subordinada às determinações de seu uso humano, o que destaca a questão das técnicas, como bem

pontuam Sorre (1952) e Santos (1984), entre outros. A natureza nesse sentido é enfocada como material para um movimento que lhe é externo, isto é, como objeto de manipulação de processos integralmente sociais, que lhe atribuem sentido e valor.

Assim, a natureza e o espaço são deslocados (em relação às abordagens tradicionais da reflexão geográfica) para um plano reativo, numa proposição que localiza a geografia humana no domínio exclusivo das ciências da sociedade. São os processos sociais direcionados à aprovação e organização da superfície da terra que devem ser identificados e investigados em suas dinâmicas próprias, como parte que são do desenrolar da história humana. Cabe assinalar que nenhum grupo social é capaz de se reproduzir sem estabelecer relações com o meio que o abriga, o que torna tal classe de processos universal, no sentido de que não existem sociedades não espaciais (se bem que existam sociedades não territorializadas). Enfim, a reprodução social demanda relacionamentos com o espaço e a natureza.

Ao mesmo em tempo que é *universal*, no sentido em que está presente em qualquer época e em qualquer lugar, a relação da sociedade com o espaço é também *histórica*, na medida em que sofre as determinações e condicionamentos do período e da cultura em que se manifesta. Isto é, só num plano de alta abstração é possível falar dessa relação sem especificar sua localização histórica, a qual vai objetivá-la em cada situação singular, dotando-a das características daquela época. O modo pelo qual um grupo social organiza seu meio geográfico constitui parte da totalidade de sua vida social, sendo assim regido pela lógica e pelas formas de sociabilidade imperantes, o que propicia que os processos de relacionamento da sociedade com o espaço possam ser tipificados temporalmente, segundo uma referência temporal estabelecida. Isso permite considerar, por exemplo, a existência de uma espacialidade capitalista ou de outra própria da vida feudal, tomando no caso o *modo de produção* como categoria de macroperiodização da história.

A aceitação dessa determinação temporal genérica na relação sociedade/espaço não implica uma adesão à tese de que a compreensão da lógica de reprodução que preside a organização social de uma época explica *per se* tal relacionamento. Há uma mecânica própria a tais processos que deve ser deslindada no plano de sua universalidade abstrata, a qual é necessária ser enunciada para, então, receber a roupagem histórico-particularizadora (já no procedimento da concreção, que permite interpretar as suas manifestações singulares-concretas). Em outras palavras, tais processos específicos não podem ter seu entendimento desdobrado de outros ou explicáveis por um movimento que lhes seja exterior. Urge, portanto, construir uma explicação “geográfica”. Tal imperativo advém inicialmente de uma razão de ordem ontológica bem conhecida dos geógrafos: a diversidade da superfície terrestre.

Provavelmente, se a superfície da terra fosse um espaço isomórfico e homogêneo, a explicação geográfica perderia muito de sua efetividade, pois a repetibilidade na manifestação dos processos aí ocorrentes seria elevada (ou mesmo total), permitindo um alto grau de formalização e previsão de suas manifestações e movimento. Todavia, não é o que ocorre na realidade, com o espaço terrestre conhecendo grande diversidade e variedade. Por isso, a unicidade dos lugares singulares se impõe como qualificativo diferenciador para seus usos sociais. Cabe lembrar que os lugares variam não apenas em função das características naturais presentes, mas também pelas intervenções humanas neles realizadas e pelas relações com seus entornos

e com outros lugares. Tais diferenças corográficas e situacionais interagem com os processos sociais referentes ao uso e ordenamento espacial, fazendo com que a mesma lógica societária objetive arranjos específicos que respondam às singularidades locais.

Logo, a relação sociedade/espaco não pode ter sua explicação remetida apenas às determinações sociais genéricas prevalecentes numa época, pois estas necessitam reagir a diferentes situações espaciais, gerando novas particularidades. Em outros termos, gerando mediações espaciais que particularizam os fenômenos e processos que no seu âmbito se manifestem, dando-lhes uma peculiaridade pela localização, um condicionante local. Em suma, é essa mediação das condições espaciais, ao influenciar os processos sociais, que justificaria a existência da geografia como campo disciplinar autônomo, dedicado exatamente ao seu deslindamento sistemático. Cabe enfatizar que a aceitação do fato de o espaço poder influir no curso das relações sociais não significa que tal dimensão possa determiná-las; ela atua em suas alocações e localizações. Nesse sentido, as condições espaciais devem ser vistas como obstáculos ou estímulos aos processos sociais e, em situações muito especiais, como condicionantes locacionais absolutos de certas atividades humanas.

É isso que justifica a realização de um corte ontológico “isolando” a espacialidade da vida social para que tais mediações possam ser examinadas de modo abstrato e esclarecidas em sua mecânica intrínseca. Cabe à geografia, de imediato, desvendar essa classe de mediações, o que equivale a equacionar o movimento próprio da relação sociedade/espaco em sua universalidade.

3 Valorização do espaço e formação territorial

Vale, antes de tudo, sintetizar os posicionamentos assumidos até aqui para compor o pataamar teórico-metodológico que sustenta a preposição exposta. Partimos de uma tradição em ciências humanas que concebe a totalidade espacial não como uma representação exaustiva que engloba todo o conhecimento existente sobre a sociedade (um macro-objeto) nem como uma síntese de sua suposta “essência”, mas que vai equacioná-la fundamentalmente como um peculiar recurso de método: um modo associativo de pensar o mundo, que busca estabelecer relações e conexões entre os fenômenos analisados. Quando se entende que essa visão totalizadora opera por sucessivos trânsitos entre níveis abstratos e concretos de reflexão e análise, em outras palavras, por meio de um contínuo fluxo entre a universalidade e a singularidade contidas nos objetos tratados, pode-se tomar o estabelecimento dessas relações e conexões como uma ação particularizadora, visão que fundamenta as abordagens histórico-dialéticas em ciências humanas. Nestas, a historicidade não é dissociada do ser, mas vista como caminho de sua apreensão como parte movente (e só como movimento passível de ser explicada) do real.

Tal entendimento leva a que se tome a particularidade como um campo de mediações múltiplas, o que implica na possibilidade lógica da existência de variadas formas de abordar o movimento da história. Com esses equacionamentos, a questão da variedade das perspectivas disciplinares fica mais esclarecida, pois conforme se despe o estudo de pressupostos causais únicos, maior se apresenta a multiplicidade ontológica do real e, consequentemente, o número de mediações existentes em seu movimento. Mais clara fica também a qualidade básica desta visão totalizadora: buscar a explicação dos fenômenos ou processos específicos, sem isolá-los.

Isto remete a apreensões angulares de uma realidade dinâmica, justificando recortes analíticos que não esgotam (ao contrário, ampliam) a temática tratada, ao mesmo tempo em que contribuem para a explicitação teórica da teia de mediações responsável por seu movimento.

Essa concepção fundamenta a possibilidade da existência (em moldes não positivistas) de diferentes campos disciplinares, formalizados nas definições de objeto das distintas ciências, cada um sendo construído segundo pressupostos metodológicos previamente assumidos. Nesse sentido, é possível legitimar abordagens próprias do campo geográfico, e é o desenho genérico do objeto de reflexão e análise de uma perspectiva própria dentro desse campo disciplinar que se busca expor nos parágrafos seguintes. Tendo claro que o exercício aqui explicitado constitui *uma* proposta de entendimento do campo da geografia humana, não exigindo exclusividade ontológica nem esgotando suas possibilidades teóricas. Assume-se a existência de uma pluralidade de visões diferenciadas convivendo numa disciplina como expressão do rigor e relevância de seu universo de indagações, cuja centralidade atrai a atenção de distintos enfoques metodológicos, os quais visam mostrar sua eficácia no equacionamento daquele temário específico. Portanto, a diversidade de orientações num dado campo é um sinal positivo que em si impulsiona o refinamento da pesquisa em qualquer ciência.

Aqui assumimos o entendimento da geografia humana como uma ciência social que tem por objeto o processo universal da apropriação dos meios naturais terrestres e de construção de espaços pelas diversas sociedades no decorrer da história. Defende-se que tal processo é passível de ser identificado num corte ontológico do real, isto é, que ele se manifesta na realidade com determinações específicas, atuando, por isso, como um elemento particularizador na elaboração do conhecimento acerca da sociedade, constituindo em si mesmo uma mediação na análise dos fenômenos históricos. Sendo esse movimento um resultado exclusivo do trabalho humano e apreendendo o trabalho como um ato teleológico de incorporação e criação de valor, acata-se que a formulação categorial mais precisa e genérica para expressá-lo deva ser: *processo de valorização do espaço* (Moraes; Costa, 1984).

Toda a sociedade para se reproduzir cria formas mais ou menos duráveis na superfície terrestre, daí decorre a condição *universal* do processo acima definido. Formas que obedecem a um dado ordenamento sociopolítico do grupo que as constrói e que respondem funcionalmente a uma sociedade vigente, a qual regula o uso do espaço e dos recursos nele contidos, definindo os seus modos próprios de apropriação da natureza. Daí o caráter pleno e exclusivo do processo *social*, impulsionado pelas ações e decisões emanadas do movimento da sociedade. Tais formas, que expressam uma quantidade de valor (trabalho morto) incorporado ao solo, substantivam na paisagem (congelam, em certo sentido) relações sociais específicas. Enfim, a vivência social do espaço cria “rugosidades” que duram mais que os estímulos e objetivos que lhes deram origem (Santos, 1978). Tal característica fundamenta a condição de processo *mediador*, que retroage na interação com outros processos sociais na medida em que, a cada momento, a sociedade tem de responder e reagir a diferentes quadros espaciais, o que faz das características de cada lugar um elemento a ser considerado na explicação das próprias ações sociais. Tem-se, portanto, espaços produzidos herdados, constituídos cada um (conforme a escala considerada) de formas pretéritas concentrados pontualmente na superfície da terra e por uma dinâmica natural, fatores que condicionam continuamente o uso dos lugares a cada conjuntura histórica considerada.

Esse equacionamento teórico abre possibilidades analíticas para o estudo da dimensão geográfica na interpretação da história humana. Nessa perspectiva “angular” concebe-se o movimento histórico como uma progressiva e reiterada apropriação e transformação da superfície do planeta, o que resulta numa cumulativa antropomorfização do espaço terrestre. Tem-se que relações cada vez mais complexas são entabuladas ao longo da história entre os grupos sociais e espaços que os abrigam. Num plano ainda de alta abstração, pode-se equacionar o processo geral de valorização do espaço sendo desdobrado em alguns processos mais específicos (ainda bem genéricos e abstratos) que exprimem distintos modos de relação entre sociedade e seu suporte espacial/ambiental.

Do ponto de vista lógico e histórico, a relação mais elementar existente seria a *apropriação dos meios naturais* pelas comunidades humanas, num quadro em que a superfície terrestre aparece para os habitantes como um celeiro de meios de subsistência e trabalho. A Terra em sua naturalidade como “corpo externo” dos seres humanos, com o qual estes necessitam entabular trocas para garantir sua reprodução como espécie. Tais trocas já implicam na *transformação* dos meios naturais, relação que se estabelece a partir de um determinado grau de intervenção humana nas paisagens terrestres e que coloca novas qualidades na relação enfocada, como as originadas pela agricultura que, através do solo agrícola, mobiliza a terra diretamente como um meio de produção. Com a agricultura desenvolve-se a *fixação* humana em lugares do espaço terrestre. Então, a essas relações pioneiras, agrega-se o processo constante e recorrente de *reapropriação dos meios transformados*, onde as sociedades se veem envolvidas com espaços já qualificados como “segunda natureza”, isto é, com meios naturais não originários, lugares já socializados, que contêm a marca de trabalhos pretéritos.

Nos universos de análise comentados, a relação da sociedade com o espaço se confunde com um relacionamento com a natureza (seja a original, seja a já transformada), todavia os seres humanos constroem ambientes artificiais, cuja naturalidade limita-se à origem dos materiais empregados na construção. Tal fato expressa o processo de *produção do espaço* (estrito senso), o qual nomeia a criação de formas eminentemente humanas, e que se tornam qualidades dos lugares que as abrigam. A durabilidade no tempo de uma forma construída repousa em muito na quantidade de valor nela agregada, ou seja, na quantidade de trabalho despendido em sua construção. A perspectiva de duração das obras criadas aumenta com o progressivo sedentarismo das populações, atuando na fixação do valor e permitindo gradativos processos de *acumulação in situ*. Cabe lembrar que, cada vez mais, os lugares são qualificados socialmente pelas suas heranças em termos de espaços construídos, ao contrário do passado quando as condições naturais prevaleciam na definição das “vocações locais”.

Vale salientar o uso mais restrito dado ao termo “produção do espaço”, aqui circunscrito à criação de formas não naturais na superfície terrestre. Trata-se da construção de espaços artificiais no sentido de sua elaboração, que nunca teriam sido criados por processos da natureza e cuja única naturalidade reside na matéria-prima de que são feitos. Pode-se considerar, portanto, que é um determinado grau de intervenção humana sobre um lugar que torna, mais que uma segunda natureza (um espaço transformado), um espaço produzido (estrito senso), isso é, um espaço de origem social dotado de formas materiais criadas pela sociedade. É um adensamento de tais formas que distingue o meio rural do meio urbano, e

é também sua quantidade acumulada que vai definir a hierarquia do fato urbano, da aldeia à metrópole. Em suam, entende-se a produção do espaço como um processo específico de valorização do espaço.

Uma última relação a ser listada nesse plano de alta abstração, ou de ampla universalidade histórica, diz respeito à *apropriação do espaço produzido*, o qual implica na constante re-vivência das formas herdadas, atribuindo-lhes uma funcionalidade em face da organização social vigente. Como bem aponta Milton Santos, as formas espaciais são sempre apropriadas segundo uma funcionalidade do presente histórico. Ao durar mais do que o processo (e a função) que a gerou, uma dada construção aparece frente a um novo processo como um recurso local, uma qualidade do lugar que pode ser re-apropriada por um uso social (novo ou reiterado) que requalifica. Esse processo, assim como o anterior, recobre aquele relacionamento entre os grupos sociais e o espaço que não pode mais ser equacionado como uma relação entre a sociedade e a natureza. Tratam-se agora de espaços não naturais, objetos de origem humana cuja lógica de geração obedece a preceitos próprios da vida social, a qual constitui em si um tema central da investigação geográfica.

Apropriação, transformação, perenização, produção, reapropriação: características essenciais da geografia proposta. Captar o movimento interno da valorização do espaço, entendendo a lógica que presidiu a execução das construções e dos arranjos locais, seria seu objetivo primeiro. O outro seria apreender os condicionamentos do resultado de tal processo em diferentes momentos, isto é, as influências da estruturação do espaço transformado e produzido com que se defronta uma sociedade numa dada conjuntura histórica. Essa segunda meta subordina-se claramente à primeira, em virtude da filiação à perspectiva metodológica assumida, para qual o espaço produzido só é explicável em função do processo que o engendrou. Em outras palavras, a forma criada só pode ser revelada pelo uso social a cada momento, sendo esse uso que lhe atribui um conteúdo ao qualificá-la como um “valor de uso” (Moraes; Costa, 1984). Novamente se reafirma o entendimento de que são os processos sociais que qualificam os lugares (e não o inverso), inclusive qualificando as características naturais nele contidas, tornando-as *recursos naturais*; um qualificativo histórico, dependendo da tecnologia disponível.¹³

Do mesmo modo que os demais processos sociais, a valorização do espaço também se modifica historicamente, variando de características em sua universalidade (abstrata). Suas manifestações concretas, como já mencionado, ocorrem guiadas pelas determinações gerais do período histórico em que estão contidas. A temporalidade submete, assim, a especialidade, e esse processo universal se torna denso de particularizações temporais e espaciais. Daí a possibilidade de poder falar de uma espacialidade própria a cada modo de produção, envolvendo formas de ordenamento do território e de apropriação de seus recursos, formas específicas de utilização da natureza e de repartimento dos espaços. Em suam, tem-se a possibilidade de ver a valorização do espaço como a expressão da lógica que organiza e identifica cada modo de produção, com suas relações essenciais se materializando em padrões espaciais recorrentes. Contudo, vale reafirmar, a lógica do modo de produção não elimina a diversidade e a singularidade irredutível dos lugares

13 Os materiais e os fenômenos da natureza só se qualificam como recursos naturais para uma sociedade quando esta dispõe de técnicas para manipulá-los, quando existam conhecimentos que permitam atribuir-lhes um valor para a vida humana. Quando isso ocorre, se tornam valores de uso potenciais, constituindo parte da riqueza natural disponível no patrimônio do grupo que detém o controle do espaço onde se manifestam. Portanto, a mediação da tecnologia é essencial na relação da sociedade com a natureza (Sorre, 1952; Santos, 1984).

terrestres. Isto é, a dominância de certas relações sociais de produção específicas (historicamente localizadas) não explica por si só os processos concretos de valorização do espaço. A singularidade absoluta das diferentes porções do planeta se impõe como imperativo no deslindamento desses processos de relacionamento entre as sociedades e a superfície da Terra. Isso fornece um conteúdo próprio à perspectiva assumida da análise geográfica (da totalidade).

O imperativo espacial se impõe, em primeiro lugar, pela variedade dos quadros físicos do planeta, sendo a diversidade local inicialmente pautada por características da natureza. A esse substrato natural diversificado – e, como visto, requalificado continuamente como recurso para o consumo humano – sobrepõem-se heranças de espaços construídos também desigualmente acumuladas nos diferentes pontos da superfície da Terra. O trabalho morto se fixa ao solo seletivamente ampliando as singularidades locais. A valorização do espaço articula esses fatores em cada qualificação das localidades, e ainda associa à dinâmica local os estímulos exteriores, pelo fato de que os lugares através das pessoas, produtos e processos se relacionam. Os arranjos singulares resultantes desse cruzamento fazem com que o ato de especializar seja de imediato uma particularização, pois as influências e condicionamentos decorrentes das características do meio (natural, construído e relacional) imprimem tonalidades locais às manifestações próprias de um dado modo de produção em cada lugar específico. Isso fica bem ilustrado no conceito de formação *econômico-social*, o qual circunscreve uma realidade sempre localizada temporal e espacialmente e que busca bem captar essa classe de mediações (Santos, 1979).

Enfim, a espacialidade se afirma como um elemento particularizador, uma mediação que quando aplicada sobre o próprio processo universal de valorização do espaço ajuda a qualificá-lo como o processo singular de formação de um *território*. Este resulta da relação de uma sociedade específica com um espaço também específico, sendo objetivado pelo intercâmbio contínuo que humaniza esse âmbito espacial, materializando sincronicamente as formas de sociabilidade nela reinantes numa paisagem e numa estrutura territorial. O valor fixado pelo trabalho vai se tornando uma qualidade dos lugares, fazendo da constituição de um território um processo sincrônico e cumulativo. As construções e destruições realizadas fazem a parte daquela parcela de espaço, qualificando-a para as apropriações e usos futuros. Nesse sentido, o território aparece para a sociedade, a cada momento, como um resultante e uma possibilidade, como condição e meio de reprodução da vida social. Assim, pode-se dizer que o processo de *formação territorial* é a manifestação empírica da valorização do espaço, da mesma maneira que a formação econômico-social expressa o modo de produção numa situação singular. Expressam níveis diferenciados de abstração: o modo de produção e valorização do espaço referindo-se mais ao plano da universalidade, enquanto as formações mencionadas dizem respeito ao caminho da singularidade. O movimento entre esses níveis constitui o domínio da particularidade, vista aqui como “um campo de mediações” (Lukács, 1970).

Cabem algumas palavras sobre o próprio conceito de território e sobre a utilização em detrimento de outros mais usuais na literatura geográfica como “região” ou “paisagem”. Sua escolha recai no atributo de ser o uso social o seu elemento definidor. Posto em outros termos, é a própria apropriação que qualifica uma porção da Terra como um território. Logo, este conceito é impossível de ser formulado sem o recurso a um grupo social que ocupe e explore aquele espaço. O território, nesse sentido, inexiste como realidade natural. Tal conceito possui,

assim, duas vantagens: impede qualquer retorno de concepções naturalizantes (que tanto marcaram a geografia tradicional) e aponta para uma visão social do objeto geográfico, reforçando a ótica aqui adotada. E mais, equacionando como um movimento – a *formação* – resgata a unidade dialética entre forma e processo (vital para a ótica geográfica que se busca construir) e evita que se caia novamente numa visão “coisificada” do objeto (Kosik, 1975). Vale reafirmar que não é o território que é assumido como objeto de investigação, mas o processo de sua formação. Em outras palavras, o que interessa para a análise proposta é a história da apropriação e uso daquela porção singular do espaço terrestre. Trata-se, por tanto, da própria história como objeto e não de estudo de um de seus produtos congelando no tempo: a configuração territorial “Moraes, 2000”.

4 Os campos da geografia humana

Antes de avançar nessa argumentação, cabe destacar algo sobre as possibilidades de diálogo interdisciplinar contidas na presente proposição, ainda no plano genérico do deslindamento do campo de investigação. Há razoável concordância dentro da tradição metodológica assumida que as três dimensões básicas da vida social são: a econômica, a política e a cultural. Entendendo o objeto geográfico como um processo social, estas três dimensões recortariam suas manifestações concretas, fornecendo elementos para a particularização do próprio processo universal de valorização do espaço. Tendo que o estudo de tais dimensões fundamenta os objetos de outros campos disciplinares das ciências sociais, suas aproximações com a geografia deveriam se efetivar como interlocuções dessa disciplina com esses campos (Gregory; Martin; Smith, 1996). O resultado desses diálogos interdisciplinares indicaria, por este encaminhamento, a divisão dos principais campos da geografia humana, dando uma fundamentação ontológica mais consistente para essa delimitação.

A primeira dessas aproximações circunscreve o campo da *geografia econômica*, objetivado numa interlocução entre a geografia e a ciência econômica ou, já distinguindo certas opções metodológicas nessa disciplina, a economia política. Tal campo teria por objeto de reflexão e análise a espacialidade da vida econômica ou, posto noutros termos, os processos econômicos de relação da sociedade com o espaço que lhe abriga ou, ainda, a relação *espaço-valor* (Moraes; Costa, 1978). Algumas indicações do temário específico desse campo já foram apresentadas ao longo do texto na medida mesmo em que, na concepção adotada, a reprodução da vida material ocupa lugar de destaque na interpretação da vida social. Toda a discussão clássica sobre a gênese do valor, e sobre o papel da natureza nesse processo, já abre um amplo horizonte de investigação interdisciplinar com desdobramentos interessantes na reflexão econômica contemporânea sobre a questão ambiental (Moraes, 2009).

Cabe precisar os processos fundamentais de interesse do campo da geografia econômica, onde se destacam dois conjuntos: os processos de *fixação geográfica do valor* e os processos de *transferência geográfica do valor*. Os primeiros buscam investigar como parte da riqueza produzida pelos grupos humanos vai se depositando na superfície do planeta, como alocações de trabalho morto que se materializa nas construções e nas transformações das paisagens e dos lugares terrestres. Vale assinalar que tal estudo é básico para a contabilização social dos processos de valorização do espaço, pois os lugares podem se empobrecer dependendo dos

tipos de relações produtivas que sejam neles realizadas. Nesse sentido, captar o grau e as formas de internalização espacial do valor produzido na escala local – o *valor fixado* – emerge como importante ponto na pauta de discussão da geografia econômica. Parte do trabalho morto depositado na superfície terrestre está inscrito nas formas criadas (ou espaço produzido) que expressam quantidades de valor definidas pelo trabalho social necessário para construí-las. Tais formas não naturais – os *fixos* (Santos, 1988) – têm muitas vezes uma perspectiva de duração que transcende as finalidades originais para as quais se destinavam no momento de sua construção, habilitando-se para novos usos e funções a cada conjuntura ou a cada ciclo produtivo. O processo de fixação geográfica do valor busca rastrear e explicar esta apropriação e produção do espaço, analisando sua lógica locacional e avaliando os estoques de valor fixados nos diferentes lugares em distintos momentos, inventariando a quantidade e a qualidade dos fixos existentes num âmbito espacial numa conjuntura (Moraes, 1994).

Sabe-se que a parcela do valor não ficado vai circular no espaço se fixando (em parte) em outros sítios, alimentando assim circuitos espaciais e influindo na vida de outras localidades. Isso dá margem à existência do conjunto de processos de transferência geográfica do valor (Sojo, 1983), aqueles que interessam à mobilidade da riqueza produzida (Moraes, 1989b). Aqui, o tema básico para a análise são os fluxos no espaço terrestre, investigando o deslocamento de riquezas, mercadorias e informações. O universo da circulação abre um amplo horizonte de pesquisas ao examinar a espacialidade das trocas, dos transportes, e dos circuitos financeiros. Tanto a chamada “renda de circulação”, que incide no custo das mercadorias, quanto os encargos financeiros cada vez mais expressivos na composição dos preços, constituem importantes pontos de indagação num mundo de intensos intercâmbios materiais e imateriais que conforma a geografia das redes.

Uma segunda divisão respaldada num fundamento interdisciplinar recorta o campo da *geografia política*, originado no diálogo entre a reflexão geográfica, a ciência política e o direito. A espacialidade da vida política, ou os processos políticos de relacionamento entre a sociedade e o espaço, está no centro das atenções de uma abordagem que busca explicar a relação espaço-poder. Assim, são as formas de domínio dos lugares que vão constituir o objeto privilegiado de análise, emergindo a atuação estatal como de singular transcendência nesse contexto. Por isso, o tema da relação entre o Estado e o território merece uma atenção especial dos autores dedicados aos estudos de geografia política. A questão da definição dos âmbitos espaciais de exercício da dominação estatal aparece entre os processos essenciais a serem examinados nesse campo, ao lado do estudo do comportamento territorial das diferentes unidades políticas consideradas (Costa, 1992).

A formação dos territórios, apesar de possuir motivações econômicas bem determinadas, é um ato político por excelência. Os territórios são *construções militares* que, no limite, se objetivam pelo seu potencial bélico. Mas são também *construções jurídicas*, que necessitam ser legitimadas interna e externamente ao seu âmbito de exercício do poder, por meio dos preceitos do direito vigente. Os territórios são, ainda, *construções ideológicas*, na medida em que é necessário difundir o reconhecimento da autoridade, por exemplo, pela doutrinação de um sentimento de “pertencimento” de comunidade na população que o habita (Anderson, B., 1993). A combinação entre estes planos nos processos concretos variou bastante ao longo da

história. Há casos em que um pleito territorial, de origem cultural, desencadeou campanhas militares que geraram territórios legitimados posteriormente. Outras vezes, uma conquista bélica originou um território, onde a homogeneidade cultural foi imposta no próprio processo de territorialização do poder. Há inclusive territórios com uma existência jurídica prévia a sua objetivação prática. Enfim, os processos histórico-concretos de formação territorial são múltiplos e variados, animando o universo de pesquisa da geografia política.

Como foi dito, no mundo moderno os territórios estão vinculados ao domínio estatal do espaço, qualificando-se como o âmbito espacial do exercício do poder de um Estado (Badie, 1996). Tal entendimento está na base da diferenciação das concepções geográfica e antropológica a respeito desse conceito, ambas demarcadas por trajetórias teóricas distintas. No campo da geografia, assim como nas teorias do direito a afirmação de uma autoridade e o exercício do poder define o território, que é um espaço qualificado pelo domínio político. Já nas teorias da antropologia, tal conceito qualifica a vivência de espaços específicos e a espacialidade de relações simbólicas, notadamente aquelas referidas às identidades. Aqui se trabalha com a primeira concepção, que vincula o território à “forma estatal de dominação social” (Recalde, 1982). Contudo, o tema da autonomia nacional repõe o diálogo entre poder e identidade, que hoje adquire uma importância ímpar para os estudos de geografia política (Rafestin, 1993). A discussão da formação dos territórios estatais, e especificamente os nacionais com a ideia da soberania popular, envolve, todavia, um nível de particularização histórica bem maior do que o praticado no ponto da argumentação em que estamos.

Aqui cabe delinear a terceira divisão básica do campo da geografia humana que se estabelece a partir da prática interdisciplinar. Na verdade, quando adentramos no tema da legitimação social do exercício do poder no espaço já se tangencia este campo, na sua intersecção com a própria ótica da geografia política. Trata-se da *geografia cultural*, dedicada a análise e reflexão sobre a relação entre o espaço o *imaginário* e as *representações*, o que envolve uma interlocução com várias disciplinas: desde a antropologia e a sociologia até a semiologia e a psicologia social. É a espacialidade da vida cultural que vem ao centro da investigação, ou, em outros termos, as relações culturais que a sociedade e os indivíduos estabelecem com o espaço, as quais revelam as formas de *consciência espacial* vigentes. Assim é a valorização subjetiva do espaço que importa para essa perspectiva, destacando-se o estudo dos discursos normativos ou interpretativos que podem ser definidos como *ideologias geográficas* (Moraes, 1988), notadamente aqueles que visam orientar juízos acerca dos lugares ou comandar a aprovação e produção do espaço.

Por ser a relação sociedade-espacoo um processo universal, todos os indivíduos que compõem qualquer agrupamento social (em qualquer época e em qualquer cultura) desenvolvem trocas simbólicas com os espaços em que estão inseridos. Tais trocas alimentam o *horizonte geográfico* presente na consciência de cada ser humano, constituindo parte do equipamento sociopsíquico adquirido em seu processo de socialização e vida. Este incorpora deste uma *geografia espontânea* do senso comum, que emerge diretamente da práxis manipulativa dos lugares terrestres até o imaginário erudito subjacente ao conhecimento científico da Terra. As escalas de abrangência desse horizonte variam enormemente, seja do ponto de vista individual, histórico, social ou cultural, podendo abranger desde apenas o *espaço vivido* local até uma cons-

ciência planetária bem fundamentada. Vale lembrar que o conceito de horizonte geográfico remonta a Humboldt, que o definia como a cosmografia presente no pensamento de cada indivíduo, alimentada pelo resultado de sua vivência e observação do mudo e também por sua imaginação e suas emoções.¹⁴

Uma forma de detalhar esse extenso universo de investigação é circunscrevê-lo ao campo do “saber culto”, que envolve o registro escrito e a reprodução dos discursos. Adentra-se, assim, a seara das representações sobre o espaço originadas por uma *práxis* apropriativa, objetivando o universo do que poderia ser denominado de *pensamento geográfico*. Aborda-se aqui o amplo conjunto de discursos que refletiram acerca da superfície da Terra, dos lugares terrestres, e do espaço, o que abre um leque de interlocuções extremamente vasto para a geografia cultural. Pode-se avançar delimitando historicamente o campo a ser pesquisado, introduzindo qualificações que particularizam como o pensando “ocidental” ou a época “moderna” ou, até mesmo, o conhecimento “científico”. Nesse percurso, qualifica-se como objeto de análise o próprio discurso geográfico; a “geografia” tomada como tradição acadêmica aparecendo como uma modalidade de reflexão acerca dos temas mencionados. Neste sentido, a geografia cultural vai assumir também um papel de *metageografia*. Para explicitar essa condição cabe esclarecer melhor a diferenciação entre pensamento geográfico e geografia.

Abandonado a soberba de tomar como “geografia” qualquer reflexão sobre o espaço ou a superfície da Terra, fica evidente que tal campo disciplinar cobre um tipo específico de discurso no universo que está sendo chamado de “pensamento geográfico”. A produção da geografia acadêmica é tomada então como uma modalidade de discurso, com uma história e tradição própria, passível de ser analisada com especificidade como qualquer outro discurso do amplo universo considerado. Nesse sentido, o conhecimento disciplinar aparece como tema do campo de investigação da geografia cultural, isto é, como objeto de ser interesse analítico. Esta possibilidade de autorreflexão com exterioridade é que qualifica a geografia cultural como uma meta-geografia, isto é, como uma reflexão sobre o próprio ato de “fazer geografia” e sobre seus produtos: os *discursos geográficos*, estrito senso.

Cabe salientar, ainda nesse plano genérico de apresentação do campo da geografia cultural, que um importante conjunto específico dentro do pensamento geográfico circunscreve aqueles discursos que possuem um teor normativo, isto é, que veiculam juízos e valores acerca dos lugares e cumprem, assim, uma função pedagógica no sentido de influírem marcadamente na conformação das consciências espaciais. Estes, de maior conteúdo político, constituem o universo das *ideologias geográficas*, que escoram os processos de produção material do espaço, na medida em que esses demandam a elaboração de planos e projetos. Pode-se dizer que as ideologias geográficas recobrem os discursos politicamente orientados do pensamento geográfico, seja em termos do estabelecimento de valores acerca do espaço e dos lugares, seja no direcionamento da ocupação e dos usos efetivos da superfície terrestre. Vale acentuar que não existe produção *material* do espaço sem produção *simbólica*,

¹⁴ Um amplo universo de investigação se abre para o estudo da imaginação espacial e dos lugares imaginados. Todos os utopistas projetaram espacialmente suas propostas, as religiões remetem a cosmologias mágicas, espaços oníricos são criados pela literatura ou pelo cinema. Vale salientar que a imaginação geográfica e a busca de lugares imaginários animaram explorações e representações. Sérgio Buarque de Holanda exemplificou bem como essa “geografia fantástica” atuou na colonização do Brasil, mostrando a força dos mitos como fator de ocupação do espaço (Holanda, 1985).

sendo a relação homem-natureza, a apropriação dos lugares, e a formação dos territórios, processos teleológicos impulsionados por sujeitos e envolvendo finalidades e ações conscientes (Moraes, 1988).

O parágrafo anterior permite bem entender o caráter meramente analítico (epistemológico) da distinção entre os três campos da geografia humana, ao iluminar suas inter-relações e a unidade ontológica básica de suas manifestações concretas. A discussão isolada de cada um desses campos serve para bem equacionar conceitos e mecanismos sociais específicos e para investigar fenômenos particulares, elucidando os instrumentos teóricos para a própria particularização histórico-geográfica (vista como estabelecimento de mediações). Como dito, os processos concretos de formação dos territórios mobilizam múltiplas determinações, articulando dimensões variadas que são estudadas sistematicamente por diferentes campos científicos, o que condena a geografia a praticar o diálogo interdisciplinar para dar conta de seu próprio objeto.¹⁵ Cada campo identificado ilumina uma interface da interlocução geográfica, apreendendo aspectos particulares (parcialidades) da vida social, de modo a contribuir na tessitura da teia de determinações que compõe o caminho para a compreensão de uma formação territorial singular.

5 Geografia: a dimensão espacial da sociedade

Desse modo, enquanto a valorização do espaço aparece como o horizonte teórico genérico de indagação da concepção de geografia proposta, a formação territorial é posta como o objeto empírico das pesquisas, o ajuste de foco naquela ótica angular de captar o movimento histórico própria da geografia humana: uma abordagem que busca apreender a valorização do espaço em manifestações únicas sincronicamente avaliadas, logo, em processos de formação territorial singulares. Transita-se, por tanto, da alta abstração da categoria “espaço” ao preciso e objetivo conceito de “território”, o qual não necessita de adjetivos que o qualifiquem para o uso analítico. Na formação territorial, às determinações dos processos econômicos, se associam as injunções da política e as nuances da cultura. Na historicidade plena das manifestações singulares aparece a possibilidade de indicar os agentes de tal processo, os sujeitos concretos que impulsionaram seu movimento, e as motivações e interesses específicos que animam suas ações em cada conjuntura.

A ocupação dos espaços, os usos do solo, os assentamentos humanos, as formas de apropriação da terra, as hierarquias entre os lugares, as localizações, tudo isso substantiva os resultados de disputas, lutas hegemonias, violências, ideias, enfim, de atos políticos. A formação

¹⁵ Como apresentado, o estudo da formação de um território específico implica a análise da dimensão espacial de uma formação social singular, pois constitui sua espacialidade ou sua projeção na superfície da Terra. Assim, o território, ao mesmo tempo em que é determinado pela particularidade da sociedade que o constrói, aparece como um fator de definição da singularidade desta, sendo em si mesmo um elemento de particularização. Para compreender o processo de formação de um território singular, cabe relacionar as dimensões econômica, política e cultural da sociedade que impulsiona tal processo, pois é na sua trama histórica que se pode captar a lógica de tal construção. Nesse sentido, o território pode ser visto pela análise geográfica como um nexo totalizante que reintegra a unidade dos campos da geografia humana, articulando no movimento histórico de sua formação os processos e fenômenos estudados por cada um dos três campos expostos.

dos territórios manifesta-se como expressão de processos teleológicos, dotados de finalidades atribuídas por seus agentes, logo sustentadas em projetos e guiadas por vontades ou escolhas de seus protagonistas. Processos que envolvem representações, discursos e valores, em suma, formas de consciência espacial e ideologias geográficas. E todo esse movimento se desenrola em “cenários” dotados de peculiaridades locais que interferem nas decisões e na caracterização dos interesses em jogo. Os lugares terrestres exprimem e expressam a cada momento a espacialidade que contém como potencial e como determinações, suas materialidades espaciais a serem envolvidas pela vida social.

Tem-se, por tanto, que o estudo da constituição de um território pode ser um rico caminho para a análise da particularidade histórica de uma formação social, pois a qualidade de sua inércia e continuidade – o *prático inerte*, como conceituou Milton Santos, fazendo uso de um conceito de Sartre (Santos, 1978) – torna-o depositário não apenas de valores econômicos, mas também dos projetos políticos que se hegemonizam em cada sociedade em foco. O fato de uma diretriz se materializar no espaço pode ser vista, inclusive, como a maior prova de sua hegemonia, e, nesse sentido, deve-se captar na objetivação das formas espaciais a vitória efetiva das concepções e desígnios que a idealizaram. O território é, assim, um resultado do exercício de poder, cujo modo de funcionamento pode ser lido em sua paisagem e em suas estruturas materiais.

Enfim, como posto anteriormente, a formação territorial – vista como manifestação particularizada da valorização do espaço – vai ser entendida como um dos elementos definidores da particularidade de uma sociedade, na medida em que o desenvolvimento histórico se faz *sobre e com* o espaço terrestre, resultando que toda formação social é também territorial no sentido em que necessariamente se espacializa em certa porção do globo. A delimitação de tal espacialização ao longo da história constitui um tema básico da geografia humana. Em outras palavras, a definição da escala espacial ontologicamente mais relevante para a análise geográfica emerge como umas das questões centrais na reflexão desse campo disciplinar. Em verdade, boa parte da discussão conceitual da geografia buscou fornecer um conceito-síntese (região, habitat, paisagem, área) que respondesse a tal indagação: qual o recorte espacial mais adequado para compreender a relação sociedade-espacço?

A abrangência espacial do domínio político de um dado grupo torna o conceito de território, a nosso ver, o mais indicado para proceder tal recorte em fase dos posicionamentos teóricos assumidos. Porém, deve-se ter claro que tal critério em sua manifestação concreta varia historicamente conforme os próprios modos de organização da vida social de cada povo. O que implica em repartições espaciais diferentes já na definição das próprias unidades sociais em cada época e lugar. Além disso, variam bastante também as formas e as práticas do exercício da autoridade política. Por essa razão, a definição clara do recorte “adequado” já pressupõe certo grau de historicização da reflexão, mesmo que ainda no plano de uma macroperiodização histórica, por exemplo, sua inserção nos marcos de um dado modo de produção (Moraes, 2000).

Valorização do espaço e formação territorial, dois níveis de abordagem de um mesmo processo. De um lado, mais abstrato, as determinações genéricas fornecendo os macroindicadores que especificam os objetos da investigação e delimita as problemáticas e os

conceitos, apontando para processos universais, suas lógicas estruturais de constituição e a mecânica de seu funcionamento como abstração (por exemplo, a valorização “capitalista” do espaço). De outro, já no bojo da concreção, a malha mais fina do desenrolar dos movimentos históricos particulares, e nestes o desenrolar de conjunturas, permitindo identificar vontades e posições individualizadas, atores e interesses específicos, empenhados na formação cotidiana dos territórios. Vê-se assim, duas perspectivas interligadas (e em trânsito) de análise e reflexão, em cuja união se desenha o projeto de uma geografia interpretativa, social e histórica. Uma abordagem que explicita uma forma específica e angular de interpretar a história: a geografia como história territorial.

Referências

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALTVATER, E. *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (dês)ordem mundial*. São Paulo: Edunesp, 1995.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen de la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ANDERSON, P. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto: Afrontamento, 1976.
- BADIE, B. *O fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito*. Lisboa: Piaget, 1996.
- BOURDIEU, P. O campo científico, In: ORTIZ, R. (Org.). *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CAPEL, H. *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- _____. Institucionalización de la geografía e estrategias de la comunidad científica de los geógrafos. *Geocrítica 8/9*, Barcelona, 1977.
- COSTA, W. M. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- DOLFUS, O. *O espaço geográfico*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- ESCOLAR, M. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (Orgs.). *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- HABERMAS, J. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- HARTSHORNE, R. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HARVEY, D. *A produção do espaço*. São Paulo: Annablume, 2007.
- _____. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

- _____. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HELLER, A. *Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- HOLANDA, S. B. *Visão do paraíso: Motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1985.
- KOFLER, L. et al. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MORAES, A. C. R. Contabilidade ambiental e geografia econômica. *Investigaciones Geográficas*, México, 2009. Número especial.
- _____. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____. Fixação de valor e capital fixo. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 72, 1994.
- _____. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. *A gênese da geografia moderna*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1989a.
- _____. Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de acumulación en el espacio. In: YANES, L.; LIBERALLI, A. (Orgs.). *Aportes para el estudio del espacio socio-económico*. Buenos Aires: El Colóquio, 1989b.
- _____. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____; ESCOLAR, M. Pierre George: Fragilidad teórica, compromiso político e temática regional. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2., 1989, Montevidéu. Anais..., Montevidéu, 1989.
- _____; COSTA, W. M. *A valorização do espaço*. São Paulo. Hucitec, 1984.
- _____. Espaço, valor e a questão do método. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 5, 1978.
- RAFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RECALDE, J. R. *La construcción de las naciones*. Madri: Siglo Veintuno, 1982.
- ROSS, J. L. S. *Geomorfologia: ambiente e planejamento*. São Paulo: Contexto, 1990.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1984.

- _____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- SCHAEFFER, F. O excepcionalismo em geografia: um estudo metodológico. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 1, 1976.
- SCHMIDT, A. *El concepto de naturaleza en Marx*. México: Siglo Veintuno, 1976.
- SLATER, P. *Origem e significado da Escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SILVA, A. C. *O espaço fora do lugar*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SOJO, E. Uma interpretação materialista da espacialidade. *Abordagens Políticas da Espacialidade*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
- SORRE, M. *Les fondements de la géographie humaine*. Paris: Armand Colin, 1952.
- UNWIN, T. *El lugar de la geografía*. Madri: Cátedra Geografía Menor, 1995.

As dimensões do geográfico: diálogo com Armando Corrêa da Silva

Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins

Resumo

Este ensaio é dedicado à análise das categorias fundamentais do discurso geográfico como dimensões do existir. Nesta primeira parte, dialogamos com o pensamento de Armando Corrêa da Silva, observando aspectos epistemológicos que fundamentam a ciência geográfica, especialmente os lógicos, bem como a compreensão de suas principais categorias.

Palavras-chave: Espaço. Ente. Ser. Movimento. Relação.

The dimensions of the geographic: a dialogue with Armando Corrêa da Silva

Abstract

This paper dedicated to analyses the fundamental categories of the geographical speech. This paper is dividing in two parts. In this part we have a dialogue with the geographer Armando Corrêa da Siva's thought. The contribution from this author observed epistemological underpinning geographical science, especially logical aspects as well as understanding of its main categories.

Keyword: Space. Entity. Being. Movement. Relationship.

Em um trabalho intitulado *A noção de espaço em geografia*, Alain Reynaud menciona o seguinte: “Não é de se estranhar que *espacial* constitua um dos dois significados do adjetivo *geográfico* na linguagem corrente” (Reynaud et al., 1986). Talvez não só na linguagem corrente, possivelmente até mesmo no discurso da ciência geográfica o *espacial* signifique o *geográfico*. Porém, ao se pensar nos fundamentos geográficos da realidade e suas diferentes dimensões, essa reflexão pode se mostrar um tanto distinta da afirmação de Reynaud.

Este trabalho é a primeira parte de duas.¹ O que será apresentado na primeira deste ensaio diz respeito à contextualização do problema apresentado por Armando Corrêa da Silva² em um pequeno texto intitulado “O conceito de espaço de David Harvey – implicações

¹ A segunda parte intitula-se “As dimensões do geográfico: da quantidade à qualidade; do ente ao ser”, a ser publicada.

² Neste artigo, Armando Corrêa da Silva é citado pelo primeiro nome.

ontometodológicas”, numa coletânea deste autor cujo nome é *De quem é o pedaço* (Silva, 1986). Na sequência, será considerado outro texto do mesmo autor, intitulado “As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico” (Reynaud et al., 1986), presente na mesma coletânea em que se encontra o texto de Alain Reynaud mencionado anteriormente. Ao se discutir alguns pontos do pensamento de Armando, é possível observar como o autor encamina a questão *do conjunto das principais categorias topológicas da geografia e sua respectiva articulação*, ou nas palavras de Armando “*as categorias fundamentais do conhecimento geográfico [...], que definem o objeto da Geografia em seu relacionamento*”. Nesse contexto, melhor seria dizer que “definem o objeto da *ciência* geográfica e representam a geografia em pensamento”.

Nesse conjunto de categorias é possível observar que a ciência geográfica possibilita uma reflexão privilegiada. Ao desdobrar as diferentes categorias espaciais, em que o espaço poderá ser região, território, lugar, habitat, área, domínio etc., essa ciência aprofunda a reflexão sobre as diferentes dimensões do *existir* dos entes em geral que constituem o mundo. É por isso que essa forma de pensamento (o pensamento geográfico) permite ver que o geográfico não se reduz ao espaço, pois este enquanto reflexão sobre a existência invoca as outras categorias do existir, como o tempo, o movimento e, sobretudo, a *relação*.

E da mesma forma que para o espaço as categorias tempo, relação e movimento devem desdobrar-se conforme as distintas facetas do existir. E o existir é dos entes em geral, são eles, em seus recíprocos relacionamentos, na sua condição de objeto e, por conseguinte, na sua condiçãoposta pelo sujeito, que serão a fonte do discurso geográfico. Portanto, o tempo se desdobrará em duração, sucessão, ritmo ou frequência; da relação teremos a ligação, a conexão; movimento será quantitativo ou qualitativo, ou seja, deslocamento, metamorfose, transmutação etc. Tudo remetendo à complexidade do existir. Por esses desdobramentos serão observadas as dimensões do geográfico.

Armando: “são as categorias entes lógicos ou ontológicos?”

No primeiro texto de Armando serão destacadas três passagens breves acerca de questões lógicas relativas ao discurso da ciência geográfica. A primeira afirmação é a de que

Um caminho lógico-metodológico de reflexão pode propor que o *espaço* é a categoria mais ampla do pensamento do geógrafo. Mas o espaço é o maior *lugar* possível. E o lugar manifesta-se geograficamente como *área*, *região* ou *território*. A área, a região, o território são modalidades possíveis de lugares; são sua expressão, assim como são manifestações geográficas do espaço em geral. *Eles contêm* as manifestações empíricas que conhecemos cotidianamente como a cidade, o campo, o porto, a estrada, o estabelecimento industrial – mas também a montanha, a floresta, o deserto, o lago, o oceano, as nuvens etc. (Silva, 1986, p.91)

Além das sugestivas relações entre as categorias listadas, o último grifo “eles contêm” foi acrescentado, pois assinala uma distinção importante: a noção continente dada às categorias espaciais, logo um algo (espaço) que contém um outro algo (as manifestações empíricas). É

fundamental deter-se nesse aspecto: o espaço contém as manifestações empíricas, mas com estas não deve ser confundido. Portanto, o espaço não é a manifestação empírica, ainda que destas dependa para se constituir.³ Apesar de Armando não ter dado destaque a esta distinção, sua relevância surge já na passagem apresentada a seguir:

[...] parece lógico – e formalmente o é – que o espaço seja uma dimensão universal; o lugar, uma dimensão particular; a área, a região, o território, uma dimensão singular. A reflexão sugere que na Geografia o universal, o particular e o singular tem essa conotação categorial. Além disso, verifica-se que – relacionando o universal, o particular e o singular – o espaço contém o lugar, e este contém a área, a região, o território. Inversamente [...], a área, a região, o território, expressam o lugar e este o espaço (Silva, 1986, p. 91).

Se não pudéssemos distinguir as manifestações empíricas, que preferimos chamar de objeto e suas respectivas propriedades existenciais, entre elas o espaço, não seria possível conduzir este ao contexto da lógica. Portanto, o mais importante nessa passagem é a aproximação entre a lógica e as categorias espaciais. Destaca-se, assim, o papel dessas categorias na ordenação do pensamento, o que reforça a necessidade de não confundi-las com as manifestações empíricas, o que não significa, como dito, independência entre ambos,⁴ ou seja, isso sugere que o espaço como também o tempo são aspectos relacionados à cognição do mundo, o que equivale pensar os entes em geral em uma forma determinada de sua existência (de como esses entes existem).

Reafirmar um princípio tradicional a esta altura se faz necessário: nesta existência, o ente em sua materialidade assumirá a condição de objeto somente se houver um sujeito. Ou então, o objeto só será objeto quando ele for para um sujeito. O objeto é para o Sujeito, exatamente *na* relação. O objeto não será, ou deixará a condição de ser objeto, quando não houver a relação e, para isso, o sujeito não existe. Todavia, este ser para o sujeito somente se dará se a condição objetiva da existência for fenômeno para o sujeito, e a existência se manifesta espaço-temporalemente no movimento do fenomênico, ou seja, do ente que agora é objeto para o sujeito. Objetividade e subjetividade afirmam-se a si mesmas mutuamente, uma mediante a outra.⁵ Mas repita-se: espaço, tempo e movimento são as manifestações do existir dos entes em geral. E, na sua existência, os entes em geral se postam a consciência como objetos, momento pelo qual será firmado seu ser mediante esta existência, e será este existir que fundará o ser dos entes em geral.

3 Isso não significa que concordamos com a ideia de reduzir o espaço à noção de continente, essa é apenas uma das formas de entendê-lo; o que se destaca é a importância da distinção entre espaço e suas “manifestações empíricas”.

4 Aceitar a independência entre os entes e aquilo que é constituinte da existência, entre eles o espaço, seria dar azo a uma concepção neutra dessa categoria, como a noção de espaço absoluto, ou o apriorismo kantiano. Uma postura dessa natureza revela uma leitura de mundo sedimentada na metafísica, ou pode eventualmente sustentar uma ideologia. Aqui, nos colocamos em oposição a essa neutralidade, o que representará, em última instância, um embate político. Quem resume bem os principais argumentos em oposição à neutralidade do espaço é Henri Lefebvre.

5 O sujeito é para aquilo que não é ele mesmo, ou seja, o objeto, assim como o objeto é para aquilo que não é ele mesmo, o sujeito. Entre aquilo que é e aquilo que não é, se dá o fundamental: a relação. Como outras posições que aparecem neste texto, essas têm em conta as controvérsias que estão na base de cada uma delas. Isso fica pressuposto, dado seria difícil aqui explicitar todos os detalhes dos problemas subjacentes.

Então há dois momentos, o existir dos entes (espaço, tempo, movimento) e a essência dos entes (o seu ser), sempre considerando que a existência do ente só será objetiva quando for dada ao sujeito.⁶ E ao fazer assim toma-se o existir em sua constituição, isto é, o espaço, tempo e o movimento do objeto, para então ter um espaço, tempo e movimento pensados, ou seja, é o momento em que essas três categorias apresentam sua dimensão subjetiva. Manifestações que, por sua vez, ao serem apreendidas pelo pensamento, serão estabelecidas através de juízos mediante essa ordem lógica a qual se refere Armando.

A terceira e última passagem do primeiro texto é a avaliação de Armando sobre essa tradição lógica presente na relação entre as categorias da geografia:

Constata-se que é feita uma classificação na qual existe uma hierarquia lógica que, associada às categorias gerais do entendimento humano, como o universal, o particular e o singular – é tratada do ponto de vista de uma lógica interna à dimensão espacial.

Este não é um caminho dialético: a Geografia tem vivido este impasse aristotélico-kantiano desde suas origens (Silva, 1986, p. 91-92).

Além de não ser um caminho dialético também não será possível falar em dialética. O esclarecimento dessa impossibilidade implica considerar três aspectos: a) não confundir os entes em geral com o espaço (ou mesmo com o tempo, ou o movimento); b) não dar autonomia ao espaço diante da necessidade de compreendê-lo, pois espaço, assim como o tempo, são relativos ao movimento, e o movimento é relativo aos entes em geral; c) sendo espaço e tempo categorias relativas ao movimento dos entes, o movimento representa a dimensão do existir dos entes, ou seja, espaço e tempo são as formas do existir. E, como dito, reitera-se que existir não se confunde com o ser dos entes, ainda que em estreita e fundamental relação.

Como a manifestação fundamental da existência está relacionada ao movimento, sobre isso é possível se observar dois tipos básicos de movimento, um deles é o quantitativo, passível de quantificação, conhecido por deslocamento, que foi consagrado especialmente (se não unicamente) pela ciência, em destaque a física, a ponto de que hoje ao se falar em movimento imediatamente se remete ao deslocamento. Para esse tipo de movimento há uma equivalente noção de espaço e tempo, e o principal depurador dessa noção foi Descartes.⁷

Uma constatação fundamental nesse ponto é necessária, qual seja *o movimento nesse caso não atinge o ser do ente*. O ente desloca-se e permanece sendo o que é. Metros, centímetros, milímetros, polegadas, jardas, milhas, seja qual for a medida usada, o deslocamento ocorrerá em superfícies, planos, áreas, em três dimensões quantificáveis mediante a marcação do tempo em horas, minutos etc.

6 Uma velha e conhecida tese da “independência objetiva” dos entes, em geral em relação ao pensamento (sujeito), deve ser reparada: o que se quer dizer com “independência objetiva” é “independência do existir”, que para a consciência é a manifestação do tempo, pois o ente sempre se torna objeto (por isso sempre pensamento de algo), que deixa de ser por deixar de existir, ou virá a ser quando se perceber sua existência (eis o movimento em pensamento), um agora, um antes e um depois pelo movimento do existir dos entes. Assim, o que não existe para a consciência não é. Nisso só admitimos independência em relação ao sujeito dos entes em sua existência, porém nessa condição, nesse nada de existir para o sujeito (o ente não é objeto), nada sei sobre o seu ser, posto que ele, o ente, não é para o sujeito. Eis o motivo pelo qual o ente não se reduz ao ser. Portanto, sujeito e objeto definem seu ser na relação.

7 As questões relativas à filosofia da ciência têm lugar com elementos como esses, pois por meio dessa construção uma leitura e uma ideia de mundo serão constituídas.

Porém, a situação se complica quando há o movimento qualitativo, ou seja, aquele movimento que não é quantificável, porém é substantivo ao ser dos entes, ou melhor, essencial a estes. Esse movimento está relacionado ao ser que deixa de ser o que é para se tornar um novo ser.⁸ Em resumo, a possibilidade de se estabelecer a relação entre ser e não ser, estando a qualidade em questão e designando o ser dos entes. Perguntas antigas são necessariamente retomadas: o que determina o ser? O que é o ser? Uma vez que sem essas respostas não se identifica a qualidade em processo de metamorfose e, por consequência, não se identifica o movimento, ou seja, não é possível se observar o existir dos entes no sentido daquilo que é determinante do ser, e se não se identifica o movimento, a relação ser/não ser, também não se consegue observar espaço e tempo que são atinentes a este movimento.

Na verdade, o processo ocorre ao contrário, inicia-se observando a existência mediante suas categorias fundamentais: espaço, tempo e movimento. Não sendo possível observar qual é o espaço e o tempo referente ao movimento qualitativo, duas são as possíveis consequências.

Primeiro, fico restrito ao movimento quantitativo, e com isso me restrinjo as manifestações empíricas dos entes sem considerar a questão do ser (ou seja, permaneço constantemente indagando sobre a entidade do ente, supondo estar identificando o ser deste ente).⁹ E aqui se encontra o limite da compreensão do mundo estabelecido pela ciência, isto é, superar a entificação é ter de retornar à ontologia, o que significa regressar aos antigos e tradicionais problemas metafísicos, uma vez que o ser deve ser identificado e, por esta tradição, o sujeito possui papel ativo. Ao se observar a posição de Gerd Borheim em que “o ser é no ente pelo homem” (Bornheim, 1983) *através da práxis*, um sério problema para a ciência se desenha, uma vez que essa impõe a necessidade permanente de um conhecimento objetivo e universal. É exatamente aqui que o debate se torna estimulante, tendo em vista que, para aqueles que se indisponem em admitir essências infinitas ou transcendentais na definição do ser, uma revisão crítica da ontologia é necessária, na busca de firmar o debate ontológico à luz das coisas finitas, cotidianas. Isso também abre possibilidade de retomar o diálogo entre filosofia da natureza e ciência da natureza, por exemplo.

Segundo, não sabendo quem são (espaço e tempo referente ao movimento qualitativo), também sou incapaz de ver o seu não ser, ou seja, é impossível falarmos em dialética. Em outras palavras, ou se desfaz o impasse mencionado por Armando, ou se perde a compreensão possível da dialética.¹⁰

Uma conclusão é fundamental: o problema do espaço e do tempo referente ao movimento qualitativo passa por compreendermos a contradição (ser/não ser), sendo esse problema, antes de tudo, um problema ontológico. Enfim, a dialética, se for efetiva, deve ser tomada sob o viés desse problema: o ser. Ao se optar por retomar o diálogo entre ontologia e ciências humanas, entre filosofia da natureza e ciência da natureza, estes se tornam os problemas de

8 Inadvertidamente nos vemos diante de um dos problemas mais antigos da filosofia: o problema do ser e do movimento. Trata-se de um dos capítulos mais importantes da história da filosofia, que diz respeito à metafísica/ontologia e à dialética.

9 Essa certamente é uma das questões mais delicadas desse problema: a ciência não abandona o plano do ente em nome de uma suposta objetividade. A essencialidade anunciada na descoberta de causas de fenômenos significa, no sentido da filosofia, recusar-se a apreender o ser.

10 Dialética tomada no sentido a que Armando supostamente se referia.

fundo. Como é possível supor a existência dos entes em sua objetividade sem alienar o sujeito desse processo? Ou seja, quais os propósitos de um conhecimento que não admite como razoável a suposição de que o conhecimento deve estar restrito à objetividade do ente? Romper com a exclusividade do conhecimento nos termos da métrica da quantidade, a sintaxe lógica dos juízos matemáticos e estatísticos, o que isso significaria? Significa inicialmente dizer que não há independência ontológica entre os entes e o homem, o que refaz o sentido do conhecer ou mais exatamente o deixa em evidência. Pomes assim em questão os problemas do pleno existir humano. Põe-se às claras o propósito da construção da realidade operada pela ciência (e suas maneiras de supor o espaço, tempo e movimento). Deve-se mencionar que esses problemas vão ao encontro do debate sobre alienação, que se abre em três dimensões: o homem alienado de si, do outro e da natureza.

Colocar um ponto final na metafísica não significa dar o troféu para a ciência e dar por derrotada a filosofia. Uma pergunta sempre deve estar presente: qual o propósito do conhecimento que construímos? Que mundo é pensado, que natureza é concebida, como o homem é consciente de si a partir deste conhecimento? Não se trata, acima de tudo, de desprezar a importância dos resultados alcançados pelo pensamento científico. Negar isso seria uma estupidez. O que se quer, entre outros objetivos, é, principalmente, pôr em evidência, via crítica epistemológica e análise ontológica, qual é o propósito do conhecimento científico em relação ao homem. E, além disso, revelar seus limites na construção da ideia de homem e visão de natureza. Essa investigação não tem nenhuma novidade, ela se alia entre aqueles que experimentam um mal-estar existencial diante da ciência e sua relação com a vida humana. A novidade, talvez, seja submeter a ciência geográfica a esse escrutínio.

E tudo isso veio à tona com este primeiro texto de Armando.

Estes problemas se reforçam em outro texto de Armando: “As Categorias como Fundamento do Conhecimento Geográfico”. A introdução deste pequeno ensaio abre com uma indagação cardinal, a saber “são as categorias entes lógicos ou ontológicos?”. Tanto no primeiro texto mencionado aqui como neste, Armando tangencia um problema muito sério situado entre a filosofia e ciência. Não é possível afirmar com exatidão porque Armando não aprofundou este problema em sua reflexão. Se em função da brevidade dos textos mencionados, ou o seu propósito não era esse, ou mesmo não tinha a exata dimensão do que estava suscitando com suas preciosas afirmações. Vamos tentar aqui explorar um pouco mais este problema.

Armando além da postura assumida em relacionar as categorias espaciais com a lógica, neste texto “As Categorias como Fundamento do Conhecimento Geográfico” nos remete a gênese das categorias partindo do ato primeiro da condição do homem frente à natureza (num sentido ontogenético). Menciona os espaços do comer, do habitar, do beber, do alimentar. Esta posição vai na esteira da tradição fundada entre outros, por Ratzel ou Jean Brunhes, quanto às razões que levam o homem a se relacionar com a natureza. Respectivamente o primeiro fala de alimentação e habitação e o segundo acresce a vestimenta. Daí Armando reunir todos estes espaços e os chamar de *habitat*, ou seja categoria que designa as necessidades gerais do homem. Remete-se neste momento também a “imaginação”, que apesar de não nos dar maiores elementos, sugere com isso para uma questão essencial: o ato de produzir sua sobrevivência é o mesmo que produz sua humanidade, e neste momento funda a existência.

Do Habitat, Armando parte para a difusão deste, o que significa a reprodução do comer, do habitar, do beber, do alimentar. Tomando a sentença de Marx de que a população é a base e o sujeito de toda da produção social, Armando chega ao *território* no momento que entende que a população exerce domínio e posse sobre seu habitat. Na sequência concebe a *paisagem*, quando a vida se diferencia no território (paisagem urbana, paisagem rural etc.). Só então chega à condição de definição do *lugar* como *região* ou como *área*. Para Armando, o lugar, como habitat, é uma produção humana, e a fixação no lugar define a *região* como o lugar em que se nasce e ao qual se pertence. Além disso, conclui que daí deriva a necessidade da medida que define a *área*.

Comparando o primeiro texto com este último, é possível observar que, no primeiro, Armando está enfrentando os problemas relacionados à lógica ou, mais exatamente, ao ordenamento lógico das categorias da geografia. Já neste segundo, as categorias emergem da dinâmica fundamental da História, ou seja, a relação entre sociedade e natureza. Todavia, isso traz um novo problema, qual seja em escolher que caminho deve-se percorrer, seja o caminho da lógica, seja observar a dinâmica sociedade/natureza, no sentido de fundamentar as categorias do discurso geográfico. É o que, em síntese, Armando apresentou na indagação: “são as categorias entes lógicos ou ontológicos?”.

Essa observação a seguir sugere um encaminhamento do problema: “Toda a lógica é, portanto, a prova de que o pensar abstrato por si nada é, de que a ideia absoluta por si nada é, de que somente a *natureza* é algo” (Marx, 2004, p. 134). Tudo faz crer que a consciência, a autoconsciência, o pensamento somente será quando encontrar neste algo para sua realização. Não existe pensamento de nada, e sim pensamento de algo. Sendo assim, ou constitui-se a relação entre pensamento e esse algo, ou seja, constitui-se a relação sujeito/objeto, ou então o pensamento não existe, e o objeto vira algo indeterminado, ou, simplesmente, coisa.

Ao se voltar ao pensamento geográfico e suas categorias, impõe-se a necessidade de se indagar em que condições esse pensamento se constitui. Quando ele será pensamento da geografia em suas diferentes dimensões que são a totalidade em si enquanto consciência.

Tanto quanto a História, essa constituição ocorrerá na superação da origem quando as dimensões do objeto e do sujeito se estabelecem, ou então quando a relação sociedade/natureza pode ser entendida como relação sujeito/objeto. Observemos Marx como ele se posiciona diante deste problema quando se refere à História.

Qual é a origem da História? Trata-se da história da origem? E agora se fizermos uma equivalência: Qual é a origem da Geografia? A Geografia está presente na origem?

Armando dá ênfase ao fato de que a origem da Geografia parece se confundir com a Geografia da origem. Pelo exposto é possível dizer quando se observa as ideias entorno dos espaços do comer, do habitar, do beber, do alimentar e a formação do habitat. Todavia, será exatamente assim? Será que a origem da Geografia está exatamente nessa dimensão do sobreviver (espaço do comer, vestir etc.). Ao se reduzir à condição estritamente biológica, talvez nada se oporia a esta posição e, portanto, toda a geografia seria a geografia da origem, ou seja, a *geografia do sobreviver*. Contudo isso é uma perspectiva parcial, pois a constituição da humanidade do homem passa pelo existir e, para tanto, o sobreviver deve ser pensado (o que é o mesmo que dar a origem do pensamento), ou seja, deve haver a constituição do

sujeito (histórico e geográfico) e, por conseguinte, do objeto, aquilo que Armando resumiu como “imaginação”. Portanto, tanto a origem da História quanto da Geografia devem estar relacionadas a essa constituição do existir do homem como sujeito e dos objetos entorno de si. Trata-se da constituição da diferença entre ente e ser, uma vez que a constituição do sujeito implica a apropriação subjetiva do objeto, ou seja, para além da percepção empírica do ente enquanto fenômeno, há a constituição do ser do desse ente, o que representa na mesma medida a autodesignação de si, do homem. É o que nos sugere Gerhard Arlt quando afirma que “o ser humano é sua própria concepção *historicamente conquistada*” e completa dizendo que “autocriação e autointerpretação culturais andam de mãos dadas” (Arlt, 2008). Constituído esses termos da relação, é possível se referir ao trabalho como central no debate ontológico.

Assim o ser está, e somente é o que é por estar onde está, por ser o “estar” construção sua enquanto dimensão do seu existir. Veja-se aqui o quanto o existir do homem numa geografia representa um pensamento geográfico. A humanidade do homem se realiza em uma geografia determinada, significando uma interdependência irremovível.

Quanto à indagação de Armando, se as categorias são entes lógicos e ontológicos, deve-se encontrar resposta no advento da História e da Geografia, implicando, com isso, a necessidade de compreender que as categorias são geradas simultaneamente (lógica e ontologicamente), que é contrário ao que Armando considera em seu texto, pois, para ele, não existe ontologia que não se dê primeiro como epistemologia, como teoria do conhecimento, gnosilogia, lógica e metodologia. Como foi desenvolvido neste texto, não se defende a primazia de nenhum dos lados, tanto do sujeito quanto do objeto, e sim sua *relação* de simultaneidade.

Eis o que nessas circunstâncias foi possível destacar dos textos de Armando para discussão. É importante lembrar que a riqueza dos textos é muito maior do que foi selecionado para se discutir nesse ensaio, na sequência haverá um avanço na tentativa da superação do impasse lógico categorial mencionado pelo nosso autor.

Identificando o ponto de origem: Descartes

Na verdade o impasse aristotélico-kantiano identificado por Armando é mais cartesiano do que kantiano, ou mesmo aristotélico. Tal impasse tem mais relação com a sobreposição espaço/materia sugerida por Descartes, do que as diferentes proposições sobre espaço na obra de Kant. Todavia, como se verá, a superação do impasse não significa descartar o que há de Aristóteles (a lógica) e o que há supostamente de Kant (a noção de espaço) na construção do discurso geográfico. Não se trata exatamente de uma eliminação dessa forma de pensamento, pois esta possui seu papel na compreensão da Geografia, mas de um sistema lógico que absorve a dinâmica do ser, para além, portanto, da apreciação fenomênica do ente.

Nesse sentido, um aspecto sumamente importante deve ser observado, trata-se de níveis diferentes de compreensão do real que remetem a lógicas distintas, esses níveis são relacionados, de um lado, ao que há de fenomênico na realidade e, de outro, por aquilo que responde pela essencialidade de tais fenômenos. *Mas o principal é reconhecer que cada pata-mar, representando um momento lógico distinto, traz consigo uma equivalente concepção de espaço.* Isso é fundamental, portanto do que se entende sobre espaço há um equivalente jogo lógico e nisso representando uma respectiva compreensão da realidade.

Ao se constituir esse percurso de apreensão do objeto, ou seja, nessa formulação do conhecimento pelo sujeito, é possível indicar onde o referido impasse está situado, em que nível lógico a ciência geográfica se deteve e, assim, que concepção de espaço foi articulada na coerência com esta estrutura de pensamento.

Ao retomarmos as afirmações de Armando sobre a ordenação lógica das categorias geográficas, fica clara qual a natureza dos juízos, ou seja, se estamos diante da lógica formal, na sua concepção mais tradicional da silogística, daí justifica-se a designação “aristotélico”. Portanto, cabe indagarmos qual a noção de espaço que acompanha esta lógica. Para responder a essa indagação, é necessário se ater mais precisamente a essa afirmação.

Todas as categorias levadas em consideração (área, lugar, território, paisagem, região, *habitat*, superfície) são categorias espaciais, sendo, portanto, debitárias da nossa concepção sobre espaço. A propósito disso o que podemos dizer sobre a afirmação de Armando de que “parece lógico – e formalmente o é – que o espaço seja uma dimensão universal; o lugar, uma dimensão particular; a área, a região, o território, uma dimensão singular”? Melhor, qual a noção de espaço subjacente a essa formulação lógica sedimentada na lógica formal? Qual a noção que comporta a ideia de que espaço é o *universal* e o *todo*, a *premissa maior*, o lugar é o *particular*, a *parte*, o *termo médio*, e a área, a região e o território, são o *singular*, a *parte da parte*, a *conclusão*?

São esses aspectos rígidos da lógica que buscam garantir o caráter de *ciência para o pensamento geográfico e*, a propósito disso, é fundamental não esquecer as exigências desse pensamento que reivindica a qualidade de científico.

Analisemos o que é imposto a este pensamento que se quer científico sem, por hora, fazer as devidas críticas. O que se quer aqui é abrir esta epistemologia e verificar que noção de espaço, tempo e movimento a sustenta.

Trata-se de algo que sob o ponto de vista da natureza do pensamento deve estar perfeitamente estruturado em termos lógicos, portador de uma coerência interna, pois a meta é atingir conhecimentos objetivos de caráter universal. Desenvolve-se um procedimento que busca purgar do processo de elaboração do pensamento, todas as variâncias subjetivas que derivem de pareceres pessoais daquele (sujeito) que se posta diante da realidade. O pensamento aqui deseja ter plena identidade com relação ao real, de modo que possa se constituir como verdadeiro.

O certo é que a lógica formal considera a substância como o ser das coisas em geral, segundo o pensamento de Aristóteles. Entretanto a substância é composta por dois elementos ontologicamente distintos, mas complementares: a forma e a matéria. A matéria designa-se daquilo de que é feita uma coisa, e a forma é aquilo que faz que uma coisa seja o que é. A madeira possui forma de madeira para ser madeira e, posteriormente, posta-se como matéria que receberá forma de mesa. Portanto, aparentemente, a forma está junto com a matéria constituindo os entes em geral em suas substâncias particularidades. Isso, sempre é bom lembrar, segundo Aristóteles.

A forma é universal, - a forma mesa, a forma cadeira etc. – enquanto a matéria é singular, plástico, madeira, ferro etc. Na tentativa de se identificar as formas é necessário abstrair as singularidades de diferentes particularidades. Há mesas de diferentes matérias (plástico, madeira, ferro etc.), resta abstrair essas especificidades para se encontrar a forma pura mesa. Agora, o que é, ou onde é possível encontrar essa forma pura?

Como essa operação de abstrair foi operada pelo pensamento, é nele, e somente nele, que se encontra a forma pura, no exemplo, a forma mesa. E em alguma medida essa forma é nos entes em geral a *extensão*. Nesse sentido, está se caminhando em direção a Descartes.

Assim, a madeira que é matéria para uma mesa, possui forma de mesa na perspectiva da extensão, de tal sorte que matéria e extensão estão juntas na designação da mesa, ou seja, a madeira é matéria para a mesa e encontra na extensão sua forma para ser mesa. Quando tomamos a extensão como matéria da madeira, encontramos como forma da madeira a possibilidade de ser extensão para ser madeira. O raciocínio é um pouco intrincado, porém nos possibilita observar por onde Descartes surgirá nessa reflexão, posto que nessas observações é possível verificarmos a associação entre matéria e extensão. A substância, portanto, como constituinte do ser dos entes em geral, é a sobreposição de matéria e forma/extensão.

Por outro lado, o pensamento científico pretende ancora-se na lógica formal em razão do rigor da silogística. Isso ocorre porque ela está baseada no princípio da identidade $A=A$, que é rigoroso, pois imperioso na coerência na formulação dos juízos, tendo como meta atingir uma conclusão precisa.

Para que essa meta seja atingida, a forma é tomada com essência, e como está referida na extensão, a designação da essência está no empírico encontrado no objeto enquanto fenômeno, este que é apreendido pela forma.

Dito de outra maneira, a ciência restringe-se ao ente, ou seja, toma exclusivamente as propriedades fenomênicas que fundam o existir. Com isso ela procede a uma investigação ôntica. O que significa que haverá uma análise, classificação e discernimento das propriedades de cada ente, em que a predicação de cada ente será tomada como o seu ser. Essa operação parece descontar a presença do sujeito na definição do ser do ente observado mediante a *práxis*, e baseia-se na crença da observação empírica das propriedades constitutivas do observado. Como exemplo, pode-se citar um gato, que para ser gato deve reunir uma série de predicados, tais como ser felino, mamífero etc.

Mas antes de o gato ser branco, felino, mamífero, ele não precisa antes ser gato? Isso significa que ao se descontar todas essas predicações, o gato deixaria de ser gato? Caso não se reconheça esses aspectos predicativos, o gato deixaria de ser gato? Ou o ser do gato depende do ser de quem com ele se relaciona, e nesse caso o Homem? “Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é um ser natural” (Marx, 2004, p. 127), ou seja, cada ente encontra sua essência fora de si. E o “fora de si” é “para o outro”. Eis a relação.

Para o pensamento científico tradicional, ao se responder positivamente essa última indagação, corre-se o risco de se perder a objetividade requerida, uma vez que parece que o homem de uma sociedade determinada participaria da construção do juízo verdadeiro. E como produzir conhecimento científico nessas condições em que a universalidade está comprometida?

A saída é nos determos exclusivamente à existência fenomênica, o que equivale a dar prioridade única aos sentidos, afirmando a independência objetiva do observado em relação ao observador e, nesse momento, acreditar que a observação do empírico revela o em si (o ser) das coisas observadas. Como se a realidade se comunicasse através das minhas observações

empíricas. Como se, ao ver algo, esse algo dissesse a mim que é uma montanha, e é constituída de dobramentos tectônicos e sucessivos episódios de vulcanismo. Mas se o observador for outro, e a montanha é a morada dos deuses? Quem estará correto?

É necessário dizer que todo esse raciocínio construído até aqui é, de uma maneira geral, repetitivo, ou seja, essas ponderações já foram feitas inúmeras vezes e somente as reproduzimos em nome de observarmos como ficou a questão do espaço em tudo isso.

Por hora, devemos apenas dizer que os predicados de algo podem designar as condições de existência do ente, mas não a definição do ser. É bom sempre firmar o fato de que a relação sujeito/objeto, sociedade/natureza obedece sempre a um propósito, e esse direciona a *práxis*. É nessa relação, orientada para um propósito definidor de uma *práxis* determinada, que encontraremos o núcleo ontológico dos entes em geral. Essa postura assumida está em consonância com aquelas que se recusam aos essencialismos de natureza metafísica, a essência dos entes em geral está no pensamento do homem, ou na intimidade da matéria. Nossa posição é radicalmente histórica e geográfica, na medida em que reconhecemos que os entes são o que são em razão de onde estão e em que momento estão, no curso da existência do homem. E é nesses termos que o contexto persegue a finitude do relativo, fugindo do infinito transcendental e absoluto.

Se considerarmos os problemas atinentes ao ser, teremos de considerar outra lógica, aquela que se ocupe com as dinâmicas do ser, e não apenas com as propriedades predicativas dos entes.

Resumindo: em verdade, a ciência opera uma investigação de caráter ôntico, e nunca supera esse patamar. Vale dizer que a ciência nunca transcende a dimensão do ente, nunca o supera e, quando supostamente diz do ser dos entes em geral, na verdade está ainda na dimensão do ente (ela rigorosamente “entifica” permanentemente o ser). Isso deriva da postura que admite que o sujeito se coloque diante do objeto na expectativa piedosa de que o objeto se revele no que ele é por ele mesmo, sendo o sujeito um mero receptor dessa “revelação”. Supostamente tomará o objeto friamente em sua crueza, neutro, totalmente passivo diante dele, destituído de subjetividade. Daria para ironizarmos dizendo “um sujeito sem *ser* sujeito e um objeto sem ser objeto”. Mas como fazer isso?

Arriscamos afirmar que o primeiro a responder isso foi Descartes. Entre o seu *Discurso do método* e os *Princípios de filosofia*, podemos dizer que encontramos o ato inaugural da ciência moderna. Na verdade, esse nos parece ser o essencial na transformação operada na filosofia por Descartes, qual seja a afirmação do sujeito (pelo realce ao livre-arbítrio) e, por consequência, a afirmação do objeto em sua objetividade constituinte.¹¹ Mas essa operação em termos de pensamento seguiu a busca daquilo que Descartes considerou a “certeza absoluta”. A ciência só é ciência em Descartes quando for ciência da quantidade, a tal ponto que em seu *Princípios de filosofia* observamos a seguinte posição: “nas coisas corporais, a única matéria que conheço é aquela que pode ser dividida, representada e movimentada de todas as maneiras possíveis, isso é aquela matéria que os geômetras chamam de *quantidade* [...] e enfim, ao tratar desse assunto só tomarei como verdadeiro aquilo que tiver sido deduzido com tanta

¹¹ Porém com o estranho paradoxo de alienar o sujeito diante do objeto, como se o livre-arbítrio permitisse a anulação do sujeito na relação.

evidência que poderia ser considerado uma demonstração matemática." (Descartes, 2005, p. 93). O grifo é nosso, justamente para enfatizar o fato de que para Descartes só é possível acender a certeza absoluta quando tomamos o mundo pela quantidade. E é somente mediante a quantidade que se chega ao caminho correto do pensamento, pois "o método que ensina a seguir a verdadeira ordem e enumerar exatamente todas as circunstâncias do que se procura contém tudo o que confere certeza às regras da aritmética" (Descartes, 1996, p. 60).

Ocorre que para esse filósofo entre *quantidade* e *substância extensa* existe grande aproximação: "*la cantidad no se distingue en realidad de la substancia extensa*" (Descartes, 1995, p. 76, nota 18) ou o preceito advogado de que "*la substancia corpórea no puede ser claramente concebida sin su extensión*" (Descartes, 1995, p. 77). Vemos aqui Aristóteles em Descartes. E assim chegamos a um ponto fundamental: a quantidade remete à substância corpórea, e esta pode ser designada substância extensa ou simplesmente espaço, sendo que "não há real distinção entre o espaço e a substância corpórea nele contida". Isso explica porque quando dizemos que espaço é vital estamos na verdade nos referindo ao que está contido nele e, com isso, fundimos uma coisa na outra, no caso natureza e espaço, ou como mencionou Descartes, espaço e substância corpórea. Lembremo-nos de Armando no início desse texto, quando mencionou que "a área, a região, o território são modalidades possíveis de lugares, são sua expressão, assim como são manifestações geográficas do espaço em geral. *Eles contêm* as manifestações empíricas".

Nestes termos seria interessante indagar de quando falamos de "natureza do espaço", ou "produção do espaço", estamos nos referindo ao que exatamente?

Portanto, na busca de ter para si certezas, Descartes se refugia na matemática e, mediante isso, absorve o mundo pela perspectiva da quantidade, definindo o que sejam os corpos (matéria) e o espaço. E a única silogística possível nessa maneira de pensar o real é a da lógica formal.

Da quantidade vamos à exatidão pela via da matemática e, com isso, atingimos a certeza absoluta. Quem sabe não era isso que estava subjacente na seguinte passagem de René Closier "a geografia, para se elevar a dignidade de ciência, procura passar da fase qualitativa e descritiva à fase quantitativa e causal" (Closier, s/d, p. 128).

Agora vejamos, é certo que os *Princípios matemáticos da filosofia da natureza*, de Newton, consagram as perspectivas lançadas por Descartes. Não resta dúvida de que a natureza foi vista em suas quantidades, e a linguagem matemática em suas razões internas a interpreta. Afinal diria Galileu que o universo é um grande livro, porém não podemos entendê-lo se não entendermos sua língua e símbolos, sendo a língua a matemática e os símbolos os triângulos, círculos e outras figuras geométricas (Burtt, 1991). Porém, para alcançarmos a ciência geográfica, é necessário reconhecer que a matemática não encontrou livre trânsito no trato de outras partes da realidade.

Na busca da objetividade e da universalidade, não foi na matemática que as pesquisas de Darwin se basearam, por exemplo. A observação do desenvolvimento das diferentes formas de vida não coube no laboratório e assim escapou ao procedimento hipótese/teste. Porém, o mesmo rigor deveria ser seguindo e, assim, no que era possível, a quantidade deveria seguir dando rumos à construção do pensamento científico. E isso em certa medida foi o que realizou,

quando a *observação de campo* teve lugar. *In loco*, quanto mais meticulosas e precisas eram as observações empíricas, mais chegávamos à meta da científicidade do conhecimento. Descrições pormenorizadas e classificação via análise cartesiana da realidade sustentam essa meta. Ou, como diria Closier, “a observação ou o documento permitam a passagem da descrição à explicação. Como opera essa passagem? O princípio parece simples: com base nos fatos observados, observar as paisagens regionais e, por múltiplos estudos locais e regionais, estabelecer leis gerais” (Closier, s/d, p. 124).

Juízos formulados pela regularidade da observação do fenômeno, bem como o número frequente de aspectos observados permite a inferência. Porém, não só da necessidade de buscar “observação objetiva” o cartesianismo é presente na constituição do pensamento científico. Observemos, a este propósito, Daniel Foucher, num trabalho preocupado com a necessidade de redefinir as divisões regionais do território francês, o autor observou que o crescimento das cidades e a revolução dos meios de comunicação foram transformações fundamentais que exigem essa redefinição regional. Tendo em mente o desenvolvimento das ferrovias e rodovias, o autor afirma o seguinte: “*con el automóvil alcanzarán un ritmo precipitado y las distancias serán nuevamente reducidas*. Todo ha ocurrido en neste campo como si la superficie del territorio frances se hubiese encogido progressivamente” (grifo nosso) (Foucher, 1982).

Ora, de uma perspectiva científica, distâncias não encurtam e nem territórios encolhem com o desenvolvimento do transporte. Isso é apenas uma sensação. *Fisicamente* isso não é possível, essa afirmação é subjetiva e carece de científicidade. Dizer que encurtam é uma ponderação qualitativa de cunho pessoal. A realidade é o que as medidas apresentam. Eis aí o cartesianismo e sua profunda raiz na cultura científica. Tão profunda que parece impossível não considerar uma metáfora a passagem citada de Foucher, o que, de fato, supomos, assim considerava o autor. De forma mais sutil, mas não menos efetiva, a postura cartesiana se constitui: não seria possível fazer ciência se o espaço da observação não fosse mantido rígido em sua métrica.

Se um trem-bala ligar Rio de Janeiro e São Paulo, a distância entre as duas cidades não diminuirá, mesmo que a sensação pareça outra. Então, o que é o real aqui? O que ele é independente do sujeito, ou o que pensamos que ele seja. *Ou, o ser de um depende do ser do outro?* Eis um ponto fundamental, tratado linhas atrás. Para que o *ser* seja, ele se funda *na relação* daquilo que é fundamental para ele ser, cuja ausência representaria a sua extinção também. É caso do pai e do filho, o pai só é pai (o *ser* do pai) na relação com o filho, em que este só é filho na relação com o pai. A extinção de um é a extinção do outro. O objeto só é na relação com sujeito, e o sujeito só é na relação com o objeto. Agora o *ser* de ambos está atrelado à relação, e se essa relação for a *práxis*, então as coisas se completam.¹²

Quando se atingiu essa rigidez para a designação do espaço (o tempo já quantificado também), não resta dúvida de que o movimento observado tão somente obedece a esta diretriz, ou seja, ele também é quantificado, portanto ele é reduzido ao deslocamento. E o movimento é do ente e não do ser, como dito anteriormente, tal movimento não atinge o ser.

Podemos, assim, diagnosticar que o referido impasse detectado por Armando possui esse referencial como substrato. Em nome da necessidade da certeza, um conhecimento (o científico) esmera-se em deter-se na quantidade. Opera considerando-se a álgebra e a geo-

12 É fundamental não confundir o ente com o ser, trata-se da diferença ontológica mencionada por Heidegger.

metria, numa sintaxe rígida, purgando desvios subjetivos. Nessa condição espaço é também tomado na perspectiva quantitativa, assumindo a condição de extensão e se superpondo e se confundindo com a substância material. Extensão que em si pode ser vista como absoluta, ainda que não faça sentido desvinculá-la dos corpos. Mesmo assim, pode-se, considerando o pensamento de Descartes, falar em largura, comprimento e profundidade, que em si são o espaço absoluto.

Quanto à lógica equivalente a essa noção de espaço, transformou-se em forma lógica, num procedimento, numa maneira propriamente de pensar. O entendimento agora aparece numa forma lógica: agrupa, seleciona, enumera, faz analogias, paralelos, contrastes. Localiza, distribui, mede distâncias e densidades dentro de um prisma quantitativo. O movimento é quantificado. Tempo e espaço são quantificados. São medidas rigorosas em nome da coerência lógica.

O problema se agrava mais ainda quando essa noção de espaço é transportada imperceptivelmente para outras matrizes teóricas que, em tese, são contrárias ao cartesianismo. Nessas circunstâncias, aparentemente seu fundamento matemático é descartado, todavia se preserva sobretudo a sobreposição matéria/espaço. O questionamento diante disso é o seguinte: quando afirmamos que espaço tem materialidade, queremos dizer o que exatamente? Que ele contém essa materialidade, ou é ele espaço, em si mesmo, material? Se o espaço tem ou é material, a matéria mesma possui o que? E se o espaço tem materialidade, possuiria também uma “idealidade”, ou ele apenas é a *res extensa*? Se sobreponho espaço à matéria ou mesmo ao corpo, como fica essa sobreposição em relação ao movimento? Seria um “movimento do espaço”? Nisso somos obrigados a indagar algo estranho, vale dizer “em que espaço se realiza o movimento do espaço”? Ou seja, abre-se a confusão diante dos equívocos de uma suposição. E o tempo, como fica nisso tudo? Irá ganhar também esse estatuto de materialidade, ou será apenas *res cogito*?

Vamos reafirmar a tese: não é possível pensar espaço e tempo descartando o movimento. É esse que permite supor espaço e tempo, ou é pelo espaço e pelo tempo que observo o movimento. E o movimento pertence aos entes em geral, animais, vegetais, rios, montanhas, pontes, fábricas, bancos etc. São esses que estão em causa. São esses que estão em relação e, por isso, em movimento. Se não for assim não compreenderemos a História nem a Geografia, pois, como nos sugeriu Herder, a *História é a Geografia em movimento*.

Finalizamos a primeira parte desse ensaio. Na segunda parte, intitulada “As dimensões do geográfico: da quantidade à qualidade; do ente ao ser”, vamos propor uma superação desses limites apontados por Armando.

Referências

- ARLT, G. **Antropologia filosófica**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BORNHEIM, G. A. **Dialética teoria e práxis**. Porto Alegre: Globo, 1983.
- BURTT, E. A. **As bases metafísicas da ciência moderna**. Brasília: Editora da UnB, 1991.
- CLOSIER, R. **História da geografia**. Portugal: Europa-América, s/d.

- DESCARTES, R. **Princípios de filosofia**. São Paulo: Rideel, 2005.
- _____. **O discurso do método**. Lisboa: Edições 70, 1996.
- _____. **Los principios de la filosofia**. Madri: Alianza, 1995.
- FOUCHER, D. De los países a las regiones. In: MENDOZA, J. G. et al. (Eds.). **El pensamiento geográfico**. Madri: Alianza, 1982.
- MARX, K. **Manuscritos económico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- REYNAUD, A. et al. **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.
- SILVA, A. C. **De quem é o pedaço**. São Paulo: Hucitec, 1986.

Globalização, competitividade e regionalização: a cafeicultura científica globalizada no território brasileiro¹

Samuel Frederico

Resumo

Este artigo analisa como as regiões produtoras de café no território brasileiro têm se adaptado aos imperativos da globalização. Desde a década de 1980, sob o signo da competitividade, difundido pela ideologia e pelas políticas neoliberais, as regiões cafeeiras têm se inserido de formas distintas no mercado mundializado. Diferentes condições de ordem natural, técnica e organizacional conferem uma *produtividade espacial* específica a cada região. Propomos, aqui, a análise de quatro regiões: oeste da Bahia, cerrado mineiro, sul de Minas e montanhas capixabas. As duas primeiras são áreas de cerrado, com relevo plano, intensa mecanização e predomínio de médias e grandes propriedades, e as duas últimas são áreas de montanha, com predomínio de pequena produção de base familiar.

Palavras-chave: Cafeicultura. Globalização. Regiões competitivas. Produtividade espacial. Território brasileiro.

Globalization, competitiveness, and regionalization: the global scientific coffee growing in the Brazilian territory

Abstract

This article aim to analyze how the coffee growing regions in Brazil have adapted to the imperatives of globalization. Under the sign of the competitiveness, spread by neoliberal ideology and policies since the 1980s, the coffee regions have been inserted in different ways in the global market. Natural, technical, and organizational conditions have conferred specific *spacial productivity* for each region. Thereby, we propose to analyze four regions: oeste da Bahia, cerrado

¹ Este artigo resulta de pesquisa realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

mineiro, sul de Minas, and montanhas capixabas. While the first two regions are characterized as savannah areas with plain relief, intense mechanization and predominance of medium and large farms, the last two are mountain areas, with the predominance of small family-based production.

Keywords: Coffee production. Globalization. Competitiveness regions. Spacial productivity. Brazilian territory.

Introdução

O objetivo principal deste artigo é analisar como, no atual período da globalização (Santos, 2000; Harvey, 2004; Peck; Tickel, 2002), as regiões produtoras de café no território brasileiro têm se adaptado ao ideário da competitividade. Com a menor participação do Estado na regulação da produção, desde a década de 1980, as regiões cafeeiras têm se inserido de formas distintas no mercado mundializado. Diferentes condições de ordem natural, técnica e organizacional têm conferido uma *produtividade espacial* específica a cada região (Santos, 1996), resultando no aprofundando do desenvolvimento geograficamente desigual (Harvey, 2006; Smith, 2008;).

Apesar de as paisagens agrícolas monocultoras parecerem relativamente homogêneas, quando analisamos seu conteúdo, isto é, o espaço geográfico, elas se mostram muito distintas. Como afirma M. Santos (1996, p. 120), embora algumas plantações agrícolas apresentem um “ar de família”, devido à sua similaridade, cada área constitui uma situação geográfica particular (Silveira, 1999). Trata-se da combinação em cada região de diversos fatores: qualidade e quantidade das forças produtivas; relações de produção específicas; diferentes composições orgânicas do capital; relações de poder; normas próprias; *marketing* regional; eficiência logística e distâncias temporais; características fisiográficas; e heranças sociopolíticas.

Com relação ao café, o território brasileiro possui ao menos 12 regiões produtivas. Limitado pelo escopo deste artigo, analisaremos quatro regiões produtoras: oeste da Bahia, cerrado mineiro, sul de Minas e montanhas capixabas. As duas primeiras são áreas de cerrado, onde predominam médias e grandes propriedades, com cultura irrigada e colheita mecanizada. As últimas são caracterizadas por uma cafeicultura de montanha, com predomínio da pequena produção de base familiar, com produção de sequeiro e colheita manual.

Antes da análise das regiões, a primeira parte do artigo trata da emergência e das principais características da cafeicultura científica globalizada, a partir da década de 1990. Para em seguida, propor uma discussão sobre a noção de região competitiva agrícola e de produtividade espacial.

Cafeicultura científica globalizada e competitividade territorial

O atual período da globalização, entendido por Santos (1993; 2000), como o estágio supremo de internacionalização do modo de produção capitalista, se caracteriza pela indissociabilidade de pelo menos três importantes variáveis: a) a hegemonia da ideologia e das políticas neoliberais; b) o domínio da lógica financeira nas esferas pública e privada; c) a centralidade da

informação. Contudo, estas variáveis só se tornam existências nos lugares, isto é, nos espaços de sua realização concreta. Como considera Santos (1993), as variáveis da globalização não se repartem uniformemente por todo o planeta, recriando, assim, uma geografia ainda mais desigual que a precedente. Trata-se daquilo que Smith (2008) e Harvey (2006) denominam de desenvolvimento geográfico desigual, isto é, a expressão espacial do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial.

Na tentativa de apreender a relação entre o universal e o particular, vejamos como os signos supracitados da globalização (neoliberalismo, financeirização e informação) se manifestam na produção cafeeira brasileira, levando à constituição daquilo que estamos denominando de *cafeicultura científica globalizada*. Isto é, a emergência de uma cafeicultura subordinada a parâmetros produtivos mundiais, e que recebe a influência das mesmas leis que regem os demais aspectos da economia globalizada (Santos, 2000).

a) Neoliberalismo

Para Peck e Tickel (2002, p. 34), o neoliberalismo “não é mais o sonho dos economistas de Chicago ou o pesadelo das imaginações das teorias conspiratórias de esquerda: se tornou o senso comum de nossos tempos”. Ele surgiu como uma concepção teórico-ideológica, nos EUA, na década de 1970; se transformou, uma década depois, nos governos Reagan e Thatcher, num projeto político-econômico; para se aprofundar e adquirir uma forma mais tecnocrática, difundindo-se por quase todo o planeta, a partir da década de 1990.

Para os autores, “a nova religião do neoliberalismo” combina um compromisso com a ampliação dos mercados, com a diminuição do Estado e com o imperativo da competitividade, nutrindo uma profunda antipatia a qualquer forma de projeto ou intervenção coletiva. O processo de neoliberalização é extremamente flexível - adaptando-se e reestruturando-se a cada crise que ele próprio provoca -, e possui efeitos variados, dependendo da atividade econômica e do território considerado. Com relação à dimensão espacial, vivencia-se um verdadeiro “imperativo dos localismos” (Brandão, 2007), em que lugares distintos comportam-se como se estivessem numa verdadeira guerra (Santos, 1999; Vainer, 2007), buscando atrair investimentos, aumentar a produtividade e diminuir custos.

Para a cafeicultura brasileira e mundial, o neoliberalismo não representou apenas o fim dos Acordos Internacionais do Café (AIC), em 1989, responsáveis pela regulação do mercado cafeeiro mundial, significou também o início de uma guerra fraticida entre países e regiões produtoras, em busca de fatias cada vez maiores de mercado.²

Com o fim dos AIC e a extinção de diversos institutos nacionais do café - como o Instituto Brasileiro do Café, em 1990 -, os preços médios pagos pelo café verde, assim como, a participação dos países produtores e cafeicultores no preço final do produto, alcançaram suas menores médias históricas. Contribuíram para a baixa dos preços: a extinção dos estoques reguladores em poder dos países produtores, e sua transferência para as *tradings*, localizadas

2 Os AIC eram estipulados entre países produtores e importadores com o objetivo de definir cotas de exportação e importação, preços e quantidade de estoques. Durante sua vigência, entre as décadas de 1960 e 80, foram responsáveis pela elevação do preço médio do café verde, fazendo com que os países produtores e seus cafeicultores obtivessem o maior percentual histórico do valor final do produto, que chegou a ultrapassar 50%, na segunda metade da década de 1970 (Talbot, 2004).

nos países importadores; e o aumento da competitividade entre os países e regiões produtoras, que sem nenhum tipo de acordo coletivo deflagraram uma verdadeira guerra pelo aumento da produtividade, da quantidade produzida e do volume de café exportado.

Uma concepção liberal míope, dominante nas universidades brasileiras e empresas de consultoria para café, assevera como devemos nos preparar para ocupar o lugar dos Cafés Suaves colombianos no mercado internacional ou então do perigo da expansão das lavouras de Conilon vietnamita. E se regozijam quando a cafeicultura desses países enfrentam dificuldades, como no caso atual da Colômbia.

O que nossos acadêmicos e consultores não percebem é que os produtores colombianos e vietnamitas são tão vítimas quanto os pequenos produtores brasileiros. Dentro da lógica do livre mercado e da competitividade mundial, os únicos ganhadores são as grandes empresas torrefadoras e *tradings* que conformam um oligopólio, na venda do café torrado e moído, e um oligopsônio, na compra do café verde, respectivamente.

Como alegam Daviron e Ponte (2007), vivenciamos um verdadeiro “paradoxo do café”, isto é, um aumento do consumo e uma agregação de valor do café vendido diretamente ao consumidor final, enquanto há uma queda constante dos preços do café verde e da participação dos produtores no valor final do produto.

b) Financeirização

Como ressaltado anteriormente, associada às políticas neoliberais, a financeirização da economia também se constitui como uma das principais características do atual período da globalização. Para Harvey (2004) e Arrighi (1996), nos momentos de crise estrutural do capitalismo, como a que vivenciamos desde a década de 1970, uma grande quantidade de capital excedente busca incessantemente novas formas de valorização, como aquelas possibilitadas pelos investimentos e especulações financeiras. Como destaca Gorz (2004, p. 26), no atual período, a *lógica financeira* tem prevalecido sobre as lógicas econômicas, ao se autonomizar diante das sociedades e da economia real e ao impor suas normas de rentabilidade às empresas e aos estados.

No caso da cafeicultura, o fim dos AIC também permitiu o crescente aumento das especulações em bolsas de valores dos preços do café. No auge dos acordos interestatais, nas décadas de 1960/70, os negócios com contratos futuros de café eram tão baixos que os comerciantes que atuavam na Bolsa do Café de Nova York cogitavam, inclusive, em acabar com esse tipo de negociação. O regime de quotas e preços negociados entre os países produtores e consumidores diminuíam de tal forma a instabilidade dos preços do café, que praticamente tornavam desnecessárias as vendas no mercado futuro (Talbot, 2004).

Sem nenhum tipo de intervenção estatal, as especulações no mercado futuro do café se tornaram um grande negócio. Por se tratar de uma cultura perene, com bianualidade nas safras e muito sensível a intempéries climáticas (seca, geada, granizo) e doenças (ferrugem), a cafeicultura possui grande instabilidade de preços, tornando-se atrativa para os especuladores. O grande volume de contratos de café negociados pelos agentes corporativos (*traders*, torrefadores, bancos, fundos de investimento) promove uma grande volatilidade dos preços em curto espaço de tempo. Quando há uma tendência de queda dos preços, os

contratos futuros são vendidos e recomprados novamente alguns meses depois a preços menores, possibilitando, aos agentes corporativos, a obtenção de uma margem de lucro puramente especulativa.

Não obstante, as oscilações de preços provocadas pela jogatina no mercado financeiro têm um impacto direto no mercado físico. Segundo Talbot (2004, p. 113), atualmente são os especuladores que controlam o mercado internacional de café, fazendo com que os contratos de papel direcionem o preço do café físico.

c) Informação

Não foi apenas a regulação corporativa, proveniente da adoção e da difusão das políticas neoliberais, que possibilitou a crescente especulação no mercado futuro de café. As ações e políticas precedentes não seriam possíveis – com tamanha intensidade e profusão –, sem o uso das técnicas da informação. O desenvolvimento das redes geográficas (Santos, 1996; Dias, 1995) de produção e transmissão da informação, como as redes telemáticas - oriundas da união entre as telecomunicações (via ondas ou cabos) e a informática (computadores) -, também teve um papel significativo no aumento das operações especulativas no mercado futuro e consequentemente na volatilidade do preço físico do café. Atualmente, as negociações de café nas principais bolsas de valores são feitas eletronicamente e de maneira concomitante por agentes localizados em diferentes países.

Com a possibilidade da transmissão instantânea de informações, os eventos que afetam os preços do café tornaram-se conhecidos de forma mais ou menos simultânea pelos diferentes agentes do mercado. A informação sobre uma safra recorde no Brasil ou um incidente político na Colômbia pode criar grande volatilidade nas cotações, porque os operadores dos mercados futuros podem começar a comprar ou a vender de uma só vez seus ativos, promovendo uma elevação ou queda do seu valor em curto prazo.

Contudo, as tecnologias da informação não são usadas apenas nas negociações de mercado, elas estão presentes também na produção propriamente dita. Essa é a terceira característica - ao lado das políticas neoliberais e da financeirização do mercado -, da cafeicultura científica globalizada. Grande parte dos sistemas técnicos oriundos do paradigma da Revolução Verde e difundidos na cafeicultura brasileira, a partir da década de 1960, foi aperfeiçoada ou substituída com o advento das novas tecnologias da informação, desde a última década do século XX. A associação entre a informática e as telecomunicações, além de permitir o controle remoto da produção, redefinindo a autonomia e a hierarquia regional, também viabilizou o desenvolvimento de novos sistemas técnicos agrícolas como: a biotecnologia, a agricultura de precisão, o monitoramento de riscos climáticos e a criação de bancos de dados.

Os eventos supracitados de ordem técnica e política (neoliberalismo, financeirização e informação) denotam a emergência da cafeicultura científica globalizada, que se expressa geograficamente pelo aprofundamento da especialização produtiva regional. As regiões cafeeiras, que naturalmente se diferenciavam pelas suas características climáticas e morfológicas - que interferem diretamente na qualidade da bebida -, passaram a se distinguir ainda mais com o desenvolvimento de novos sistemas técnicos e normativos adaptados às suas particularidades

produtivas e fisiográficas. Trata-se da constituição de regiões competitivas agrícolas, subordinadas aos ditames de mercados longínquos (nacionais e/ou internacionais) e caracterizadas pela reunião de grande densidade técnica e normativa (Castillo; Frederico, 2010).

Região competitiva e produtividade espacial

A modernização e a expansão da produção agrícola no território brasileiro têm levado à constituição de *regiões competitivas* (Castillo, 2008), especializadas na produção de determinadas *commodities* agrícolas, que passam a atrair investimentos públicos e privados e a reunir uma série de fatores produtivos que conferem uma maior eficiência produtiva e uma integração competitiva desses produtos e regiões, sobretudo, aos mercados internacionais.

Segundo Gorz (2004, p. 20), o “imperativo de competitividade” coincide com a emergência da lógica liberal a partir da década de 1970, como uma necessidade do capital de se libertar da dependência do Estado, num momento do capitalismo de tendência a taxas decrescentes de lucro e crescente financeirização da economia. Para o autor, trata-se de colocar o Estado e o território a serviço da competitividade das empresas em escala mundial, aceitando a supremacia das “leis do mercado”.

Esse “imperativo” foi fortemente difundido na formação sócio-espacial brasileira (Santos, 1977), sobretudo, a partir da década de 1990, com a adoção das políticas neoliberais e o consequente afrouxamento do poder regulatório do Estado. Como demonstra Castillo (2008, p. 408), a “competitividade” trata-se de um novo “ideário”, que substituiu e, em certa medida, se articulou a outros ideários anteriores, como o “progresso” e o “desenvolvimentismo”, e que, “pouco a pouco, deixa de ser um emblema somente das empresas, perpassa toda a sociedade e torna-se também atributo dos lugares, das regiões e dos territórios”.

A noção de *região competitiva* vincula-se ao processo conjunto de “globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização” (Santos, 1998, p. 16), que ocorre de forma paralela e contraditória. Inicialmente, como afirma Smith (2008, p. 151), a divisão territorial do trabalho era condicionada pelos fatores naturais, mas com o avanço da técnica, o peso das disposições naturais diminui ao passo em que aumenta a importância da localização dos fatores de produção, socialmente construídos. Da mesma forma, Santos (1993) afirma que a atual possibilidade de transferir à distância produtos, informações e ordens, implica, necessariamente, especializações produtivas mundialmente solidárias. Como salienta o autor (1993, p. 73), “os lugares têm a tendência a se especializar tanto no campo como na cidade, estando esta especialização mais ligada às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais”.

Dessa forma, como propõe Santos (1993; 1996), pode-se falar em *produtividade espacial*, isto é, na distinta capacidade que um determinado subespaço possui de rentabilizar uma produção. Para o autor, as regiões se distinguem pela capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos, de acordo com suas condições de ordem natural (solo, clima, relevo), técnica (infraestruturas, máquinas, logística) e organizacional (impostos, relações trabalhistas, normas locais). Não se trata de um valor absoluto da região, mas refere-se a uma ou a um conjunto de atividades. Tal produtividade é sempre temporária, pois, como afirma Harvey (2006), assim como há uma *destruição criadora* na economia estimulada pela concorrência e inovação, existe também uma *destruição criativa do espaço*, isto é, uma superação constante de uma região por outra, decorrente do estabelecimento de um novo padrão de produtividade e rentabilidade.

Assim, a exigência de se tornarem competitivas leva a uma crescente especialização regional produtiva. As regiões tornam-se cada vez mais diferenciadas entre si, na medida em que aumenta as relações de troca estabelecidas pela economia mundializada. Não são apenas as empresas que buscam as localidades mais rentáveis, mas são também as regiões – por meio de governos e instituições locais –, que procuram atrair investimentos e reter aqueles já existentes (Santos, 1996; 1999; Smith, 2008). Deflagra-se assim, uma verdadeira “guerra de lugares” (Santos, 1999; Vainer, 2007) em busca de investimentos e do reconhecimento da região como moderna e eficiente.

A análise das diferentes condições de ordem natural, técnica e organizacional permite demonstrar como as regiões cafeeiras brasileiras têm respondido aos ditames do imperativo mundial da competitividade. Para isso, selecionamos quatro regiões, duas em áreas de cerrado e duas em áreas de montanha: oeste da Bahia e cerrado mineiro; sul de Minas e montanhas capixabas, respectivamente.

A cafeicultura de cerrado

A partir da década de 1970, a cafeicultura se expandiu em áreas de cerrado, devido à associação de dois fatores: as políticas de incentivo à expansão da fronteira agrícola moderna e a política de renovação e racionalização da cafeicultura. Enquanto as políticas estatais implantavam as infraestruturas (armazéns, rodovias, eletrificação) e forneciam o crédito necessário à expansão da fronteira agrícola moderna em áreas de cerrado, a política de renovação e reavivamento da cafeicultura (PRRC) foi responsável pela remoção dos cafeeiros considerados improdutivos – localizados nas regiões tradicionais – e pela implantação de novas variedades sensíveis ao uso de insumos químicos e mecânicos, em áreas consideradas mais apropriadas, como aquelas de menores riscos climáticos (Ortega; Jesus, 2011).

Naquela época, a região aqui denominada cerrado mineiro possuía poucas rugosidades (Santos, 1996), isto é, heranças físico-territoriais e sociopolíticas, o que facilitou a expansão da cafeicultura em médias e grandes propriedades, em substituição à vegetação original e à pequena produção de subsistência (Ortega; Jesus, 2011). Se por um lado a topografia plana facilitou a mecanização e a produção em larga escala, por outro lado, a presença de solos ácidos e pobres em nutrientes exigiu o uso intensivo de adubos químicos e fertilizantes. Todavia, com o crédito fornecido pela PRRC e o uso dos sistemas técnicos provenientes do paradigma da revolução verde, o cerrado mineiro tornou-se a região cafeeira de maior produtividade, até ser superada pelo cerrado baiano na década de 1990.

Aproveitando-se da experiência acumulada no cerrado mineiro, alguns cafeicultores mais capitalizados compraram terras no oeste da Bahia, a partir da última década do século XX, aumentando ainda mais sua produtividade e escala de produção. Novamente, a disponibilidade de fundos territoriais³ (Moraes, 2000) e as poucas rugosidades (Santos, 1996) permitiram a rápida difusão de uma cafeicultura intensiva em capital e tecnologia, que utiliza os sistemas técnicos agrícolas mais modernos.

³ Os fundos territoriais referem-se a áreas de reserva: extensões territoriais passíveis de serem incorporadas ao modo de produção dominante.

O cerrado mineiro

A região aqui denominada de cerrado mineiro corresponde à reunião de 55 municípios produtores de café, localizados entre as mesorregiões do IBGE do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e noroeste de Minas. No ano de 2012, a região reunia cerca de 3,5 mil produtores, numa área plantada de aproximadamente 170 mil hectares, equivalente a 8,5% da área plantada com café no território brasileiro, com uma produção pouco superior a seis milhões de sacas/ano (12% do total brasileiro), com produtividade de aproximadamente 35 sacas/hectare, acima da média estadual de 26 sacas/hectare e nacional de 24 sacas/hectare (ABIC, 2012).

Com relação à estrutura fundiária, Ortega e Jesus (2011), baseados nos dados do censo agropecuário 2006, demonstram o caráter excludente da cafeicultura do cerrado. Enquanto a média do país do tamanho dos estabelecimentos agropecuários era de 63,75 ha, no cerrado mineiro era de 144,13 ha. Ao separar os estabelecimentos entre produtores familiares e patronais, as desigualdades na região se tornam ainda mais evidentes. Enquanto no estado de Minas Gerais, o tamanho médio dos estabelecimentos familiar e não familiar é de cerca de 20 ha e 200 ha, respectivamente, no cerrado mineiro é de 39 ha para a agricultura familiar e 395 ha para a patronal. A elevada produtividade média e o tamanho relativamente grande, sobretudo, das propriedades patronais, são sinais do uso intensivo de sistemas técnicos agrícolas (biológicos, químicos e mecânicos) e de capitais.

Segundo o projeto Campo Futuro (2011), coordenado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA – Café), a propriedade típica da região do Cerrado Mineiro possui manejo mecanizado e cultivo não irrigado. De acordo com dados do Projeto, para o ano de 2011, cerca de 70% do café produzido na região de Patrocínio (principal município produtor de café do cerrado mineiro) era colhido mecanicamente, o que corrobora com as pesquisas feitas por Ortega e Jesus (2011) sobre o crescimento acentuado da mecanização da cafeicultura na região desde a década de 1990.

Com relação aos custos de produção, também para o ano de 2011, os insumos (corretivos, fertilizantes e defensivos) representaram 40% do total, seguido pelos gastos gerais (administrativos, energia, assistência técnica, transporte, serviços gerais etc.) com 31%, mão de obra (salários e encargos) com 16% e mecanização com 13%. Dentre as regiões aqui consideradas (oeste da Bahia, sul de Minas e montanhas capixabas), o cerrado mineiro foi a que apresentou o maior dispêndio relativo com a mecanização da produção (R\$ 34,29/saca, em 2011), acima inclusive do oeste da Bahia, que apesar de ser a região de uso mais intensivo de maquinário, apresenta uma maior produtividade (sacas/ha), o que diminui a participação dos gastos com mecanização por saca produzida, como analisado a seguir.

Apesar de o custo total da produção de R\$ 310,50 por saca não estar entre os menores dentre as regiões analisadas pelo CNA – Café, a região do cerrado mineiro possui um dos maiores preços médios pagos ao produtor por saca. Em 2011, o valor obtido no mercado físico da região para o café Tipo 6 Bebida Dura foi de R\$ 464,23, o que gerou uma margem líquida (subtração do preço de venda pelo gasto de produção) de R\$ 153,73. Além da qualidade material do café produzido, a forte organização dos produtores tem papel central na obtenção de preços relativamente elevados para o café.

A organização dos produtores em associações e cooperativas pode ser considerada a principal característica distintiva da região do cerrado mineiro. Enquanto as primeiras são responsáveis pela organização e ação coletiva dos produtores, as cooperativas respondem pela comercialização da produção. As associações de produtores surgiram na década de 1980, como uma alternativa menos burocrática, mais flexível e ágil, quando comparada às cooperativas, presentes em outras importantes regiões produtoras de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Na década de 1990, foi criado o Conselho das Associações de Cafeicultores do Cerrado – Cacer (atual Federação dos Cafeicultores do Cerrado) com o objetivo de congregar as associações e coordenar a marca Café do Cerrado. Atualmente, além de ter sido responsável pela criação do registro de denominação de origem do café do cerrado mineiro, a Federação possui um banco de dados sobre a cafeicultura regional, busca novas formas de comercialização do café, além da promoção e divulgação do nome da região.

A Federação também foi a responsável pelo desenvolvimento do sistema de certificação de café, que tem como objetivo garantir a origem, a qualidade e a rastreabilidade dos grãos. O sistema funciona através da fixação de um código de barras nas sacas de café que permite identificar os dados do produtor e do produto desde o talhão da propriedade até à torrefação e a moagem.

Contudo, durante pesquisa de campo realizada em 2011, apenas 200 propriedades, num universo de aproximadamente 4.500, estavam habilitadas a vender café com o uso da denominação de origem, e somente 100 mil sacas, num total de cinco milhões, eram negociadas com o código de barras, isto é, com a garantia da rastreabilidade e da qualidade do produto. Ou seja, apesar de a região do cerrado mineiro ter o melhor *marketing* regional e alcançar os melhores preços médios no mercado físico, ainda é restrito o número de produtores que se insere de forma efetiva em todos os mecanismos de negociação criados pelas associações e cooperativas regionais. Na verdade, os grandes produtores patronais são os principais beneficiados pelo *marketing* regional e pelos diferentes mecanismos de negociação promovidos pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado.

Oeste da Bahia

Apenas quatro municípios conformam a região cafeeira do oeste da Bahia: Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, São Desidério e Cocos. Na região existem apenas 36 produtores, numa área plantada de pouco mais de 15 mil hectares, média de pouco mais de 400 hectares por produtor (Abacafé, 2012). Trata-se, portanto, de grandes produtores que podem ser subdivididos em três grupos: a) grandes produtores individuais; b) grupos empresariais nacionais e internacionais; c) empresas internacionais controladas por grandes grupos financeiros.

No primeiro caso são produtores provenientes em sua maioria de outras regiões produtoras, principalmente dos estados de Minas Gerais, Paraná e São Paulo, que possuem uma longa história familiar vinculada à cafeicultura e que começaram a chegar à região a partir da segunda metade da década de 1990. No segundo, são empresas que possuem seu capital investido em diversos segmentos da economia, cuja cafeicultura não representa o principal ramo de investimento. Por fim, é cada vez mais recorrente a presença de empresas internacionais controladas por grandes grupos financeiros.⁴

⁴ Caso emblemático é o da empresa Adecoagro, empresa de capital aberto na Bolsa de Nova York (NYBOT), que tem como principal acionista a Soros Fund Management LLC (pertencente ao empresário George Soros) (62%), seguido pela Qatar Holding LLC (unidade de investimentos do fundo soberano do Qatar) (38%).

Apesar de o café ocupar uma área relativamente pequena e de nem ao menos estar entre as principais atividades agrícolas da região (dedicada principalmente à soja e ao algodão), ele possui uma grande área “disponível” para a sua expansão. Segundo a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba, 2011), ainda existe na região cerca de 1,3 milhão de hectares de áreas de Cerrado passíveis de serem ocupadas pela agricultura moderna.

A cafeicultura do oeste da Bahia possui a maior produtividade média dentre as regiões produtoras brasileiras. O relevo plano, as temperaturas elevadas e a grande luminosidade somada à irrigação por pivô central e a completa mecanização dos tratos culturais e da colheita fazem com que a produtividade ultrapasse 40 sc/ha, enquanto a média nacional é de 24 sc/ha. Além da elevada produtividade, a primeira colheita é realizada com apenas 18 meses, enquanto nas demais regiões a média é de três a quatro anos (Abic, 2012).

O uso intensivo de sistemas técnicos modernos exige elevados investimentos para implantação e manutenção da lavoura. Se, por um lado, o baixo preço das terras, principalmente nas áreas onde ainda predomina a vegetação de cerrado, é um fator de atração e estímulo à expansão da cafeicultura, por outro, a necessidade de grandes investimentos iniciais (em torno de R\$ 25 mil/ha até a primeira colheita)⁵ restringe a prática da cafeicultura a grandes produtores e grupos empresariais.

Segundo dados do Projeto Campo Futuro (2011), no oeste da Bahia, os gastos com insumos químicos representam metade dos custos totais, o maior percentual dentre todas as regiões cafeeiras brasileiras, enquanto os gastos com mão de obra, que nas regiões de montanha representam mais de 50% do custo total, não chegam a 10%. O uso intensivo de tecnologia também resulta em boa qualidade do café produzido, cerca de 80% do total alcança o padrão exportação (tipo 6 bebida dura).

A forte racionalidade que preside a produção no oeste da Bahia fez com que o custo médio por saca fosse de apenas R\$ 198,71, (o menor entre as regiões produtoras para o ano de 2011), e a média das cotações da saca de café tipo 6 bebida dura fosse de R\$ 500,00, resultando numa margem líquida de R\$ 222,24, a maior entre as regiões produtoras.

Cafeicultura de montanha

As principais regiões produtoras de café Arábica localizam-se nas áreas montanhosas da faixa intertropical do planeta. As plantas dessa espécie são sensíveis à altitude e às condições edafoclimáticas, preferindo terrenos entre 800 a 2.500 metros e com temperaturas amenas, entre 18° e 23°C. O predomínio do plantio de montanha torna o café uma *commodity* singular: dificulta a produção em larga escala, devido à dificuldade de mecanização, e permite a reprodução e a inserção de pequenos produtores de base familiar no mercado mundial. A produção familiar representa a maioria esmagadora da cafeicultura praticada em todo o mundo, são cerca de 25 milhões de produtores espalhados por mais de 50 países (TCC, 2012).

No Brasil, a maioria dos produtores e da produção de café também é proveniente das áreas montanhosas, principalmente, dos estados de Minas Gerais (sul de Minas e Zona da

⁵ Informação obtida em entrevista com agrônomo locais. Só os pivôs centrais, que irrigam uma área de 100 ha cada, custavam em média R\$ 500 mil, em 2011.

Mata) e do Espírito Santo (montanhas capixabas). Apesar de essas regiões produzirem café desde a segunda metade do século XIX, foi a partir da década de 1970, que elas se transformaram em grandes produtoras.

Fatores repulsivos e atrativos contribuíram para a expansão e a consolidação da cafeicultura nas áreas de montanha a partir daquela década. Se, por um lado, fatores climáticos adversos (geadas no Paraná), a elevação da renda da terra e a concorrência com outras culturas (como a soja, cana-de-açúcar e laranja) contribuíram para a diminuição da produção cafeeira nos estados do Paraná e de São Paulo; por outro lado, condições edafoclimáticas favoráveis, preço da terra relativamente baixo, disponibilidade de mão de obra, falta de alternativas mais rentáveis e o apoio técnico e financeiro das políticas estatais estimularam a expansão da cafeicultura nas regiões montanhosas do sul de Minas e do Espírito Santo.

Sul de Minas Gerais

O sul de Minas é a maior região brasileira produtora de café. Na safra 2011/12, os 117 municípios da região produziram 13,6 milhões de sacas, equivalentes a pouco mais da metade da produção estadual e cerca de 30% da produção nacional. A região possui uma área cultivada de 518 mil hectares, em 37 mil propriedades, com 80% destas com área inferior a 50 hectares e área plantada média de 12 hectares, o que caracteriza o predomínio da pequena propriedade (Abic, 2012).

Uma das principais características distintivas do sul de Minas é a reunião de grande diversidade de sistemas técnicos e organizacionais vinculados à cafeicultura. Nenhuma outra região possui tantas cooperativas, órgãos estatais, centros de pesquisa e extensão rural, armazéns, corretores, transportadores, beneficiadores, certificadores, consultores, exportadores, bancos de crédito, eventos e feiras dedicados ao café. A região possui também uma Estação Aduaneira do Interior (Eadi), localizada na cidade de Varginha, criada com o intuito principal de exportar a produção de café da região. As exportações de café fazem com que o município seja o terceiro maior exportador do estado de Minas Gerais, com um valor de R\$ 1,7 bilhão, em 2010, atrás somente dos municípios exportadores de *commodities* minerais de Itabira e Ouro Preto (CCCMG, 2012).

A região possui também as duas empresas pioneiras na exportação de cafés especiais – a Bourbon Speciality Coffee, em Poços de Caldas, e a Carmo Coffee, em Carmo de Minas –, o que ressalta outra importante característica regional que é a produção de cafés de qualidade superior e certificados (*gourmet*, *fairtrade*, orgânico). No ano de 2012, dos 24 vencedores do *Cup of Excellence*, principal concurso nacional de qualidade de café, 19 eram provenientes do sul de Minas, sendo que 18 eram dos municípios de Carmo de Minas, Olímpio Noronha e Dom Viçoso (Cup of Excellence, 2012), que conjuntamente com outros 19 municípios vizinhos receberam, em 2011, o registro de indicação de procedência para café denominado Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais.

O sul de Minas também se destaca pelo grande número e importância dos centros de pesquisa e extensão rural dedicado à cafeicultura. O município de Lavras (MG) pode ser considerado o principal polo nacional de pesquisa, desenvolvimento e extensão ligado à cafeicultura. Desde a década de 1990, a atuação da Universidade Federal de Lavras (UFLA), em parceria com outras

instituições como a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater), a fundação Procafe e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (filiais Machado e Muzambinho), tem sido de fundamental importância para a modernização da cafeicultura regional. Atualmente, a área de cafeicultura da UFLA reúne: o Polo de Excelência de Café (responsável pela articulação dos agentes do setor), o Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão do Agronegócio Café (que atua na pesquisa e formação de profissionais em cafeicultura), o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Café (desenvolvimento de pesquisas no âmbito do Consórcio Pesquisa Café), o Polo de Tecnologia em Qualidade do Café (pesquisa, ensino e extensão) e a Revista Coffee Science (única revista brasileira especializada em cafeicultura), além de ser responsável pelo Circuito Sul-Mineiro de Cafeicultores (maior ação extensionista para café do Brasil).

Apesar de possuir o maior sistema técnico-organizacional para cafeicultura do país, o custo de produção do sul de Minas supera o das regiões de cerrado. O relevo acidentado e o predomínio da pequena produção de base familiar dificultam a mecanização e a obtenção de ganhos de escala como ocorre nas áreas de cerrado. No sul de Minas, quase 50% do custo operacional total da produção é com a mão de obra, principalmente, durante a colheita, enquanto no cerrado fica em torno de 10%. Contudo, o uso intensivo de mão de obra enfatiza a importância da cafeicultura para o mercado de trabalho regional. Estima-se que ela seja responsável por aproximadamente 700 mil postos de trabalho e pague 1,7 milhão de salários-mínimos só na colheita a cada ano.

Montanhas capixabas

O Espírito Santo é o segundo maior estado brasileiro produtor de café, atrás somente de Minas Gerais. Como relatado anteriormente, apesar de sua origem centenária, a cafeicultura capixaba somente alcançou essa posição a partir da década de 1970, com a renovação do café Arábica e a expansão das lavouras da variedade Conilon. Na safra 2010/11, o estado produziu pouco mais de 11,5 milhões de sacas, sendo 8,5 milhões de sacas de café Conilon, em cerca de 300 mil ha, e aproximadamente três milhões sacas da espécie Arábica, em quase 200 mil ha. O estado é o principal produtor de café Conilon, com 76% do total da produção brasileira, e o terceiro maior produtor da espécie Arábica, com aproximadamente 10% do total (Abic, 2012).

Praticamente todos os municípios do Espírito Santo produzem café. A cafeicultura é a principal atividade econômica em 80% dos 78 municípios capixabas, representando mais de 40% do valor bruto da produção agrícola do estado. A produção é predominantemente familiar, com tamanho médio das lavouras de 4,8 ha para o café Arábica e 9,4 ha para o Conilon. No total, 131 mil famílias estão envolvidas somente na produção propriamente dita, em 60 mil propriedades, com a geração anual de cerca de 400 mil empregos diretos (tratos culturais, colheita e pós-colheita) (Incaper, 2012).

Enquanto o Conilon é cultivado em regiões de temperatura mais elevada, com média de 26 °C, e altitudes de até 500 m, características predominantes nas áreas litorâneas e ao norte do estado, o café Arábica é adaptado às regiões acima de 800 m, com temperatura média de 20 °C. A última espécie é cultivada em 43 municípios, em cerca de 20 mil estabelecimentos agrícolas, localizados principalmente na região montanhosa do estado, próximo à divisa com Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Apesar do sensível aumento da produtividade e da melhoria qualitativa do café Arábica capixaba na última década, estes indicadores ainda estão muito aquém daqueles alcançados por outras regiões brasileiras. Os esforços empreendidos pelo Estado, através das instituições públicas de pesquisa e extensão rural e governos municipais e estadual, têm resultado no crescimento significativo da produtividade - que passou de apenas cinco sacas/ha, em 1997, para uma média de 15 sacas/ha, em 2011. Todavia, a inércia produtiva faz com que as montanhas capixabas ainda obtenham os menores índices produtivos e qualitativos dentre as regiões produtoras de Arábica no território brasileiro, o que resulta em baixos preços recebidos pelos produtores (o menor entre as regiões produtoras de Arábica) e custos relativamente elevados por saca produzida.

Em agosto de 2011, por exemplo, enquanto o preço médio da saca de café Arábica estava em torno de R\$ 400,00 (maior média dos últimos dez anos), os produtores do município de Iúna (principal município produtor da região) receberam um valor médio inferior a R\$ 250,00, menor do que o custo de produção, que naquele mês ficou em torno de R\$ 320,00. Mesmo num momento de preço alto do café, a cafeicultura das montanhas capixabas continuou deficitária (CNA, 2011). O baixo preço recebido pelos produtores também é decorrente de sua subordinação aos atravessadores (corretores) locais que compram o café sem nenhuma diferenciação, pagando preços bem inferiores aos cotados pelo mercado. Daí o estímulo à organização dos cafeicultores em associações e cooperativas ser um dos principais temas atuais da cafeicultura regional.

Considerações finais

O objetivo principal deste artigo foi caracterizar, ainda que de forma resumida, quatro das regiões produtoras de café mais importantes do território brasileiro. Dentre todas as *commodities* agrícolas, o café tem as diferenças regionais mais acentuadas, devido a fatores como condições fisiográficas (cerrado ou montanha), qualidade do produto, produtividade e custos de produção, estrutura fundiária, mecanização, uso de mão de obra, organização dos produtores e atuação de cooperativas, associações e instituições estatais e setoriais.

Se a preocupação principal é com os mais vulneráveis, isto é, com a pequena produção de base familiar, é preciso conceber ações em diferentes escalas. Numa perspectiva mais ampla, é evidente que os cafeicultores, sobretudo os pequenos, foram os principais prejudicados com o fim dos Acordos Internacionais do Café (AIC), pois, além de reduzir o percentual recebido pelo produtor sobre o valor final do produto, o fim das cotas de exportação e do tabelamento dos preços possibilitou o aumento das especulações no mercado futuro, acentuando a volatilidade e deprimindo os preços no mercado físico. As empresas transnacionais passaram a reter os estoques de café, antes em poder dos estados produtores, que viram ainda mais reduzido seu poder de regulação. A ação coletiva dos estados produtores, no âmbito da Organização Internacional do Café, e a formação de estoques reguladores poderiam atenuar a volatilidade e a depressão dos preços pagos aos produtores.

Com relação ao território brasileiro, é premente a necessidade de se pensarem políticas regionalizadas, cuja preocupação principal seja a pequena produção de montanha. Como observado anteriormente, a cafeicultura de montanha apresenta menor produtividade e maior

custo de produção por saca que as regiões de cerrado, além da presença majoritária de produtores pouco capitalizados. Muitos analistas consideram que a solução para a cafeicultura de montanha seria aproveitar seu *terroir* e produzir cafés especiais (orgânico, sombreado, gourmet, *fairtrade*, com certificação ambiental e de origem). De fato, deve-se estimular e dar condições para que os pequenos produtores consigam produzir cafés que alcancem preços superiores à *commodity*, mas essa não pode ser a única política, uma vez que o mercado de cafés especiais também tem certos problemas: constitui-se como um nicho de mercado reduzido, impossibilitando a entrada de todos os produtores; há um risco iminente de recommoditização dos cafés especiais, com a apropriação desse mercado pelas grandes corporações; e, apesar dos preços superiores, a referência continua sendo o preço do café convencional (C) cotado pela Bolsa de Nova York.

O que poderia compensar os diferentes custos de produção seria a criação de uma política regionalizada de preços mínimos, pois, por exemplo, em 2011, preços em torno de R\$ 300,00 por saca eram rentáveis para o oeste da Bahia e grande parte dos produtores do cerrado mineiro, mas estavam abaixo dos custos de produção das regiões de montanha. Outra questão importante é a centralidade e o controle dos *fluxos* materiais e imateriais. Enquanto os produtores mais capitalizados, principalmente dos cerrados, têm mais acesso à informação e conseguem comercializar sua produção diretamente com compradores no exterior, a maioria dos pequenos produtores de montanha continuam subordinados a uma série hierárquica de atravessadores. Daí a necessidade de se pensarem políticas públicas que reconheçam e procurem minimizar a vulnerabilidade dos pequenos produtores com relação ao acesso à informação, ao crédito, aos meios de transporte, à distribuição e à comercialização.

Tais propostas decorrem do reconhecimento das desigualdades regionais e de poder estabelecidas na produção cafeeira. Ao contrário do dogma neoliberal, que apregoa a competitividade, desqualifica a atuação do Estado e trata como adversários os produtores de outros países, uma política consequente deve ter como pressuposto principal o estímulo à atuação coletiva dos cafeicultores, a cooperação entre regiões e países produtores e o reconhecimento do Estado como importante articulador dos agentes e regulador do mercado.

Referências

- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto/São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ – ABIC. *Estatísticas: produção agrícola*, 2012. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=48>>. Acesso em: 11 nov. 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ – ABIC. *Indicadores da Indústria de Café no Brasil*, 2012. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=61>>. Acesso em: 3 mar. 2013.
- ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA – Aiba. *Anuário da Região Oeste da Bahia*. Safra 2010/11, 2011. Disponível em: <aiba.org.br/wp-content/uploads/2013/11/anuario_oeste_bahia_2011.pdf>. Acesso em: 12 maio 2014.

- BRANDÃO, C. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- CASTILLO, R. Sustentabilidade, globalização e desenvolvimento. In: OLIVEIRA, M. P. et al. (Orgs.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Anpege/Clacso/Faperj/Lamparina, 2008. p. 401-410.
- CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. *Mercator*, Fortaleza, CE, v. 9, n. 18, p. 17-26, 2010.
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA. *Relatório dos custos de produção das regiões cafeeiras*. Brasília, DF, 2011.
- DAVIRON, B.; PONTE, S. *The Coffee Paradox: Global Markets, Commodity Trade and the Elusive Promise of Development*. London: Zed Books, 2007.
- DIAS, L. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GORZ, A. *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.
- HARVEY, D. *Limits to Capital*. London/New York: Verso, 2006.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – Incaper. *Setores do agronegócio: café*, 2012. Disponível em: <<http://www.incaper.es.gov.br/pedeag/setores03.htm>>. Acesso em: 11 set. 2012.
- MORAES, A. C. R. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. Território, certificação de procedência e a busca da singularidade: o caso do café do cerrado. *Política & Sociedade*, v. 10, p. 305-330, 2011.
- PECK, J.; TICKEL, A. Neoliberalizing space. In: BRENNER, N.; THEODORE, N. *Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America and West Europe*. Malden, USA: Blackwell Publishing, 2002. 33-57 p.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.
- _____. Guerra dos lugares. *Folha de S.Paulo*, Caderno Mais!, 8 ago. 1999.
- _____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Território*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, jan./jun. 1998.
- _____. Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, p. 81-100, 1977.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Los espacios de la globalización. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, Madrid, n. 13, p. 69-77, 1993.

- SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Território*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 6, p. 21-28, 1999.
- SMITH, N. *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*. Athens/London: The University of Georgia Press, 2008.
- TALBOT, J. M. *Grounds for Agreement: The Political Economy of the Coffee Commodity Chain*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers, INC. 2004.
- TROPICAL COMMODITY COALITION – TCC. *Coffee Barometer*, 2012. Disponível em: <http://www.newforesight.com/sites/default/files/newforesight/TCC_CoffeeBarometer2012.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2013.
- VAINER, C. Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 12., 2007, Belém. *Anais...* Belém: Anpur, 2007.

A geopolítica da política externa bolivariana

Ana Maria Schenegoski

Edu Silvestre de Albuquerque

Resumo

Este artigo faz uma análise geopolítica do movimento antissistêmico bolivariano, destacando a formação da Alba como sistema de alianças regionais e a projeção de poder venezuelano. O referencial teórico da análise do sistema-mundo, de Immanuel Wallerstein, é recontextualizado para além das categorias de centro, periferia e semiperiferia de forma a englobar os projetos de poder nacional de atores periféricos ou semiperiféricos como a Venezuela.

Palavras-chave: Geopolítica. América do Sul. Alba. Venezuela.

The geopolitics of Bolivarian foreign policy

Abstract

The article performs a geopolitical analysis of the Bolivarian antissistêmico movement, highlighting especially the formation of Alba while regional alliances system from Venezuela power projection. Thus, the theoretical framework of World-Systems Analysis of Immanuel Wallerstein, is recontextualizado in addition to the categories of Center, outskirts and semiperiferia, and in such a way as to encompass the national power projects peripheral actors or semiperiféricos such as Venezuela.

Keywords: Geopolitics. South America. Alba. Venezuela.

Introdução

Dentre as propostas recentes de integração regional no continente americano, destaca-se a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América - Tratado de Comércio para os Povos (Alba/TCP), representando um dos principais objetivos da política externa da Venezuela desde a “revolução bolivariana”.

A revolução bolivariana já foi estudada enquanto movimento antissistêmico, na perspectiva analítica empreendida por Immanuel Wallerstein (Pennaforte, 2011). Entretanto, a proposta de criação do bloco da Alba envolve atores nacionais soberanos, onde a reconfiguração das relações internacionais, ainda que no âmbito sub-regional, é sempre algo mais complexo que a eventual unidade ideológica *grannacional*¹ imaginada pelo bolivarianismo.

A premissa deste trabalho é de que para além do discurso de integração social, esses arranjos políticos regionais da proposta bolivariana projetados pela América do Sul e Caribe representam fundamentalmente a ampliação de poder e segurança do ator venezuelano,² o que nos orienta no sentido do realismo político e, particularmente, da análise geopolítica.

I. Wallerstein analisou a ascensão de movimentos antissistêmicos particularmente na semiperiferia e na periferia do sistema internacional, interessado em seu potencial revolucionário em relação à ordem internacional capitalista. Entretanto, esse eventual potencial classista situado na arena internacional não deve ocultar a existência de interesses essencialmente nacionais mesmo no interior dos movimentos antissistêmicos, desafio que a literatura internacional ainda não tem enfrentando a contento.

Origens e alcance geopolítico da proposta integracionista da Alba

As análises geopolíticas sobre a distribuição de poder na América do Sul usualmente consideram apenas as relações cooperativas-conflitivas entre Brasil e Argentina. Mas o equilíbrio de poder no subcontinente passa atualmente por ao menos três polos de poder, sendo mais apropriado falarmos numa *Tríade Sul-Americana* formada por Brasil, Argentina e Venezuela (para alguns, mais apropriado seria falar num *Quarteto* em decorrência da obrigatoriedade de inclusão do Chile à lista).

A Venezuela tem desenvolvido uma política externa de integração em dois subsistemas regionais, um deles essencialmente comercial - o Mercosul -, mas o outro visa ambiciosamente aproximar a área econômica, política e militar, e de forma independente dos centros hegemônicos, particularmente os Estados Unidos.

A análise wallersteiniana acredita que a reconfiguração das identidades territoriais no âmbito dos processos integracionistas está intimamente ligada à estruturação das políticas institucionais que, simultaneamente, são produto e produtoras da complexa realidade social da economia-mundo. Se esta tese estiver correta em seus fundamentos, então a Venezuela terá a possibilidade de alcançar algum sucesso também na proposta da Alba.

Mas a natureza política dos fluxos financeiros e comerciais da economia-mundo, apesar de cada vez mais evidente, não parece suficiente para vislumbrar possibilidades concretas de resistência do projeto bolivariano e da proposta da Alba, sobretudo diante da pressão da comunidade internacional por democracia e livre-comércio, que aparecem como valores indissociáveis e sincrônico na visão dos centros hegemônicos ocidentais. A Venezuela continua dependente dos mercados internacionais não apenas para obter recursos financeiros e tecnológicos, mas para obter desde bens de capital até gêneros de primeira necessidade.

1 O termo *grannacional*, emprestado do jargão bolivariano, designa empresas idealmente formadas por dois ou mais países da região que, diferentemente das empresas transnacionais, não visam a acumulação de capital, mas o bem-estar social.

2 Para Girault (2010, p. 8), “a grande região consiste precisamente em nível de análise geopolítica que merece atenção especial”.

A Venezuela não está sozinha na região em tela quando o assunto é a superação da visão comercialista dos processos integrationistas. Os processos cooperativos no campo político e estratégico-militar, respectivamente, através das propostas da Unasul (União das Nações Sul-Americanas) e do CDS (Conselho de Defesa Sul-Americano), declaradamente avançam nesta direção. Entretanto, a Alba representa o projeto cooperativo regional mais ousado, certamente em razão da ambição de seus atores nacionais no sentido da reconfiguração do sistema internacional de poder em seus aspectos multidimensionais:

[Nas] alianças e blocos Sul-Sul, é possível identificar, por um lado, um eixo de integração econômico-comercial, com uma agenda política e social cada vez mais ampla, que perdura, ao menos, desde a década passada. Por outro lado, existem as alianças e projetos de integração mais recentes e inovadores, caracterizados pelo espírito enfático latino-americano, que domina de maneira relativamente uniforme, ainda que com matizes diferenciados, o discurso dos governos de esquerda e de centro-esquerda na região (Preciado, 2008, p. 257).

O padrão do investimento estrangeiro direto (IDE) na América do Sul no pós-Guerra Fria indica que a importância norte-americana declina (Tabela 1) enquanto cresce o papel chinês no protagonismo do sistema internacional, daí o encorajamento dos países latino-americanos no sentido de formação de alianças regionais sem o envolvimento de Washington. Esse parece ser um fator estrutural de longo curso que contribui para explicar o comportamento antissistêmico expresso em propostas como da Alba.

Tabela 1
Fluxos de IDE por região entre 1970-2008 (%)

	1980	1990	2000	2006	2007	2008
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Economias desenvolvidas	86,1	83,0	80,9	66,6	68,7	56,7
Europa	39,5	50,4	51,2	43,2	45,5	30,5
América do Norte	42,0	27,0	27,6	20,3	19,2	21,3
Outros países desenvolvidos	4,6	5,6	2,1	3,0	4,0	4,9
Economias em desenvolvimento	13,8	16,9	18,6	29,7	26,8	36,6
África	0,7	1,4	0,7	3,9	3,5	5,2
América Latina	11,9	4,3	7,1	6,4	6,4	8,5
Ásia e Oceania	1,2	11,3	10,8	19,4	16,8	22,9
Economias em transição	0,0	0,0	0,5	3,7	4,6	6,7

fonte: Unctad. Elaboração Sobeet. *Boletim Sobeet*³, 2009 apud Arroyo (2010, p. 71).

³ *Boletim Sobeet*, ano VII, n. 65, 24 nov. 2009.

É verdade que a retórica anti-imperialista é recorrente no conjunto latino-americano desde antes da aludida queda do IDE de origem norte-americana, mas é no mundo pós-Guerra Fria que a Venezuela experimenta pela primeira vez uma abertura do poder para grupos nacionalistas de orientação de esquerda ou centro-esquerda. Assim, o conteúdo da política externa venezuelana atual mistura elementos dessa retórica esquerdista anti-imperialista com objetivos da geopolítica clássica, esta última compreendida como projeção de poder tendo em vista as condições geográficas: caso da forma e extensão territorial venezuelana projetada pelo mar do Caribe.

O sucesso de uma geoestratégia antissistêmica bolivariana talvez resida na vontade política de uso desses condicionantes geopolíticos para efetivamente romper com a estrutura de dependência na economia-mundo, formando estruturas de integração física e de segurança coletiva mais introvertidas (sub-regionais) que extrovertidas (local-global).⁴

A Venezuela é uma nação essencialmente caribenha, daí sua política externa projetar-se prioritariamente àquela região, que inclui ainda a América Central. Entretanto, essa projeção caribenha é também responsável pelas profundas relações comerciais com os tão criticados Estados Unidos (Faria *apud* Toledo, 2011), por conta das expressivas exportações de petróleo com custos de frete extremamente baixos, e que assegura maiores taxas de lucro à estatal PDVSA.

Apesar de assumir um contundente discurso antiestadunidense que serve de cimento ideológico ao esquerdismo venezuelano, cubano e nicaraguense, principais parceiros do bloco, o projeto da Alba funda-se numa base (geo)política de identidade caribenha hispânica, onde desnuda o interesse geopolítico de Caracas no Caribe e na América Central.

Os elementos discursivos mobilizados pelo falecido líder venezuelano Hugo Chávez merecem uma análise particular, sobretudo porque serviram para ocultar os interesses nacionais venezuelanos por detrás do projeto da Alba. Chávez falava de uma suposta continuidade temporal desde o libertador Símon Bolívar até o revolucionário cubano Fidel Castro, visando “unificar” as ideologias antissistêmicas dos diferentes atores nacionais. Evidente que a manutenção desses aliados regionais devia-se, afinal, mais à generosa distribuição dos abundantes recursos financeiros gerados das exportações venezuelanas de petróleo que ao discurso chavista.

A política bfronte da Venezuela

A Venezuela apresenta objetivos geopolíticos bem definidos, divididos em uma política externa bfronte. Dentre eles, estão a projeção de poder pelo Caribe e América Central, e a ampliação de sua influência na direção do *heartland* sul-americano, aliando habilmente um *soft power* em torno de seu norte ideológico antiestadunidense a um *hard power* definido por sua projeção econômica pela região.⁵

A Venezuela não poderia ficar alheia à força de atração da economia do Cone Sul da América do Sul. Pleiteando desde 2001 sua entrada no Mercosul, em 2004 é aceita como

4 Daí que, em tese, as noções de subimperialismo e periferia herdados da economia política crítica, que aparecem explicitamente no jargão revolucionário bolivariano, podem também se coadunar à leitura estatocêntrica do realismo político e de condicionantes geográficos da geopolítica. A julgar pela análise dos discursos diplomáticos venezuelanos, isso não ocorre na prática, em razão dos riscos de que os países da região vejam o projeto bolivariano como, afinal de contas, mais um projeto de poder.

5 Para Briceño-Ruiz (2010, p. 93): “A decisão do governo venezuelano em matéria de integração regional está subordinada à consecução de três objetivos básicos da política exterior do país: a luta contra a ordem unipolar, transformada nos anos recentes em anti-imperialismo; a rejeição ao neoliberalismo, que se converteu em anticapitalismo e a promoção da integração bolivariana”.

membro associado, mesmo estatuto de Chile, Peru e Bolívia. Em 4 de julho de 2006, a Venezuela é formalmente integrada ao bloco como Estado-membro, mas dependia ainda da ratificação do protocolo pelos congressos dos demais países membros.

Figura 1

Mercosul



O Tratado de Adesão da Venezuela ao Mercosul, de julho de 2006, fixava o prazo até 2012 para que a Venezuela adote a Tarifa Externa Comum (TEC) e as demais normas do bloco (Teruchkin, 2006). Mas Briceño-Ruiz (2010) lembra que mesmo tendo sido criado um Grupo de Trabalho (GT) para negociar um programa de liberalização comercial entre os países, isso acabou não acontecendo devido às muitas dificuldades encontradas para estabelecer acordos na área econômica entre os países membros e a Venezuela:

[...] a dificuldade de compatibilizar os objetivos da política exterior venezuelana com a realidade política, estratégica e regulamento institucional do Mercosul, se adicionou outra realidade: os custos econômicos que teria o país para adotar o programa de liberalização do Protocolo de Caracas (Briceño-Ruiz, 2010, p. 94).

Entretanto, a entrada da Venezuela no Mercosul finalmente aconteceu em 2012, apesar de toda a polêmica, essencialmente em razão do personalismo de Hugo Chávez e do projeto bolivariano. No âmbito das estruturas nacionais, sua entrada fora defendida mais fortemente

pela aliada Argentina (a Venezuela é a maior compradora individual de títulos da dívida pública argentina),⁶ e barrada mais ativamente pelo congresso paraguaio, o que afinal foi neutralizado com a suspensão do Paraguai do bloco em razão do mal conduzido processo de *impeachment* do presidente Lugo pelos congressistas paraguaios.⁷

A Venezuela ampliará o mercado regional especialmente para a indústria brasileira (hoje, a maior parte das importações venezuelanas de alimentos vem dos Estados Unidos) e, em contrapartida, como maior fonte petrolífera do continente, dispõe de amplos recursos financeiros para investir no bloco.⁸ Alega-se que o projeto de poder bolivariano poderá representar uma politização exagerada do processo integracionista e da relação do bloco com o exterior, sobretudo os Estados Unidos, mas essa parece uma tendência cada vez mais fraca desde a morte de Chávez:

As manifestações oficiais da Argentina e do Brasil são de que a Venezuela tem um papel importante no continente e de que sua adesão ao Mercosul pode colaborar com o processo de integração e projeção da América do Sul, possibilitando a construção de associações mais ambiciosas (Teruchkin, 2006, p. 48).

Do ponto de vista geopolítico, a Venezuela se mostra muito importante geoestrategicamente para o Mercosul, permitindo ligações entre setores amazônicos e andino e, sobretudo, ainda por dar acesso ao mar do Caribe (caso da inaugurada BR-174 entre Manaus-Caracas).

Para Briceño-Ruiz (2010, p. 35), ainda antes da entrada da Venezuela no Mercosul:

[...] o governo venezuelano deixou de considerar o Mercosul como uma prioridade em sua política de integração. As referências ao ingresso a este bloco regional são cada vez menores no discurso de Hugo Chávez e nos documentos oficiais do país. Em vez disso, o governo venezuelano dedica cada vez mais seus recursos econômicos e diplomáticos a Alba, um esquema em processo de formação, no qual Venezuela exerce a liderança, que não tem um acervo comunitário e que, em consequência, é bem mais compatível com os objetivos da política externa vigente na Venezuela desde 1999.

A projeção de poder da Venezuela na Alba

A Aliança Bolivariana para os povos da nossa América é uma proposta de integração regional fomentada pela Venezuela. A Alba foi criada em contraposição a Alca (Área de Livre-Comércio das Américas) proposta do executivo dos Estados Unidos, e essa diferenciação se percebe na própria sigla proposta, já que Alca propõe apenas livre-comércio, enquanto a Alba propõe um tratado de comércio e aproximação dos povos da região.

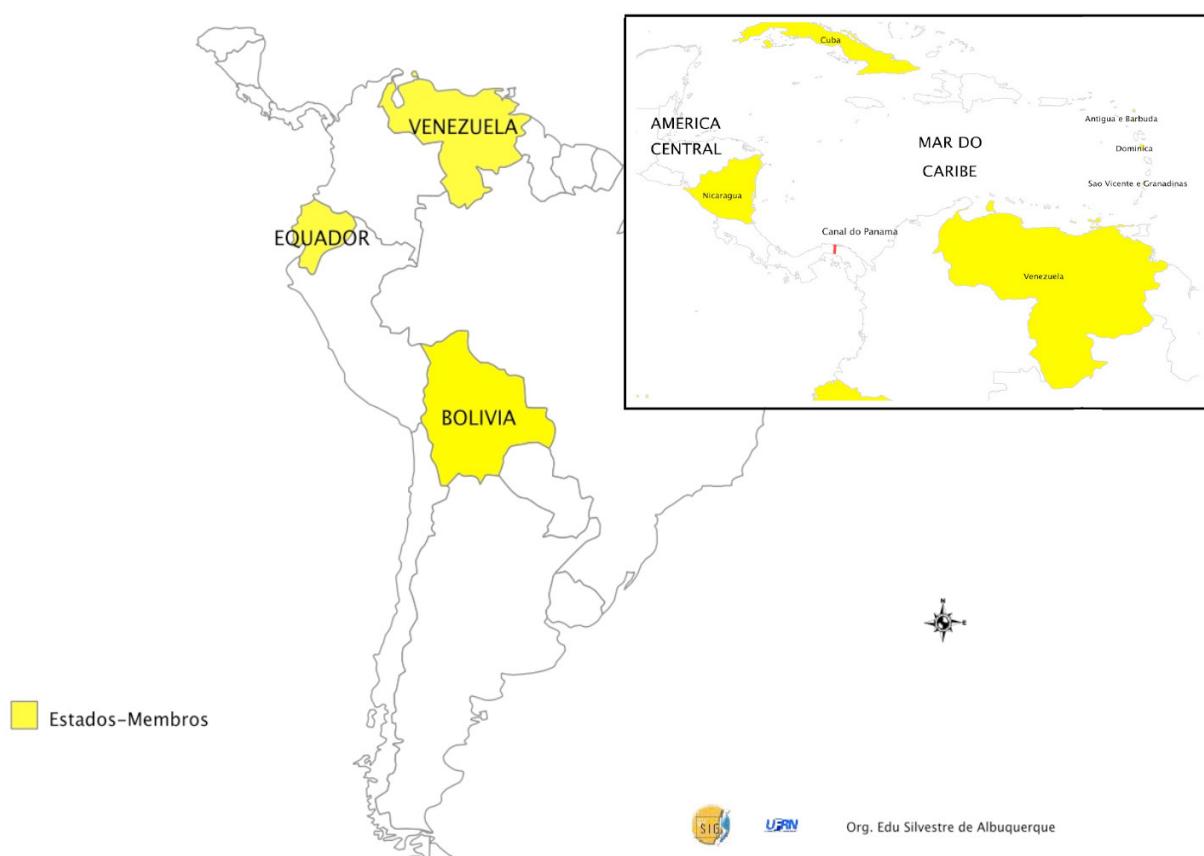
6 “Até julho de 2006, a Venezuela comprou US\$ 3,3 bilhões em bônus da Argentina, o que possibilitou a recuperação de suas reservas logo após ter quitado a dívida junto ao FMI; também adquiriu US\$ 100 bilhões em bônus do Paraguai e financiou vários projetos no Uruguai e na Bolívia” (Cumbre, 2006 apud Teruchkin, 2006, p. 45).

7 No Brasil, só em 2009 o Congresso concluiu a votação para a entrada da Venezuela no Mercosul. Celso Amorim, à época ministro das Relações Exteriores do Brasil, também declarou que a entrada da Venezuela poderia trazer “complicações políticas” (Teruchkin, 2006).

8 “O bloco passa a ter mais de 250 milhões de habitantes e seu produto interno bruto (PIB) supera US\$ 1,1 trilhão sendo de 12% a representatividade da Venezuela no triênio 2003-05” (Teruchkin, 2006, p. 47).

Figuras 2 e 3

Alba



A Alba foi proposta pela primeira vez pelo presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías, na 3^a Cúpula dos Chefes de Estados e Governos, realizada no Caribe, em dezembro de 2001. Em 2004, realiza-se a primeira cúpula da Alba, em Havana, onde Hugo Chávez e o Presidente do Conselho de Estado de Cuba Fidel Castro assinaram declaração conjunta para a criação do organismo.

Durante as reuniões de cúpula promovidas pelos presidentes venezuelano e cubano, outros países aderiram ao bloco da Alba, que atualmente tem por membros também Bolívia, Nicarágua, Comunidade da Dominica, Honduras, São Vicente e Granadinas, Equador, Antígua e Barbuda. Segundo a declaração de seus membros, estes buscam a integração regional entre povos e empresas *grannacionais*, o desenvolvimento sustentável das potencialidades de cada país e que considere as necessidades sociais da população. Como afirma o texto do portal da Alba:

Los TCP nacen, para enfrentar a los TLC, Tratados de Libre Comercio, impuestos por Estados Unidos, que conducen al desempleo y la marginación de nuestros pueblos, por la destrucción de las economías nacionales, a favor de la penetración del gran capital imperialista.⁹

⁹ Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

Os países que integram o bloco afirmam uma crítica à globalização neoliberal, e querem o direito à autodeterminação e soberania nacional inclusive no campo econômico. O conceito de *grannacional* utilizado pelo tratado da Alba segue fundamentos históricos e geopolíticos, socioeconômicos e ideológicos.

Um projeto em fase adiantada é o Banco da Alba. E outro projeto com dificuldades de implementação é o da moeda regional - o Sucre (Sistema Unitário de Compensação Regional) -, que visa a libertação do dólar nas transações regionais, quando os países da região necessitam formar reservas cambiais em dólar para fazer frente aos empréstimos internacionais públicos e privados.

A estrutura institucional da Alba tem como autoridade máxima o *Conselho de Presidentes*, seguido do *Conselho de Ministros*, que se divide em Conselho Ministerial Político; Conselho Ministerial para Programas Sociais; Conselho Ministerial de Complementação Econômica e Conselho Ministerial de Mulheres da Alba. Em igualdade com o Conselho de Ministros se encontra o *Conselho de Movimentos Sociais*. A Alba conta ainda com uma Comissão Política e de Coordenação Permanente, e com um nível técnico representado nos grupos de trabalho permanentes, que são espaços para diagnósticos, elaboração e execução dos projetos por áreas.

Os processos integrationistas regionais tem privilegiado a dimensão comercial no chamado regionalismo aberto. Entretanto, a Alba traz em seu discurso e em algumas ações preocupações de âmbito social,¹⁰ se descolando do aspecto meramente econômico. Isto pode ser percebido no programa de “importação” de médicos cubanos pela Venezuela e na campanha de erradicação do analfabetismo na região da Alba.¹¹

Por outro lado, esses programas de cooperação social dentro e fora da Venezuela também acabam por fortalecer o discurso venezuelano de identidade de interesses entre os países da região, ampliando a influência de Caracas entre os povos andinos e caribenhos. Digno de registro é a execução do projeto venezuelano que liga Caracas a Cuba por cabo de fibras ópticas submarino¹² - ampliando o acesso à internet aos cubanos -, realizado por uma empresa francesa e gerido pela empresa cubano-venezuelana *Telecommunicaciones Gran Caribe SA*.

Ao mesmo tempo, Caracas quer ampliar sua projeção em direção ao sul da América do Sul, como o ambicioso projeto de integração energética Petroamérica - que se subdivide em Petrosur, Petrocaribe e Petroandina. Essa rede energética transcontinental aventada pela Venezuela talvez venha a se tornar fundamental ao parque industrial brasileiro em algum momento do futuro próximo.

Em suma, esse próprio caráter bifronte da geopolítica venezuelana talvez represente o mais importante elo de ligação para a integração sul-americana, construindo ligações entre os

10 “[E]l Alba obtiene el mérito histórico de ser el primer espacio regional libre de analfabetismo. La campaña de alfabetización fue abruptamente interrumpida en Honduras por el criminal golpe de Estado, lo que debe servir de lección para nuestros pueblos, sobre la diferencia entre el proyecto del Alba, que libera, y el proyecto imperialista que nos opprime y nos conduce a la barbarie”. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

11 “É importante notar que, contrastando com atuais (sub)regionalismos, como a União Europeia, o acordo Norte Americano de Livre Comércio (Nafta) e o Mercosul, nos quais a dimensão social (bem-estar/previdência social) é inexistente ou apenas entra no quarto ou quinto nível de regionalidade (Hettne, 2003). Na Alba, o social tem assumido desde o início um papel fundamental de integração” (Murh, 2010, p. 617).

12 Fontes: http://blogdasppps.blogspot.com.br/2011_01_22_archive.html (acesso em: 8 maio 2014) e <http://static.publico.clix.pt/pesoemedida/noticia.aspx?id=1476599&idCanal=17> (acesso em: 8 maio 2014).

Andes e a Amazônia, e entre a Amazônia e o Caribe (Figura 4). Além disto, sua proposta de integração parece conter o potencial de fazer convergir os países andinos ao projeto de integração regional iniciado pelo Cone Sul sul-americano, numa irresistível expansão do Mercosul.

Figura 4
Alba e Mercosul



Considerações finais

Em tese, uma maior autonomia comercial e financeira dos países latino-americanos em relação a Washington garantiria maior margem de autonomia da política externa dos países da região. Na realidade, é paradoxal que a Venezuela, com suas exportações ainda concentradas na gasolina fornecida ao mercado estadunidense, desponte justamente como país sul-americano mais autônomo em sua política externa.

Se os Estados Unidos dependem do petróleo venezuelano, não se pode afirmar o mesmo sobre os recursos financeiros, cuja procedência externa é ainda o maior impeditivo da integração regional da Alba, mantendo grande parte da política externa bolivariana no plano retórico.

Entretanto, projetos como a Telesur (rede de comunicações latino-americana alternativa às grandes mídias) e o Banco do Sul (financiamento da integração regional sem as imposições do Banco Mundial) indicam tentativas concretas de implantar um novo regionalismo latino-americano relativamente antissistêmico, buscando superar um tipo específico de capitalismo conhecido como neoliberalismo, e não necessariamente a ordem capitalista:

Podemos dizer que emergem novos regionalismos, com um outro conteúdo, com uma intencionalidade simbólica distinta, onde ganham centralidade conceitos como igualdade, solidariedade e justiça social, perdidos na luta pela competitividade. Há, de certo modo, um avanço na direção de uma ruptura com o modelo neoliberal, e uma procura de pactos territoriais baseados em um maior respeito pelas diversidades (Arroyo, 2010, p. 67).

Quando observadas em conjunto, a criação da Alba, a ampliação do Mercosul e a criação da Unasul e do CDS indicam que os sul-americanos desenvolvem movimentações geopolíticas para escapar à influência estadunidense, e podem ser interpretadas como a busca por uma geopolítica regional contra o modelo neoliberal.

A crise econômica dos países centrais e o direcionamento da geoestratégia estadunidense para as zonas instáveis da Eurásia, ricas em petróleo ou rotas estratégicas para seu transporte, garantirão essa margem de autonomia relativa da política externa latino-americana por mais algum tempo.

A valorização dos ativos petrolíferos sustentou o sistema de alianças regionais do chavismo, inclusive na tentativa de multipolarização do sistema internacional ao se contrapor a unipolaridade estadunidense. Nesse sentido, a Alba representa a condução de um movimento antissistêmico, ainda que de cima para baixo. É evidente que, como afirma Wallerstein (1988 apud Carvalho, 2008),¹³ as mudanças reais promovidas por esses movimentos não dependem apenas da vontade de seus atores, mas do desdobramento das relações internacionais, afinal, trata-se de um sistema-mundo. A Venezuela é ainda um ator geopolítico de segundo nível, mantendo sua ambiciosa agenda externa graças ao *boom* petrolífero, o que pode não durar muito diante da forte desaceleração econômica chinesa e da agudização da crise europeia. Sua importância para a integração regional e os movimentos antissistêmicos multipolares é mais evidente na condição de elo geográfico e ideológico entre as duas maiores propostas integracionistas regionais (Mercosul e Alba) e as dimensões social e econômica da integração regional.

Apesar dos avanços sociais internos do chavismo e da contribuição venezuelana ao alargamento do Mercosul, os movimentos diplomáticos do país também projetam fluxos de poder a partir de sua condição geográfica peculiar. A Figura 5 sintetiza os dois movimentos geopolíticos que sinalizam o caráter bifronte da política externa venezuelana em curso.

Figura 5

A projeção geopolítica bifronte venezuelana



¹³ WALLERSTEIN, I. M. *El moderno sistema mundial*. México: Siglo Veintiuno, 1988. v. 1.

O primeiro é representado por um triângulo formado entre Caracas, Havana e Manágua, que se projeta pelo mar do Caribe, onde se defronta com a presença econômica e militar estadunidense. Nunes (2009) comenta que, no passado, a doutrina bolivariana e a doutrina monroe, projetos distintos de integração do continente, só não entraram em conflito graças ao escape da frente de expansão para o oeste dos Estados Unidos e a debilidade de Simon Bolívar em efetivar a unificação da América Latina Hispânica.

Paradoxalmente, esse *mare nostrum* caribenho também aproxima a Venezuela dos Estados Unidos, com custos de frete reduzidos para os superpetroleiros carregados de óleo venezuelano. Nesse ponto, a Venezuela se mostra suficientemente pragmática para saber que um Caribe sem a influência geoeconômica dos Estados Unidos é impossível e mesmo indesejável.

O segundo movimento geoestratégico venezuelano se dá no *heartland* sul-americano, cimentado pela afinidade ideológica com o governo boliviano de Evo Morales. Aqui, não são os interesses estadunidenses (ainda restritos à Colômbia, principalmente com o fechamento da base equatoriana de Manta) que se projetam pela região, mas os interesses geopolíticos brasileiros. Ao mesmo tempo em que busca uma inserção internacional aberta, o Brasil se consolida como potência regional, usando sabiamente da hegemonia benevolente com seus vizinhos para construir as infraestruturas de integração física necessárias e desenvolver um clima de confiança mútua.

O Brasil não deve ver com simpatia uma intervenção mais direta, seja dos Estados Unidos ou da Venezuela, no que representa sua zona de influência imediata. A hegemonia brasileira se faz de longa data e de forma multidimensional e gradativa, enquanto a tentativa de hegemonia venezuelana se baseia num processo histórico comum cujas raízes estão na cultura hispânica e no bolivarianismo, algo que o Brasil não compartilha com os vizinhos. Por isso, o discurso ideológico chavista contra o mundo único visa a liderança política venezuelana numa identidade coletiva regional, capaz de nortear as relações internacionais de forma mais autônoma possível, aumentando a segurança e o poder dos países-membros.

Assim, o atual jogo de poder sul-americano tem a Venezuela como ator importante, nos permitindo falar de uma tríade sul-americana: Argentina, Brasil e Venezuela, devido ao tamanho territorial, demográfico e econômico desses países, pilares do equilíbrio de poder regional e da inserção da região no sistema internacional.

Referências

- ARROYO, Mónica. MERCOSUL: redefinição do pacto territorial vinte anos depois. In: ZUSMAN, Perla. *Argentina e Brasil: possibilidades e obstáculos no processo de integração territorial*. São Paulo: Humanitas/Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2010. p. 37-58.
- BRICEÑO-RUIZ, J. O Mercosul na política de integração da Venezuela. *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 77-96, jan./abr. 2010.
- CARVALHO, G. C. A. Lutar pelo quê? Reflexões sobre os rumos dos movimentos antissistêmicos. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 13, n. 25, p. 183-169, 2008.

- GIRAUT, C. Dimensão geopolítica das integrações regionais. *Mercator*, v. 9, n. 19, p. 7-17, maio/ago. 2010.
- MUHR, T. Venezuela e Alba: regionalismo contra-hegemônico e ensino superior para todos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 611-627, maio/ago. 2010.
- NUNES, P. R. *O Projecto Alba*: equilibrando um mundo desequilibrado novas dinâmicas de integração, novas abordagens securitárias. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2009.
- PENNAFORTE, C. *Análise dos sistemas-mundo*: uma pequena introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein. Rio de Janeiro: Cenegri, 2011. (Coleção Perspectivas do Mundo Contemporâneo.)
- PRECIADO, J. América latina no sistema-mundo: questionamentos e alianças centro-periferia. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 253-268, maio/ago. 2008.
- TERUCHKIN, S. U. Ampliação do Mercosul: a adesão da Venezuela. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p.45-50, dez. 2006.
- TOLEDO, V. Com 20 anos de Mercosul, Venezuela ainda aguarda autorização para entrar: entrada do país de Hugo Chávez no bloco divide opiniões. *Rede Brasil Atual*, 2011. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/internacional/2011/03-aos-20-anos-de-mercosul-venezuela-ainda-aguarda-autorizacao-para-entrar/?>>. Acesso em: 8 maio 2014.

As articulações entre comércio e distribuição na dinâmica da produção em aglomerado produtivo calçadista de Portugal¹

Judite de Azevedo do Carmo

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados da pesquisa sobre as articulações entre o comércio e a produção em aglomerado produtivo, tomando como espaço empírico São João da Madeira (PT). Para tanto, fizemos leituras de bibliografia teórica e prática brasileira e portuguesa, bem como coleta de dados quantitativos e qualitativos em órgãos oficiais, indústrias e estabelecimentos comerciais do município, por meio de entrevistas e aplicação de questionários. A análise dos dados obtidos permitiu constatar que os calçados de produção local são valorizados pelos comerciantes, sendo comercializados em todos os estabelecimentos, embora não se tenha verificado intensa relação entre os produtores e os comerciantes locais.

Palavras-chave: Aglomerados produtivos. Produção. Comércio. Setor calçadista. Portugal.

Trading articulations and production in agglomerated productive shoes in Portugal

Abstract

The purpose of this article is to present the results of the research about the articulations between the trade and the production in agglomerated productive, having as an empirical space São João da Madeira (PT). To work on that, we read theoretical and practical bibliographies, both Brazilian and Portuguese and also collected quantitative and qualitative data in official bodies, as well as in industries and commercial establishments in the city. It was identified the shoes that were

¹ Pesquisa elaborada com apoio financeiro da Capes.

fabricated in the local area are valued by the traders because all the researched establishments sell shoes fabricated locally, even if the relationship between the producers and the local traders is not so intense.

Keywords: Agglomerated productive. Production. Trade. Footwear sector. Portugal.

Introdução

O esgotamento do modelo de acumulação fordista proporcionou o surgimento de outro modelo, o pós-fordista ou de acumulação flexível. No entanto, é importante salientar que o surgimento de um não representa o final do outro. Assim uma “reestruturação do sistema industrial que permite a coexistência de diferentes sistemas de produção: em alguns setores a produção em grande escala continua, com maior diferenciação da produção, enquanto em outros predomina o modelo de especialização flexível” (Rovere, 1999, p. 145). Nesta perspectiva, como assinala Mendes (1997, p. 44), a atividade industrial tem sido alvo de grandes mudanças estruturais e organizacionais, principalmente a partir dos anos de 1970.

Em relação às mudanças na atividade industrial, Maia (1995, p. 137) coloca que as indústrias de vários setores vêm adotando estruturas produtivas mais flexíveis, inclusive aquelas mais tradicionais. Diante disso, em certas regiões, é possível a verificação da formação dos chamados distritos industriais ou redes de indústrias com o principal objetivo de enfrentar a crise derivada do esgotamento do modelo de acumulação fordista. Como se vê, a produção tem se organizado no espaço de diversas formas, dentre as quais podemos citar os distritos industriais, os *clusters*, polos e Arranjos Produtivos Locais, cada qual com suas especificidades que não serão tratadas aqui, uma vez que esse debate não consta do objetivo deste trabalho; portanto, a concentração geográfica de indústrias será denominada genericamente como aglomerado produtivo, sem entrarmos em suas especificidades.

Pinheiro (1993, p.17) explica que a concentração geográfica constitui-se em uma estratégia que as empresas de produção “flexível” adotaram com a intenção de reduzir os custos e as dificuldades de suas transações, e de certa forma maximizar seu acesso ao contexto cultural de informação do sistema de produção. Isto é possibilitado pelas economias externas que geram.

Para as MPMEs (Micros, Pequenas e Médias Empresas), a concentração em aglomerações produtivas é um recurso utilizado para ultrapassarem os obstáculos que lhes são impostos devido a seu reduzido tamanho, pois através das associações existentes dentro do aglomerado é possível, para essas unidades industriais, simularem o funcionamento das grandes indústrias (Garcia; Costa, 2005, p. 29).

Como discorrido nos parágrafos anteriores, a atividade industrial passou por grandes transformações a partir dos anos de 1970; estas, porém, não foram verificadas somente na produção, mas em toda a cadeia de valor, ou seja, desde a concepção do produto até seu consumo final.

O comércio realizado em diferentes estruturas, de acordo com Barata Salgueiro e Cachinho (2006, p. 3), possui como principal objetivo disponibilizar as mercadorias aos consumidores (empresas ou cidadãos), de modo a satisfazer necessidades e desejos. Portanto, ele é condicionado, na sua organização e funcionamento, pelas alterações no sistema de produção, pela distribuição das populações e pelas mudanças em seu estilo de vida, o que acaba por interferir nos hábitos de consumo.

O comércio varejista realiza-se em diferentes estruturas comerciais como as lojas especializadas, grandes magazines, mercados populares, lojas de autosserviço, supermercados e hipermercados, *shoppings centers*, lojas de conveniência, galerias, lojas de departamento, entre outras. Essas estruturas comerciais, de acordo com Carreiras (1999, p. 89), constituem o lugar onde ocorre a materialização do consumo, podendo, portanto, ser chamado de espaço de consumo.

Para Pintaudi (1981, p. 15), o consumo “é um processo através do qual um valor de uso é gasto, é destruído, para satisfazer uma necessidade qualquer”. Porém, sendo a mercadoria constituída de valores simbólicos, o consumo vai além da simples satisfação dos desejos, ele se torna uma forma de comunicação (Baudrillard, 1981). Por isso que, na atualidade, a publicidade, o *marketing* e até mesmo a forma como as mercadorias são expostas nas diversas estruturas do comércio seguem a lógica da “mercadoria signo e dão novos significados aos bens de consumo que assim, associam-se ao luxo, à beleza, ao exotismo e à fantasia” (Cleps, 2005, p. 81).

Nessa perspectiva, de acordo com Cachinho (2002, p. 168), “o consumidor torna-se um verdadeiro actor e o consumo uma manifestação simbólica e comunicacional”. O mesmo autor ainda salienta que “o poder simbólico do consumo diz tanto respeito às mercadorias como aos lugares erigidos em seu nome”, ou seja, aos diferentes espaços de consumo.

Diante dessa nova realidade, os industriais começaram a estreitar as suas relações com os agentes de comércio e de distribuição, procurando identificar as necessidades dos consumidores para poderem atuar com eficácia e de forma competitiva na oferta de produtos e, assim, obter maiores resultados junto aos diversos mercados. Os aglomerados produtivos, entendidos como propulsores de desenvolvimento local e regional, não podem ficar de fora desse movimento, eles necessitam, por meio de sua governança, desenvolver um setor de distribuição e de comércio de forma estruturada e que funcione como verdadeiro interlocutor, possibilitando ao aglomerado atuar na elaboração do produto que condiz com as necessidades e desejos dos consumidores finais.

Apesar de detectada a importância dos processos finais e iniciais da cadeia produtiva, verificamos que pouca atenção lhes tem sido dirigida nos estudos acadêmicos realizados sobre aglomerados produtivos, sendo que, muitos deles focaram-se nas relações produtivas, na governança, na mão de obra etc. Em relação ao comércio e ao consumo, percebemos que indiretamente eles têm aparecido em alguns estudos; porém, entendemos que o fato da dinâmica do comércio e do consumo terem sido deixados em segundo plano, tem gerado uma lacuna teórica, pois o comércio é o meio pelo qual se realiza a acumulação do capital. Portanto, apoiados nas obras dos autores citados, os quais nos proporcionaram o respaldo teórico para o entendimento do tema pesquisado e na análise empírica foi-nos possível enfocar, nesta pesquisa, a distribuição e o comércio na dinâmica da produção do aglomerado produtivo de São João da Madeira (PT).

Para compreender as articulações do comércio, na dinâmica da produção em São João da Madeira, adotamos uma metodologia de pesquisa com base em coleta de dados quantitativos e qualitativos em órgãos oficiais e de atuação na governança do aglomerado, assim como em indústrias e em estabelecimentos comerciais do município, por meio de entrevistas e aplicação de questionários.

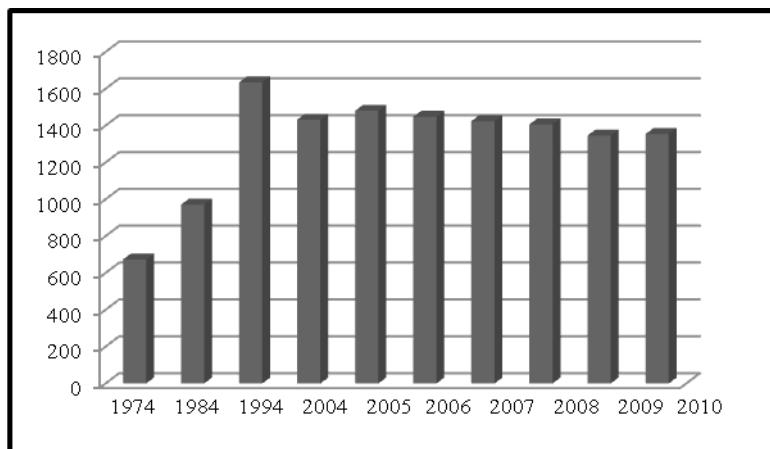
Caracterização do setor calçadista de Portugal

O setor calçadista português é considerado um setor dinâmico e de grande importância para o desenvolvimento econômico do país, contando com aproximadamente 1354 indústrias em 2010, com uma produção em torno dos 61.543 milhares de pares e com o emprego de 32.510 trabalhadores

(Apiccaps- Associação Portuguesa dos Industriais de Calçados, Componentes e Artigos de Pele e seus Sucedâneos-, 2011). O Gráfico 1 apresenta a evolução do número de indústrias de calçado em Portugal.

Gráfico 1

Evolução do número de indústrias de calçados de Portugal de 1974 a 2010



fonte: Apiccaps (2011). Organizado pela autora.

A indústria calçadista portuguesa, que vinha apresentando crescimento nas décadas de 1970 a 2000, com a intensificação da concorrência internacional, teve de optar por outras estratégias competitivas. Várias das grandes empresas de capital estrangeiro decidiram-se por não participar dessa empreitada e optaram pela migração em direção a outros países, onde puderam continuar com o mesmo fator de competitividade (baixo custo de produção). Tal migração foi facilitada pela integração de novos Estados-membros na União Europeia, com vantagens de custos significativas, os quais se tornaram alternativos para os investimentos estrangeiros. Algumas empresas nacionais, não sendo capazes de se manter perante a acirrada concorrência e nem de se adaptar aos novos modelos de competição, acabaram por sucumbir pelo caminho (Apiccaps, 2011).

Outro fato de impacto nas indústrias calçadistas portuguesas foi a adoção do euro como moeda comum, eliminando “a possibilidade de desvalorização da moeda nacional que, nomeadamente na década de 1980, teve um papel relevante na defesa da competitividade das exportações portuguesas” (Apiccaps, 2011).

A indústria, para responder aos novos desafios impostos, segundo a Apiccaps, procedeu a uma reestruturação e reorientação estratégica, principalmente no que tange a reengenharia dos processos de produção, podendo então responder a encomendas de apenas algumas unidades, desta forma mostrando-se mais flexível diante das necessidades dos clientes.

Sobre a questão da adoção de novas tecnologias e inovação no setor calçadista, Vale e Caldeira (2007, p. 535), baseados em estudos de Fonseca et al. (2001), argumentam que a produção de calçados tem adotado, no decorrer dos anos, várias inovações tecnológicas, passando algumas etapas da produção a serem realizadas por computador, como por exemplo, a concepção e o *design*. Houve também a adoção de equipamentos de corte a *laser* etc. A adoção dessas novas tecnologias foi uma

medida encontrada pela indústria de calçado como forma de responder às exigências dos mercados mais desenvolvidos que demonstraram preferências de consumo de calçados, que trazem um maior conforto, advindo, daí, a preocupação com os atributos técnicos e com a qualidade do material utilizado.

Os estudos que focam de modo geral a indústria calçadista portuguesa colocam que esta possui forte vocação exportadora. Tal vocação parece estar sendo reforçada, como nos indica os dados de exportação disponibilizados pela Apiccaps. Em 2005 o volume exportado representou 88% do total das exportações de calçados. Já em 2010, o volume exportado chegou a 68.133 milhões de pares, o que representa 95% do total da produção. Os principais destinos geográficos dos calçados produzidos em Portugal estão indicados na Tabela 1.

Tabela 1

Principais destinos geográficos das exportações de calçados de Portugal em 2010

destino geográfico	percentual
Europa	96
América	1,6
Ásia	1,2
África	1,1
Oceania	0,3

fonte: Apiccaps (2011). Organizada pela autora.

Dentro da Europa, destacam-se cinco mercados, pois juntos absorvem 80% das exportações destinadas a esse continente, são eles: França, Alemanha, Holanda, Espanha e Reino Unido. É importante ressaltar que as exportações para a Espanha tiveram entre 2000 e 2005 um acréscimo significativo de 51%, “a proximidade geográfica e a dimensão de mercado sugerem que este é ainda um mercado com potencial de crescimento” (Apiccaps, 2011).

De acordo com estudo da Apiccaps, na década de 1990, as exportações de calçado cresceram mais rapidamente do que as importações, gerando um aumento significativo do excedente comercial. Para a ocorrência desse aumento, as empresas de capital estrangeiro tiveram grande participação no ano de 2000, pois elas representavam 40% das exportações nacionais. Os primeiros anos da década de 2000 foram de grande impacto para as exportações portuguesas de calçado, com o encerramento da maior parte das grandes indústrias de capital estrangeiro, acrescentando-se a concorrência do calçado de origem asiática, nos principais mercados, assim as exportações caíram de 2001 a 2005 a quase 30%.

A partir de 2005, as exportações voltaram a crescer, porém a evolução do crescimento das exportações foi interrompida já em 2009, uma vez que a indústria calçadista não ficou ilesa à crise econômica internacional de 2009. Contudo mostra sinais de recuperação em 2010.

A indústria de calçados de Portugal, como já dissemos em linhas anteriores, está direcionada em seus quase 100% ao mercado externo, porém o consumo de calçados no mercado interno ficou na casa dos 60 milhões de pares em 2010, valor equivalente a produção nacional (dados da Apiccaps). Esses dados nos instigam aos seguintes questionamentos: O mercado português de calçado é abastecido por quais produtores? Por que tão pouco do volume produzido nacionalmente fica no país?

Os principais fornecedores de calçados para Portugal, de acordo com a Apiccaps (2011), são a Espanha e a China, ficando esses dois países com valores acima dos 20 milhares de pares. É interessante notar que a Espanha é o principal parceiro comercial de Portugal, pois também se configura entre os cinco principais destinos geográficos dos calçados portugueses. Neste momento é de grande relevância lembrar a colocação da Apiccaps de que boa parte das importações originadas da Ásia possui país europeu como intermediário, como a Holanda, por exemplo.

Para obter resposta à segunda questão precisamos conhecer o mercado português e as especificidades do calçado produzido nesse país. A indústria portuguesa de calçado apresenta uma forte especialização na produção de calçado de couro, que possui valor acrescentado mais elevado. Em 2010, 4 em cada 5 pares produzidos foram feitos à base desse material (Apiccaps, 2011). Dessa forma, o calçado português, em sua maior parte, possui alto valor agregado, atendendo, portanto, os mercados mais exigentes e de maior rendimento médio; em contrapartida, as importações em Portugal são de calçados produzidos com outros materiais e de valor reduzido. Dados da Apiccaps apontam para o aumento entre 2005 e 2010 do consumo de calçados em têxtil e plástico, passando dos 47% para 77%. O calçado impermeável também apresentou um aumento de 20% para o período, enquanto os calçados de couro apresentaram aumento muito inferior com um percentual em torno de 7% e 6%.

O amplo aumento da busca por calçados de valor reduzido pode ser explicado pela quase estagnação econômica na última década, o que travou o dinamismo do consumo do país. Diante de tal cenário, a população dirigiu-se para os segmentos de produtos de valor reduzido. Um dos fatores que explicam esta estagnação econômica é a deslocalização das indústrias estrangeiras que lá estavam e que chegaram a ser responsáveis por cerca de um quarto do emprego setorial; portanto, houve grande redução de emprego no setor. Essa redução de emprego foi percebida posteriormente também em outros setores, de modo a diminuir o poder de compra da população (Apiccaps, 2011).

Os dados de 2010, referentes à conjuntura industrial (produção e exportação), parecem indicar uma pequena melhora, contudo ainda há que se ter cautela para avaliar essa situação a longo prazo, pois, em 2010, o PIB de Portugal registrou crescimento de 1,4%, valor este que ficou abaixo do PIB mundial, cujo crescimento se deu na ordem de 5,5% e o da União Europeia apresentou crescimento de 1,8% (Apiccaps, 2011).

Diante desse estado de estagnação econômica, a procura por produtos de baixo valor é reforçada. Assim sendo, tiveram maior evolução no mercado português os calçados que apresentavam tais características, como os chineses, por exemplo.

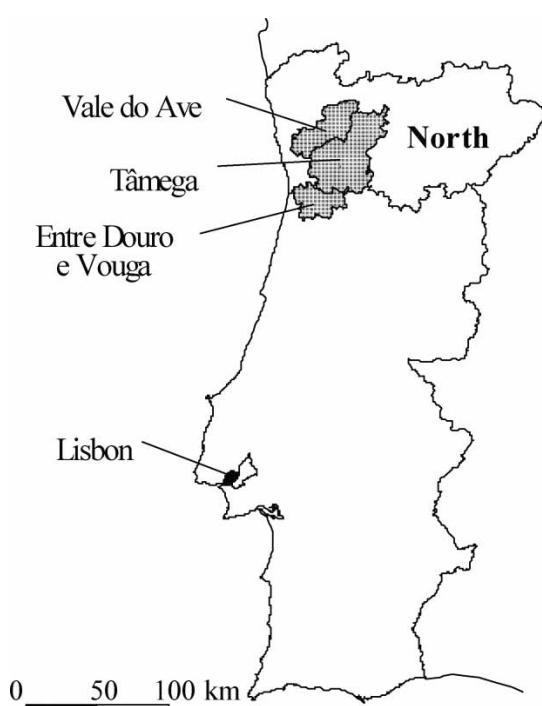
A indústria calçadista portuguesa ainda está atravessando um momento difícil, embora pareça estar começando a dar sinais de melhora. O calçado produzido em Portugal, na maior parte tem o couro como a principal matéria-prima, sendo destinado aos principais mercados europeus. As exportações são, portanto, extremamente concentradas, assim como as importações de calçados, que possuem como principal origem a Espanha, porém com grande participação da China, um país fora do continente europeu. A Apiccaps procura desenvolver iniciativas e estratégias para avançar em direção a outros mercados, mas as forças convergem para o mercado regional. A integração ao mercado único, com a adoção da moeda única, somada ainda a proximidade geográfica, são fatores que favorecem essa concentração.

A produção de calçados em São João da Madeira (PT)

A produção de calçados em Portugal, segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística), está concentrada na região norte do país (Figura 1), nas sub-regiões Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga. Nas duas últimas, ela assume maiores proporções, mas não são todos os municípios pertencentes a essas regiões que desenvolvem a produção de calçados. Em Ave, verifica-se a produção em Vizela e Guimarães, em Tâmega, ela é realizada em Felgueiras e Lousada e no Entre Douro e Vouga, destaca-se São João da Madeira, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e Arouca. A explicitação desses municípios, como produtores de calçados, não implica dizer que a produção não ocorra em outros, porém a importância da atividade nestes outros locais é menor.

Figura 1

Localização das regiões onde se concentra a produção de calçados de Portugal



fonte: Vale e Caldeira (2007).

Como os dados do INE indicam, a sub-região de Entre Douro e Vouga possui maior número de municípios que desenvolvem a atividade de produção de calçados, mas em número de trabalhadores ela perde para a sub-região do Tâmega, sendo que os dados de trabalhadores, por município, para 2009, indicaram 10.912 e 11.645, respectivamente.

A literatura que trata do setor de calçado de Portugal evidencia os municípios de Felgueiras e São João da Madeira como os principais aglomerados produtivos, portanto para decidirmos em qual dos dois realizar a verificação em campo, procuramos, por meio de fontes bibliográficas, verificar as características de cada um e depois compará-los.

Em Felgueiras, a produção é recente, com uma estrutura industrial cuja dimensão das unidades produtivas é maior. Há um emprego de equipamentos e tecnologias mais avançados e entre os empresários do setor verifica-se um evidente espírito empreendedor. A mão de obra é menos intensiva, o volume da produção diária é alto, a qualidade do produto é inferior, a maior parte dos calçados

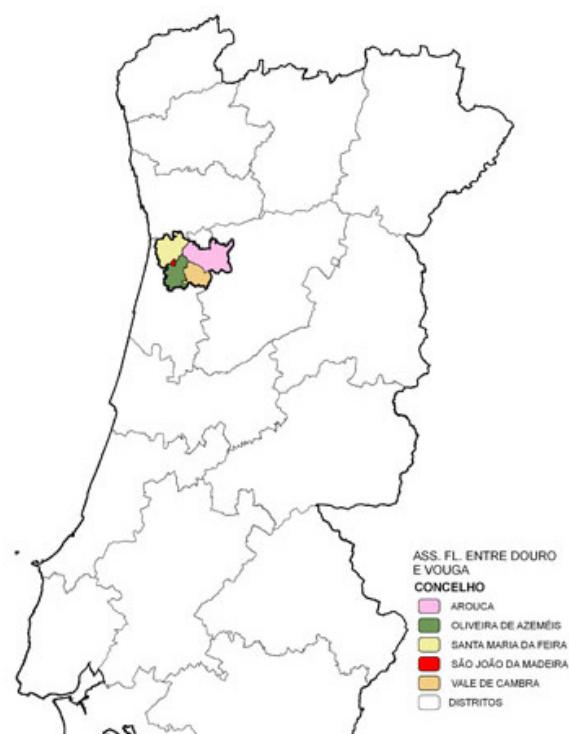
fabricados é informal, destacando em maior porcentagem o calçado masculino, sendo que o preço do calçado deste município é inferior em relação ao de São João da Madeira e o destino da produção é o mercado externo, em segmentos inferiores (Eiriz; Barbosa, 2007, p. 35).

Em São João da Madeira, município que possui tradição na fabricação do calçado, a produção é antiga, as unidades industriais são em grande maioria, de dimensões menores. A tecnologia e os equipamentos utilizados na produção são menos avançados, não é muito evidente o espírito empreendedor. Há o emprego de mão de obra mais intensiva, o volume produzido diariamente é baixo, os calçados produzidos na maior porcentagem são os de senhora e o formal. A qualidade é elevada e o preço também. Sua produção atende a segmentos superiores do mercado externo e interno (Eiriz; Barbosa, 2007, p. 35).

Diante das características dos dois municípios, decidimos trabalhar em terreno com o de São João da Madeira, pois o objetivo do estudo é verificar as articulações entre a distribuição e o comércio, no âmbito da produção de calçados, sendo que neste município a produção é destinada ao mercado interno e ao externo; portanto, teremos elementos de análise da distribuição nos dois mercados. Além disso, o fato de o setor de calçados ter-se desenvolvido em torno de tal município, isto o faz tradicional nessa atividade, pois esse fator também contribuiu para a sua adoção como universo espacial empírico.

A cidade de S. João da Madeira localiza-se na região norte de Portugal, pertence ao distrito de Aveiro e é integrada à Área Metropolitana do Porto, assim como a sub-região NUTS III, *Entre Douro e Vouga* (Figura 2), com 21.762 habitantes numa área de 8,11 km², sendo, portanto, o menor município português. É composto por 21 bairros, quais sejam: Casaldele, Corgas, Carquejido, Espadanal, Fundo de Vila, Fundões, Fontainhas, Laranjeiras, Mourisca, Orreiro, Parrinho, Pedaço, Ponte, Praça, Quintã, Ribeiros, Tapado, Travessas, Vale, Vista Alegre e Volta (Câmara Municipal de SJM).

Figura 2
Localização de São João da Madeira



fonte: Disponível em: <<http://www.google.com.pt>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

O município teve grande desenvolvimento no século XIX, sobretudo com a instalação da fábrica de chapéu e em seguida pela indústria de calçado. O início da fabricação de calçados na cidade remonta os anos de 1483. A primeira fábrica de calçado, “sapataria da moda”, surgiu por volta de 1833, em 1905 surge outra e já em 1910 são registradas quatro oficinas em Oliveira de Azeméis, município do qual São João da Madeira fazia parte (Câmara Municipal de São João da Madeira). A forte tradição na área industrial, designadamente na área do calçado, possibilitou à cidade a ocupação de um lugar de destaque no mapa empresarial português, sendo detentora da marca “Capital do Calçado” (www.cidades.vidaimobiliaria.com).

De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Local de 2009 (PEDL) de São João da Madeira, há no município quatro áreas industriais, embora se destaquem a zona industrial das travessas e a zona industrial do Orreiro, as quais, tal como a zona industrial de Devesa velha, estão localizadas perifericamente em relação à área mais urbanizada, sendo dotadas de espaços amplos com grande acessibilidade e com uma cintura verde envolvente que minimiza o seu impacto em termos ambientais. Permanece ainda, dentro do perímetro mais urbanizado, a zona industrial de Oliva, com uma forte redução de atividades e, consequentemente, do seu impacto ambiental.

Para verificarmos como ocorre a produção do calçado em nível individual de indústria, pesquisamos duas delas no município, uma média e uma pequena. Essas duas indústrias se encontram localizadas na Zona Industrial do Orreiro. Para facilitar o entendimento e a visualização dos dados obtidos por meio do questionário respondido pelas indústrias, verifiquem a Tabela 2:

Tabela 2
Características das indústrias pesquisadas

Características	Indústria média	Indústria pequena
ano de fundação	1970	1993
no funcionários	87	15
produção	marca própria	marca própria e de clientes
destino geográfico	mercado externo 95% mercado interno 5%	mercado externo 98% mercado interno 2%
venda do calçado	atacado	atacado e varejo
exportações	representantes e venda direta	representantes e agentes de importação
participação em feiras	participa de 6 feiras no ano	não participa
setor de <i>design</i>	tem	não tem
liberdade de criação de novos modelos	tem em todos os mercados	tem apenas no mercado interno

fonte: Questionário direto, 2012. Organizada pela autora.

Como pode ser verificado na Tabela 2, as duas indústrias estão a mais de 15 anos no mercado; porém, a de pequeno porte atua mais recentemente, talvez isto explique a sua desvantagem em relação àquela de médio porte, no tocante a alguns fatores, como por exemplo, a necessidade de ainda

fabricar calçados com marca de clientes, não possuir liberdade de criação de novos modelos. Porém, ao atentarmos para a questão de *design*, percebemos que a pequena não investe na criação de um setor dentro da empresa que seja responsável pela criação de novos *designs*. Esse tipo de investimento é indicado pelo Plano Estratégico para o setor, como meio de desenvolvimento da indústria, além disso, não há participação em feiras, eventos que, de acordo com a Apicaps e com representante da média empresa, é estratégia de publicidade para a indústria, assim como possibilita o contato com novos clientes e mercados, podendo ser formalizadas algumas vendas. Para a indústria que ainda não possui marca forte no mercado, a participação neste tipo de evento é de suma importância, devido à apresentação de sua marca e de seus novos modelos.

O destino geográfico, no mercado externo das duas indústrias, é na maior parte os países europeus, sendo que a indústria de médio porte já conseguiu adentrar, de forma discreta, o mercado dos Estados Unidos. De acordo com seu representante, há a intenção da indústria de aumentar sua atuação neste mercado.

O destino geográfico no mercado interno, apesar de ser pouco representativo nas duas indústrias, constitui-se nas cidades maiores como Lisboa, Porto, Braga, Faro, Évora, entre outras e o próprio município, pela facilidade de acesso dos comerciantes locais ao fabricante.

Nenhuma das indústrias pesquisadas possui loja de fábrica, o comércio é realizado apenas por comerciantes que atuam na venda a varejo; porém, a pequena indústria realiza a venda a varejo, direto na fábrica, embora este tipo de comércio não possua muita relevância em seu volume de venda. Acreditamos que tal característica é comum a quase todas as indústrias de São João da Madeira, pois observando a paisagem urbana do município não identificamos a presença de nenhuma loja de fábrica.

Percebemos, por meio do questionário respondido pelas duas indústrias de São João da Madeira e pelos dados obtidos na Apicaps, que apesar do grande incentivo à exportação e 95% da produção de calçados de Portugal destinar-se ao mercado externo, este ainda se mantém regionalmente, ou seja, é restrito ao mercado comunitário, atingindo em pequena porcentagem os mercados extracomunitários.

O comércio de calçados em São João da Madeira (PT)

Os dados utilizados para análise do comércio de calçados de São João da Madeira foram obtidos por meio de questionários aplicados aos gerentes dos estabelecimentos comerciais.

No que se refere à localização e distribuição de atividades, em São João da Madeira verifica-se uma nítida concentração de comércio e serviços na zona central e nas principais artérias de acesso a esta zona; há também certa concentração de atividades na Rua do Brasil, na Avenida Dr. Renato Araújo, na rua João de Deus e na avenida Benjamin Araújo.

Procuramos identificar na cidade os estabelecimentos comerciais na área central e em seus arredores, os quais chegaram a oito, um dos quais se localiza em um pequeno centro comercial, na praça central da cidade, com apenas uma funcionários, que divide a função de vendedora com a proprietária da loja.

Além dos estabelecimentos da área central e de seu entorno, identificamos mais seis unidades comerciais, instaladas no centro comercial, “8^a Avenida”, sendo este de dimensões não compatíveis com o tamanho da cidade e contando com a presença de uma grande rede de hipermercado, o “Continente”. Questionados sobre a relação da dimensão do centro comercial com o número de

habitantes da cidade, fomos informados, pelos comerciantes, que este centro comercial atende tanto os moradores locais como os das cidades da região, como São Roque, Arrifana, Santa Maria da Feira, Olivais de Azeméis, Vale de Cambra, Ovar, Lourosa, Estarreja etc.

Dos seis estabelecimentos comerciais, especializados no comércio varejista de calçados e instalados no Centro Comercial “8^a Avenida”, dois são lojas de fábrica de outros países, Brasil e Espanha, um estabelecimento comercializa apenas calçados importados, pelo que fomos informados e pelos calçados que vimos expostos, inferimos que a maioria dos calçados são sintéticos; porém, seus representantes não quiseram responder ao questionário. Dessa forma, aplicamos questionários em três estabelecimentos do Centro Comercial, que somados àqueles localizados nas ruas centrais e àquele localizado no pequeno centro comercial da praça principal, totalizaram 11 estabelecimentos pesquisados.

Dos estabelecimentos pesquisados, 54% comercializam calçados masculinos e femininos, e 45%, além desses dois modelos, comercializam também modelos infantis. A maioria (72%) comercializa somente calçados produzidos à base de couro.

Todos os estabelecimentos pesquisados comercializam calçados produzidos em São João da Madeira. Dois comercializam somente calçados de produção local e nove comercializam mais de 60% de calçados de São João da Madeira.

Verificamos, por meio dos dados, que a produção local é valorizada e possui grande importância para o comércio varejista especializado no calçado, embora ainda se encontrem estabelecimentos que comercializam calçados de outras localidades. Dentre as áreas geográficas de origem dos calçados comercializados nesses estabelecimentos encontram-se Itália, Espanha, China, Brasil, Indonésia e Marrocos, este último foi citado apenas por um estabelecimento e a Espanha foi por quatro. Tais dados reforçam a questão da Espanha ser o principal parceiro comercial de Portugal.

Quase 100% dos estabelecimentos utilizam representantes nas compras de calçados produzidos em outros países e pedido direto ao fabricante nas compras das indústrias locais. Os comerciantes valorizam o calçado de produção local, mas não lhes são oferecidas vantagens pelos industriais; mesmo assim, acreditam que comercializar os calçados de produção local tem suas vantagens, primeiro pelo custo do transporte, por ser de alta qualidade e pela garantia do produto.

O contato com os comerciantes locais proporcionou-nos obter a informação de que eles acreditam que os industriais de São João da Madeira são conservadores e não se direcionam em busca de inovação. Essa informação vai de encontro ao que foi especificado anteriormente, ou seja, de que há uma ausência de espírito empreendedor entre os fabricantes de São João da Madeira.

A leitura das bibliografias que tratam das indústrias do setor de calçados apontam para a importância das feiras, principalmente aquelas de âmbito internacional, como um espaço de propaganda e de formalização de negócios, assim como espaço de obtenção de informação sobre as tendências de moda, porém apenas quatro dos comerciantes questionados participam de feiras do setor, sendo as mais citadas, Milão, Madrid, Berlim, Dusseldorf, sendo que a de Milão se sobressai, pois os comerciantes que participam de outras feiras também participam desta.

Os gerentes dos quatro estabelecimentos que disseram participar das feiras colocaram como motivação para a participação nestes eventos a realização de compras de calçados de origem estrangeira e a obtenção de informações sobre as novidades do setor. Este dado comprova o que traz a bibliografia de que as feiras são espaços de formalização de negócios e atualização sobre as tendências de moda.

Diante da baixa participação dos estabelecimentos nas feiras do setor, a maioria é informada sobre os novos modelos e as novas coleções no momento da realização da compra para o abastecimento da loja ou por intermédio de representantes, que trazem o mostruário e o catálogo com os novos modelos.

Atualmente, o lojista não pode contar com a fidelidade do consumidor, pois a diversidade de produtos, com diferentes preços, assim como diferentes espaços de consumo, gera uma gama de opções. Dessa forma, o lojista deve adotar estratégias de propaganda e *marketing* para atrair o consumidor. Mesmo com a importância de tais estratégias na atualidade, apenas seis dos 11 estabelecimentos pesquisados investem em propaganda, sendo que três a realizam por meio da internet e os outros três que se localizam no Centro Comercial, o “8^a Avenida”, fazem a propaganda por intermédio do centro comercial, geralmente em *sites*.

Após identificarmos as características da produção e do comércio de calçados em São João da Madeira, procedemos a verificação de como se estabelece a articulação entre a produção e o comércio de calçados de produção local

A articulação entre produção e comércio de calçados em São João da Madeira (PT)

Por meio da aplicação do questionário aos gerentes dos estabelecimentos comerciais e de algumas informações extras conseguidas junto aos mesmos, assim como a visita a campo, conseguimos caracterizar os estabelecimentos e verificar a relação existente entre o comerciante e o fabricante de calçado.

Foi possível perceber que as novas formas espaciais de comércio, bem como as novas estratégias de venda convivem com as antigas, pela presença do Centro Comercial “8^a Avenida”, onde os comerciantes aproveitam do diferencial do espaço destinado ao consumo para atrair os consumidores, pois como nos coloca Cleps (2005, p. 47) estes constituem em “novas formas de se realizarem as trocas, são considerados como objetos sociais que, onde se instalaram, provocam mudanças estruturais e alteram o cotidiano das pessoas que são convidadas a consumir”.

Não encontramos nenhum *outlet* que comercialize marcas dos fabricantes locais, não visualizamos nenhum *outdoor* pela cidade e nem tampouco nas vias de acessos que indique a presença das indústrias ou dos estabelecimentos comerciais, especializados no comércio de calçados. Isto pode indicar que não há preocupação com o *city marketing* da cidade, ou seja, com sua divulgação de capital nacional do calçado, contudo ela é divulgada no *site* oficial da Câmara Municipal. Verificamos que a importância da produção de calçado em São João da Madeira não está refletida em seu espaço urbano, dessa forma um viajante que passe pela cidade não terá a percepção imediata da atividade ali desenvolvida. Só tem este conhecimento os moradores e as pessoas que sabem de sua história, de sua tradição.

Apesar de não haver a divulgação de seus calçados, percebemos que há uma grande valorização da mercadoria produzida localmente pelos estabelecimentos de comércio do local, mesmo com a produção sendo muito mais direcionada para o mercado externo, pois todos os comércios pesquisados possuem em seu estoque mais de 60% de calçados produzidos no município.

No que se refere à relação comerciante e produtores, verificamos, em São João da Madeira, que a interlocução entre ambos tem pouco espaço para sua realização. Os novos modelos são criados e apresentados aos comerciantes apenas no momento da realização da compra, para abastecimento

da loja, inclusive um dos gerentes afirmou-nos que gosta muito de dizer o que deseja para a sua loja, mas tem pouca oportunidade para isso, pois, de acordo com ele, os fabricantes não lhes dão muita abertura. Percebemos que não há uma forte relação entre fabricante e comerciante e que ambos estão perdendo oportunidade de utilizar um importante meio de conhecer o consumidor e de contribuir para a inovação do produto, ficando toda a tarefa para o agente responsável pelo *design* na hora do desenvolvimento dos novos modelos.

Considerações finais

Os resultados e a análise desenvolvida nesta pesquisa podem concorrer para despertar novos interesses pelo tema abordado. Estudos acadêmicos sobre aglomerados produtivos com o foco proposto aqui são de grande relevância, pois as concentrações geográficas de indústrias têm chamado a atenção de pesquisadores de diversas áreas, sobretudo no âmbito da geografia. Como é um tema de recente interesse, ainda há muito a ser investigado para compreender, de forma abrangente, esse tipo de arranjo produtivo e as questões socioespaciais que suscita.

Acreditamos que, à medida que surjam estudos sobre o tema, novas ferramentas estarão disponíveis às instituições de apoio dos aglomerados produtivos e aos representantes do poder local, para que atuem decisivamente em seu desenvolvimento e, dependendo da vontade política dos envolvidos, até mesmo no desenvolvimento socioespacial do município onde está o aglomerado.

A abordagem deste estudo servirá tanto para enriquecer o conhecimento científico quanto para subsidiar agentes de governança dos aglomerados produtivos, pois ressalta a importância de os fabricantes começarem a se preocupar com a cadeia de valor, mantendo estreitas relações com os responsáveis pela criação, *design* e comercialização dos produtos. Além disso, estudos desta natureza são importantes porque evidenciam as fragilidades do aglomerado produtivo.

Referências

- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE CALÇADOS, COMPONENTES E ARTIGOS DE PELE E SEUS SUCEDÂNEOS – Apiccaps. *Monografia estatística*. Porto, 2011.
- BARATA SALGUEIRO, T.; CACHINHO, H. As relações cidade-comércio: dinâmicas de evolução de modelos interpretativos. *Apontamentos de Geografia*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, n. 20, 2006. (Série Investigação.)
- BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: 1981.
- CACHINHO, H. *O comércio retalhista português: pós-modernidade, consumidores e espaço*. Lisboa: Gepe/Ministério da Economia, 2002.
- CARREIRAS, C. Consumir ou comprar: repensando o consumo urbano à luz da globalização. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, n. 6, p. 81-94, 1999.
- CLEPS, G. D. G. *Estratégias de reprodução do capital e as novas espacialidades urbanas: o comércio de autoserviço em Uberlândia (MG)*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2005.

EIRIZ, V.; BARBOSA, N. Interação entre redes organizacionais locais. *Estudos Regionais*, n. 16, 2007. Disponível em: <www.apdr.pt/siteRPER/numeros/RPER16/16.2.pdf>. Acesso em 14 fev. 2012.

FONSECA et al., 2001.

GARCIA, J. R.; COSTA, A. J. D. *Sistemas produtivos locais*: uma revisão da literatura, 2005. Disponível em: <www.unifae.br/publicacoes/pdf/IIseminario/iniciacaoCientifica/iniciacao_09.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2012.

MAIA, K. Confecções em Cianorte: um distrito industrial? *Economia*, Curitiba, n. 19. p. 137-176, 1995.

MENDES, A. A. *Reestruturações locais como efeitos da globalização econômica*: uma análise da estrutura produtiva mutante do polo têxtil de Americana-SP. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1997.

PINHEIRO, S. S. *Relações de produção e trabalho*: uma análise geográfica da indústria de vestuários, calçados e artefatos de tecido em Rio Claro-SP e suas vinculações espaciais. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1993.

PINTAUDI, S. M. *Os supermercados na Grande São Paulo*: contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

ROVERE, R. As pequenas e médias empresas na economia do conhecimento: implicações para políticas de inovação. *REDESIST – Informação e Globalização na Era do Conhecimento*, 1999. Disponível em: <http://www.sinal.redesist.ie.ufrj.br/dados/nt_count.php?projeto=Lv11&cod=8>. Acesso em: 15 maio 2010.

VALE, M.; CALDEIRA, J. Proximity and Knowledge Governance in Localized Production Systems: The Footwear Industry in the North Region of Portugal, *European Planning Studies*, v. 15. n. 4, p. 531-548, apr. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09654310601134854>> Acesso em: 18 jan. 2012.

Territórios e territorialidades da Música: Uma representação de cotidianos e lugares

Lucas Labigalini Fuini

Resumo

Nesse artigo buscarmos entender as territorialidades contemporâneas como condições e reflexos da globalização, expressas em paisagens e formas-conteúdos que aparecem em letras musicais. Nesse sentido, nossa hipótese de pesquisa é a de que a letra musical, como relato de experiência e visões sobre os lugares, é um importante elemento para se entender a dinâmica da desterritorialização e reterritorialização constantes no período atual e que se manifestam através das múltiplas microterritorialidades. As territorialidades, em diversas escalas, podem ser vistas como as representações individuais e coletivas sobre tempos e espaços, trazendo em sua essência os elementos simbólicos, identitários e cotidianos dos lugares, sendo a música um destes elementos de representação dos conflitos, usos e práticas territoriais.

Palavras-chave: Território; Territorialidades; Desterritorialização; Música; Letras musicais.

Territories and music territorialities: a representation of places and dailies

Abstract

In this article we will seek to understand the contemporary territorialities as conditions and repercussions of globalization, expressed in landscapes and forms-content appearing in musical lyrics. In this sense, our research hypothesis is that musical lyrics, such as case studies and visions about the places, is an important element for understanding the dynamics of deterritorialization and reterritorialization in the current period and that manifest themselves through multiple microterritorialities. The territorialities in several scales, can be seen as the individual and collective representations of time and space, bringing in its essence the symbolic elements, identity and the day-by -day of the places, the music is one of these elements of conflicts, territorial uses and practices representation.

Keywords: Territories; Territorialities; Deterritorialization; Music; Musical lyrics.

Introdução

A territorialidade é uma forma de apreensão e representação de territórios não necessariamente controlados politicamente, mas efetivamente usados por determinados grupos/atores sociais e eventos espaciais, atendendo a objetivos políticos, econômicos ou culturais. A microterritorialidade requer o pensar sobre formas de expressão sociais e culturais, não somente as institucionalizadas, mas que têm forte capacidade de marcar com símbolos e identidades as formas e modos de viver em determinados lugares.

Assim, as microterritorialidades expõem o dinamismo próprio dos lugares face o processo globalizador de busca por homogeneização cultural. A microterritorialidade aparece como um fragmento das redes econômicas e informacionais mais amplas, sendo resultado da busca pela territorialização em contraponto à imposição de uma racionalidade técnica exterior fortemente desterritorializadora.

Considerando a importância de se compreender aquilo que dá identidade e sentido aos microterritórios, buscaremos, neste artigo, apresentar a música e seu elemento textual como um insumo possível para o pensamento completo e complexo sobre as territorialidades múltiplas, pois a música é um retrato/relato do cotidiano dos lugares, que evoca determinados eventos espaciais com forte expressão e simbolismo para o entendimento daquilo que constrói e que modifica os territórios, ou seja, seus princípios de identidade econômica, social, política e cultural.

O presente texto segue uma fundamentação teórica já manifestada em textos pertencentes à concepção da Geografia Humanística Cultural, valorizando o imaterial e o subjetivo nos conteúdos das letras musicais como representações e expressões de microterritorialidades. Dividimos nossa análise em quatro partes principais: a primeira, que abordará os conceitos de território e de territorialidade como expressões e representações sociais e espaciais; a segunda, que visa explorar a ideia de microterritorialidade como unidade espacial criadora de identidades, contextos do pensar sobre as dinâmicas territoriais; e a quarta e última, que trará um exercício de leitura das territorialidades pela letra musical, propondo uma metodologia de entendimentos dos conteúdos das territorialidades a partir da dialética desterritorialização (DT) e reterritorialização (RT).

Territorialidades: Expressão e Representação

O conceito de território, clássico na Geografia, remete-nos à ideia de poder exercido sobre uma extensão do espaço por agentes políticos, econômicos e sociais, que estabelecem limites e fronteiras de acordo com o tipo de uso e apropriação que exercem sobre este recorte socioespacial. A apropriação designaria o movimento de territorialização e de desterritorialização, e o tipo de uso, envolvendo representações e manifestações de identidade cultural, representaria a territorialidade. Portanto, o território, como conceito científico, dotado de extensão e significado, expressa-se através de uma concepção (territorialidade) e de uma ação (territorialização).

Para Spósito (2004), a territorialidade representa o território do indivíduo, seu espaço relacional, horizonte geográfico e limite para a vivência e apreensão da realidade. “A territorialidade pertence ao mundo dos sentidos e, portanto, da cultura e das interações cuja referência básica é a pessoa e sua capacidade de se localizar e deslocar” (SPÓSITO, 2004, p. 113). Haesbaert (2002) se apoia em Sack (1986) para definir a territorialidade como a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, através da delimitação e afirmação de controle sobre uma área geográfica, valorizando-se a ideia de acessibilidade.

Saquet (2002) complementa o debate ao pontuar que a territorialidade apreende os aspectos imateriais da constituição múltipla do território no real, dividindo-se em territorialidades culturais (folclóricas), políticas (do Estado, de partidos e de bairros) e econômicas (centradas na criação de reprodução do capitalismo). Haesbaert (2004) reivindica o uso da noção de “multiterritorialidade”, a dinâmica combinada de múltiplos territórios em termos de justaposição e convivência da diversidade territorial representada pelas dimensões sociais, escalas e dinâmicas.

Essas dinâmicas se desdobram num continuum que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi) territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço (HAESBAERT, 2004, p. 341).

Poderíamos tratar então de territorialidade associada a grupos sociais, eventos culturais e religiosos, intervenções públicas, investimentos privados etc. A territorialidade se expressa em espaços e tempos distintos e, às vezes, simultâneos, como é o caso dos centros urbanos, com as territorialidades do comércio entrecruzadas pelas territorialidades das tribos urbanas, do trânsito, das igrejas, enfim, com a justaposição de territorialidades sagradas e profanas. Até mesmo podemos tratar de territorialidades cíclicas, com o uso de espaços urbanos pela atividade empresarial durante o dia e, à noite, pela prostituição e por usuários de drogas, por exemplo.

Entendemos com isso que a territorialidade é definida por eventos que dão conteúdo a mesma, e que estão relacionados com o tempo e o espaço, com o presente e o passado. Santos (1996) define o evento como um vetor das possibilidades existentes no mundo, mais precisamente em uma formação social, tratada como um país, uma região ou um lugar. Mas o lugar seria o depositário final e obrigatório de um evento. Os eventos são sempre novidades, realidades do presente e podem ser naturais, sociais ou históricos. Além disso, não há evento sem sujeitos e atores, portanto, os eventos envolvem um conjunto de ações em conflito.

Desse modo, se as territorialidades expressam os dinamismos que ocorrem nos territórios, envolvendo expressões, sensações, sentimentos e simbolismos, os eventos são as ações que dão sentido às práticas territoriais, posto que se há ator, há interesses e se há interesse, há uma ação e se as ações são múltiplas e se interrelacionam, cria-se um evento, e se o evento modifica as organizações espaciais anteriores, desfaz ou suprime identidades pretéritas e define novas identidades. Essas identidades se associam às formas, funções, configurações e processos sociais e espaciais que se reúnem e se tornam concretos em determinados territórios, com suas paisagens e lugares. Eventos também se manifestam em diferentes escalas e tais escalas são definidas não somente por suas dimensões espaciais e distâncias geográficas, mas, sobretudo, pelo critério interpretativo de se considerar um fenômeno social, econômico e cultural em sua intensidade, expressão e localização e, por estes esquemas interpretativos, como um modo de se apreender um evento espacial em sua natureza e representatividade.

Microterritorialidades: Cosmos de identidades

Fortuna (2012) define a microterritorialidade como uma modalidade de socialização articulada a valores, subjetividades e afetos, reconhecendo formas de organização social não-

-institucionais e transformações radicais de valores e estilos de vida. A microterritorialidade pode também ser abordada como uma escala interpretativa dos eventos motivadores de ações territoriais, sendo notada de forma mais concreta através dos estilos de vida urbanos e suas manifestações coletivas e individuais.

Posto isso, a microterritorialidade apresenta conteúdos vários que podem ser sintetizados através de algumas variáveis. Sendo conceito, ou seja, uma abstração da realidade e que explica uma série de fenômenos, as variáveis do conceito são mutantes e condicionadas ao tempo e ao espaço em que ocorrem. Sendo uma unidade epistemológica, o conceito de microterritorialidade possui uma profundidade, conforme o significado que dá às coisas e uma extensão, conforme o conjunto de coisas que explica. Portanto, quanto mais profundo e específico seu significado, um menor conjunto de coisas é abrangido por esse conceito, em sentido inverso, quanto menos incisivo for o conteúdo de significado, mais ampla se torna a ideia formalizada para servir à análise de um espectro de manifestações da realidade.

Assim, a primeira variável que destacamos da ideia/conceito de microterritorialidade é a espacial. As microterritorialidades como eventos socioculturais, realizam-se em determinados lugares, e se expressam em determinadas paisagens. Os lugares são unidades espaciais que se diferenciam devido às relações cotidianas que alimentam e os vínculos identitários criados e mantidos pelas relações com as pessoas e objetos presentes nesses pontos nodais da sociabilidade. Nos lugares, os sujeitos se reúnem, criam conexões e essas conexões se tornam padrões culturais. Assim, lugares sintetizam a materialidade e a imaterialidade, sendo o imaterial desígnio de afetos, sensações e sentimentos produzidos no/pelo lugar (CARNEY, 2007). Lugares são centros das experiências humanas, são *lócus* privilegiados da realização de processos socioeconômicos mais amplos, como o de globalização (SANTOS, 2001).

As paisagens também são unidades espaciais, produtos e produtoras da cultura. Paisagens são expressas em formas e estruturas alcançadas pela visão em determinado momento histórico. Paisagens também possuem cores, cheiros, sons e movimentos que podem ser experienciados por cada pessoa que se integra a ela, ou abstraídos por aquele que a lê através de relatos e imagens. Assim, o conteúdo paisagístico é simultaneamente, objetivo e subjetivo, evidenciando diversos tipos de paisagens; visuais, sonoras, olfativas etc (TORRES; KOZEL, 2010).

Outra variável de entendimento da microterritorialidade é a questão da identidade. Identidade é o sentimento e a relação de pertencimento e de aproximação que se estabelece com outras pessoas, atividades, objetos e lugares. A identidade é mobilizada por sentimentos religiosos, políticos, familiares, linguísticos, musicais, esportivos, nacionalistas e, mormente, expressam-se territorialmente tanto no sentido de posse e apropriação, como no sentido de controle e circulação, bem como no aspecto de expressão e representação. As identidades podem ser individuais ou coletivas, formais ou informais e permitem o desenvolvimento de uma consciência territorial, prévia à efetiva posse, em um tempo em que a globalização e a homogeneização cultural ameaçam as identidades regionais e locais (CLAVAL, 2002).

Como variável possível de análise também temos o tempo. Valores, subjetividades e afetos são modificados com o passar do tempo, reforçando ou enfraquecendo os laços de organização social e espacial. O tempo traz técnicas modernas, que na forma de população e conjunto, definem um paradigma processual que caracteriza a imposição de determinadas formas de produção e modos de viver nos lugares, desconstruindo antigos padrões e criando um vazio momentâneo à espera da construção

de um novo padrão, de um novo elo relacional. Assim, o tempo histórico pode desenraizar e desterritorializar grupos sociais de seus lugares de moradas, reprodução e identidade, obrigando-os ao deslocamento espacial ou a assimilar, de forma subordinada ou relutante, os padrões exógenos que vão definir uma reterritorialização. A reterritorialização, como variável de tempo e mudança, é dialética em sua essência de impor um novo modelo de economia, sociedade e cultura, articulando as velhas formas e organizações espaciais como condições e reflexos, criando-se especificidades territoriais por um tempo que caminha mais por descontinuidade que por linearidade (SANTOS, 1996).

A dicotomia do indivíduo e do coletivo também está impregnada na discussão das territorialidades em escalas variadas. O indivíduo, como ser social, pensa e sente o mundo em sua particularidade, pois sua trajetória de experiência é única e suas estruturas de pensamento e sensibilidades também são partes de sua própria essência. No entanto, os indivíduos se definem na sociedade, no coletivo de pessoas organizadas em famílias, partidos políticos, clubes sociais, escolas, cidades e países. Assim, os indivíduos criam e sentem a cultura como membros de um coletivo que se manifesta através de um conjunto de representações semelhantes, reforçando identidades territoriais pelo construir e desconstituir de padrões de pertencimento social.

O indivíduo é essência em si e existência em outros, coletivamente aparece sua individualidade, individualmente aparece sua coletividade. Subespaços, como cidades e bairros, projetam as representações individuais e coletivas com suas formas e funções e, por vezes, as formas, como objetos técnicos, recebem funções não previstas em suas intenções originais. Temos como exemplo as pichações em paredes de edifícios e casarões, os moradores de rua que vivem embaixo de viadutos; festas e encontros de dança e *hip-hop* que ocorrem no leito das ruas, feiras de produtos hortifrutigranjeiros itinerantes em ruas e bairros.

A territorialidade se manifesta, portanto, em multiplicidades de espaços, identidades e tempos, que interagem e se sobrepõem no plano da reprodução da sociedade. E se tratarmos da escala micro dos eventos espaciais, realçamos o encontro de fluxos oriundos de diversas escalas maiores e que se concretizam no âmbito dos lugares, do cotidiano de experiências, relações e manifestações culturais. Nesse sentido, a música expressa, como um relato de lugares e experiências, um conjunto amplo de microterritorialidades, através dos sons, movimentos culturais, *shows*, festividades musicadas, letras de canções, emergindo como elemento importante para se explorar geograficamente o campo de estudos das territorializações e territorialidades.

Músicas e (micro)territorialidades

Os estudos sobre a música na Geografia não são novidade, sendo intensamente realizados na Europa e nos Estados Unidos desde os anos 1960. No entanto, a definição de uma linha ou programa de pesquisas denominado “Geografia da Música” (Music geography) é recente e, no Brasil, trata-se de assunto mais recorrente a partir dos anos 1990. Dois autores foram fundamentais ao reivindicarem um espaço para os estudos geográficos da música popular: Lily Kong e George Carney.

Kong (2009) reconhece que a música popular ainda não foi reconhecida como área de investigação geográfica. Pontua que a música é um elemento de penetração em todas as sociedades conhecidas, sendo elemento constitutivo do cotidiano e da identidade das pessoas. Assim, delineiam-se fatos que podem estimular a constituição de um programa de pesquisas sobre “Geografia da Música”: 1º.) A música de um determinado local traz imagens dele; 2º.) A música pode servir como fonte primária

para se compreender o caráter e identidade dos lugares; 3º.) A música é um meio para as pessoas comunicarem suas experiências ambientais de “espaço” e de “lugar”; 4º.) A música é o resultado de experiências ambientais.

A partir dessas considerações, Kong (2009) define as cinco principais correntes de pesquisa geográfica sobre música popular: 1) Aquela que se preocupa com a distribuição espacial de formas, atividades, artistas e personalidades musicais, com forte influência estadunidense; 2) Exploração dos locais de origem da música e sua difusão, utilizando conceitos como contágio, relocação, difusão hierárquica e exame dos agentes e das barreiras à difusão; 3) Delineamento de áreas que partilhem alguns traços musicais, em diferentes escalas; 4) Tradição regional nos estudos geográficos da música, em que o caráter e a identidade dos lugares são apreendidos a partir das letras, melodia, instrumentação e impacto sensorial da música; 5) Análise temática das letras para investigar preocupações ambientais expressas nas músicas. A autora, por fim, reafirma o valor pedagógico dos cinco temas expressos, discutindo como a música pode auxiliar no ensino de conceitos geográficos, através do entendimento da origem da cultura, difusão cultural, via de difusão e percepção ambiental, assim como imagens características dos lugares.

Outros autores, em estudos mais específicos, ressaltaram a relações entre territórios, territorialidades e a música, através de diferentes perspectivas e objetivos de se entender a música a partir do conceitual próprio da ciência geográfica. Carney (2007) busca entender a música através dos lugares (*topofilia*) e entre diferentes lugares (*heterotopia*), buscando estabelecer padrões, similaridades, diferenças e conexões. Assim, destaca as principais referências de pesquisa geográfica sobre a música, perfazendo uma taxonomia: 1) Delimitação de regiões musicais e interpretação da música regional; 2) Dimensões espaciais da música com relação a migração humana, vias de transporte e redes de comunicação; 3) Organização espacial da indústria da música e de outros fenômenos musicais; 4) Efeitos da música na paisagem cultural; 5) Relações da música com outros traços culturais em um contexto de lugar (religião, política, culinária); 6) Relação da música com o meio-ambiente natural; 7) Função da música nacionalista e anti-nacionalista; 8) O lugar de origem e a difusão dos fenômenos musicais para outros lugares; 9) Os elementos psicológicos e simbólicos da música relevantes na modelagem do caráter de um lugar (imagem, sentido e consciência deste); 10) Evolução de um estilo, gênero ou música específica de um lugar.

Nesse sentido, Carney (2007) destaca as possibilidades de se estudar conjuntamente os lugares e a música através de uma hierarquia de lugares, revelando as diferentes formas de percepção e manifestação musical, conforme as ruas, bairros, cidades, estados e províncias, regiões e nações, elementos espaciais que são associados a diferentes tipos de lugares. Posto isso, os lugares também podem servir como: fontes de inovação e de resistência musical; fontes para composição musical através de seus elementos naturais; referências para movimentos espaciais de gêneros e subgêneros musicais e, por fim; como instrumento para percepção e construção de imagens e mapas mentais sobre os lugares.

Panitz (2010), em sua dissertação de mestrado, explora o conceito de espaço geográfico ao analisar o âmbito de representações e relações sociais de músicos que vivem e se apresentam na confluência do Brasil com Argentina e o Uruguai, região fronteiriça que o autor denomina de “espaço platino”. O espaço platino surge, para o autor, como a fonte de inspiração para se entender a relação entre música popular e espaço geográfico. Torres e Kozel (2010)

analisam geograficamente a música pela perspectiva das paisagens sonoras, que são portadoras de formas, cores, cheiros, barulhos e movimentos, estabelecendo suas marcas na cultura, em uma dinâmica de relação mútua:

A música de um lugar pode oferecer ao estudo geográfico elementos para a leitura do compartilhamento e da construção da memória e dos símbolos nele existentes (...). O estudo da música deve levar em consideração o lugar onde ela é produzida e tocada, com seus valores sociais e culturais. Pensar o lugar remete a pensar na localização, assim como nas paisagens que este comporta. (TORRES; KOZEL, 2010, p. 128)

As territorialidades, em diferentes escalas, podem ser representadas e investigadas, em sua perspectiva relacional e processual, tornando como material de pesquisa as letras de músicas, considerando que algumas delas contêm representações ideológicas de determinadas experiências sociais e espaciais que se materializaram como hipertextos de uma realidade em constante transformação. Portanto, a análise geográfica das letras musicais e, mais particularmente de suas expressões de territorialidades, podem se pautar nos seguintes eixos esquemáticos:

- a) As letras musicais e as canções, aparecem como verdadeiros relatos descritivos, às vezes críticos e outras vezes contemplativos, de lugares, paisagens e territórios diferentes. Os autores transferem às suas composições determinadas representações, percepções e experiências espaciais derivadas de sua formação social, crenças, ideologias, estilos de vida, identidades com cidades e lugares, ou até mesmo intenções específicas de provocar e controlar sensações e emoções no âmbito coletivo. As descrições espaciais musicadas contemplam escolhas, escolhas daquilo que se quer abordar e como abordar e, nesse sentido, não há letra musical com conteúdo geográfico que seja neutra ou desprovida de intencionalidade ética e estética. A letra, inclusive, traz enunciados declaratórios de relações de poder ou de movimentos que anseiam estabelecer claramente os marcos de sua territorialidade (Ex: Grupos de *Rap*);
- b) Letras musicais também trazem elementos de identificação com eventos, pessoas e lugares, produzindo símbolos derivados da observação de eventos marcantes para os autores, pois em determinados momentos foram protagonistas de determinadas ações e práticas espaciais, em outros apenas observadores argutos de eventos ocorridos em outros países, estados e regiões que não as suas de origem e vivência. A letra musical também promove a identidade em uma lógica de exterioridade, quando grupos sociais se reconhecem nos estilos e conteúdo das letras, tornando-as ferramentas importantes de coesão, manifestação e ação, em alguns casos até mesmo de negação de identidades patrióticas impostas (Ex.: Movimento *Punk Rock*).
- c) As letras musicais aparecem como recursos discursivos que são definidos mediante o uso de linguagem, no caso a linguagem verbal, na modalidade escrita. Aparecendo geralmente na forma de texto poético, essa linguagem é comunicada por meio da cultura e da tecnologia, sendo influenciada pela posição social e ideológica de cada autor. Sendo elemento sintetizador da produção e circulação de ideias, as letras musicais exprimem determinadas visões de mundo pela relação sujeito-objeto-sujeito, provocando maior ou menor intimidade e interesse conforme o público reconheça

na letra sua própria visão de mundo, ou um estilo de vida e referencial explicativo da realidade ao qual gostaria de compartilhar (ou que sem saber já compartilham pela homogeneização cultural) (KIMURA, 2010).

- d) As letras musicais são criadoras e criaturas de territorialidades e microterritorialidades, pois seus conteúdos expressam uma infinidade de ações, em escala espaciais variadas, de cunho social, econômico, cultural e político que manifestam signos, símbolos e formas de controle e apropriação de recortes espaciais. Nesse sentido, a letra musical é criatura de territorialidades, pois ela em si é o relato discursivo de um processo real, ou ficcional com elementos de realidade, que produziu elementos de territorialização. A letra musical também é parte de um repertório conduzido por um grupo social do qual seus autores são co-participes, refletindo as aspirações e modos de vida desse quadro coletivo de experiências. Por esse prisma, a letra musical é criadora de territorialidades, pois é elemento de expressão de uma classe, grupo ou movimento social com aspirações variadas do ponto de vista ético, estético e ideológico, nem sempre institucionalizado.

Uma abordagem das microterritorialidades da música

Nesse espaço faremos um exercício de análise de uma letra musical buscando identificar e compreender, do ponto de vista do observador externo, a quantidade e qualidade de elementos de territorialização e territorialidade presentes na poética musical. Escolhemos para tal entendimento uma letra paradigmática sobre o processo atual de globalização, denominada de “Disneylândia”.

A escolha dessa letra se deve à sua riqueza de detalhes de processos territoriais vigentes, representativos de uma economia e sociedade-mundo em transformação e, devido, aos elementos discursivos críticos comumente presentes nesta letra em específico e nas letras, em geral, da banda paulistana Titãs. Esse grupo foi formado nos anos 1980, por jovens colegas de escola moradores de São Paulo, capital, pertencentes à classe média e que dispunham de condições para estudar em colégios privados. Sua formação mais conhecida incluiu oito integrantes e, de meados dos anos 1980 até os dias atuais, os Titãs conseguiram ganhar popularidade e acesso crescente no mercado da música, não perdendo, entretanto, o aspecto poético de suas canções e os elementos crítico-sociais no conteúdo das mesmas. O grupo fez parte daquilo que se denominou nos veículos de mídia de “rock nacional”, período de proliferação de grupos e bandas que difundiam a musicalidade estética do rock internacional, com canções cujas letras expunham elementos da realidade socioterritorial brasileira, tratando de questões e problemáticas urbanas, sobretudo a violência, corrupção política, pobreza, favelização, mídia etc.

Ideologicamente os Titãs poderiam ser associados àquela classe burguesa intelectual com elementos de liderança e inspiração social, ao contrário dos integrantes do movimento do *Punk*, *Rap* e *Hip-hop*, mais identificados com classes proletárias e marginalizadas. Entretanto, não temos a intenção de analisar a música dos Titãs sob esse prisma, mas sim utilizar uma de suas letras como elemento de relato e discurso para pensar o conceito de (micro)territorialidade, auxiliando no movimento de se identificar na letra musical elementos geográficos com uma forma de linguagem para estudos e entendimentos de processos de representação, uso e organização territorial.

Disneylândia

**(Titãs – Autores: Arnaldo Antunes, Sérgio Britto, Paulo Miklos; Ano: 1993;
Álbum: Titanomaquia)**

Filho de imigrantes russos casado na Argentina

Com uma pintora judia,

Casou-se pela segunda vez

Com uma princesa africana no México

Música hindu contrabandeada por ciganos poloneses faz sucesso

No interior da Bolívia

Zebras africanas e cangurus australianos

No zoológico de Londres

Múmias egípcias e artefatos incas no museu de Nova York

Lanternas japonesas e chicletes americanos

Nos bazares coreanos de São Paulo

Imagens de um vulcão nas Filipinas

Passam na rede de televisão em Moçambique

Armênios naturalizados no Chile

Procuram familiares na Etiópia,

Casas pré-fabricadas canadenses

Feitas com madeira colombiana

Multinacionais japonesas

Instalam empresas em Hong-Kong

E produzem com matéria prima brasileira

Para competir no mercado americano

Literatura grega adaptada

Para crianças chinesas da comunidade europeia

Relógios suíços falsificados no Paraguai

Vendidos por camelôs no bairro mexicano de Los Angeles

Turista francesa fotografada seminua com o namorado árabe

Na Baixada Fluminense

Filmes italianos dublados em inglês

Com legendas em espanhol nos cinemas da Turquia

Pilhas americanas alimentam eletrodomésticos ingleses na Nova Guiné

Gasolina árabe alimenta automóveis americanos na África do Sul

Pizza italiana alimenta italianos na Itália

Crianças iraquianas fugidas da guerra

Não obtém visto no consulado americano do Egito

Para entrarem na Disneylândia

A letra musical em tela aparece como relato, discurso e expressão de eventos e fatos sociais e espaciais típicos dos anos 1990, daí que se convencionou chamar de “processo de Globalização”. Sendo um dos temas mais discutidos na atualidade e que grandes impactos representou e representa no pensamento social e nas diversas formas de leitura da realidade, a globalização se difunde como um movimento de crescente integração econômica, viabilizada pela abertura comercial, pela ação de grandes corporações transnacionais, pelo mercado financeiro transfronteiriço e pelas redes integradas pelas tecnologias de informações e comunicação. Aparece como um processo tipicamente capitalista, em seu período monopolista e financeiro e que produz impactos diferenciados conforme os países e seus quadros regulatórios e normativos, incitando o desmantelamento do Estado-Nação para acelerar investimentos desejosos da mais-valia global.

Portanto, a globalização promove a fragmentação à medida que integra determinados lugares às redes e cadeias de acumulação do grande capital da indústria e dos serviços, afastando temporariamente outros lugares que se tornam apenas reserva de mão-de-obra, terra e outros recursos naturais, desprovidos de densidades técnicas e institucionais.

O impacto espacial da integração econômica globalizadora gera, em movimento desordenado, uma ordem tecnificada e uma desordem social e cultural, buscando construir uma nova ordem cultural e social por meio do imperativo do mercado, do produto e da tecnologia via consumo ou trabalho controlado pela velocidade, o *just-in-time*. E, ao desconstruir antigos laços identitários e tentar construir novos, ou conviver com eles, estamos lidando com processos e movimentos territoriais de controles e poderes que existiam e se desfizeram; ou que são reconstruídos por uma lógica externa extrovertida, por uma mescla de lógicas externas e internas incorporadas; ou pela lógica interna como resistência cultural.

Assim, podemos explicar essas dicotomias dialéticas de ordem X desordem, construção X desconstrução, identificação X desidentificação, pelo prisma da desterritorialização. Haesbaert (2006) trata o conceito de desterritorialização como um mito da globalização, pois a sociedade busca incessantemente reconstruir vínculos e laços de identidade e de representação e apropriação de territórios em outros lugares diferentes dos seus originários. A realidade socioterritorial contempla, como pares de um mesmo processo político e econômico, a desterritorialização e a reterritorialização. Se em um primeiro momento se desfazem referenciais culturais, econômicos, políticos e sociais, em um segundo momento, ou simultaneamente, são reconstruídos no mesmo lugar ou em outros lugares novas referências ou referências de outros tempos e espaços.

A territorialidade, como ato e movimento individual e coletivo, passa pela ação disruptiva de desterritorialização (DT) e reterritorialização (RT), pois as representações, sensações e mecanismos de controle e apropriação espaciais, são desfeitos e refeitos em seus conteúdos econômicos, culturais, políticos e sociais. Símbolos, marcos e mecanismos de agregação e referência desaparecem, como forma, mudam de função e de valor e dão espaço a novas formas e funções que repactuam laços e referenciais identitários. Portanto, o campo da territorialidade, em sua bifurcação material e imaterial, pode ser interpretado

em fatos e processos pela dinâmica desterritorializadora e reterritorializadora, pois não estamos falando apenas de ações articuladas por grandes empresas e Estados em âmbitos maiores (nacional e global), mas também de ações correntes em cidades e bairros, no local, que sofrem influências de outras escalas de fenômenos e que chegam ao local de vida e ao cotidiano das pessoas.

Quanto ao conteúdo da letra, estabeleceremos as nuances principais vinculadoras dos elementos representativos de eventos e movimentos sociais, econômicos, políticos e culturais com a compreensão sobre a construção de territorialidades pelo movimento contínuo de desterritorialização e de reterritorialização.

Um elemento fundamental desse “poema musical” é o fato de que existe um movimento populacional que ocorre entre as fronteiras políticas nacionais, envolvendo cruzamentos e choques culturais. Trata-se dos movimentos de emigração-imigração, como elementos componentes das migrações internacionais. Os fluxos populacionais também são elementos componentes da globalização, facilitados pela modernização nos meios de transportes e de comunicações.

No entanto, os fluxos populacionais ainda encontram barreiras, por vezes aparecem como “muros”, sociais, econômicos e culturais, que dificultam a fluidez de pessoas, em contraponto à fluidez de mercadorias, informações e de finanças. Essas dificuldades comumente obrigam levas de pessoas em condições sociais e econômicas desfavoráveis a realizarem imigrações ilegais, clandestinas, apesar de todos os riscos envolvidos em um verdadeiro “escambo” de seres humanos. Somente por esse processo, um filho de imigrantes russos poderia ter casado com uma pintora judia e, casado posteriormente com uma princesa africana no México. Primeiramente, considera-se que seus pais se desterritorializaram inicialmente ao emigrarem da Rússia, dando ao seu filho a condição de se reterritorializar em outra nação, espontaneamente ou obrigatoriamente e, buscado construir vínculos identitários via casamento com pessoas de outras nacionalidades e culturas (judas, africanas).

Mas outro aspecto que sobressai na letra é o referencial econômico e comercial dos fluxos globalizados. Ele aparece através da abertura ao comércio internacional via acordos bilaterais e multilaterais, bem como pela integração comercial controlada pelas relações entre corporações multinacionais e suas filiais, vistas como bases territoriais avançadas para o controle de fontes de matérias-primas, mão de obra, mercados consumidores e recursos logísticos. Nota-se também, nas entrelinhas, a referência ao intercâmbio comercial ilegal. Além disso, outros contributos à intensificação de fluxos de investimentos e de intercâmbios comerciais são os arcabouços normativos e institucionais mais ou menos atrativos aos investimentos globais em busca de lucratividade inter-territorial. A letra exibe tais conteúdos ao tratar da venda de “lanternas japonesas e chicletes americanos (estadunidenses) nos bazares coreanos de São Paulo”. Bens de consumo duráveis (eletrônicos) e não-duráveis (alimentício) oriundos de dois países desenvolvidos e industrializados aparecem no mercado interno brasileiro através de um estabelecimento de comércio varejista situado na capital paulista, de proprietários estrangeiros. Tal estabelecimento é o final de um sistema produtivo que envolve a produção, circulação, distribuição e consumo.

A desterritorialização e reterritorialização são evidenciadas na presença de produtos estrangeiros em prateleiras brasileiras, ocupando o espaço de mercado da indústria nacional e, também, pela presença de asiáticos controlando a propriedade imobiliária e de capital mercantil em determinados bairros paulistanos. A reterritorialização advém também da assimilação dos produtos estrangeiros pela população consumidora nacional, por meio da homogeneização cultural, tornando tais elementos um tipo de padrão de sociabilidade exterior pelo primado da técnica atrelada à maneira própria de reprodução de um modo de vida de grupos sociais brasileiros. Por vezes, a rejeição a tais produtos reflete a resistência à uniformização cultural, mantendo um distanciamento estratégico para manutenção dos símbolos identitários próprios da forma de se alimentar e viver de um povo.

O trecho sobre “multinacionais japonesas instaladas em Hong-Kong, produzindo com matérias-primas brasileiras para competir no mercado americano” demonstra a desterritorialização da produção do Japão para a reterritorialização da mesma em uma cidade-estado encravada na China, ocorrendo simultaneamente a desterritorialização de possíveis empresas do próprio lugar, afastadas pela competição desigual com grandes grupos multinacionais japoneses. Conquanto, a competição pelo mercado estadunidense é uma forma da empresa japonesa de se reterritorializar neste país a fim de explorar as economias de escala e de custos decrescentes possíveis de se obter por lá e que não pode mais obter em seu país de origem, usando matéria-prima brasileira via reterritorialização de parte de sua produção para subcontratados brasileiros e desterritorialização dos brasileiros que passam a produzir para o capital estrangeiro.

Os choques culturais também são evidentes, culminando em assimilação ou conflito. O trecho que trata da “literatura grega adaptada para crianças chinesas da comunidade europeia” apresenta um quadro de desterritorialização da literatura grega, símbolo identitário da Grécia e, sua reterritorialização em outros países europeus, por uma comunidade oriunda da China, desterritorializada de seu país e reterritorializada em território europeu. O mesmo movimento ocorre com os “filmes italianos dublados em inglês com legendas em espanhol”, desterritorializando a cultura como mercadoria da Itália, reterritorializando-a em países anglófonos e hispânicos, consumidores e admiradores desse elemento culturo-simbólico italiano.

O elemento político aparece com força quando do impedimento de um grupo populacional oriundo do Oriente Médio, mais precisamente do Iraque, proibido de adentrar nos Estados Unidos por barreiras político-diplomáticas transmitidas às suas embaixadas e consulados pelo mundo. O impedimento remete a uma norma imposta pelo Estado nacional estadunidense face aos conflitos nos quais se envolve e, recentemente, tendo o Iraque como adversário estratégico dentro do cenário de controle de recursos energéticos fundamentais ao funcionamento da economia moderna e abundantemente concentrados em terras iraquianas. Crianças tentam se desterritorializar, face às condições conflituosas que as condenariam à morte ou pobreza, e buscam penetrar nos Estados Unidos, horizonte de reterritorialização desejável econômico e socialmente, através do complexo turístico da “Disneylândia”, ponto de recepção e passagem tratado como “não-lugar”, pois recria uma realidade inexistente e que não é um recorte territorial que permitiria a fixação, o enraizamento e a reterritorialização do povo iraquiano.

Quadro 1

Territorialidades da música disneylândia entendidas pela dialética dtxrt

Territorialidades	Desterritorialização	(Re)territorialização
Econômicas	Multinacionais japonesas... Produzem com matéria-prima brasileira... Feitas com madeira colombiana... Falsificados no Paraguai... Pilhas americanas alimentam eletrodomésticos ingleses... Gasolina árabe alimenta automóveis americanos...	Instalam empresas em Hong Kong... Para competir no mercado americano... Casas pré-fabricadas canadenses... Relógios suíços... No interior da Nova Guiné... Na África do Sul...
Culturais	Música hindu contrabandeada por ciganos poloneses... Procuram familiares na Etiópia... Imagens de um vulcão nas Filipinas passam na rede de TV em Moçambique... Múmias egípcias e artefatos incas no Museu de Nova Iorque... Literatura grega adaptada para crianças chinesas... Filmes italianos dublados em inglês com legendas em espanhol...	Casado na Argentina com uma pintura judia... Faz sucesso no interior da Bolívia... Da comunidade européia... Nos cinemas da Turquia...
Políticas	Crianças iraquianas fugidas da Guerra... Não obtém visto no consulado americano do Egito...	Casou com uma princesa africana... Armênios naturalizados no Chile...
Sociais	Filho de imigrantes russos... Turista francesa fotografada seminua com o namorado árabe...	Na Baixada Fluminense... Pizza italiana alimenta italianos na Itália... Para entrarem na Disneylândia...

Organização: Fuini, 2012.

As reflexões até o momento realizadas evidenciam os sentidos que a música pode adquirir como ferramenta pedagógica para o estudo de conceitos e fenômenos geográficos, pois apresenta elementos cotidianos de diversos lugares, destacando determinados eventos, formas-funções espaciais e representações de territorialidade que servem, pela prática do diálogo, como um texto favorável à construção crítica de conhecimentos por meio dos relatos e ideologias que contém identidades, símbolos e utopias de territórios e de lugares.

Mais especificamente sobre as microterritorialidades urbanas, podemos analisá-las também pelos elementos relatados na música acerca das paisagens urbanas em diferentes partes do mundo. Um dos grupos mencionados e que expressa fortemente no território seus símbolos e identidades são os imigrantes. A música apresenta alguns referenciais específicos de deslocamentos humanos, antigos ou presentes, que trazem reflexos atuais no sentido de contribuírem com a forma societal dos lugares onde se enraízam e demarcar decisivamente a configuração territorial dos mesmos.

Trata inicialmente de “filho de imigrantes russos”. Seria descendente dos primeiros emigrados e que contraiu diversos laços de casamento até, finalmente, se reterritorializar no México, país latino-americano, com outra pessoa emigrante de origem africana. Esse exemplo se concretiza por uma série de relações cotidianas que ocorreram em determinadas cidades, mais especificamente em ruas e bairros de cidades. Outras referências a turistas aparecem na música, como “crianças chinesas na Europa”, os “armênios no Chile”, “crianças iraquianas no Egito em direção aos Estados Unidos”, com fortes apelos à territorialidade como expressão de identidade e representação, entendida através dos termos “comunidade”, “naturalizado”, “adaptado”, “entrada”, “familiares”, que nos trazem a ideia de conversão, assimilação, aceitação, ou seja, de constituição de laços com o novo território e com suas pessoas, objetos e normas. Aparece também o exemplo dos “ciganos poloneses”, um exemplo de grupo cultural com uma territorialidade específica e esporádica, devido à rapidez com que realizam o movimento de desterritorialização e reterritorialização. No relato da música aparecem associados ao trânsito entre países e prática de atividades ilegais.

Mais alguns elementos de territorialidade ocorrem na música com a identificação de uma nação e Estado-nação a um determinado produto ou atividade produtiva comum no mercado capitalista de produção, circulação, distribuição e de consumo. Além disso, tais produtos, como elementos de certa identidade territorial nacional, acabam sendo influenciados por itens e insumos de outros países, na denominada “economia em rede e informacional”. Aparecem na música a “gasolina árabe”, “pilhas e automóveis americanos”, “matérias-primas brasileiras”, “filmes italianos”, “pizza italiana”, “eletrodomésticos ingleses”, “relógios suíços”, “casas pré-fabricadas canadenses”, “madeira colombiana”, “multinacionais japonesas”, sendo possível também visualizar o funcionamento da divisão internacional e territorial do trabalho na atualidade através do tipo de produto, valor tecnológico adicionado a ele e, das relações de exploração do trabalho barato e de matérias primas que conferem a determinados países posições vantajosas na economia internacional. A microterritorialidade aparece nesses casos pelo impacto social, econômico e cultural que cada produto e atividade manifesta na ordem de relações que ocorrem nos microcosmos localizados no tecido urbano, chegando às “famílias”, às “casas”, aos “bazares”, aos “cinemas”, “museus”, sendo estes símbolos fortes de cotidianidade, representação e identidade.

E, por fim, é oportuno explorar mais um último elemento para assinalar a importância do uso de letras musicais no entendimento de territorialidades: o seu sentido pedagógico e educativo. Investigar as territorialidades múltiplas atualmente geradas é um exercício que requer o concurso de diversos tipos de instrumentos de pesquisa, envolvendo elementos cognitivos, estatísticos, textuais, artísticos, entre outros. Assim, o uso de letras musicais no exercício geográfico de compreensão da construção e desconstrução de territórios é oportuno, pois mobiliza os seguintes campos do conhecimento que dão um sentido formativo ao processo de compreensão e caracterização dos constitutivos territoriais:

- **Contextualização:** letras musicais trazem referências de contextos socioespaciais que delimitam períodos históricos e recortes territoriais (cidade, campo, país, bairro, região), facilitando a colocação do indivíduo em um conjunto mais amplo de processos em escalas diversas, do local ao global, passando pelo nacional e regional. Saber do movimento cultural atrelado à

música e seu repertório artístico e ideológico mobiliza o conhecimento na busca de explicar os contextos temporo-espaciais e entender a dinâmica da (des)territorialização quanto ao sentido desejado pelos autores e transferido às suas letras, situando-as no ser e estar no mundo;

- **Comunicação:** o texto-letra musical comunica impressões sobre lugares impregnadas de simbolismos e ideologias. Tratando de elementos cotidianos de espaços e tempos, comunica ao indivíduo sobre eventos de expressão territorial que manifestam interesse e criam proximidade, pois remetem a elementos de identidade e subjetivação diretamente associados às formas e ações realizadas em paisagens e lugares;

- **Diálogo:** reporta à conversa inter-subjetiva com a música e à partir da música, permitindo a criação de contextos de trocas de informação e de conhecimento sobre lugares e processos sociais e econômicos. A letra da música aparece como subsídio e alavanca do exercício da criatividade mediante a exposição, organização e sistematização de conhecimentos sobre território e territorialidades pessoais e exteriores;

- **Crítica:** a síntese analítica da leitura de uma letra com o objetivo de entender um movimento territorial traz o contato com a crítica que a própria música traz e o interesse em se propor algo a mais, anexando ao entendimento dessa letra impressões individuais e coletivas sobre o cotidiano e as experiências obtidas em lugares variados. Pode-se, assim, confirmar o que a música traz como entendimento, ou contrariar sua forma de ver o ambiente, pois a essência da experiência de lugar requer elementos materiais e imateriais encontrados naquele espaço específico de experiências.

Considerações Finais

Nossa análise buscou mostrar como a música, em sentido mais geral, e as letras das canções, em sentido mais estrito, contribuem para o entendimento das territorialidades e microterritorialidades. A letra musical, como representação social e espacial, traz determinadas visões de lugares, com suas identidades e ideologias em ser e pensar o mundo. Assim, pode ser usada como um instrumento válido para o melhor entendimento das dinâmicas territoriais de construção e desconstrução, enraizamento e desenraizamento territorial.

Consideramos o território como um conceito espacial portador de um sentido de controle político, mas cuja essência também manifesta representações culturais de grupos e povos em sua prática construtiva (trabalho) e criativa (artística), de buscar atuar em determinados lugares e neles criar vínculos mais fortes de identidade. As microterritorialidades expõem o subjetivo do território, seus vínculos e representações sociais cotidianas presentes e, mormente, expressas nas paisagens.

A música e seus elementos são registros da cultura e das territorialidades, ao mesmo tempo em que as expressam e revelam determinadas formas de apreender e pensar os lugares, as paisagens e os conflitos e lutas por pedaços de território. Nesse sentido, o econômico, o social, o político e o cultural se cruzam e se retroalimentam, dotando de imenso dinamismo e de complexidade analítica todas as formas de investigar e compreender as ações de territorialização e de desterritorialização. Nesse artigo, buscamos trazer mais uma contribuição e uma forma de interpretar o relacional e o factual das territorialidades, em sua multiplicidade.

Referências

- CARNEY, G. O. Música e lugar. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. *Literatura, música e espaço*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2007. p. 123-150.
- CLAVAL, P. A volta do cultural na geografia. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, Fortaleza, CE, ano 1, n. 1, p. 19-28, 2002.
- COSTA, R. H. *O mito da desterritorialização*: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. *Territórios alternativos*. São Paulo/Rio de Janeiro: Contexto/Editora da UFF, 2002.
- FORTUNA, C. (Micro)territorialidades: Metáfora dissidente do social. *Terra Plural*, Ponta Grossa, PR: UFPG, v. 6, n. 2, p. 199-214, jul./dez. 2012.
- KIMURA, S. Linguagem e produção de sentidos no ensino de geografia. *Terra Livre*, São Paulo: AGB, v. 1, n. 34, p. 177-188, 2010.
- KONG, L. Música popular nas análises geográficas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Orgs.). *Cinema, música e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p.129-175.
- PANITZ, L. M. *Por uma geografia da música*: o espaço geográfico da música popular platina. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1991.
- SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SPÓSITO, E. S. *Geografia e filosofia*: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- TORRES, M. A.; KOZEL, S. Paisagens sonoras: possíveis caminhos aos estudos culturais em geografia. *Ra'ega*, Curitiba: UFPR, n. 20, p. 123-132, 2010.

Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, Prostituição e cafetinagem no sul do Brasil

Márcio José Ornat

Joseli Maria Silva

Resumo

Este artigo discute a relação entre território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no Sul do Brasil. Tal proposta relaciona-se a análise de conteúdo de 22 entrevistas realizadas com travestis que atuam na atividade sexual, mais 7 entrevistas com pessoas atuantes em ONGs que contemplam o grupo de travestis. Evidenciamos que a fluidez de conhecimento grupal se faz a partir de vários atores sociais, fluidez constituída segundo relações que se estabelecem entre travestis, organizações não governamentais e proprietárias de pensões para travestis, a partir de paradoxos e complementaridades entre atividades legais e ilegais. A multiescalaridade do fenômeno evidencia a posição móvel e indeterminada das relações, superando a noção de fixidez entre categorias, complexificando as relações entre os sujeitos e espaços.

Palavras-chave: Prostituição. Cafetinagem. Vivência travesti. Geografia Queer. Território descontínuo.

Discontinuous paradoxical territory, LGBT movement, prostitution and pimping in southern Brazil

Abstract

This paper discusses about the relation between discontinuous paradoxical territory, LGBT movement, prostitution and pimping in Southern Brazil. Such proposition relates to the content analysis of 22 interviews with travestis which acted in sexual services and with 7 more interviews with people acting in NGOs concerned with the travestis group. We verified that this knowledge flow is made through the participation

of various social actors and it is constituted with the relations established between travestis, NGOs and owners of ‘boarding houses for travestis’, from paradoxes and complementarities between legal and illegal activities. The multiple scale of the phenomenon highlights how these relations have a mobile and indeterminate position, thus surpassing the notion that conceives categories as something fixed and it shows how complex the relations among subjects and space are.

Keywords: Prostitution. Pimping. Travestiliving. Queer Geography. Discontinuous territory.

Introdução

A presente discussão tem por objetivo evidenciar a relação entre território descontínuo, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no sul do Brasil. Tal proposição foi construída a partir da análise de conteúdo de um conjunto de 22 entrevistas¹ realizadas com travestis que atuam na atividade sexual, sendo que três delas foram realizadas na Espanha. Além destas, foram realizadas também 7 entrevistas² com pessoas atuantes em organizações não governamentais (ONG) que contemplam o grupo de travestis. Todo o universo de entrevistas foi analisado segundo a proposta de Bardin (1977), cujo resultado produziu eixos semânticos que deram sentido às vivências espaciais do grupo investigado.

O universo total das falas³ foi sistematizado a partir quatro espacialidades discursivas que obtiveram diferentes intensidades de evocação no discurso do grupo. A casa, com 12% das evocações, cidade com 5%, território intraurbano com 22% e território descontínuo com 38%. Este último percentual, relacionado ao discurso das entrevistas, referentes a atividade da prostituição e a mobilidade espacial, fora produzido por um total de 380 evocações, organizadas em quatro diferentes categorias discursivas: fatores motivacionais de deslocamento (17,4% das evocações), fatores espaciais de conectividade (23,4%), fatores estratégicos de deslocamento (17,1 %), e fatores de controle do território da prostituição (35,5%).⁴ Devido ao escopo da presente discussão, tratamos especificamente da categoria discursiva fatores espaciais de conectividade, constituída pela relação entre militância LGBT, cafetinagem e prostituição travesti no sul do Brasil.

Esta categoria discursiva foi criada a partir da observação realizada pelo grupo na busca de conquistas territoriais cada vez mais amplas, atingindo várias escalas espaciais que ultrapassavam os limites municipais. O fenômeno da prostituição, apesar de altamente complexo do ponto de vista espacial, segundo Howell (2001) não despertou interesse por parte de geógrafos. As denominadas *Feminists Geographies* e *Queer Geographies*, não obstante tenham como foco de interesse a relação entre sexo, gênero e desejo, também não privilegiaram o tema da

1 As entrevistas foram realizadas no Brasil nas cidades de Balneário Camboriú (SC), Maringá (PR), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Londrina (PR), Ponta Grossa (PR), Porto Alegre (RS) e Sapiranga (RS). Em Relação a Espanha, as entrevistas foram realizadas na cidade de Madri.

2 ONGs localizadas nos municípios: Curitiba (PR – 2 ONGs), Florianópolis (SC – 1 ONG), Joinville (SC – 1 ONG), Ponta Grossa (PR – 1 ONG), Porto Alegre (RS – 1 ONG) e Sapiranga (RS – 1 ONG).

3 23% das evocações discursivas deste universo foi desconsiderado por não constituir um eixo semântico. Todo o universo das falas produziu um total de 1009 evocações.

4 6,6% das evocações discursivas deste universo foi desconsiderado por não constituir um eixo semântico.

prostituição. Contudo, no Brasil, pode-se apontar vários estudos da relação entre espaço e atividade comercial sexual como Mattos e Ribeiro (1996), Ribeiro (1997), Campos (2000), Silva (2008) e Ornat (2009).

Ao observar a mobilidade das travestis entre várias cidades para o exercício da atividade comercial sexual no sul do Brasil, reconhecemos a inevitabilidade de abordar os elementos de subjetividade que compunham as relações interpessoais desenvolvidas pelo grupo de travestis. Portanto, o presente texto está organizado em duas partes. Na primeira parte é realizada uma discussão sobre o uso do território descontínuo paradoxal como ferramenta compreensiva do fenômeno da prostituição travesti, a fim de encontrar suporte teórico-conceitual capaz de construir a inteligibilidade do fenômeno abordado. Na segunda parte são exploradas as conexões pessoais e territoriais que dão sentido à realidade vivenciada pelo grupo de travestis investigadas, relacionadas a complementaridades e paradoxos entre o movimento LGBT, a atividade da prostituição e cafetinagem no sul do Brasil.

O território descontínuo paradoxal na experiência travesti

O território⁵ é um importante foco de interesse da Geografia, notadamente na área política, vinculado à noção de fronteiras do Estado-nação, conforme afirmam Wastl-Walter e Staeheli (2004). As autoras argumentam que o território, tanto quanto a territorialidade e a fronteira são elementos que remetem às relações de poder ligadas à soberania e à segurança. Esta tendência tem obscurecido a possibilidade de uso da ideia de território e poder pelo viés da sexualidade e de outros marcadores sociais como gênero e raça, por exemplo. Contudo, a reivindicação do uso do conceito de território que extrapole a sua relação com o poder de Estado tem sido realizada na Geografia.

Nagar (2004) e Martin (2004) trazem para o debate científico a relação entre territórios e sua conexão com as práticas sociais em que ocorre a imposição de ideias de um indivíduo ou grupo sobre outros, tendo como base o estabelecimento de diferenças entre as pessoas. Souza (1995), por sua vez, constrói seu fundamento sobre as relações de poder na constituição do território a partir de quem manda e influencia e como manda e influencia o espaço. É o poder sobre o espaço que estabelece as inclusões ou exclusões de objetos, indivíduos e comportamentos. Estas propostas conceituais possibilitaram a expansão de pesquisas que tiveram como foco as relações de poder de diversas naturezas, como a cultura, a religião, a economia e a política. Apesar disso, a sexualidade não foi ainda suficientemente explorada em sua relação com o espaço e tampouco com o território.

As críticas de geógrafos de várias tendências estavam fundamentadas na ideia de que o território vai além de uma mera ação biológica, é uma construção social, política e cultural. Nesse sentido, há possibilidade de instituição de inúmeros territórios, dependendo do interesse do pesquisador em determinado fenômeno que envolva relações de poder. Assim, pode-se dizer que o território e suas fronteiras delimitadoras são reflexo e condição das relações de poder através das quais foram produzidas, sendo forjado em situações particulares e projetando-se para fins estabelecidos.

⁵ Para aprofundamento ver Ratzel (1882 apud MORAES, 1990) e Gottmann (1973).

A atividade de prostituição travesti é um fenômeno que pode ser compreendido por meio do território, na medida em que ela é extremamente hierarquizada e que se produz em tensionamentos constantes entre os sujeitos que fazem parte do desenvolvimento desse exercício.

Há algumas especificidades na prostituição travesti que se diferem da prostituição feminina, por exemplo. As travestis são seres que contradizem o padrão linear entre sexo, gênero e desejo e aqueles que procuram seus serviços, na sua grande maioria homens, costumam guardar mais sigilo do que se mantivessem relações com prostitutas mulheres. Isso porque manter relações sexuais com uma pessoa que, apesar da aparência feminina, possui um pênis, pode macular a imagem viril de masculinidade do cliente. O fato do grupo apresentar a especificidade de ser dissonante do padrão heteronormativo, há uma trajetória de exclusão e discriminação ao longo de suas vidas, desde a mais tenra infância até a fase adulta. Este aspecto é comum entre essas pessoas e suas histórias de sofrimento acabam sendo os elementos constituidores dos laços de afeto entre elas, como relatado em Silva (2008) e Ornat (2009).

A complexidade que envolve a instituição do território da prostituição travesti é formada por sentimentos de pertença, a partir de experiências positivas, mas também de exclusão segundo experiências negativas. Ao mesmo tempo que elas constituem redes de amizades no cotidiano da prostituição, também estabelecem ações de competição e violência. Pode-se assim dizer que o território se faz por ambos os elementos que se contrapõe de diversas maneiras.

Os espaços intraurbanos apropriados por travestis não se esgotam em si mesmos. Eles dependem da mobilidade que as travestis realizam entre diferentes municípios para oferecer aos clientes novidades, o que gera curiosidade e desejo. A rentabilidade da atividade da prostituição na atualidade se faz pela alta rotatividade das prostitutas que ao chegar em um local, conseguem atrair maior quantidade de clientes, cuja fantasia é vivenciar novas experiências sexuais. Os fluxos da mobilidade travesti entre os vários territórios de prostituição localizados em diferentes municípios estabelece conexões entre eles e conformam uma configuração que Souza (1995) chama de território descontínuo.

Para Souza (1995), o território descontínuo articula variadas escaras espaciais e em todas elas deve haver ações de controle ou o poder que gera as fronteiras delimitadoras e os processos de inclusão ou exclusão de pessoas e comportamentos, tal como também argumentado por Wastl-Walter e Staeheli (2004). Os elementos fronteira (delimitador do território), os excluídos (*outsiders*) e incluídos (*insiders*), tão presentes nas teorias sobre o território, não podem ser suscetíveis de apenas uma interpretação. Toda configuração depende de qual é o ponto de partida ou da mirada com que se constrói a inteligibilidade do fenômeno. Um sujeito que observa a atividade de prostituição de fora daquela realidade pode conceber uma determinada configuração territorial, que pode ser diferente daqueles sujeitos que olham o fenômeno a partir de dentro da atividade. Assim, uma mesma realidade, dependendo da posição de quem observa, pode compor diferentes configurações entre fronteira, *insider* e *outsider* ou seja, variados territórios.

Um homem supostamente heterossexual, casado (perfil costumeiro da prostituição travesti) que ocuparia a posição de *outsider* na visão do sujeito-pesquisador que olha o fenômeno de uma posição externa, pode ser considerado *insider* na compreensão de uma travesti-prostituta, que está posicionada dentro da realidade em foco. Mesmo porque, uma prostituta só se estabelece como tal na relação com o cliente e assim, o cliente não estaria fora, mas compõe o território da prostituição travesti.

A visão relacional dos fenômenos espaciais foi desenvolvida por Massey (2008). Para ela, nada é definitivo ou estático, tudo está sempre em movimento de forma interdependente e é resultado de um processo que é consequência de quem olha, de onde olha o fenômeno. Nesse sentido, a atividade da prostituição travesti não configura um único território passível de ser revelado como verdade universal, mas de múltiplas possibilidades. A possibilidade escolhida para esta discussão é evidenciar a configuração territorial do ponto de vista das próprias travestis, segundo relações entre o movimento LGBT e a cafetinagem no sul do Brasil.

As travestis são parte da sociedade que as exclui. Isso porque, para que a sociedade heteronormativa se mantenha como tal, é preciso criar os seres desprezíveis àqueles que a sociedade deve negar o direito à existência social. Butler (2008) se refere à sujeitos abjetos para definir aquelas pessoas que são desconsideradas socialmente. Segundo a autora, os seres abjetos produzem tanto o questionamento da matriz de produção de corpos e seus significados sociais, quanto a delimitação do que seria considerado válido enquanto existência social.

Os corpos das travestis são identificados negativamente pela sociedade ocidental, já que contrariam as normas de linearidade entre sexo-gênero-desejo. Estas pessoas experienciam o mundo de forma paradoxal, tensionando constantemente a sociedade da qual fazem parte. Esta característica é fundamental na forma como que elas concebem suas vidas. As travestis constroem suas vidas esquivando-se da legalidade que não as comporta. A informalidade é traço marcante na constituição de seus territórios de prostituição. Isso porque enquanto desprezadas socialmente e desejadas sexualmente elas estabelecem suas táticas de sobrevivência por meio de várias ações informais em que os códigos morais próprios do grupo e a pessoalidade⁶ são elementos fundamentais para conquista de posições hierárquicas e também de conquistas espaciais de maior amplitude.

O exercício do poder se dá no controle dos elementos que constituem as redes de pessoalidade e os códigos morais da atividade de prostituição travesti. Entretanto, o poder aqui considerado não está organizado em uma oposição entre dominados e dominadores. O poder considerado nesta discussão baseia-se em Foucault (1988), quem considera que o poder é uma correlação múltipla de forças que nunca se esgota e são inseparáveis do domínio onde elas são exercidas.

O poder exercido não concebe a oposição *insider/outsider* em um território, isso porque eles são interdependentes, só existem um em relação ao outro. As noções de poder de Michel Foucault foram fundantes da proposta de Rose (1993). Esta geógrafa desafia a ideia dual e oposicional de constituição de territórios. Ela cria o conceito de espaço paradoxal para evidenciar a multiplicidade e a plurilocalidade dos sujeitos permanentemente tensionados em relações de poder que podem estar na situação de centro e/ou margem da configuração territorial, dependendo do perfil de relação que se estabeleça. Para Rose (1993) as pessoas ocupam simultaneamente polos de centro de margem de relações de poder, a partir das mais variadas possibilidades espaciais e isso depende da posição do sujeito que olha o fenômeno.

A marginalidade social vivenciada pelas travestis também pode servir para elucidar a simultaneidade da posição *insider/outsider*. Em entrevista sobre a atividade de prostituição, Pitia⁷ diz:

⁶ A ideia de pessoalidade foi desenvolvida em Silva (2002) evidenciando o conhecimento entre pessoas que compartilham um mesmo código de valores, relacionado a relações sociais que se desenvolvem em espaços de pequenas dimensões.

⁷ Optamos em utilizar nomes que reportam as figuras femininas contidas na Mitologia Grega e Romana, segundo a

se eu fosse uma pessoa normal eu não saberia que isso existia, este outro mundo, que a sociedade sabe que tem, mas fecha os olhos, dorme no seu travesseiro de pena de ganso e acha que o mundo dele é outro. Dentro da cidade existem outros mundos, que a pessoa sabe que existe, mas não sabe como funciona. Eu sei como que funciona e eu vivo em um deles. (Entrevista realizada com Pitia, em Porto Alegre (RS), no dia 21 de dezembro de 2010).

Pitia fala de sua posição de marginalidade, quando considera a sociedade heteronormativa e denomina-se como *anormal*. Contudo, seu discurso evidencia centralidade quando ela afirma que no mundo da prostituição, onde vive, ela sabe muito bem como tudo funciona, ou seja, ela tem domínio das táticas e elementos que devem ser mobilizados para influenciar aquele espaço.

A sugestão de simultaneidade de posições e de interdependência do par relacional *insider/outsider* é de grande potencialidade para a compreensão da dinâmica da prostituição travesti, notadamente porque a pesquisa faz o esforço de adotar o ponto de vista das pessoas envolvidas na referida atividade.

A proposição conceitual aqui estabelecida é de que o território descontínuo paradoxal, constituído por complementaridades e paradoxos entre o movimento LGBT, a atividade da prostituição e cafetinagem no sul do Brasil define-se por ser um espaço produzido discursivamente, simultaneamente conectado/desconectado, instituído por difusas e instáveis relações de poder, exercidas de forma multiescalar, gerando assim, a plurilocalização dos diversos sujeitos que reivindicam para si o direito ao espaço.

Os deslocamentos entre diversos locais desenvolvidos pelas travestis na atividade de prostituição conecta espaços, formando redes com diversos padrões de vínculos de diversas naturezas e é sobre este fenômeno que a próxima seção tratará.

Vivência travesti e conexões entre municípios no sul do Brasil: movimento LGBT, atividade da prostituição e cafetinagem

Do total de evocações que tratavam da espacialidade discursiva *território descontínuo*, 23,4% estiveram relacionadas à categoria discursiva *fatores espaciais de conectividade*. Esta esteve estruturada a partir dos elementos *relação com cafetinagem* (68%), *ajuda de travestis* (14%), e *relação entre militância e cafetinagem* (13%)⁸.

Iniciamos a discussão deste tópico a partir do maior percentual das evocações relacionadas aos fatores espaciais de conectividade, referentes à cafetinagem. As direções tomadas pelas evocações diziam respeito à constituição da centralidade das relações de poder nas espacialidades específicas enquanto cafetinas, à defesa das casas de cafetinas, à importância das casas de cafetinas e às relações entre cafetinas de várias espacialidades.

O termo jurídico relacionado a cafetinagem refere-se ao de *Lenocínio*, ou seja, a prática da exploração sexual, segundo qualquer forma, havendo relação direta ou indireta com o retorno econômico da prostituição. O Código Penal, Capítulo Vº – Do Lenocínio e

discussão realizada por Hacquard (1996).

⁸ 5% das evocações discursivas deste universo foi desconsiderado por não constituir um eixo semântico.

⁹ Lei nº 12.015, de 2009.

do Tráfico de Pessoa para fim de Prostituição ou outra Forma de Exploração Sexual - está estruturado em seis artigos, Dentre este conjunto, a atividade das pessoas que se auto-denominam como *proprietárias de pensões* envolve a prática de todos, ou pelo menos, de considerável conjunto destas contravenções. Entretanto, estas práticas se estabelecem a partir de redes de pessoalidade, colocando-se como uma estratégia de sobrevivência das travestis, tendo visto todos os processos de exclusão e interdição social e espacial. Portanto, são estas relações de ilegalidade que possibilitam a sobrevivência das travestis, assim como visto por Leto, no tocante ao fator espacial de conectividade *Ajuda de travestis e cafetinas*:

Muitas acabam saindo cedo de casa. Como eu falei que eu saí de casa, mas eu procurei outras áreas, algumas acabam saindo e indo para a rua, conhecem as outras, aí veem que as outras são mais bonitas, já são mais formadas fisicamente. Daí o que é oferecido para elas sem família? É oferecido a casa da cafetina, ou o pensionado, vamos dizer assim. (Entrevista realizada com Leto, em Curitiba – PR, no dia 23 de junho de 2010).

Como problematizado por Ornat (2009), a existência do grupo de travestis que retira seu sustento da atividade da prostituição é atravessada por espaços interditados e por territórios, como locais de exclusão e de acolhida, a partir de contradições e complementações, sendo que é a capacidade de interdição socioespacial que fortalece os territórios da prostituição travesti, também fortalecendo a atividade da cafetinagem e a formação de uma escala geográfica da prostituição relacional entre as travestis e esta atividade.

A primeira proposição a ser realizada refere-se ao fato de que a cafetinagem, enquanto uma possibilidade de centralidade nas relações de poder, não ocorre de forma espontânea, mas é forjada após determinado tempo de atividade e de reconhecimento. A constituição desta centralidade refere-se, como evidenciado nas falas das travestis e de cafetinas, ao auxílio dado as travestis, tanto nos deslocamentos realizados no Brasil, quanto para o exterior, o conhecimento direto ou indireto que as travestis têm com as cafetinas, o auxílio financeiro e a maternagem, como também a utilização de violência.

Como tratado por Erinia,¹⁰ Afrodite enquanto uma proprietária de *pensão para travestis* tinha como principal atividade resolver problemas nas espacialidades da prostituição travesti. Este resolver não se relacionava apenas a utilização da força e da violência, mas também do convencimento propiciado pelo respeito que possui das outras travestis. Segundo Erinia, este respeito tinha vindo com ela da Itália, país em que Afrodite tinha por responsabilidade o cuidado de uma rua.

Segundo Erinia, a existência de uma *pensão para travestis* coloca-se enquanto um fator espacial de conectividade, tendo visto que o projeto de Afrodite é o estabelecimento de uma nova casa na Europa, criando uma ponte entre escalas geográficas de atuação travesti através da prostituição. Esta consolidação enquanto central advém tanto da qualidade dos serviços prestados, como falado por Afrodite, quanto da propaganda realizada pelas travestis em relação a estes serviços:

¹⁰ Entrevista realizada com Erinia, em Ponta Grossa – PR, em 30 de julho de 2010

[...] que passaram por aqui, que eu ajudei, foi mais de 100. Porque funciona assim, quando o lugar é bom, uma passa para a outra. Então, se vem uma de Ponta Grossa e gosta, ela faz a propaganda lá, aí vem outra, vem outra. Como você mesmo falou, de lá veio [citou vários nomes de travestis]. Veio dez só de Ponta Grossa. De Joinville, teve uma época que veio umas dez só de Joinville, de Florianópolis. Agora eu tô com uma remessa de dez de Maringá, que agora aqui é a temporada de Maringá. Mas também Londrina, Foz do Iguaçu, Cascavel, tem [...] Cascavel, de Balneário Camboriú tem bastante. [...] Tem, de Porto Alegre [...], tem as meninas de Cuiabá, Campo Grande, tem de tudo quanto é canto. Tem de Amazonas, [...] Belém do Pará, daí tinha a [citou o nome de outra travesti] que agora foi para Portugal, que eu tinha um conhecimento lá. Ela queria ir para a Europa e eu ajudei ela. Ela era de Fortaleza, daí, tinha outra que era do Maranhão, tem do Brasil inteiro. [quantas travestis você conhece?] Muito, mais de mil, com certeza. Agora aqui em Curitiba a gente já tem mais de trezentas travestis, na cidade toda. Só aqui em casa são vinte e sete, que chegou quatro de Balneário Camboriú. E eu me constitui como uma pessoa importante pela forma de trabalho, pela forma que eu gerencio minha casa, de proporcionar tranquilidade, conforto e segurança. (Entrevista realizada com Afrodite, em Curitiba – PR, em 31 de julho de 2008).

De todas as cafetinas que estabelecemos contato e aplicamos o roteiro de entrevista, Afrodite colocava-se como a proprietária de pensão que mais conhecia e tinha recebido travestis, tanto em total, quanto em número de cidades. Mesmo que em menor intensidade, as falas de Tetis¹¹ e Atena¹² apontam que o estabelecimento destas centralidades relacionam-se ao encaminhar aos hospitais, auxiliar na transformação do corpo, a partir do acesso a tratamentos de pele e cirurgias plásticas, além da própria hospedagem e alimentação.

No início do processo de coleta de dados em campo, tínhamos por hipótese que a atividade da cafetinagem seria completamente criticada pelas travestis. Entretanto, o campo descontruiu esta hipótese, pois se por um lado as cafetinas defendiam suas atividades como não sendo ilegal, esta defesa fez eco nas evocações das travestis. Como tratado por Atena, existe um benefício financeiro de possuir uma *pensão para travestis*, pois ninguém mora na casa de ninguém de graça. O valor que é recebido de diária das travestis – trinta reais – refere-se à alimentação e à moradia. Todavia, esta ajuda vai além destes elementos: “Eu não acho que eu as estou explorando. Mas eu gosto de ajudar, se for presa eu vou atrás” (Entrevista realizada com Atena, em Balneário Camboriú – SC, em 26 de maio de 2009).

Neste discurso de defesa da atividade, Atena trata que em sua casa as travestis tem uma boa cama, bom chuveiro e boa alimentação. O elemento preponderante nesta fala relaciona-se ao fato da não utilizar da violência para resolução dos problemas que nascem nas relações com travestis. Existe uma grande busca pela transformação do corpo, sendo que as donas de pensão também auxiliam as travestis nesta empreitada.

11 Entrevista realizada em Florianópolis – SC, em 25 de maio de 2009.

12 Entrevista realizada em Balneário Camboriú – SC, em 26 de maio de 2009.

Da mesma forma que em relação à fala de Afrodite, a evocação de Atena evidencia que as *pensões para travestis* são fatores espaciais de conectividade, propiciando a constituição de uma escala geográfica da prostituição travesti estabelecida a partir de redes de pessoalidade entre cafetinas e travestis. Estas redes de pessoalidade são complementares aos processos de interdição espacial que a maioria das travestis vivencia.

A fala de Atena aponta que as proprietárias de *pensões para travestis* não devem ser consideradas como cafetinas, mas como auxiliadoras, mesmo que a apreensão social as veja de outra forma: “Uma pessoa que tenha uma casa como eu tenho, como a Afrodite que tem, como tem em Floripa - SC, como tem em Tubarão - SC, como tem em São Paulo - SP, somos tachadas como cafetinas, mas não somos” (Entrevista realizada com Atena, em Balneário Camboriú – SC, em 26 de maio de 2009).

Este reconhecimento do auxílio dado às travestis e da sua complementação aos processos de interdição relacionam-se, como defendido por Atena, à própria dificuldade que cada travesti vivencia quando chega a uma cidade desconhecida. O que se salienta é que a *pensão para travestis* é uma possibilidade de estabilidade à vivência destas pessoas, frente à própria instabilidade de ganhos obtidos através da prostituição.

Se por um lado existe uma defesa óbvia da atividade da cafetinagem estruturando os discursos das cafetinas, esta defesa é também realizada pelas travestis. Erinia defende a mesma tese que o termo cafetinagem é equivocado, pois “cafetinagem é quando você bota na rua e tudo que ganhar, vai ganhar pra mim. (...) Então ela tá cobrando por um teto, uma cama, alimentação, a proteção. E ela não explora não, ela vende um serviço. Aí vai da oferta e da procura, não é verdade?” (Entrevista realizada com Erinia, em Ponta Grossa – PR, em 30 de julho de 2010). Assim como tratado por Erinia, Hipólita e Estige, esta atividade é uma possibilidade de ajuda às travestis que circulam entre os municípios:

Mas eu acho assim, eu acho que não é cafetinagem. Eu acho que não seja cafetinagem, a travesti tá viajando de lado pra lado, quer um teto pra ficar, é mais do que justo a dona da casa cobrar uma porcentagem pra água, luz, tomar banho, alimentação, essas coisas. [...] e também a maioria das travestis que dão hospedagem, dão o teto, dão garantia na rua, você tá entendendo. Então pra travesti é maravilhoso isso. [eu vejo que ou a travesti fica na casa da cafetina e fica garantida na rua, ou paga pra ficar na rua. Parece que existe uma pressão pra travesti ficar na casa da cafetina]13 Mas é assim, você ficou na minha casa, você tem a garantia da rua. Aí porque que a travesti vai se incomodar? Tem a minha casa e a garantia da rua, vou trabalhar sossegada. Eu acho que é melhor do que as outras vezes, que a gente pagava a cafetina e ainda pagava pau pras travestis na rua, ou pros gigolôs das travestis. Ali não, ali já tá assegurado. (Entrevista realizada com Erinia, em Ponta Grossa – PR, em 30 de julho de 2010).

Exatamente, é como que fosse uma pensão. Porque pra nós é melhor, porque sai mais barato, porque pense, na época que eu tava lá, eu pagava trinta reais, mas eu ganhava comida, hospedagem, e era tudo de primeira. E descer na rua sossegada, sem medo de nada, só tava ganhando. (Entrevista realizada com Hipólita, em Ponta Grossa – PR, em 11 de julho de 2008).

13 Questão do entrevistador.

Sabe, a polícia muitas vezes não entende o mundo da gente sabe? Eles acham que é crime o que a gente faz. Eles não entendem. Dizem que uma pessoa que tem uma casa, e por exemplo, recolhe uma travesti, investe nela e depois quer o dinheiro que investiu de volta, é cafetinagem. [...] *Imagina! Uma pessoa que geralmente nem a mãe quer, a família rejeita e só tem a gente. Mas a polícia não entende a gente, como é que é a vida da gente e acha que isso é crime.* Mas não é, é a forma como a gente vive, como podemos viver. (Entrevista realizada com Estige, em Madri – Espanha, em 14 de maio de 2008, grifo nosso).

Como salientado por Estige, as proprietárias de *pensões para travestis* propiciam o acolhimento que não é dado pela família ou pela sociedade, possibilidade esta que se coloca enquanto uma estratégia de sobrevivência a estas pessoas. Salientamos que a não compreensão desta lógica de sobrevivência está estruturada naquilo que Duncan (1996) denomina como a marginalização espacial das trabalhadoras do sexo.

Como tratado, todas as formas de sexo comercial não são consideradas respeitáveis. A atividade da prostituição é uma prática espacial e temporal marginalizada, pois segundo Duncan (1996), o processo de estigmatização destas pessoas ocorre tanto segundo as atitudes da sociedade quanto a partir da lei. Mesmo que a autora estabeleça reflexões sobre o Canadá e a Grã-Bretanha, suas ponderações conectam-se a mesma lógica de repressão brasileira no tocante a prostituição.

Tanto em relação a lei brasileira nº 12.015, de 2009, quanto nas legislações dos países acima citados, é quase impossível se praticar a prostituição sem ferir algum dos princípios instituídos. Estes limites espaciais estabelecidos negam da mesma forma a sexualidade de locais públicos, impondo restrições espaciais sobre grupos com sexualidades dissidentes, como no caso das travestis.

A atividade da cafetinagem é considerada pelo grupo como um refúgio frente às adversidades, a partir de deslocamentos entre municípios. Pensando a importância desta atividade nos deslocamentos entre cidades, Iris¹⁴ aponta que este deslocar-se acontece quando se conhece cafetinas. Segundo ela, a partir da indicação e referência de outras travestis é que se consegue acessar estes *pensionatos*. E assim inserida nesta rede de pessoalidade, se vai de uma pensão a outra.

A indicação não é o único fator de participação nas redes de pessoalidade, pois se a entrada na rede depende de indicações e referências sociais, a permanência nesta rede de pessoalidade se relaciona também ao agradar a cafetina, correspondendo à conveniência que é estabelecida pela cafetina, tanto na espacialidade da pensão quanto na cidade em que esta está localizada.

A rede de pessoalidade relacionada à escala geográfica da prostituição travesti que é forjada a partir do deslocamento entre municípios também é constituída por redes de pessoalidade que acontecem entre cafetinas. Segundo a fala da travesti Iris, existe um deslocamento de travestis entre pensões, propiciado pela existência de redes de pessoalidade entre cafetinas:

14 Entrevista realizada em Ponta Grossa, em 8 de agosto de 2008.

Por exemplo, eu tô em Ponta Grossa na casa de uma cafetina que manda na cidade. Daí eu quero ir pra Curitiba. Aí, como ela conhece a travesti que comanda em Curitiba, ela já me indica. Na maioria das vezes, elas próprias ligam e falam: Olhe, tô mandando uma filhinha minha pra ficar um tempo com você. Então uma cafetina indica pra outra cafetina. É tipo uma rede. Nós aqui no Brasil é uma rede Nacional, igual na Europa. Na maioria das vezes, as que vão pra Europa hoje em dia elas vão, mas quando chegam na Europa, já tá pago o lugar onde elas vão trabalhar, o lugar onde elas vão morar, pra elas ter segurança. (Entrevista realizada com Iris, em Ponta Grossa, em 8 de agosto de 2008).

Como visto por Artemis,¹⁵ o “ contato se estabelece entre as cabeças”, sendo que as conexões entre municípios se fazem a partir de relações de pessoalidade entre cafetinas de cidades distintas: “Aí a de São Paulo tem umas meninas que querem ir pra outra cidade, daí manda pra lá e as de lá manda pra cá, tem essa troca”. Além desta evidência, o que as falas das 3 cafetinas entrevistadas apontam é que suas relações se fazem a partir de densas redes de pessoalidade, relações estas não restritas apenas a estas três cafetinas, mas também segundo contatos localizados em outras nacionalidades: “[...] acabou de chegar uma da Alemanha, é a [nome de uma travesti], ela tava na Alemanha e veio buscar travesti pra levar” (Entrevista realizada com Atena, em Balneário Camboriú – SC, em 26 de maio de 2009). Em específico às relações entre cafetinas brasileiras, as falas das pessoas entrevistadas demonstram que estas redes de pessoalidade formam uma trama que propicia o deslocamento entre espacialidades, colocando-se as *pensões para travestis* como fatores espaciais de conectividade.

As atividades de cafetinagem se estabelecem enquanto fatores espaciais de conectividade, conexões estas que se colocam enquanto pontos fixos através de redes de pessoalidade, pois como tratado acima por Afrodite, a consolidação de uma pensão para travestis não ocorre espontaneamente, mas é resultado de um longo processo de trabalho e reconhecimento advindo das travestis.

Este fator espacial de conectividade coloca-se ao lado de outro elemento fluído, referente a ajuda que as várias travestis recebem umas das outras, possibilitando o deslocamento espacial a partir da criação e participação de outras formas de redes de pessoalidade. Totalizando 14% das evocações relacionadas ao *Território descontínuo – Fatores espaciais de conectividade*, estas falas trataram do conhecimento que as travestis devem ter uma das outras para se deslocar:

Depende da amizade que você tiver com outra travesti que você chegar, se você tiver amizade com outra travesti da cidade, é mais fácil pra você se inserir na população. Como aqui em Ponta Grossa, pega e chega as travestis de fora, a gente já fica sabendo. A gente não briga nada pra elas não batalharem, só que elas não ficam no ponto das que já tão. [...] Pra viajar, depende muito do conhecimento, porque é brabo, ainda mais na rua assim, é bastante complicado de chegar na rua ali e já parar pra batalhar, porque as outras não deixam. Todas podem querer viajar de cidade em cidade, mas depende de conhecimento. Se não tiver vai sofrer, é claro que vai sofrer, é a lei da selva, entendeu? Quem pode mais chora menos (Entrevista realizada com Erinia, em Ponta Grossa – PR, em 30 de julho de 2010).

15 Entrevista realizada em Curitiba – SC, no dia 26 de junho de 2010.

O conhecimento com este grande grupo de travestis refere-se a cidades de vários estados do Brasil. O número que cada travesti conhece é consideravelmente um elemento muito importante como fator espacial de conectividade. Todavia, diferentemente da característica fixa do elemento cafetinagem, o conhecimento com travestis coloca-se como uma conexão fluida, não dependendo estritamente do local da prostituição, mas sim da localização que determinada travesti conhecida tem no momento deste deslocamento.

Finalmente, as relações entre militância e cafetinagem e relação entre ONGs são fatores espaciais de conectividade entre municípios no Sul do Brasil, segundo a atividade da prostituição travesti. Como visto através das respostas do processo de pesquisa, o fenômeno de conexão entre municípios envolve uma teia complexa de redes de pessoalidade que se referem à relação entre cafetinas, travestis e Organizações não governamentais, instituindo uma escala geográfica da prostituição travesti relacional.

Buscando não criar falsas relações e inconvenientes reflexões, não afirmamos que esta organização possui uma lógica organizacional, com o objetivo de retirar o lucro do deslocamento entre travestis¹⁶. Apenas evidenciamos que esta fluidez de conhecimento se faz a partir de vários atores sociais, fluidez estruturada segundo relações que se estabelecem entre estas organizações e as proprietárias de *pensões para travestis*.

Inicialmente, existe uma rede de pessoalidade entre Organizações não governamentais e proprietárias de *pensões para travestis*. Estas relações de pessoalidade se fazem tanto a partir do conhecimento, através da própria militância LGBT no Brasil, como segundo a atuação de cafetinas em Organizações não-governamentais, evidenciando uma intersecção entre atividades legais e ilegais.

Uma possibilidade do estabelecimento de redes de pessoalidade para travestis no Brasil se refere à Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA) e ao Encontro Nacional de Travestis e Transexuais (ENTLAIDS)¹⁷. Isto é demonstrado na fala de Erinia¹⁸, na defesa desta atividade enquanto uma oportunidade:

Ela [Afrodite] me explicou certinho quando a gente tava no ENTLAIDS no Rio de Janeiro. Ela tá montando um apartamento lá na Espanha, pra montar de novo lá. Porque daí ela vai mandar as que tão na pensão dela, as que querem, pra lá pra Espanha. Que eu não digo cafetinagem, como que falei pra você, é uma oportunidade pra gente. (Entrevista realizada com Erinia, em Ponta Grossa – PR, em 30 de julho de 2010).

Esta relação complexa também se faz, como dito, a partir da participação de cafetinas, ou ex-cafetinas, em Organizações não governamentais. Estas conexões são evidenciadas na fala de Hipólita, pois quando esta havia ido para Porto Alegre – RS, permaneceu na casa de Eris:

Mas ela é palestrante, ela sempre vem nessas coisas de ONG. Mas tem outra também, mas quando eu fiquei na casa dela, [mas ela é cafetina e trabalha com ONG?]19 E ainda defende direitos humanos. E nervosa. Em Balneário Camboriú tem a [nome

16 Incorrendo no que o artigo 288 do Código Penal (Lei nº 12.015, de 2009) trata: Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes.

17 A 18ª edição do ANTRA foi realizada entre 5 a 8 de outubro de 2011 em Recife (PE).

18 Erinia, além de sobreviver da prostituição, é presidente de uma ONG no sul do Brasil.

19 Questão do entrevistador.

de uma cafetina]. Também lá tem a [nome de uma cafetina], que é irmã da [nome de uma travesti], que é uma das filhas da Afrodite. Então é todo um laço. (Entrevista realizada com Hipólita, em Ponta Grossa – PR, em 11 de julho de 2008).

Esta complexa tessitura da escala geográfica da prostituição travesti no Sul do Brasil, estabelecida a partir de redes de pessoalidade, é tratada por Hipólita como paradoxal, pois é fato que as ONGs não influenciam no deslocamento das travestis entre municípios, mas pelo contrário: “ainda prejudica a travesti, porque se ela quer defender direitos humanos, que história é essa de cafetinagem?” (Entrevista realizada com Hipólita, em Ponta Grossa – PR, em 11 de julho de 2008).

Esta justaposição de contradição e complementação apontada por Hipólita também é visível na fala de Afrodite, pois suas atividades cotidianas relacionam-se tanto ao gerenciamento de uma *pensão para travestis* quanto na participação de uma ONG LGBT localizada em Curitiba – PR. Outro elemento é a relação entre a militância LGBT de várias cidades enquanto fator espacial de conectividade, a partir da administração de *pensões para travestis*, como tratado na fala de Afrodite:

Aqui na casa eu dou o básico, casa e comida. Aí a gente tenta procurar saúde, fazer exames, fazer a saúde em ordem. Como eu trabalho no [ONG LGBT – Curitiba – PR], aí eu tenho acesso a preservativos, quando eu vou nas reuniões, eu já trago pra elas, tento levá-las, mas como elas trabalham à noite, fica difícil. Mas como eu trabalho lá e tenho acesso fácil a elas, [...] eu vou lá, pego o que tem para ser discutido, trago pra elas, a gente se reúne em um bate papo, e aí, eu vou passando pra elas. Também relacionado a documentação, porque muitas chegam aqui sem documento. Não tem como uma pessoa viver sem documento, ou eu receber uma pessoa sem documentação. Então, a gente procura fazer um boletim de ocorrência, ou ligar pra família pra pedir o registro, pra fazer o encaminhamento para pedir os documentos. (Entrevista realizada com Afrodite, em Curitiba – PR, em 31 de julho de 2008).

As redes de conhecimento possibilitam a indicação de nomes, endereços e telefones que constituem uma importante fonte de troca de informações nesse ramo de atividade, manifestada na relação entre militância LGBT e cafetinagem. Mesmo que as redes de conhecimento pessoal possam dar uma aparente falta de organização, pode-se argumentar que ela é extremamente eficiente na garantia da sua reprodução, ultrapassando, inclusive, a escala nacional.

As estratégias de deslocamentos internacionais ocorrem com o empréstimo em somas em dinheiro, adiantamentos para compra de passagens aéreas e preparação de documentação, bem como facilitações de entrada em países da Europa, em geral, Itália, Espanha e Portugal. A dívida contraída é cobrada posteriormente com valores que muitas vezes ultrapassam o dobro daquilo que foi emprestado.

Febe e Estige apontam em suas entrevistas que o volume da dívida é bastante superior aos gastos necessários para o deslocamento. Segundo Febe, mesmo que ela tivesse entrado na Europa com 1.300 euros, a dívida com seu facilitador era de 7.000 euros. Afirma ainda que conhece amigas que entraram na Europa com dívidas de 10.000 ou 15.000 euros, mesmo que tenham sido gastos apenas 2.000 euros nos seus deslocamentos.

Silva (2011) indica que as travestis desenvolvem um conjunto de estratégias de deslocamento, driblando os mecanismos de regulação presentes nas fronteiras entre os países. Portanto, elas negociam cotidianamente com as estruturas legais hegemônicas em suas táticas de sobrevivência, muitas vezes ilegais e assim fazem parte dos circuitos internacionais da globalização.

As relações entre militância LGBT, cafetinagem e travestis são reguladas por um conjunto de valores e práticas instituidoras de comportamentos que possibilitam a manutenção das travestis nas redes de pessoalidade e, assim, colher as vantagens ou desvantagens nas relações de poder instituídas (MAYOL, 1996).

Cada travesti deve se portar segundo as convenções grupais para ser reconhecida como pertencente ao grupo. A conveniência, como um rol de regras tácitas contratadas dentro do grupo, é significada pelas travestis a partir de comportamentos de humildade frente à travestis mais fortes e a lógica de relações entre a militância LGBT e cafetinagem, conquista de amizades, escamoteamento de intrigas, não dependência de drogas para não atrair a atenção de policiais, bem como pagar em dia as diárias à *proprietária da pensão para travestis*.

Enfim, saber manusear com habilidade as relações interpessoais, reconhecendo as conveniências e as hierarquias do grupo são estratégias fundamentais para ampliação de vantagens no estabelecimento de atividades de prostituição. Portanto, a multiescalaridade do fenômeno evidencia a posição móvel e indeterminada das relações, superando a noção de fixidez entre categorias e complexificando as relações entre os sujeitos e espaços.

Considerações finais

Esta discussão trouxe a inteligibilidade da relação entre território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no Sul do Brasil, segundo complementaridades e paradoxos. As evidências do trabalho de campo realizado são os elementos fundamentais para elaboração de uma avaliação das contribuições teóricas que podem ser produzidas ao campo científico da Geografia.

Um importante postulado consagrado na Geografia para compreender a apropriação espacial como o território descontínuo proposto por Souza (1995) foi aqui reafirmado. Isso porque a prostituição travesti se organiza em conexões de diferentes territórios intraurbanos localizados em diferentes municípios e até mesmo em escala nacional e internacional.

A ideia de território descontínuo também é reafirmada na medida em que Souza (1995) evidencia que os limites ou fronteiras podem ser móveis e que os territórios se fazem e desfazem em diferentes temporalidades. Essas proposições também foram válidas na construção da inteligibilidade da atividade de prostituição travesti, pois são as ações travestis que configuram no tempo e espaço seus territórios, que são extremamente móveis.

Contudo, a exploração do material empírico esclareceu a necessidade de agregar a ideia de paradoxo. O paradoxo é aqui entendido como algo que se faz de forma surpreendente, contingente, não previsível, como nos termos de Rose (1993). A proposição de pensar que a prostituição travesti pode ser analisada pelo que chamamos aqui de território descontínuo paradoxal, faz-se nos seguintes argumentos:

- O território é resultado do discurso produzido pelas próprias travestis em atividade de prostituição, não é pré-existente ou passível de ser concebido por aqueles que observam o fenômeno de fora, mas se faz na ação dos sujeitos que o vivenciam.

- Certamente o poder é componente fundamental na apropriação espacial. Contudo, ele não é oposicional na relação *insider/outsider*, mas um feixe de tensionamento entre sujeitos que pode produzir diferentes posições móveis de centro e margem das relações de poder, como evidenciado nas relações entre travestis, cafetinagem e militância LGBT.

- Os elementos que compõem cada categoria discursiva do fenômeno concebido como território descontínuo paradoxal não possuem um sentido unívoco, ou uma única posição. Um mesmo elemento pode ocupar diferentes posições na organização discursiva de determinado espaço e tensionar de diversas maneiras as relações entre os sujeitos.

Enfim, esta pesquisa traz desafios aos geógrafos na medida em que supera a noção de fixidez, oposição dual entre categorias e complexifica as relações entre os sujeitos e seus espaços. O grupo de travestis em atividade comercial sexual está plurilocalizado na constituição do território pois é simultaneamente centro e margem das relações de poder e é sua posição paradoxal que evidencia sua resistência à sociedade heteronormativa que ao mesmo tempo a deseja e a despreza.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BUTLER, J. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- CAMPOS, H. Permanência e mudança no quadro de requalificação espacial de cidades brasileiras: o caso das territorialidades do sexo na área central do Recife. *Território*, n. 9, p. 25-43, jul./dez. 2000.
- CATONNÉ, J.-P. *A sexualidade, ontem e hoje*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. London: Harper Collins, 1990.
- DUNCAN, N. Renegotiating Gender and Sexuality in Public and Private Spaces. In: DUNCAN, N. *Bodyspace: Destabilizing Geographies of Gender and Sexuality*. New York: Routledge, 1996. p. 127-145.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GOTTMANN, J. *The significance of territory*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.
- HACQUARD, G. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Lisboa: Asa, 1996.
- HOWELL, P. Prostititutional space in the Nineteenth-Century European city. In: BLACK, I. S.; BUTLIN, R. (Eds.). *Place, culture and identity: essays in historical geography in honour of Alan R. H. Baker*. Canadá: Les Presses de L'université Laval, 2001. p. 181-196.

- MARTIN, P. Contextualizing feminist political theory. In: STAELI, L.; KOFMAN, E.; PEAKE, L. (Orgs.). *Mapping women, making politics: feminist perspectives on political geography*. New York: Routledge, 2004. p. 15-30.
- MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MATTOS, R. B.; RIBEIRO, M. A. C. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. *Território*, v. 1, n. 1, p. 59-76, 1996.
- MAYOL, P. O bairro. In: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano: 2: morar, cozinar*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 37-69.
- MORAES, A. C. R. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.
- NAGAR, R. Mapping feminisms and difference: the debate over Mut'a in Tanzania. In: STAELI, L.; KOFMAN, E.; PEAKE, L. (Orgs.). *Mapping women, making politics: feminist perspectives on political geography*. New York: Routledge, 2004. p. 31-48.
- ORNAT, M. J. Espacialidades travestis e a instituição do território paradoxal. In: SILVA, J. M. (Org.). *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009. p. 177-210.
- RIBEIRO, M. A. C. Prostituição de rua e turismo em Copacabana: a Avenida Atlântica e a procura de prazer. *Território*, v. 2, n. 3, 1997, p. 87-104.
- ROSE, G. *Feminism & geography: the limits of geographical knowledge*. Cambridge: Polity Press, 1993.
- SILVA, J. M. Sou “europeia mona”!: múltiplas espacialidades travestis vivenciadas na Espanha do século XXI. In: IX Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 9., Goiânia, 9-12 out. 2011.
- _____. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. *GeoUERJ*, v. 18, 2008, p. 1-18.
- _____. *A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-115.
- WASTL-WALTER, D.; STAELI, L. Territory, territoriality, and boundaries. In: STAELI, L.; KOFMAN, E.; PEAKE, L. (Orgs.). *Mapping women, making politics: feminist perspectives on political geography*. New York: Routledge, 2004. p. 41-151.

A contribuição do turismo cultural e do uso do patrimônio para a valorização do espaço e do sentimento de lugar

Raquel Ribeiro de Souza Silva

Resumo

O pano de fundo do turismo cultural são os conceitos geográficos de espaço e lugar, ferramentas para a disseminação do conhecimento por intermédio da interpretação do patrimônio, bem como para a valorização da história e do cotidiano da comunidade local. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, este artigo aborda a questão do patrimônio e a possibilidade de aprimoramento da atividade turística cultural no município de Antonina, no Paraná, tendo em vista o recente reconhecimento de seu centro histórico como patrimônio nacional.

Palavras-chave: Tombamento. Centro histórico. Antonina. Comunidade local. Visitação turística.

The contribution of the cultural tourism and the heritage use for the valuation of space and sense of place

Abstract

The type of tourism called cultural tourism has as a backdrop the geographical concepts of space and place, and constitutes a tool for disseminating knowledge through the interpretation of heritage and also an instrument for valuing history and day-by-day of the local community. This article discusses by using literature research and documents issues about heritage and the possibilities for improvement of tourism cultural imprint in the municipality of Antonina, located in the state of Paraná, in view of the recent recognition of its historic center as national heritage.

Keyword: Classification as historic site. Historic center. Antonina. Local community. Tourist visitation.

Introdução

A geografia humanista ao longo de sua existência e em todas suas correntes ideológicas considera a cultura como o ponto central para a compreensão do mundo vivido pelos grupos humanos (Correa; Rosendahl, 2007).

Entretanto, a partir da década de 80 o conceito de cultura como meio de vida com significado ligado ao espaço vivido toma forma nas pesquisas de cunho geográfico, sendo as obras de Tuan (1980; 1983) uma importante contribuição para a área. Com relação ao meio ambiente construído, o autor remarca que a arquitetura revela, instrui, e atende a um propósito educacional de explicar uma visão da realidade seja ela atual ou passada, pois em algumas cidades as construções arquitetônicas são os primeiros textos a transmitir uma tradição.

É possível inferir, portanto, que uma cidade antiga guarda um acervo de fatos onde os cidadãos e suas respectivas gerações podem se inspirar e recriar sua concepção e imagem de lugar (Tuan, 1983).

A partir deste sentimento de identidade com o local de residência é que ações de preservação e conservação do patrimônio podem ser desenvolvidas e neste sentido o turismo cultural pode vir a ser um colaborador.

No Brasil, de acordo com a pesquisa sobre a caracterização e o dimensionamento do turismo doméstico, realizada pelo Ministério do Turismo, o turismo cultural ocupa o terceiro lugar no ranking de motivação para a realização de viagens domésticas (Brasil, 2010a). Um estudo sobre a demanda turística internacional também aponta a cultura brasileira como principal motivação de viagens a lazer realizadas no país (Brasil, 2010b).

Esse grande interesse do turismo pelos patrimônios pode ter um significado positivo à medida que contribuem para a proteção e recuperação, além da divulgação de sua importância estimulando, assim, a inserção dos bens na dinâmica social, dando-lhe uma função e retirando-os da condição de isolamento. Entretanto, urge uma necessidade de que haja um real entendimento da importância do significado desses bens, para evitar que o patrimônio se torne um mero objeto de consumo (Scifoni, 2006).

A modalidade turística denominada o turismo cultural, tem como pano de fundo os conceitos geográficos de espaço e lugar, e constitui-se uma ferramenta para disseminação do conhecimento por intermédio da interpretação do patrimônio, bem como também um instrumento de valorização da história e do cotidiano da comunidade local.

Este artigo aborda por meio de pesquisa bibliográfica e documental a questão do patrimônio e as possibilidades de aprimoramento da atividade turística de cunho cultural no município de Antonina, tendo em vista o recente reconhecimento de seu centro histórico como patrimônio nacional.

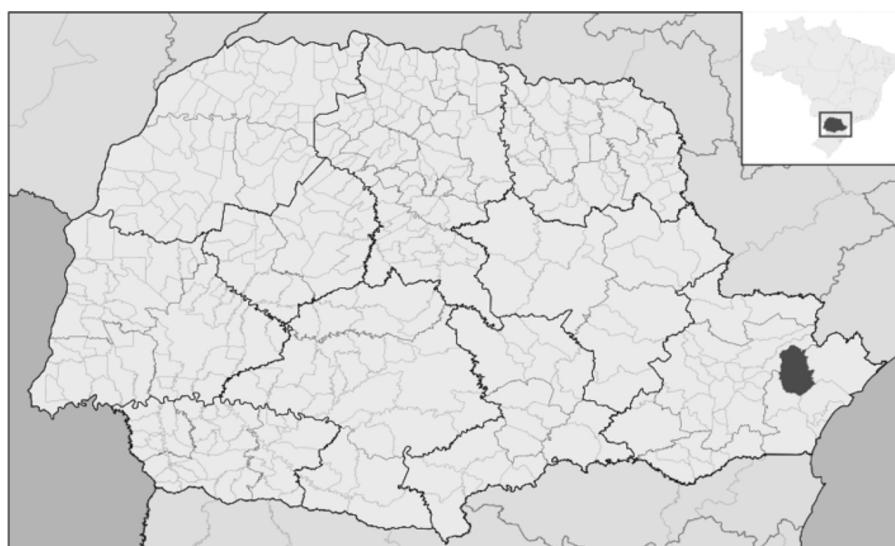
Área de estudo

Antonina é um município do estado do Paraná que está situado na mesorregião metropolitana da capital Curitiba, entre a Baixada Paranaense e a Serra do Mar (figura 1). Possui uma extensão territorial de 882 km² que corresponde a 0.4427% da área total do estado. Segundo dados do IBGE (2010) a população local é de 18.981 habitantes e a densidade demográfica é de 21,41 hab/km². A posição geográfica da sede municipal é de 25°25'44"S de latitude sul e

48°42'43" W de longitude oeste, em uma altitude de 5 m. Os municípios limítrofes são Campina Grande do Sul, Morretes, Paranaguá e Guaraqueçaba (Antonina, 2013). O clima local caracteriza-se como quente e úmido, sendo classificado como subtropical cfa (Maack, 1981).

Figura 1

Localização geográfica do município de Antonina



fonte: Abreu (2006).

Aspectos históricos do município de Antonina

Os primeiros vestígios de ocupação humana na região foram encontrados nos diversos sambaquis existentes no município os quais fornecem evidências de dois agrupamentos humanos distintos que frequentavam a região: os sambaquis e os índios Carijós (Semutur, 2013).

Contudo, no contexto da colonização portuguesa, entre 1648 e 1654, Antonio Leão, Pedro de Uzeda e Manoel Duarte receberam de Gabriel de Lara, que era Capitão Povoador e Sesmeiro de Nova Vila (Paranaguá), três sesmarias no litoral antoninense, e foram seus primeiros povoadores (Semutur, 2013).

Nos arredores destas sesmarias algumas mulheres devotas consagravam um culto a Nossa Senhora do Pilar e celebravam todos os anos, em 15 de agosto, festividades em homenagem à esta santa (Semutur, 2013).

Devido à popularidade destas festividades, que eram frequentadas por mineiros, faiçadeiros e lavradores da redondeza, em 1714 D. Frei Francisco de São Jerônimo, bispo do Rio de Janeiro, autorizou a construção de uma capela em homenagem à Virgem do Pilar nesse pequeno povoado. A partir de então a região ficou reconhecida como Capela, e seus habitantes eram chamados de capelistas (Semutur, 2013).

A construção da Capela dá origem ao município em 12 de setembro de 1714, mas sua autonomia municipal veio apenas em 29 de agosto de 1797. O nome concedido foi uma homenagem ao Príncipe da Beira Dom António de Portugal, filho de D. João e de D. Carlota Joaquina, pois etimologicamente este nome possui duas fontes: do latim *antonius* que significa inestimável e do grego *antheos* que é traduzido como flor (Semutur, 2013).

Assim, em 6 de novembro de 1797, no decorrer das festividades, a freguesia de Nossa Senhora do Pilar deslembra da Comarca de Paranaguá e recebeu o nome de Vila Antonina. Nesta data a vila possuía uma população de 2.300 habitantes (Semutur, 2013).

Em 21 de janeiro de 1857, pela lei nº14, a Vila de Antonina foi elevada à categoria de Comarca e apesar das disputas econômicas com o município vizinho Paranaguá, Antonina acabou virando porto e no início do século, fase de ouro do ciclo da erva-mate, o porto de Antonina chegou a ser o 4º mais importante porto do país em volume de movimentação de cargas (Semutur, 2013).

O município vivenciou um período de crescimento e pela primeira vez ganhou belos prédios, um teatro e um lugar de destaque no cenário político do estado. A partir de 1914, com o início das atividades das Indústrias Matarazzo, o município seguia com sua expansão econômica (Iphan, 2013b).

Entretanto, a queda na produção do mate e a Segunda Guerra Mundial acabaram por deslocar o centro portuário do estado para Paranaguá e a cidade que vivia do porto e para o porto começou a declinar aos poucos, ofuscada pelo movimento de Paranaguá, que possuía um porto maior, com um canal mais profundo e preparado para receber grandes navios (Iphan, 2013b).

Devido à falta de investimentos, ao assoreamento dos canais da baía e ao progressivo aumento do calado das embarcações, a partir de 1930, o Porto de Antonina entra em decadência. Várias empresas fecharam as portas, levando a cidade, mais uma vez, à estagnação econômica. Em 1972 houve o fechamento das Indústrias Matarazzo e, em 1976, a desativação do ramal ferroviário Morretes-Antonina (Iphan, 2013b).

Atualmente, Antonina possui potencialidade turística histórico-cultural e recentemente teve seu centro histórico tombado como Patrimônio da União (Setu, 2013).

O patrimônio cultural na legislação brasileira

A Constituição do Brasil de 1988, no seu artigo 216, afirma ser patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomado individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, por meio de suas formas de expressão; dos modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, dos objetos, dos documentos, das edificações; dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Um instrumento constitucional de proteção ao patrimônio material é o ato de tombar um bem. De acordo com o Decreto-Lei nº25 de 1937 o tombamento é o instituto jurídico pelo qual se faz a proteção do patrimônio e que se efetiva a partir da inscrição no livro do tombo. O artigo 4º deste decreto prevê quatro livros do tombo onde os bens culturais devem ser inscritos: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas (Brasil, 1937).

No Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico são inscritos os bens referentes às categorias das artes arqueológicas, etnográficas, ameríndia e popular, bem como os monumentos naturais, as paisagens e sítios que importe conservar por sua singularidade. No

Livro do Tombo Histórico são inscritos os elementos e as obras de arte de interesse e importância histórica. No Livro do Tombo das Belas Artes e no Livro do Tombo das Artes Aplicadas são inscritas as obras de arte erudita e aplicada sejam elas nacionais ou estrangeiras (Silva, 2012).

O ato de inscrição em um destes livros determina diretrizes de conservação que são estabelecidas pelo órgão responsável pelo tombamento. O bem tombado pode ser de caráter público ou privado e também voluntário ou compulsório. Contudo, o bem só é definitivamente tombado quando se conclui o processo e o mesmo é inscrito em um dos livros apropriado a sua categoria (Silva, 2012).

Os efeitos jurídicos que incidem sobre um bem tombado são: restrição a alienabilidade; restrição a vizinhança; vedação a modificação do bem; e obrigação do proprietário de conservá-lo. As sanções administrativas aplicadas em caso de violação destas restrições são na forma de multa e demolição (Brasil, 1937). Há ainda sanções penais, descritas na Lei nº 9.605 de 1998, aos infratores que danificam, causam ameaça ao patrimônio cultural, ou alteram o aspecto ou estrutura de edificação ou local protegido por lei sem a devida autorização de autoridade competente (Brasil, 1998).

Ainda com base nesta Constituição de 1988, foi criado o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), o qual foi instituído pelo Decreto nº 3.551/00 e viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural imaterial buscando parcerias com os órgãos públicos e privados para a ampliação e a valorização deste patrimônio, a modo a torná-lo efetivamente representativo da diversidade étnica e cultural do país (Brasil, 2000).

O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), definem como bens culturais de natureza imaterial as práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; objetos, artefatos e lugares culturais que as comunidades, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (Iphan, 2013a).

A partir desta definição, observa-se que o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade, fator que contribui na promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

No ano de 2004 foi criado o Departamento do Patrimônio Imaterial, a partir do Decreto nº 5.040, de 07/04/04, qual junto ao Iphan como um todo, desenvolveram os instrumentos denominados Registro de Bens Culturais e Inventário Nacional de Referências Cultural, para reconhecer e identificar os bens culturais, melhorando as condições de transmissão, produção e reprodução dos saberes, fazeres e expressões que permitem a continuação desses bens (Brasil, 2004).

O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial é um instrumento legal que documenta o patrimônio imaterial do Brasil. Nos Livros do Registro estes bens estão inclusos ou contextualizados nas categorias de saberes; formas de expressão; celebrações e lugares (Iphan, 2013a).

Enquanto que o Inventário Nacional de Referências Cultural é um instrumento de identificação mais abrangente composto pelo levantamento e mapeamento de bens culturais significativos para os moradores dos núcleos tombados, dos municípios, dos estados, seja para reconhecimento como patrimônio nacional, por meio de registro ou tombamento, seja como apoio a ações de preservação cultural (Iphan, 2013a).

Todos estes registros culturais nos propiciam um momento de reflexão e crítica que ajuda a nos localizar no grupo cultural ao qual pertencemos e a conhecer outras expressões da cultura.

Centro histórico de Antonina: patrimônio nacional

Em 26 de janeiro de 2012, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na sede do Instituto do Patrimônio Histórico de Artístico Nacional (Iphan), em Brasília, aprovou o tombamento do centro histórico de Antonina, no litoral do Paraná (Iphan, 2013b).

A área tombada materializa os processos de ocupação territorial no Sul do Brasil e está ligada ao primeiro ciclo de exploração do ouro no país no século XVII (Iphan, 2013b). Além dos aspectos históricos do município, há ainda a beleza de sua composição paisagística com a presença da Serra do Mar, da Mata Atlântica e da Baía, fatores estes que contribuíram também para fazer com que Antonina fizesse parte do patrimônio histórico nacional (Gazeta do Povo, 2013a).

O tombamento do conjunto histórico e paisagístico do município de Antonina integra a política do Iphan cujo objetivo é ampliar as áreas históricas protegidas do Brasil. No estado do Paraná, este é terceiro município a ser preservado pelo patrimônio histórico federal, o primeiro foi o município de Lapa, em 1998, seguido do município de Paranaguá, em 2009 (Gazeta do Povo, 2013a).

Em Antonina o tombamento compreende o centro histórico da cidade e o complexo das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Dentre os espaços tombados mais conhecidos estão a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, construída em 1714, a Igreja São Benedito, de 1824, o Teatro Municipal, de 1906 e a Estação Ferroviária, de 1922 (A Gazeta do Iguaçu, 2013).

Cabe ressaltar que a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar (figura 2), já era tombada como patrimônio pelo governo estadual e inscrita no Livro do Tombo Histórico desde 08 de novembro de 1999 sendo propriedade particular da Mitra Diocesana de Paranaguá (Paraná, 2006).

Figura 2

Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar



fonte: Gazeta do Povo (2012).

SILVA, R. R. S.

Desde o início do século XVIII, a formação do município de Antonina está intimamente ligada com esta Igreja, que desde sua inauguração já passou por diversas transformações, no inicio do século XX, no ano de 1923, a matriz foi fechada devido ao seu estado de precariedade. Já em 1926, com a nomeação de um novo padre, a Igreja passou pela primeira grande reforma que se tem conhecimento e a segunda grande reforma que se tem referência foi em 1952 (Paraná, 2006).

Em 2012, a Igreja foi elevada à categoria de santuário pela Diocese de Paranaguá. De acordo com o pároco local por mês cerca de três mil pessoas, entre frequentadores e romeiros, de diversas regiões do país e do exterior passam pelo um santuário (Gazeta do Povo, 2013b).

Com a aprovação do tombamento de seu centro histórico, o município conta agora com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das cidades históricas, que se destina a recuperar a paisagem dos municípios antigos. Entre os projetos de melhoria para Antonina está a remoção da fiação aérea no município, o incentivo ao turístico náutico, a re-qualificação da mão de obra na cidade e o planejamento urbano (Gazeta do Povo, 2013a).

A partir dos aspectos histórico-culturais que já foram aqui expostos, cabe a este artigo ressaltar que o município possui potencialidade para o turismo cultural, tendo em seu patrimônio tombado uma atratividade turística e educacional.

Turismo cultural: possibilidades

Dentre os diversos segmentos da atividade turística, o turismo cultural se destaca por possuir como principal atrativo aspectos da cultura humana tendo por finalidade a valorização da história, do cotidiano, dos saberes de uma comunidade tanto por parte dos visitantes como por parte dos visitados (Barreto, 2000).

Os aspectos culturais de uma comunidade são representados por intermédio de patrimônios de caráter material, imaterial e natural, o que inclui tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem, com suas características únicas e particulares (Pinsky; Funari, 2003).

São diversas as cidades brasileiras que possuem bens tombados pela sua importância cultural, histórica, paisagística, dentre elas, algumas são reconhecidas como patrimônio nacional e outras como patrimônio da humanidade (MENEZES, 2010).

No Brasil, o estado de Minas Gerais possui o maior percentual de bens tombados como patrimônio nacional e alguns destes são também reconhecidos como patrimônio da humanidade e são consequentemente importantes atrações turísticas (Amorim Filho, 1999).

Em ambos os casos, quando há o reconhecimento do patrimônio local, o turismo cultural é incentivado e dependendo do planejamento ou da sua ausência, a atividade turística, como qualquer outra atividade de cunho econômico, pode trazer benefícios ou prejuízos à comunidade receptiva.

O município de Antonina possui potencialidade para desenvolver atividades de turismo cultural, com foco na visitação e interpretação dos atrativos históricos municipais tombados pelo Estado, e mais recentemente, pelo Governo Federal, tendo em vista que atualmente a atividade turística de Antonina é movimentada por eventos de caráter cultural.

O calendário turístico do município inicia-se em fevereiro com o carnaval, em abril há a encenação pública da paixão de Cristo, em julho ocorre o festival de inverno realizado pela

Universidade Federal do Paraná e no mês de agosto há a tradicional festa da padroeira do município, a Nossa Senhora do Pilar (Portal Antonina, 2013).

Contudo, estes eventos não trazem a sustentação necessária para o turismo local, e a principal razão é a ausência de infraestrutura de equipamentos e serviços turísticos (Paraná online, 2013).

Com relação à infraestrutura turística, Norrild (2002) ressalta que o patrimônio de uma localidade pode ser extraordinário, mas tem seu potencial de atração reduzido se existem problemas de transporte, hospedagem, segurança, entre outros serviços complementares ao receptivo turístico.

Considerando o objetivo a prática do turismo cultural defendida pelo Ministério do Turismo de constituir-se um meio de desenvolver a comunidade local (BRASIL, 2010), a proposta ao município em estudo são ações públicas de melhoria da infraestrutura receptiva local, bem como a promoção de atividades que evidencie os aspectos históricos do município tanto aos residentes quanto aos visitantes, por meio da interpretação do patrimônio.

Segundo Horta (1999, p. 06) educação patrimonial é “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo”.

Atualmente, a interpretação do patrimônio figura nas discussões sobre patrimônios e também encontra espaço no segmento do turismo cultural, considerando que seu desafio é “ensinar” ao visitante, por meio de informações sobre a história do local, tornado o patrimônio mais do que um objeto de mera contemplação e sim um meio de conhecer a cultura e a identidade a partir da percepção do local visitado (Chiozzini, 2011).

Penna (1968) afirma que a percepção é um processo interpretativo originado dos sentidos e, então, o ato de perceber consiste fundamentalmente numa aproximação entre o indivíduo e o objeto. Bastarz (2010) define a percepção é o processo mental resultante de uma aproximação do observador com o meio originado dos sentidos e determinado pela cultura do indivíduo.

Na geografia cultural Tuan (1980) criou o termo topofilia para descrever o elo de afetivo entre a pessoa e o lugar, abrangendo assim a percepção como uma postural cultural. Este mesmo autor assinala também a necessidade de esforços para criar uma empatia no visitante em relação à vida e os valores de uma comunidade, e isso só é possível por meio da interpretação do patrimônio.

Conclusão

Patrimônios materiais ou imateriais são protegidos pela legislação brasileira, um instrumento importante para promover e validar ações de conservação e preservação.

O tombamento do centro histórico de Antonina demonstra o interesse do poder público local e nacional em preservar a memória histórica representada pelo patrimônio arquitetônico do município. Esse reconhecimento pode aumentar a autoestima da comunidade, trazendo um sentimento de identidade, além de dar maior visibilidade à região, abrindo portas para o turismo cultural com base na interpretação do patrimônio. O investimento no turismo receptivo local também beneficiaria a comunidade, pois a infraestrutura básica de serviços seria usada tanto por visitantes como por residentes.

Ainda é cedo para ver esses resultados na prática, mas, por tudo que foi dito anteriormente, pode-se ter uma boa expectativa para o município de Antonina.

Referências

- A GAZETA DO IGUAÇU. *Centro Histórico de Antonina integra o patrimônio nacional*. Disponível em: <<http://www.gazeta.inf.br/caderno2/centro-historico-de-antonina-integra-o-patrimonio-nacional/>>. Acesso em: 8 maio 2013.
- ABREU, R. L. *Localização geográfica município de Antonina*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Parana_Municip_Antonina.svg>. Acesso em: 2 maio 2013.
- AMORIM FILHO, O. Topofilia, topofobia e topocídio em MG. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/Editora da UFSCar, 1999. p. 139-52.
- ANTONINA. *Dados gerais*. Disponível em: <<http://www.e-prefeituras.pr.gov.br/sites/prefeitura/antonina/dados.html>>. Acesso em: 8 maio 2013.
- BARRETO, M. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- BASTARZ, C. *Análise da preferência da paisagem do município de Morretes, Paraná, como subsídio ao planejamento do turismo*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- BRASIL. *Turismo cultural: orientações básicas*. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010a.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Estudo da demanda turística internacional 2004 - 2008*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b.
- BRASIL. *Decreto nº 5.040, de 7 de abril de 2004*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5040.htm>. Acesso em: 9 fev. 2013.
- BRASIL. *Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 9 fev. 2013.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 set. 2012.
- BRASIL. *Decreto-lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 2 maio 2013.
- CHIOZZINI, D. Turismo cultural e educação patrimonial mais próximos. *Patrimônio – Revista Eletrônica do Iphan*. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=147>>. Acesso em: 9 abr. 2013.

CLAVAL, P. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDALH, Z. (orgs). *Introdução à geografia cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 147-166.

EUSTÁQUIO, Oswaldo. Igreja centenária de Antonina será elevada à condição de santuário. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 3 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1282347&tit=Igreja-centenaria-de-Antonina-sera-elevada-a-condicao-de-santuario>>. Acesso em: 8 maio 2013.

HORTA, M.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Antonina. Censo demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=410120#>>. Acesso em: 2 maio 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). Conselho Consultivo confirma tombamento do Centro histórico de Antonina, no Paraná, 26 jan. 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16419&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 9 fev. 2013.

_____. Patrimônio imaterial. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/conPatrimonioE.jsf?tipoinformacao=1>>. Acesso em: 9 fev. 2013.

LOPES, E. Centro histórico de Antonina vira patrimônio nacional. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/verao/conteudo.phtml?id=1217127&tit=Centro-historico-de-Antonina-vira-patrimonio-nacional>>. Acesso em: 8 maio 2013.

MAACK, R. *Geografia física do estado do Paraná*. 2. ed. Curitiba: José Olympio, 1981.

MENEZES, S. Cidades brasileiras e patrimônios da humanidade. *Desenvolvimento*, São Paulo: Ipea, n. 59, mar. 2010.

NORRILD, J. Patrimonio: características y uso. In: SCHLUTER, R. G.; NORRILD, J. A. *Turismo y patrimonio en el siglo XXI*. Buenos Aires: Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos, 2002.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenação do Patrimônio Cultural. *Espirais do Tempo*. Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/BIBLIOGRAFIACPC/ESPIRAIS/ESPIRAIS.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

PENNA, A. G. *Percepção e realidade*: introdução ao estudo da atividade perceptiva. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

PINSKY, J.; FUNARI, P. P. (Orgs.). *Turismo e patrimônio cultural*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PORTAL ANTONINA. *Calendário de Eventos*. Disponível em: <http://portalantonina.com/site/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=43>. Acesso em: 8 maio 2013.

SANTANA, Eduardo. Antonina sem condições para atender turistas. *Paraná Online*, 19 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/64273/?noticia=antonina+sem+condicoes+para+atender+turistas>>. Acesso em: 8 maio 2013.

SCIFONI, S. *A construção do patrimônio natural*. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO (Setu). *Tombamento do centro histórico valoriza Antonina como destino turístico*. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=189>>. Acesso em: 8 maio 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO (Semutur). *Histórico de Antonina*. Disponível em: <<http://www.antonina.pr.gov.br/historia.php>>. Acesso em: 8 maio 2013.

SILVA, F. F. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. 2. ed. São Paulo: Peirópolis/Universidade de São Paulo, 2012.

TUAN, Y. F. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

_____. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

A dimensão espacial no estudo da escravidão

Marco Aurelio Santos

Resumo

O objetivo deste artigo é entender a importância do espaço nos estudos da escravidão na América. Numa abordagem temática, o artigo procura entender como muitos pesquisadores compreenderam o significado do espaço na organização do poder senhorial e como os escravos usaram o espaço de plantação como ferramenta de resistência à exploração e à violência.

Palavras-chave: História. Uso do espaço de plantação. Escravidão. Poder. Espacialidade.

The spatial dimension in the studies of slavery

Abstract

The aim of this article is to analyse the importance of space in studies of slavery in the Americas. Using a thematic approach, the article tries to understand how various scholars understood the significance of space in organization of power and how slaves used plantation space as a tool to resist exploitation and violence.

Keyword: History. Use of plantation space. Slavery. Power. Spatiality.

Introdução

Edward W. Soja, geógrafo estadunidense, criticou, em trabalho instigante, uma epistemologia fundamentalmente histórica das ciências humanas e propôs maior diálogo e proximidade da história com a geografia. Em seu trabalho, esse autor sugeriu o estudo das realidades a partir de uma dialética tríplice que se fundamentaria no espaço, no tempo e no ser social. Segundo esse autor, “a imaginação histórica nunca é completamente desprovida de espaço, e os historiadores sociais críticos escreveram e continuam a escrever algumas das melhores geografias do passado” (Soja, 1993, p. 19). Nesse sentido, vale a pena sublinhar que a integração interdisciplinar entre geografia e história remete a uma tradição historiográfica que vem

desde, pelo menos, o início do século XX com o surgimento da História Nova e que pode ser exemplificada aqui com a obra *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo na época de Felipe II*, de Fernand Braudel (Le Goff, 2001; Reis, 1994).

Na história da escravidão nas Américas, a interação entre o histórico e o geográfico vem sendo considerada há um bom tempo. Diversos pesquisadores da escravidão vêm se utilizando de uma gama de conceitos que remetem diretamente à consideração de que a geografia pode ser um dos elementos fundamentais para que se compreendam as relações sociais e de poder construídas em localidades que fundamentaram sua economia no trabalho escravo. Por outro lado, esses mesmos estudos demonstram que as considerações geográficas podem ser de extrema importância para se entenderem as ações de resistência dos escravos. Como salientou Soja, “as ‘histórias de vida’ têm também uma geografia; têm ambientes, locais imediatos e localizações provocativas que afetam o pensamento e a ação” (Soja, 1993, p. 21). Considerando as relações sociais construídas em sociedades escravistas, as palavras do geógrafo estadunidense abrem um amplo leque de implicações para se compreender a “mecânica do poder” (Foucault, 1987, p. 119) dos senhores e as ações de resistência dos escravos. Em vista disso, o objetivo deste artigo é analisar como essa interação entre a história e a geografia pode ser instigante para que se pense a escravidão Atlântica em diversas áreas escravistas e em diferentes contextos. Procurando um enfoque temático e não cronológico, o artigo busca demonstrar a importância analítica da dimensão espacial no estudo da escravidão.

Desenvolvimento

A historiografia sobre a escravidão nas Américas forneceu, nas últimas décadas, vários estudos que promoveram uma profunda revisão nos temas abordados, abrindo amplo leque de possibilidades de análise. Um dos aspectos dessa revisão está relacionado com a compreensão do espaço como um dos mecanismos centrais para que se compreendam a dominação senhorial e as ações de resistência dos escravos. Apesar de não transformarem a geografia em um objeto central de seus estudos, muitos pesquisadores perceberam que “uma epistemologia essencialmente histórica” (Soja, 1993, p. 17), para se empregar uma expressão de Edward Soja, não contribui para se entender as diversas facetas da escravidão.

Nesse sentido, cumpre destacar os estudos de Theresa A. Singleton (Singleton, 2001) e William C. Van Norman Jr. (Norman Jr., 2013) para os cafezais cubanos e James A. Delle (Delle, 1998) para os da Jamaica. Esses autores trabalharam com as questões relacionadas ao espaço e às ações de resistência dos escravos em uma realidade marcada pela necessidade de controle. Já Stephanie M. H. Camp chamou a atenção para as questões geográficas da configuração e do funcionamento da escravidão no “Velho Sul”, nos Estados Unidos. Utilizando-se de uma série de conceitos geográficos, tais como o de “geografia da contenção”, “geografia rival” e “usos alternativos do espaço de plantação”, a historiadora norte-americana abordou as ações de resistência dos escravos em termos geográficos. Em seu trabalho, fica evidente o esforço dos senhores e das autoridades – através da aprovação de leis repressivas, por exemplo – para controlar a mobilidade dos escravos. Para Camp, a “geografia rival” desenvolvida pelos escravos como forma de resistência ao cativeiro caracterizava-se por um mapeamento alternativo do espaço de plantação. Desse modo, a mobilidade não autorizada foi um dos com-

ponentes da resistência. Estabelecendo uma diferenciação de gênero, Camp entende que as escravas estavam mais firmemente vinculadas à propriedade senhorial do que os escravos. Daí que às escravas eram mais difíceis a fuga e as ações de resistência com base no conhecimento alternativo do espaço. A importância desse mapeamento alternativo feito pelos escravos é tamanha que essas práticas de espaço desempenharam um importante papel na fuga de escravos durante a Guerra Civil (1861-1865), quando os controles senhoriais se fragilizaram (Camp, 2002; 2004).

Do mesmo modo, Anthony E. Kaye, ao procurar reconsiderar a categoria de “comunidade” e trabalhar com o conceito de “vizinhança”, prestou atenção para as questões geográficas na configuração do poder senhorial e nas ações de resistência dos escravos. Para esse autor, os escravos do Distrito de Natchez, em Mississipi, não se expressavam em termos de comunidade, mas sim em termos de vizinhança. Tal noção, por si só, já prevê considerações geográficas que remetem para práticas de espaço que se direcionam para além da propriedade senhorial. Nesse sentido, a vizinhança foi o local em que os escravos puderam desenvolver “identidades coletivas”. Kaye observou que muitos cativos desenvolveram, em suas práticas cotidianas, ações que violavam as exigências senhoriais de controle da mobilidade. Apesar dos riscos inerentes a essa empreitada, muitos escravos não deixavam de se encontrar com cativos de outras propriedades e procuravam, sempre que possível, estender laços para além da propriedade senhorial. A vizinhança adquiriu, para os escravos, um significado social e geográfico. Ela era o campo onde os escravos poderiam cultivar relações de parentesco, de trabalho, de propriedade, de religiosidade e de sociabilidade. A mobilidade de escravos provocou conflitos e, ao mesmo tempo, construiu relações entre os sujeitos escravizados de diversas propriedades. O ir-e-vir de cativos livrava-os, temporariamente, da supervisão dos seus proprietários e permitia – também provisoriamente, deve-se sublinhar – alguma liberdade para se relacionarem com pessoas e escravos de outras localidades ou plantações. Portanto, a vizinhança escrava pressupunha um conhecimento do espaço por parte dos sujeitos escravizados que ultrapassava os limites da propriedade senhorial. Em seu trabalho, verifica-se que a Guerra Civil foi um dos eventos que transformaram a vida e os contornos da vizinhança escrava. Após esse evento, muitos ex-escravos expuseram suas lembranças dos anos de escravidão em termos de vizinhança e outros tantos libertos tentaram reconstruir a vizinhança dos tempos anteriores à Guerra Civil (Kaye, 2002; 2007).

Os trabalhos anteriormente citados sobre escravidão servem como porta de entrada para se pensar a interação entre a história e a geografia no contexto brasileiro. O clássico trabalho de Stanley J. Stein sobre o município de Vassouras no século XIX permite uma leitura que destaca a importância geográfica na configuração do poder senhorial e na ação de resistência dos escravos. Lançado originalmente em inglês em 1957, esse trabalho aborda uma série de temas que se relacionam diretamente com a questão do espaço e com a conformação de uma paisagem agrária em processo de humanização. Desde as formas tradicionais de ocupação da terra, como a posse e as sesmarias, até os conflitos de terra gerados pela expansão da agricultura do café, vê-se nessa obra o modo de estruturação de um espaço agrário com economia voltada para o mercado mundial. Temas concernentes à expansão da cafeicultura, como os litígios entre os pequenos e os grandes proprietários e a consequente concentração

da propriedade, foram abordados por Stein, que analisou, ainda, os espaços das fazendas, notando que muitas delas eram organizadas em “quadriláteros funcionais”, ao redor dos quais se enfileiravam os demais edifícios como as senzalas, as tulhas e os armazéns (Stein, 1961, p. 26). Tal organização do espaço de muitas fazendas de café do Sudeste vai ser fator determinante para o funcionamento do poder senhorial.

No processo de conformação da paisagem agrária em Vassouras, Stein identificou “as bases sólidas” para que o café pudesse se expandir: autossuficiência das fazendas, terra abundante e barata e um contingente de mão de obra escrava sempre crescente. Ao expor a tríade “fiscalização, disciplina e castigo”, esse autor revelou os pressupostos do que era reputado como um “fazendeiro bom administrador”, ou seja, aquele que extraía a maior quantidade de trabalho de seus escravos com o menor custo possível. Para conseguir tal intento, seria necessário que o fazendeiro fosse ao mesmo tempo um pai e um déspota para com seus escravos (Stein, 1961, p. 30).

Em seu trabalho, portanto, entrevê-se como o espaço foi importante para o funcionamento do poder senhorial. A organização das fazendas em quadriláteros funcionais inscreveu na arquitetura rural do Vale do Paraíba um tipo determinado de disposição do espaço que procurou, pelo menos nas grandes unidades cafeeiras, executar os intentos do fazendeiro bom administrador. Recentemente, Rafael de Bivar Marquese, comparando o Vale do Paraíba com outras zonas de fronteira ao longo do século XIX, especialmente o Baixo Vale do rio Mississippi e o ocidente de Cuba, salientou a importância das configurações espaciais na efetivação do poder senhorial. Segundo esse autor, em muitas propriedades rurais do Vale do Paraíba, as senzalas em quadra expressavam o desejo senhorial de controlar os espaços de moradia das fazendas e traduziam a necessidade de se realizar a vigilância sobre os escravos a partir do estabelecimento de uma arquitetura de controle. As senzalas em quadra eram caracterizadas, em suas observações, pelo isolamento “garantido por meio de sua disposição retangular, pelos compartimentos de habitação dos cativos que se comunicavam apenas com o terreiro, pela inexistência de janelas, pelos muros altos ou cercas em balaústres e pela entrada única fechada com portão” (Marquese, 2005, p. 174). Para Marcos José Carrilho, a disposição em quadra foi um dos investimentos senhoriais que serviu para atender à “necessidade de controle sobre as atividades no interior do quadro” – portanto, era uma disposição que procurava responder às exigências da produção de café (Carrilho, 2006, p. 125). A funcionalidade do quadro nas fazendas cafeeiras, identificadas por diversos pesquisadores, remete diretamente para a importância das configurações espaciais – ou seja, da organização dos edifícios no espaço de plantação – com vistas a garantir a produtividade e a fiscalização sobre vários escravos.

Em outro artigo, Rafael Marquese examinou o modo como os senhores de escravos do Sudeste cafeeiro adotaram “formas de administração da paisagem” que serviram para “restrin-gir a autonomia dos cativos no processo de trabalho” (Marquese, 2008, p. 141). As configurações espaciais existentes em muitas fazendas de café, como o quadrilátero funcional e os pés de café plantados em linha, com grande espaçamento entre as fileiras, visavam ao controle da mão de obra escravizada e ao aumento da taxa de exploração do trabalho dos escravos. Partindo de uma lógica de administração da paisagem que promoveu um significativo desperdício de recursos naturais, os proprietários do Vale do Paraíba também permitiram que seus escravos

ampliassem suas margens de autonomia através do usufruto de uma economia própria. Tais estratégias, contudo, não evitaram os conflitos. Porém, essas ações permitiram a muitos senhores adequarem suas exigências econômicas a uma demografia de *plantation* que se consolidou em diversas localidades vale-paraibanas. Desse modo, a conformação do espaço agrário, segundo Marquese, levou em consideração o controle da escravaria e aconteceu a partir de um “esquema agronômico devastador” que foi “adotado de forma consciente pelos proprietários das fazendas” para permitir o aumento da exploração dos escravos (Marquese, 2008, p. 150).

A casa de vivenda é um edifício que se destaca na configuração espacial de uma fazenda cafeeira. Os estudos de arquitetura rural e os trabalhos de diversos historiadores analisaram as disposições espaciais das casas de vivenda. A disposição arquitetônica das residências senhoriais mostrava os espaços hierarquizados e disciplinares. No Vale do Paraíba, muitos proprietários rurais procuraram se afirmar em termos simbólicos e através da riqueza exposta pelo espaço material de suas residências imponentes. Uma das estratégias utilizadas foi produzir espaços de representação. As casas de vivenda, com sua grandiosidade e forte carga simbólica, manifestavam muitas separações. O morar, o viver e o produzir eram espaços diferenciados e delimitados (Schnoor, 1995). Carrilho observou uma “nítida separação entre o universo da vida social e o da vida privada” nas residências senhoriais (Carrilho, 2006, p. 2006). Como exemplo de construção que separa de modo nítido os espaços de convívio social, de trabalho e de intimidade, Carlos A. C. Lemos citou a Fazenda Santana, localizada em Cunha. Contudo, tais separações foram bastante generalizadas. As diversas plantas e casas de vivenda reproduzidas por Lemos demonstram a carga simbólica de muitas sedes no período áureo da produção cafeeira. Em muitas delas, a solução em quadra e o terreiro como elemento agregador dos diversos edifícios são facilmente percebidos (Lemos, 1999).

Mariana Muaze, ao estudar a fazenda Pau Grande, localizada atualmente no município de Paty do Alferes, na Vale do Paraíba fluminense, observou que a arquitetura da casa-grande dessa fazenda tinha, no universo da vida privada, o objetivo funcional de abrigar diversos núcleos familiares. Ali, os núcleos familiares foram instalados a pouca distância uns dos outros com o objetivo de garantir ao mesmo tempo a intimidade e a proximidade da família extensa. Conclui Muaze que tal disposição arquitetônica refletiria “alterações espaciais” significativas que iriam influir “nos padrões de intimidade e privacidade experimentados ao longo do século XIX”. De modo que a família extensa seria mantida no mesmo espaço, o que facilitaria os “laços afetivos, [as] dependências pessoais e [a] troca de favores”. Mas, apesar de a família extensa estar reunida “no mesmo ambiente geográfico”, a intimidade preservou-se com espaços reservados para os núcleos reduzidos. Para Muaze, a arquitetura das casas-grandes refletiu tal “ambivalência de valores” vivenciada pelas famílias mais ricas do século XIX – ou seja, núcleo familiar extenso convivendo no mesmo espaço com núcleos familiares mais reduzidos (Muaze, 2008, p. 147).

Na sociedade escravista valeparaibana, a capela foi outro espaço de importância capital para os efeitos de representação simbólica. Segundo Mariana Muaze, a capela da fazenda Pau Grande era uma construção que se localizava no centro da casa de vivenda, em destaque, separando “ao meio as duas formações assobradadas”. Nessa fazenda, o edifício da capela destaca-se do conjunto da casa de vivenda onde, “de cima, a família assistia à missa em lugar de destaque” (Muaze, 2008, p. 145). Elemento central da construção, a capela da fazenda Pau

Grande, com seu teto distinto do conjunto da casa de vivenda, mostrava-se, para os sujeitos da localidade, como um símbolo da religião oficial. Se em muitas propriedades rurais portentosas a capela foi o local em que o fazendeiro expôs o seu paternalismo, “congregando todos no mesmo ambiente, no espaço familiar ele exclui[u] a todos” (Muaze, 2008, p. 51). Essas capelas evidenciaram, portanto, as hierarquias existentes na sociedade escravista. Assim, como salientou James Delle, que estudou as propriedades cafeeiras na Jamaica, o espaço de plantação em uma fazenda era separado em diversas áreas. Havia, nessa separação, uma segregação em termos de raça e de classe social. Os proprietários rurais teriam o poder de definir o espaço social de seus subordinados controlando o espaço material (Delle, 1998, p. 39). No Sudeste cafeiro, a capela foi um desses espaços em que se evidenciaram, de modo bastante nítido, as separações que segregavam as raças e as classes sociais.

Em seu estudo, James A. Delle trabalhou com a categoria de espacialidade. Essa categoria prevê três qualidades para o espaço, quais sejam, a do espaço material, a do espaço social e, por fim, aquela relativa ao espaço cognitivo. Essas três qualidades do espaço devem ser compreendidas de modo inter-relacionado. Assim, uma espacialidade específica faria surgir comportamentos e relações sociais específicos.

O espaço material, uma das categorias da espacialidade, corresponderia ao “universo empiricamente mensurável” que os seres humanos criaram ou definiram. Uma infinita “variedade de formas” estaria relacionada com o espaço material. Em seu entendimento, as mudanças e interferências que ocorrem no espaço material são decorrência de mudanças maiores ocorridas na sociedade (Delle, 1998, p. 38).

Para mim, a noção de espaço material remete à ideia de cultura material. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses encaminhou uma definição de cultura material em seu artigo *A cultura material no estudo das sociedades antigas*. Para ele, a cultura material pode ser entendida como o “segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem”. Para esse autor, “apropriação social” refere-se à intervenção do homem no meio físico, modelando-o e dando forma a esse meio, “segundo propósitos e normas culturais”. O conceito de “cultura material” abrange, assim, “artefatos, estruturas, modificações da paisagem” e também “coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalizações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica)”. São orientações importantes e que informam a abrangência da noção de cultura material. A cultura material, conceitua Ulpiano, deve ser situada “como suporte material, físico, imediatamente concreto, da produção e reprodução da vida social”. Para a arqueologia, é possível, assim, perceber os artefatos como sendo os produtos e os vetores das relações sociais. Os artefatos seriam “o resultado de certas formas específicas e historicamente determináveis de organização dos homens em sociedade”. Essa realidade está presente na própria materialidade do artefato. Mas também os artefatos “canalizam e dão condições a que se produzam e efetivem, em certas direções, as relações sociais” (Meneses, 1983, p. 112-113).

Marcelo Rede formula uma definição muito próxima da de Ulpiano Meneses. Em um artigo intitulado *História a partir de coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material*, Rede escreve que os “segmentos do universo físico culturalmente apropriado” pelos homens estariam relacionados à categoria de cultura material (Rede, 1996, p. 265).

Para além das discussões historiográficas a respeito da definição de “cultura material”, Ulpiano Meneses e Marcelo Rede apresentam definições que servem de ponto de partida para se trabalhar com a noção de espaço material como um componente da cultura material. Porque, para ambos, não há cultura, relações sociais e de poder sem materialidade.

O espaço social, outro elemento da espacialidade, refere-se às relações que existem entre os sujeitos de uma realidade e que são vivenciadas no espaço material (Delle, 1998, p. 38-39). O espaço social constitui um elemento importante para definir como acontece o acesso ao espaço material de homens e mulheres de diferentes camadas sociais e, consequentemente, fixar o comportamento adequado dentro de espaços materiais específicos. Como se viu anteriormente, as definições dos arqueólogos pressupõem a consideração de que é possível compreender as relações sociais e de poder a partir da materialidade. Para os objetivos deste artigo, é importante salientar que em sociedades escravistas, a consideração de um espaço social pressupõe (a) a configuração do espaço como uma tecnologia de poder para efetivar a dominação e a exploração de uma classe sobre o conjunto dos escravos e homens livres; (b) a ocorrência de conflitos e (c) a existência dos usos alternativos do espaço.

Mas estas relações sociais produziram o que Delle classificou como o espaço cognitivo. Os escravos e homens livres construíram uma interpretação do espaço social e do espaço material. A consideração de um espaço cognitivo se dá em termos de apropriação (Delle, 1998, p. 39). Como se viu, a capela e as casas de vivenda foram construções carregadas de simbolismo. Tais construções tinham uma forte carga simbólica que teve como alvo a população de escravos e homens livres das localidades cafeeiras do Vale do Paraíba. Como salienta Marcelo Rede, os valores simbólicos da cultura material mudam no interior de uma sociedade “em função dos subgrupos considerados: homens e mulheres; jovens e velhos etc.”. M. Rede informa que “valores e funções são atribuídos socialmente e sua variação em uma mesma forma física apenas confirma que não existe imanência” (Rede, 1996, p. 272). Este é um alerta importante: não se pode considerar que as informações que os objetos da cultura material podem revelar são imanentes ao próprio objeto. Elas só podem ser inferidas se entendermos as funções e os valores dentro de determinada sociedade, com determinadas práticas sociais e de acordo com os sujeitos existentes. Para concluir, Rede alerta que “o universo material não se situa fora do fenômeno social, emoldurando-o, sustentando-o. Ao contrário, faz parte dele, como uma de suas dimensões e compartilhando de sua natureza, tal como as ideias, as relações sociais, as instituições” (Rede, 1996, p. 274). E, pode-se dizer, o espaço e seus elementos constituintes.

Sem dúvida, o “espaço disciplinar” (Foucault, 1987, p. 123) de uma fazenda rural escravista visava a promover um controle rigoroso sobre os escravos. Tal controle variou bastante, mas três componentes podem ser identificados como uma constante quando a questão envolvia diretamente os escravos e os prepostos do fazendeiro: a violência, as tentativas de fiscalização da mobilidade dos escravos e a luta pelo controle e pela “territorialização” do espaço. Esses três aspectos remetem diretamente para questões geográficas. Os dois primeiros estão vinculados às formas de punição. O tronco e o ferro ao pescoço são, por exemplo, formas de punição que visavam ao controle da mobilidade dos escravos. É comum perceber nos processos criminais os escravos fugitivos utilizarem-se de uma movimentação alternativa e usarem os espaços da fazenda para atingirem seus objetivos. Quando recapturados, esses fugitivos eram punidos com o

tronco e o ferro ao pescoço, além de outras medidas. Essas duas técnicas punitivas limitavam a mobilidade e mostravam, no caso do ferro ao pescoço, o escravo fujão. A questão da “territorialização” do espaço foi praticada igualmente por escravos e homens livres, senhores ou prepostos. Remete para a roça escrava e para as tentativas de manipulação do espaço no interior da propriedade rural, na capela, na casa de vivenda, nos diversos espaços agrários de uma propriedade rural.

Nesse sentido, estudos que visam ao entendimento dos espaços agrários das fazendas cafeiras são importantes para se pensarem as ações senhoriais de controle e as estratégias de resistência dos escravos. Sendo assim, vale a pena citar o estudo de João Luis Ribeiro Fragoso sobre a localidade de Paraíba do Sul. Nesse trabalho é possível entender as linhas de força da agricultura escravista em diversos municípios do Vale cafeiro no século XIX. Partindo do conceito de “sistema agrário”, Fragoso estudou as “formas históricas de produção agrária” da região de Paraíba do Sul e examinou como as “relações de produção” tinham correspondência com o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. Tendo como foco o sistema de uso da terra e os instrumentos de trabalho utilizados na agricultura comercial de exportação do Sudeste, o autor analisou quais foram as relações de produção e os mecanismos de reprodução do sistema agrário existente em Paraíba do Sul – e que, é importante sublinhar, também existiu e se desenvolveu em diversas localidades do Sudeste. Em seu trabalho, Fragoso procurou estudar os espaços das fazendas de café e comparar diversos fazendeiros no que se refere à produtividade de suas terras e aos equipamentos e animais existentes. O sistema agrário da economia de exportação foi dotado de uma racionalidade própria, necessitando da incorporação constante de terra e de força de trabalho. Foi, desse modo, um sistema de reprodução extensiva que se baseou na baixa relação população-terra e na extorsão do sobre-trabalho, repetindo o mesmo processo de produção sem promover grandes inovações técnicas (Fragoso, 1983).

Ora, para garantir a produtividade nas fazendas cafeiras e permitir a expansão da agricultura de exportação, a organização do espaço foi de fundamental importância. Como salientou Vladimir Benincasa em seu extenso estudo sobre a arquitetura rural que surgiu durante o ciclo cafeiro, muitos proprietários rurais procuraram colocar em prática uma “organização espacial rígida e intencional” dos espaços produtivos de suas fazendas (Benincasa, 2007, p. 49). Ora, a montagem do complexo produtivo ocorreu, portanto, a partir de uma profunda transformação da paisagem. Formou-se, desse modo, ao longo do século XIX, uma planta produtiva que visava, em última instância, à produção do café para o mercado mundial. Diversos mecanismos de controle se desenvolveram para garantir o domínio dos proprietários rurais e permitir a produção dentro dos limites da ordem. A humanização da paisagem, consequência decorrente da expansão cafeira pelo Sudeste, caracterizou-se, entre diversos outros fatores, por uma configuração espacial que visava ao controle e à garantia da produtividade.

Os trabalhos de Marcos José Carrilho e de Vladimir Benincasa, ambos da área de arquitetura, têm o mérito de examinar os ambientes construídos pelos proprietários de escravos, observando a organização espacial das propriedades rurais e lançando pistas para compreendermos os possíveis usos que os escravos fizeram dos espaços de plantação. Contudo, é evidente que essas pesquisas não trabalham com o conjunto mais amplo das relações sociais. Os seres humanos e a multiplicidade de usos que são feitos dos espaços construídos são colocados em segundo plano.

Para o estudo da história da escravidão no Brasil, os processos criminais talvez sejam as melhores fontes documentais para dar vida a esses usos do espaço de plantação e às redes de relacionamentos construídas pelos escravos. Essas fontes documentais proporcionam uma nova leitura da resistência escrava a partir da consideração de uma geografia construída pelos próprios cativos (Santos, 2013). Os depoimentos dos réus, testemunhas e informantes (geralmente escravos) e mesmo o auto do corpo de delito, presente em muitos processos, informam sobre diversos aspectos da vida cotidiana dos sujeitos. Além disso, eles situam esses sujeitos no espaço, informando a respeito dos usos que eles faziam dos edifícios, da área plantada, da roça escrava, das terras de capoeira ou das terras virgens etc. Nessas fontes documentais, é possível trabalhar de modo incisivo a orientação proposta por Soja de que as histórias de vida têm uma geografia. Sendo assim, os estudos que se utilizam dos processos criminais como fonte principal expõem a importância do espaço como um dos elementos de conflito. Esses trabalhos não deixam de enfatizar a questão da disciplina como fator central para o funcionamento da fazenda e também os problemas decorrentes da mobilidade, autorizada ou não, dos escravos. Enfim, a leitura dos processos criminais envolvendo escravos permite vislumbrar a importância dos “usos alternativos do espaço”, conforme categoria cunhada por Stephanie Camp, para se entender as ações de resistência escrava (Camp, 2004, p. 47). Junto com esses estudos, diversos trabalhos na área de história social vêm demonstrando a importância do espaço para se entender as ações dos escravos e suas estratégias de sobrevivência.

Em sua pesquisa sobre a capoeira escrava, Carlos Eugênio Líbano Soares se referiu, tendo como suporte a obra de Mary Karasch, a uma geografia dos escravos no espaço urbano do Rio de Janeiro no período entre 1808 e 1850. Esse autor identificou espaços nos quais os escravos poderiam se socializar sem temer a interferência de seus proprietários. Dentre os espaços de concentração escrava, estariam as áreas de comércio ambulante, as “igrejas de pretos e pardos”, as praças, principalmente as que tinham fontes de água, e a zona portuária (Soares, 2004). Em seu trabalho, esse autor identificou as tabernas como “cantos de socialização e até mesmo locais de troca com diferentes grupos sociais não escravos”, que serviam mesmo como “centros de receptação de mercadorias roubadas, principalmente nas zonas rurais”. Para Soares, “cativos que realizavam seu trajeto todos os dias na mesma direção e passavam pelas mesmas tabernas e ruas, nos mesmos horários” criavam “laços de solidariedade, importantes para manter o ânimo num cotidiano tão pesado”. Teria existido, assim, uma “geografia das gangues” que derivava do compartilhamento, por parte de diferentes escravos, de um mesmo espaço social. Assim, observa-se

o compartilhar de uma geografia comum, um ponto de referência que igualava cativos de diferentes senhores e residências; e a disputa diária por água com negros de outras partes, hostis, que no mais das vezes se tornavam agressivos apenas para colocar o barril sob a fonte, na frente de outros cativos (Soares, 2004, p. 180-181).

Conclui Soares que “o domínio de partes da cidade por grupos de escravos capoeiras era, pensamos, derivado de um outro domínio: aquele que a massa negra escrava exercia todos os dias nas ruas da cidade, em um controle virtual do espaço público da capital do Império” (Soares, 2004, p. 229-230).

O que importa notar no trabalho de Soares é a luta que os escravos do Rio de Janeiro empreenderam pelo controle do espaço. As tentativas de fazer surgir os espaços alternativos representaram uma luta dos cativos pela autonomia. Mas, também, um perigo na visão das autoridades, à medida que muitos escravos construíam territórios no espaço urbano.

Se até aqui vemos, por um lado, o funcionamento de uma geografia senhorial no âmbito da relação senhor-escravo e, por outro, uma geografia dos escravos como forma de resistência aos controles a eles impostos, o trabalho de Soares permite entrever uma atuação das autoridades e dos poderes públicos no sentido de garantir a ordem e de executar ações para evitar as ameaças à ordem pública de escravos e homens livres. Sendo assim, dentre inúmeras situações, vale a pena destacar o papel dos agentes públicos no cumprimento das decisões judiciais. O trabalho de Vincent Brown foi muito claro ao expor as ações da justiça jamaicana, que no século XVII tinha por prática a execução de escravos assassinos e rebeldes no mesmo lugar em que suas vítimas eram mortas (Brown, 2006, p. 187-188). E o mesmo autor também analisou as estratégias senhoriais para tentar conter o elevado número de suicídios dos escravos. Manipulando as crenças africanas acerca dos mortos, os senhores mutilavam os corpos de escravos suicidas e mandavam pregar as partes dos corpos em postes, fazendo os escravos verem, em fila, o espetáculo dantesco. Ao expor os corpos mutilados em determinadas partes da propriedade rural ou em caminhos estratégicos, os senhores tinham como objetivo demonstrar aos escravos quem podia controlar o destino dos mortos, desafiando assim a crença africana acerca do retorno à terra natal após a morte (Brown, 2006, p. 181-182). Esse desvio para outra importante área escravista, em outro tempo histórico, demonstra como é possível perceber o “elo entre o espaço, o saber e o poder”, na acepção proposta por Edward W. Soja após a análise desse autor sobre a história espacializada de Michel Foucault (Soja, 1993, p. 29). No caso dos proprietários da Jamaica, havia uma tentativa de se apropriar do espaço de plantação para evitar o suicídio e demonstrar o poder senhorial sobre os vivos e os mortos.

Retornando ao Sudeste cafeeiro no século XIX, Robert W. Slenes analisou a comunidade escrava como uma construção “para dentro” das propriedades rurais, apoiada em “laços de parentesco e experimentando uma estabilidade considerável no tempo” (Slenes, 1999, p. 114). Nesses termos, o autor escreveu que existiram “indícios de que dentro do precário ‘acordo’ que os escravos extraíram de seus senhores, o casar-se significava ganhar maior controle sobre o espaço da ‘moradia’”. Isso remeteria à ideia de que escravos casados e escravos solteiros teriam experiências diferenciadas (Slenes, 1999, p. 150). O casar-se significava para o escravo “ganhar mais espaço construído; mas sobretudo, significava apoderar-se do controle desse espaço, junto com o cônjuge, para a implementação de seus próprios projetos” (Slenes, 1999, p. 159). Para Slenes, o casamento dos escravos e a construção de laços de parentesco aumentariam as “chances de atingir certas finalidades materiais e culturais” que o autor observa serem “finalidades limitadas, porém de maneira alguma desprovidas de significado”. De modo que, consoante Slenes, os escravos manipulavam uma “gramática do espaço” que não era “inteiramente alheia às suas condições de cativeiro” (Slenes, 1999, p. 180). Uma vez mais, a apropriação do espaço entra na pauta de análise como recurso para se entender as estratégias de sobrevivência dos escravos.

Considerações finais

Para concluir este artigo, observamos que diversos pesquisadores abordaram questões referentes ao espaço e a seus usos, mas sem transformá-las num objeto próprio de investigação. De qualquer modo, essas pesquisas indicam que, numa sociedade escravista, o espaço foi crucial para a configuração do poder senhorial, e seus usos alternativos foram um dos aspectos da resistência dos escravos e das redes de relacionamentos que eles construíram. Apesar de se terem valido, em muitos momentos, de expressões vagas e facilmente contestáveis, como a “gramática do espaço” de Slenes, esses trabalhos direcionam o entendimento da escravidão para uma mecânica do poder senhorial que se efetivava tanto na arquitetura dos edifícios das fazendas cafeeiras quanto na organização do espaço agrário e na “territorialização” dos espaços nas zonas rurais e urbanas. Assim, é possível vislumbrar como o espaço, sua organização e seus usos por diversos sujeitos podem ser ferramentas de análise para se pensarem as estratégias de funcionamento do poder e as ações de resistência. O diálogo entre história e geografia abre, portanto, portas para o entendimento das relações sociais e de poder.

Referências

- BENINCASA, V. *Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.
- BROWN, V. Spiritual terror and sacred authority: the power of the supernatural in Jamaican slave society. In: BAPTIST, E. E.; CAMP, S. M. H. *New studies in the history of American slavery*. Athens/Georgia: The University of Georgia Press, 2006. p. 179-210.
- CAMP, S. M. H. *Closer to freedom: enslaved women and everyday resistance in the plantation South*. Chapel Hill/London: The University of North Carolina Press, 2004.
- _____. “I could not stay there”: enslaved women, truancy and the geography of everyday forms of resistance in the antebellum plantation south. *Slavery & Abolition*, London, v. 23, n. 3, p. 1-20, 2002.
- CARRILHO, M. J. Fazendas de café oitocentistas no Vale do Paraíba. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 59-80, jan./jun. 2006.
- DELLE, J. A. *An archaeology of social space: analyzing coffee plantations in Jamaica's Blue Mountains*. New York: Plenum Press, 1998.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRAGOSO, J. L. R. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*: um estudo de relações não capitalistas de produção. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História?, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.
- KAYE, A. *Joining Places: slave neighborhoods in the Old South*. The University of North Carolina Press, 2007.

- KAYE, A. Neighbourhoods and solidarity in the Natchez District of Mississippi: rethinking the antebellum slave community. *Slavery & Abolition*, London, v. 23, n. 1, p. 1-24, apr. 2002.
- LE GOFF, J. A História nova. In: _____. *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes: 2001. p. 25-64.
- LEMOS, C. A. C. *Casa paulista*: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Edusp, 1999.
- MARQUESE, R. B. Diáspora Africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack Braziliense* (online), v. 7, p. 138-152, 2008.
- MARQUESE, R. B. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 165-188, jul./dez. 2005.
- MENESES, U. T. B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 115, p. 103-117, jul./dez. 1983.
- MUAZE, M. *As memórias da Viscondessa*: família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- NORMAN JR., W. C. V. *Shade-grown slavery*: the lives of slaves on coffee plantations in Cuba. Nashville/Tennessee: Vanderbilt University Press, 2013.
- REDE, M. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 265-282, jan./dez. 1996.
- REIS, J. C. *Nouvelle Histoire e tempo histórico*: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.
- SANTOS, M. A. Geografia, história, escravidão. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 6., 2013, Florianópolis, SC. *Anais...*, p. 1-14. Disponível em: <<http://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Marco-Aurelio-dos-Santos-texto.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2013.
- SCHNOOR, E. Das casas de morada às casas de vivenda. In: CASTRO, H. M. M.; SCHNOOR, E. (Orgs.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 31-62.
- SINGLETON, T. A. Slavery and spatial dialectics on Cuban coffee plantations. *World Archaeology*. v. 33, n. 1, p. 98-114, 2001.
- SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOARES, C. E. L. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas – SP Editora da Unicamp, 2004.
- SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas*: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993.
- STEIN, S. J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

Políticas públicas e geografia: retomada de um debate*

Juliana Nunes Rodrigues

Resumo

Este texto propõe uma reflexão acerca da retomada do tema das *políticas públicas* no campo da geografia. Parte da premissa de que as políticas públicas são construídas a partir de questões elaboradas e reconhecidas como públicas e a partir do confronto de interesses e de projetos divergentes, em recortes territoriais bem definidos e identificáveis. Nesse sentido, problematizam-se as possíveis contribuições do geógrafo, como profissional e intelectual, em contextos de rearranjo dos espaços políticos e abertura de novos canais e recortes territoriais para o debate e a ação pública. À luz de processos de descentralização, das noções em voga de *políticas públicas territoriais*, *participação* e *governança territorial*, a discussão tem três eixos principais: temático, epistemológico e metodológico. Por fim, situa-se o debate no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Políticas públicas. Território. Escala local. Gestão. Participação.

Geography and public policy: the return of a debate

Abstract

This article addresses the revival of *public policies* as a theme in the field of geography. The main assumption is that policies are constructed as a result of issues elaborated and recognized as public, due to conflicts of interest and divergent projects, that arise within clearly defined and identifiable territories. Thus, the main objective is to underscore the possible contributions the geographer may bring, as a professional and a thinker, to the debate on public policies in a context of increasing rearrangement of the political spaces and the establishment of new channels and territories for public debate and action. In light of decentralization processes, of current notions about *territorial public policies*, *participation* and *territorial governance*, the discussion is addressed by concentrating on three main topics: the thematic, the epistemological and the methodological. At last, the debate is placed within the Brazilian context.

Keywords: Public policies. Territory. Local scale. Governance. Participation.

* Este artigo é resultado de pesquisa apoiada pela FAPERJ.

Introdução

O estudo da dimensão espacial dos fenômenos políticos inquieta os geógrafos desde a institucionalização da disciplina. Neste bojo, a geografia, e mais especificamente, o campo da geografia política (e da geopolítica), classicamente se interessaram pelos efeitos territoriais dos conflitos, sobretudo dos conflitos interestatais. Mas se a política é o “controle das paixões” para o “convívio entre os diferentes” (Arendt, 2006, p. 21-23), uma geografia política renovada requer a valorização dos conflitos de interesses que se dão nas escalas subnacionais e que pautam negociações e a elaboração de agendas de intervenção e ação do poder público. No mundo contemporâneo, processos marcados por agregações, trocas, des-re-centralização e outros tipos de ajustes redefinem os espaços políticos em múltiplas escalas (Bussi, 2007). Essa complexificação dos processos decisórios não poderia vir desacompanhada de um alargamento temático, de questões epistemológicas, de mudanças de vocabulário e até de conceitos (Rosière, 2007).

Isso posto, a proposta aqui é a de se tecer uma reflexão, ainda que preliminar, acerca da retomada do tema das *políticas públicas* no campo da geografia. À luz de processos de des-re-centralização, das noções em voga de *políticas públicas territoriais, da participação e até de governança territorial*, propõe-se problematizar esse resgate a partir da premissa de que tais políticas são construídas a partir de questões elaboradas e reconhecidas como públicas, a partir do confronto de interesses e de projetos divergentes. O objetivo não é, entretanto, esgotar os vieses e os ângulos de análise possíveis, e tampouco fornecer conclusões a respeito das questões colocadas. Antes, adotamos propositadamente um tom de ensaio para suscitar o debate e levantar questões acerca de uma agenda de pesquisas renovada no campo da geografia política contemporânea.

O debate pode ser empreendido a partir de alguns eixos de reflexão principais. O primeiro é o de que não é demais lembrar que políticas públicas emergem a partir de problemas que não são inatos, mas construídos; ou seja, para que um problema seja incluído na agenda política, é preciso que seja reconhecido como tal, o que denota certa lógica de escolha que é relativa aos valores sociais preponderantes no contexto socioespacial e temporal em que se estabelece, dos atores políticos envolvidos e da própria opinião pública. Isso significa dizer que tal escolha é historicizada, não é inócuia e tampouco resulta de um consenso entre as diversas prioridades que se manifestam na sociedade. Antes, um problema reconhecido como público pode ser produto do sucesso de grupos de interesses em conferir visibilidade às questões que lhes afligem. Neste âmbito, importa problematizar o contexto em que tal debate se inscreve e o papel da sociedade civil para dar visibilidade às suas demandas como questões a serem incorporadas à agenda política.

O segundo eixo se estabelece a partir da discussão necessária acerca do papel do geógrafo enquanto intelectual crítico capaz de contribuir para o debate, destacando a dimensão espacial dos problemas públicos e os arranjos espaciais que resultam de tais decisões e ações. Do ponto de vista da produção do conhecimento geográfico, é possível também tecer uma reflexão acerca da mediação que o território representa nos processos de elaboração de políticas e de tomada de decisão, e as possibilidades conceituais, teóricas e metodológicas de aproximação da geografia com outras ciências sociais.

Por fim, um eixo incontornável é a tentativa de situar o debate no contexto brasileiro. Sabe-se que, após a Constituição democrática de 1988, um amplo leque de políticas públicas passou para a alcada das escalas subnacionais de gestão – estados e, sobretudo, municípios,

ainda que o processo de descentralização não tenha se completado. Paralelamente, novos canais e arenas de participação política foram abertos, tais como os Conselhos Municipais e outras iniciativas locais, como os fóruns de Orçamento Participativo. Cabe então questionar as implicações do fortalecimento das escalas locais de decisão para a organização do território nas escalas nacional e local. Ou ainda, perguntar-se em que medida a sociedade brasileira vem se apropriando dos novos recortes e arenas da participação.

Trata-se, em síntese, de trazer para o debate uma agenda de estudos sobre os recortes e as escalas da decisão e da ação política no mundo contemporâneo. Isso significa trazer para o cerne da discussão processos de rearranjo institucional dos sistemas políticos, novas arenas e recortes da decisão e também a contribuição do geógrafo para o debate público sobre inclusão, justiça socioespacial e a organização da vida cotidiana.

Retomada de um debate

O ressurgimento dos debates acerca das políticas públicas ocorre em um contexto em que os instrumentos da ação pública foram profundamente modificados: a planificação e os “grandes programas” dão lugar à contratualização, às agências e a um recurso massivo à *expertise* (Souza, 2006). Neste quadro, entender o significado das políticas públicas requer um debate mais amplo acerca dos próprios limites das funções e ações do Estado nas sociedades contemporâneas.

Atualmente, decisões políticas que emanam de múltiplas escalas têm colocado em pauta questionamentos sobre a autonomia do Estado na definição de normas e condutas a serem seguidas no interior de seus limites. Dificuldade ainda maior parece residir na distinção entre as atribuições que cabem ao poder público e aquelas passíveis de ser desempenhadas pelo mercado. Esse é um debate que se acentuou a partir da década de 1980, notadamente em função da aceleração do processo de descentralização político-administrativa nos principais Estados ocidentais. O processo de descentralização ocorreu de forma bastante diversa entre os países, mas é possível identificar duas orientações predominantes, ainda que inter-relacionadas: uma, teria privilegiado a redefinição das relações intergovernamentais no interior dos estados, com o fortalecimento das estruturas de gestão local enquanto escalas decisórias autônomas; a outra, de cunho mais mercadológico, foi caracterizada pela desregulamentação e privatizações, redefinindo responsabilidades entre o governo e a sociedade civil (Bennet, 1980).

De acordo com Bennet (1980), tal tendência se consolidou em um período de mudanças dos próprios valores sociais. A progressiva expansão dos mercados consumidores significou a elevação dos padrões de consumo e, como consequência, uma maior dificuldade para se distinguir as necessidades dos indivíduos de suas preferências. Neste contexto, gestão, eficiência, transparência, flexibilidade e governança passaram a ser termos de uso corrente para se explicitar as expectativas em relação ao Estado. A rigidez e inoperância da burocracia precisavam ser substituídas por meios racionais para o alcance de objetivos precisos. A eficácia do mercado na prestação de serviços foi valorizada, notadamente por aqueles partidários da perspectiva neoliberal de Estado mínimo. Sendo assim, a concepção clássica do Estado como *exclusivo prestador* de bens públicos foi sendo progressivamente substituída pelo formato do Estado como um *aparato regulador* que deveria estimular as iniciativas da *sociedade civil* e dos *indivíduos*.

O debate acerca de quais são as funções pertinentes ao Estado não é novo: desde a fundação do Estado moderno, teóricos divergem sobre sua essência fundadora e sobre a tarefa que lhes deve ser reservada. Ademais, estudos (Costa, 2005; Mann; 2005, entre outros) têm apontado que o Estado continua funcional, tanto para o mercado quanto à população que reside em seu território. O Estado, ao mesmo tempo em que favorece a competitividade e o lucro, estabelecendo regras claras que diminuem os riscos nas transações, guarda a prerrogativa de centralidade territorial e o poder infraestrutural¹ (Mann, 1997; 1988) necessário para garantir as assim chamadas “promessas da modernidade” à Nação (Castro, 2005). Em outras palavras, é ao Estado que cabe assegurar aos indivíduos acesso aos bens e serviços públicos essenciais para que o exercício dos seus direitos civis, sociais e políticos seja possível, ainda que a isonomia, ou melhor dizendo, a ausência dela, persista como desafio social, político e intelectual. Em suma, as políticas públicas, a despeito das mudanças nos modos de regulação, devem estar por princípio orientadas para a garantia de acesso a bens, serviços públicos e justiça social a todos os habitantes do território, indistintamente.

Isso posto, a expressão *política pública*, a despeito de ter um significado facilmente inteligível no senso comum, quando exige certa precisão conceitual, apresenta complexidades e possibilidades de abordagens diferenciadas. A partir do consenso de que constitui a política elaborada e conduzida pelo Estado, surge uma série de questionamentos sobre sua legitimidade, extensão do público e da área aos quais se direciona, eficiência no alcance dos objetivos propostos e interesses aos quais está associada. As razões que desencadeiam a elaboração de políticas públicas têm sido também assunto de discordâncias entre diferentes escolas nas ciências sociais. Em uma versão simplificada do marxismo, as políticas públicas estariam a serviço de um poder que visa à promoção de um apaziguamento social em benefício de certos grupos e em detrimento de outros. Outra perspectiva, de cunho mais liberal, pontua que as políticas públicas devem consistir em ações voltadas para a prestação de bens e serviços cujo custo ultrapassaria a capacidade do mercado para desempenhá-las. Por outro lado, para os teóricos da chamada escola utilitarista, as políticas públicas estariam vinculadas ao atendimento de demandas específicas, tendo como meta a maximização do bem estar coletivo e a busca de patamares de equalização e justiça social.

Para uma definição mínima, por *políticas públicas* entendemos intervenções de autoridades investidas de poder público e de legitimidade para afetar comportamentos e práticas em limites territoriais precisos; ou simplesmente, “tudo o que os atores governamentais decidem fazer ou não fazer” (Thoenig, 1985), ordenando as práticas sociais em limites territoriais identificáveis e mensuráveis. Neste ponto, pode-se avançar que as definições de políticas públicas, mesmo as mais minimalistas, orientam para o *locus* onde “os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem” (Souza, 2006, p. 13), ou seja, a sociedade, seus quadros institucionais e os governos. Sem pretender aprofundar aqui as perspectivas intelectuais possíveis para a apreensão do conceito, interessa-nos sobretudo suscitar o debate sobre uma agenda de pesquisas na geografia interessada no porquê de uma política pública ter sido desenhada, seus possíveis conflitos, a trajetória seguida e o papel dos indivíduos, grupos e instituições envolvidos na decisão, além dos que serão afetados pela política pública.

1 Na proposta de abordagem do sociólogo Michael Mann, o poder infraestrutural do Estado, objeto teórico, constitui um tipo de poder amplamente desenvolvido nas sociedades capitalistas e democráticas, garantido por meio da centralidade territorial que permite ao Estado alcançar a sociedade civil e fazer valerem suas decisões em todo o território nacional.

Esta discussão nos parece tanto mais pertinente em um contexto quando, no Brasil e no mundo, há um debate em voga sobre a noção de *territorialização de políticas públicas*, que se distingue da clássica concepção de políticas públicas setoriais. As assim denominadas práticas de territorialização supõem que é localmente, e não mais a partir das escalas de decisão de escopo nacional, que determinados problemas devem ser identificados e suas soluções elaboradas. Ademais, esta perspectiva implica frequentemente a criação e ampliação de canais que permitem à sociedade civil participar diretamente do processo decisório, no âmbito de conselhos comunitários consultivos ou deliberativos. Tais processos são saudados em razão da valorização das vantagens da proximidade e das “iniciativas de baixo” no processo de concepção de políticas públicas (Douillet, 2005). A *territorialização de políticas públicas* compreende também o que se convencionou chamar de *governança territorial* – o *bom governo* que encerra o debate entre diferentes atores “do terreno”, empresariais e o poder público, em vista da definição de objetivos comuns e a construção de um projeto coletivo (Planche, 2007).

Para alguns autores (Leloup; Moyart; Pecqueur; 2005; Planche, 2007), trata-se de um contexto privilegiado para experimentação de processos de construção coletiva de projetos futuros. Contudo, algumas questões que se referem à natureza da participação (se consultiva ou deliberativa), à frequência das reuniões comunitárias, à transparência dos processos decisórios, aos aportes dos delegados comunitários, assim como sobre a legitimidade desses últimos, permanecem em suspenso. Afinal, até que ponto é possível se pensar em “consenso territorial”? Quais os limites da representação e o escopo da delegação nesse processo? Como essas questões são elaboradas em modelos de Estado e em sociedades diversos? Como a geografia se insere no debate?

Políticas públicas e geografia: aproximações e abordagens possíveis

Como outros autores (Banks; Mackian, 2000, p. 250), temos nossas ressalvas com relação à retórica política vigente. Mas o ponto chave é: o privilégio do local – retórico ou real – tem um significado importante para se entender a profusão de trabalhos de geógrafos na linha de frente dos processos de elaboração de políticas públicas? Banks e Mackian (2000, p. 250) consideram que a habilidade de agregar e sintetizar informações sobre os lugares e, ao mesmo tempo, estabelecer relações entre o particular e o geral, tem sido privilegiada no ambiente político, onde lhes parece ser cada vez mais significativa a contribuição do geógrafo. Assim, a valorização da dimensão espacial dos problemas e da ação pública pode implicar desafios e também oportunidades para que o geógrafo se destaque como intelectual crítico mais ativo nos processos de elaboração de políticas públicas (Coppock, 1974; Martin, 2001).

Por outro lado, do ponto de vista da produção do conhecimento, há questões de fundo a respeito dos conceitos, teorias e abordagens mobilizadas. O geógrafo Kevin Ward, em um artigo publicado em 2006 no periódico *Progress in Human Geography*, ressalta que retomar o debate sobre as políticas públicas na geografia compreende um conjunto de questões substanciais sobre como a geografia humana vem se apropriando de conceitos e teorias de outras ciências sociais, questões metodológicas sobre como os geógrafos produzem “geografia humana”, além de questões epistemológicas sobre a natureza e a finalidade do conhecimento produzido; afinal, a quem e a quê serve esse conhecimento?

Tais inquietações nos remetem às questões levantadas por David Harvey, em um artigo publicado há aproximadamente quarenta anos – “que tipo de geografia para que tipo de política pública?” Como o próprio Harvey (1974) sinalizou, esta é uma questão profundamente difícil de ser respondida, mas importa frisar que, do ponto de vista metodológico, não existe “caminho ideal”, ou melhor, “geografia ideal” capaz de abranger respostas definitivas acerca das relações entre políticas do Estado, demandas da sociedade e organização do espaço.

Ron Martin (2001), outro geógrafo de renome que vem suscitando debates sobre o tema, tem razão quando nos lembra de que se a virada pós-moderna nos deixa uma mensagem importante, essa é a de que não existe arcabouço teórico superior ou abordagem metodológica única para fundamentar nossas pesquisas. Ao contrário disso, as formas de abordagem podem ir desde análises críticas de discursos, passando por questionários ou análises mais quantitativas de dados, até estudos empíricos capazes de revelar ou suscitar polêmicas sobre possíveis conteúdos ideológicos subjacentes, sobre efeitos desejados e (não) alcançados, sobre consequências não intencionais, público contemplado ou não, para ficarmos em alguns exemplos. Em suma, a análise de políticas públicas pode e deve ser pluralista, mais condizente com a complexidade dos espaços políticos da atualidade.

Além disso, para refletirmos sobre a segunda parte da pergunta de Harvey (1974) – que tipo de política? – com um pouco mais de ousadia, é possível afirmar que essa retomada implica não apenas considerar as possibilidades metodológicas de abordagem sobre a política, no seu sentido institucional e territorial, mas sobretudo o debate acerca do termo “público” e as possibilidades efetivas de políticas públicas inclusivas. Esta discussão foi suscitada por Kevin Ward (2006), no artigo em que ressalta a importância de se privilegiar *Public Geographies*, ao invés de nos termos unicamente sobre *Policy Geographies*. Inspirado nos trabalhos do sociólogo Michael Burway sobre a relevância e o comprometimento público dos trabalhos acadêmicos, Ward incorpora à geografia humana uma discussão a respeito das possibilidades de alargamento dos processos de construção do conhecimento científico, por meio de diálogos inclusivos dos diversos agentes envolvidos e do comprometimento com questões e o interesse público. Para Ward (2006), esta geografia seria, para além da academia, amplamente comunicativa, dialógica e engajada.

Quadro 1

Divisão do conhecimento geográfico

	Policy Geographies	Public Geographies
conhecimento	instrumental/concreto	reflexivo/comunicativo
verdade	pragmático	consenso
legitimidade	eficácia percebida	relevância
retorno	clientes e avaliadores	público designado
processo político	intervenções em discussões institucionais	diálogo público
desvio	docilidade	modismos

fonte: Adaptado de Burway (2005) por Kevin Ward (2006). Tradução livre da autora.

Resgatar o debate sobre políticas públicas compreende, então, pensar não apenas em políticas de Estado, mas, sobretudo, empreender uma reflexão sobre as demandas e questões que afligem a sociedade. Implica também ter em mente que, em democracias, a política está atrelada a um poder instituinte sempre presente (Safatle, 2012, p. 58). Ou seja, o processo de formulação de políticas públicas deve-se sustentar através da manifestação da sociedade que pode e deve ser convocada de maneira contínua. Entende-se, assim, a necessidade de se incorporar as discussões a respeito dos canais e recortes dos espaços da participação política, capazes de possibilitar a ampliação dos debates e a participação da sociedade civil organizada. Neste quadro, trabalhos recentes (Zilio, 2010; Tartaruga; Heidrich, 2007; Cornwall; Coelho, 2006; Souza, 2002; 2006, entre muitos outros) têm analisado as particularidades de processos de inclusão através da apropriação, por diferentes sociedades, de novos canais e arenas de participação, tais como conselhos municipais e orçamentos participativos. Busca-se também analisar os potenciais da participação na construção de efetivos “espaços para a mudança” – espaços de contestação e de colaboração que se situam na interface entre o Estado e a sociedade, e que são passíveis de contribuir para a aprendizagem democrática.

Acrescentem-se aqui as possibilidades abertas pelo método comparativo, que nos permitem interrogar o porquê, em um quadro de isonomia legal, os efeitos das políticas públicas serem diferentes, em recortes territoriais de substâncias também diferenciadas (Rodrigues, 2010; 2004). Retomamos aqui a proposta de análise de Jaques Levy, para quem múltiplas possibilidades de configurações espaciais são possíveis a partir da combinação de uma escala, uma métrica e a substância (Levy, 1999). A substância é entendida como o espaço inseparável da sociedade, com suas diversas facetas capazes de fundar certo “agenciamento espacial” a partir de uma métrica – modo de tratamento das distâncias – e uma escala geográfica. A substância significa então tudo o que, em uma situação espacial dada, exprime a presença ativa da sociedade com seu espaço, o que comprehende atributos tanto materiais quanto imateriais. Em outras palavras, o contexto local e sua *substância* – leia-se, o espaço e a sociedade – são importantes para se compreender tanto os processos de elaboração quanto os resultados de políticas públicas.

Do ponto de vista metodológico, tal perspectiva exige um aprofundamento das reflexões sobre o *efeito da escala* e suas substâncias materiais e imateriais que afetam decisões, ações e seus efeitos nos diversos recortes territoriais. A proposta de Levy valoriza as estratégias dos atores e a capacidade de ativação ou não de recursos nas interações. Os atores são considerados nas suas capacidades de intervenção, a partir do que o ambiente social oferece como possibilidade de ação e também de suas próprias concepções sobre as alternativas possíveis (Boyer et al., 2003). Essa “margem de manobra” é assim afetada não apenas por bens materiais disponíveis, mas também pelo acúmulo de representações e a própria concepção dos atores sobre experiências passadas e suas possibilidades de troca.

Eis um ponto que recupera a discussão sobre a importância do diálogo da geografia com outras ciências sociais (sociologia, ciência política) e especificamente com as contribuições do novo institucionalismo, que destaca a importância das instituições e das trajetórias institucionais nos processos decisórios e seus desdobramentos em sociedades distintas. Apesar da hete-

rogeneidade e nuances das diversas correntes do novo ou neoinstitucionalismo,² seus adeptos concordam a respeito de pelo menos uma assertiva míima: a maneira como as políticas públicas emergem, assim como seus resultados, são indissociáveis do contexto institucional na qual se inserem (Hall; Taylor, 1997, p. 473).

Nesta abordagem, as escolhas e decisões não são realizadas por indivíduos enquanto sujeitos isolados, mas por *atores sociais inscritos em um quadro de crenças e comportamentos que orientam sua “visão de mundo”*; em outras palavras, o “ambiente institucional” (Hall; Taylor, 1997). Precisamente, do ponto de vista dos neoinstitucionalistas, o ambiente institucional consiste no conjunto de constrangimentos, de ordem material, moral ou cognitiva, formais ou informais – convenções, códigos de conduta, contratos, leis etc. – suscetíveis de influenciar os comportamentos e as escolhas dos indivíduos. Trata-se, grosso modo, de uma espécie de filtro, capaz de fornecer recursos normativos e cognitivos, referências, que interferem na tomada de decisão (O’Neill, 2004). As instituições consistem assim em regularidades que orientam comportamentos, ou, em uma acepção frequentemente convocada, “as instituições são as regras do jogo” (North, 1990); o jogo aqui entendido como a própria interação entre os indivíduos, e as instituições, os pressupostos que as orientam, atribuindo-lhes certa previsibilidade, estabilidade e credibilidade. As instituições apresentam, desse modo, um caráter relacional e podem se referir a constituições, leis, ou códigos de conduta e de comportamento mais implícitos que explícitos.

Isso posto, as instituições não estão descoladas dos processos sociais que estruturam os espaços onde se localizam (Amin; Thrift, 1999). As contribuições de Amin e Thrift (1999) destacaram, por exemplo, que as distintas dinâmicas socioeconômicas dos lugares e a forma como se inserem no processo de globalização relacionam-se às suas diferentes *densidades institucionais*. A densidade institucional refere-se aqui não apenas ao número de instituições existentes em uma localidade, mas também à forma como atuam, interagem e se são capazes de formar coalizões e criar agendas visando à maximização de interesses comuns. Estes atributos, por sua vez, estariam vinculados a aspectos sociais e culturais particulares dessas localidades. Esta perspectiva nos remete assim ao problema das instituições e da sua territorialidade, associada à importância dos *percursos históricos* e os processos de *aprendizagem*, que derivam de processos coletivos de coordenação de ações e decisões em longo prazo (Gilly; Pecqueur, 2002).

Em suma, trata-se de incorporar ao debate normas e regras, códigos conduta, formais ou informais, implícitos ou explícitos, que orientam os comportamentos, as práticas sociais e influem na maneira como a própria sociedade concebe suas questões. Para alguns autores, dentre os quais se destaca Robert Putnam (1996), as trajetórias institucionais são igualmente importantes para o desenvolvimento de relações de reciprocidade e solidariedade, favoráveis à fixação de contratos de cooperação e para a produção de bens coletivos. Nesta perspectiva, privilegiam-se os percursos e os processos de aprendizagem, os contextos históricos, culturais e – acrescentemos – geográficos, nos quais as decisões

² A assim chamada vertente neoinstitucionalista compreende um conjunto heterogêneo de autores, escolas e programas de pesquisa na sociologia e na ciência política. Não é o caso, portanto, de apresentá-las no espaço deste artigo, e nem tampouco a intenção é discutir as convergências e controvérsias possíveis. Antes, o objetivo é meramente apontar as possibilidades de aproximação da geografia com essa vertente teórica e metodológica, sobretudo no que tange às análises acerca da territorialidade das instituições e às abordagens comparativas na disciplina. Para um detalhamento dessas possibilidades de aproximação, ver Rodrigues (2010) e também O’Neill (2004).

e ações políticas ganham sentido. Por outro lado, estudos (Offe; Fuchs, 2003; Putnam, 2000) têm destacado que ações inovadoras são capazes de criar vínculos sociais mais cooperativos e favoráveis ao desenvolvimento de boas instituições, através da aprendizagem institucional. Em outras palavras, “a qualidade das atividades governamentais não necessariamente depende de uma condição prévia das estruturas sociais na sociedade civil, mas também pode contribuir para a melhoria destas estruturas” (Castro, 2009, p. 16). Neste sentido, os teóricos do neoinstitucionalismo rompem tanto com os modelos explicativos únicos, fundamentados na crença em uma racionalidade estrita, quanto com certo determinismo das estruturas sociais e institucionais (Hall; Taylor, 1997). Essa perspectiva nos é cara por questionar as possibilidades de transformações socioespaciais impulsionadas através da criação de novos recortes territoriais e arenas da decisão e da participação. Vejamos como esse debate se apresenta no Brasil.

O contexto brasileiro: descentralização e participação na elaboração de políticas públicas locais

No contexto brasileiro, o problema da divisão do território para a implementação de políticas públicas tem como ponto de partida as mudanças desencadeadas a partir da Constituição de 1988, que privilegiou um formato de federalismo mais descentralizado e inaugurou diversos canais para participação da sociedade civil nos processos decisórios. Pela primeira vez, o município foi, explicitamente em texto constitucional, considerado como um ente federativo. Tal condição atribuiu aos municípios prerrogativas para atuar na escala local sem a interferência das outras esferas de poder, nos limites de suas competências.

O que a Carta de 1988 traz como inovação é, portanto, a garantia jurídico-formal da autonomia política que assegura ao município soberania decisória sobre assuntos relacionados às suas competências. Ainda que essas não tenham sido definidos de forma clara (Bremaeker, 1997), isso constitui um avanço no sentido de tornar o município uma estrutura de gestão importante na definição de normas e implementação de políticas públicas nos recortes territoriais locais. Por um lado, os prefeitos dos mais de 5500 municípios brasileiros têm prerrogativas para atuar de maneira diferenciada no provimento de serviços e o cumprimento das atribuições constitucionais. Assim, não obstante a isonomia legal garantida a todos os cidadãos pela Constituição, indivíduos que residem em municípios diferentes não desfrutam das mesmas possibilidades de terem suas demandas atendidas, tanto no que se refere à qualidade quanto o que toca à prestação de políticas públicas as mais fundamentais (Rodrigues, 2004).

Por outro lado, do ponto de vista do processo político, é também no âmbito local, mas não exclusivamente, que emergem formas inovadoras de ação governamental, gestão pública e participação dos cidadãos (Almeida, 2001). Pode-se evocar o exemplo dos Consórcios Intermunicipais, que derivam da mobilização dos poderes públicos para adoção de práticas cooperativas, podendo contar com a participação de outros entes federativos (estados e União) e da sociedade civil. Os Consórcios são acordos voluntários entre dois ou mais municípios, visando-se à maximização de recursos materiais, humanos, técnicos e

informacionais, capazes de beneficiar o conjunto de municípios participantes. Tais acordos estabelecem regras de funcionamento e de inserção de cada município em uma estrutura de cooperação intermunicipal, que se concretiza pela definição de novos limites territoriais para enfrentamento de problemas e elaboração de ações conjuntas. Neste sentido, os Consórcios tornam-se um objeto de estudos eminentemente geográfico: o “território da cooperação” assim fixado é não apenas afetado por políticas públicas, mas o próprio referencial das relações intermunicipais. Em outras palavras, os limites territoriais da cooperação são reconhecidos e compartilhados pelo conjunto de parceiros, o que lhes possibilita identificar problemas comuns e meios de intervenção. Em última análise, “o território ordena a cooperação” (Jouve, 2007, p. 46).

Ademais, para além da reorganização dos poderes territoriais, a Carta estabelece diretrizes que valorizam o dito “federalismo cooperativo”, que pressupõe competências difusas e compartilhadas entre as três escalas decisórias. Tais mudanças trazem novos desafios para a coordenação de ações e definição de políticas conjuntas entre as três escalas territoriais da decisão. Em outras palavras, considerando-se a autonomia de cada ente federativo, a complexidade do federalismo brasileiro resulta dos laços e negociações que se estabelecem entre governo federal, estados e municípios para o equilíbrio do pacto. Assim, ganham relevo as ações deliberadas das escalas de gestão superiores para tornar a descentralização atrativa para as escalas de gestão inferiores (Arretche, 2000). Precisamente, as estratégias de incentivo à descentralização – através da transferência de recursos técnicos, financeiros e humanos – são peça chave para o sucesso da transferência de atribuições nos mais diferentes setores das políticas públicas. Consequentemente, o processo político é lento e incerto, suscetível ao risco de sobreposição de competências, e o que é pior – ausência da ação do poder público em certos setores.

Some-se a isso o fato de a Constituição ter inaugurado instrumentos que possibilitam ampliar a participação popular nos processos decisórios, combinando o retorno da democracia representativa com canais de participação direta. É assim que ao longo dos anos 1990 difundem-se os Conselhos Comunitários Municipais, consolidam-se experiências de Orçamentos Participativos, assim como se diversificam fóruns e colegiados capazes de acolher as demandas e anseios do cidadão comum. No entanto, quais práticas políticas são efetivamente viabilizadas nesses novos espaços da democracia? De que maneira a sociedade se apropria desses espaços?

Este quadro nos convida a uma reflexão sobre as implicações do fortalecimento da escala municipal, da participação e os meandros do nosso federalismo. De que maneira uma agenda de pesquisas renovada é capaz de apreender e de fornecer possibilidades de leitura dessa nova realidade político-institucional? E ainda, quais as implicações desses processos para a organização dos espaços da política da sociedade brasileira?

O debate é profícuo e toca questões de natureza eminentemente geográfica, tais como: localização, acessibilidade, diferenças territoriais e isonomia, cidadania e justiça socioespacial. Se o território se torna a referência para se pensar problemas e soluções locais, cabe à geografia contribuir para uma reflexão acerca dos usos e desdobramentos espaciais de processos políticos que ocorrem em recortes territoriais e escalas diferenciados, e que podem contar com a participação dos mais diversos atores – de representantes do Estado, passando por associações de moradores, sindicalistas, empresários e outros setores da sociedade civil organizada.

Considerações finais

Este texto revisitou o tema das políticas públicas no campo da geografia. Nos limites dos objetivos propostos, procurou-se situar o debate contemporâneo à luz dos rearranjos político-administrativos dos estados e de uma retórica predominante sobre as vantagens da proximidade, da elaboração de políticas públicas territoriais e de ampliação dos canais de participação política. Buscou-se também problematizar as possíveis contribuições do geógrafo, como profissional e intelectual, capaz de fornecer subsídios para a decisão e a ação públicas. Ademais, exploraram-se algumas possibilidades de aproximação teórico-conceitual e metodológica da geografia com outras ciências sociais.

Enfim, quarenta anos depois da intervenção de Harvey (1974) intitulada “Que tipo de geografia para qual tipo de política pública?”, recupera-se uma agenda de pesquisas importante e de forte potencial investigativo (Peck, 1999). Para Martin (2001, p. 190), pessimistas dirão que, sob o capitalismo, políticas públicas não podem resolver problemas sociais, mas simplesmente reordená-los e ajustá-los aos interesses dos grupos mais influentes. Mas os conflituosos processos de formulação de políticas de um tipo ou de outro são generalizados e têm lugar numa pluralidade de espaços políticos nas sociedades contemporâneas. Para além de truismos e reducionismos apressados, precisamos compreender e contribuir para o debate.

Referências

- ALMEIDA, M. H. T. Federalismo, democracia e governo no Brasil: ideias, hipóteses e evidências. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 51, p.13-34, 2001.
- AMIN, A.; THRIFT, N. Globalization, institutional thickness and local prospects. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, n. 3, 1999.
- ARENKT, H. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- ARRETCHE, M. *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. Rio de Janeiro: Revan/São Paulo: Fapesp, 2000.
- BANKS, M.; MACKIAN, S. Jump in, the waters warm: a comment on Peck's “grey geography”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 25, p. 249-254, 2000.
- BENNET, R. J. *The Geography of Public Finance: welfare under fiscal federalism and local government finance*. London/New York: Methuen, 1980.
- BOYER, R.; GUMUCHIAN, H.; GRASSET, E. et al. *Les acteurs, ces oubliés du territoire*. Paris: Anthropos/Economica, 2003.
- BREMAEKER, F. *As dificuldades enfrentadas pelos prefeitos de pequenos municípios*. Rio de Janeiro: Ibam/Ibamco, 1997.
- BUSSI, M. Pour une géographie de la démocratie. *L'Espace Politique*, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://espacepolitique.revues.org/index243.html>>. Acesso em: 29 fev. 2013.
- CASTRO, I. E. Escalas federativas de decisão política no Brasil: limites institucionais do desenvolvimento regional. In: BICALHO, A. M.; GOMES, P. C. C. (Orgs.). *Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica*. Rio de Janeiro: Publit, 2009. p. 9-26.

_____. *Geografia e política: territórios, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COPPOCK, J. T. Geography and Public Policy: Challenges, Opportunities and Implications. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 63, p. 1-16, nov. 1974.

CORNWALL, A.; COELHO, V. S. (Eds.). *Spaces for Change? The Politics of Citizen Participation in New Democratic Arenas*. London: Zed, 2006.

COSTA, W. M. *Política e território em tempos de mudanças globais*. Tese (Livre-Docência em Geografia Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DOUILLET, A. C. Les politiques contractuelles de développement local en milieu rural. In: FAURE, F; DOUILLET, A. C. (Dir.). *L'action publique et la question territoriale*. Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble, 2005. p. 75-92.

GILLY, J. P.; PECQUEUR, B. La dimension locale de la régulation. In: BOYER, R.; GUMUCHIAN, H.; GRASSET, E. et al. *Les acteurs, ces oubliés du territoire*. Paris: Anthropos/Economica, 2003.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. La science politique et les trois néo-institutionnalismes. *Revue Française de Science Politique*, v. 47, n. 3, 1997. p. 469-496.

HARVEY, D. What kind of geography for what kind of public policy? *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 63, p. 18-24, 1974.

JOUVE, B. Le "Political Rescaling" pour théoriser l'Etat et la compétition territoriale en Europe. In: FAURE, A.: LERESCHE, J.-P.; MULLER, P.; NAHRAT, S. (Orgs.). *Action Publique et Changements d'Echelles: les nouvelles focales du politique*. Paris: L'Harmattan, 2007. p. 45-55.

LELOUP, F.; MOYART, L.; PECQUEUR, B. La gouvernance territoriale comme un nouveau mode de coordination territoriale? *Géographie, Économie, Société*. v. 7, p. 321-332, 2005.

LEVY, J. *Le tournant géographique: penser l'espace pour lire le monde*. Paris: Belin, 1999.

MANN, M. Has globalization ended the rise and rise of nation-State? In: COX, K. (Ed.). *Political Geography: critical concepts in the social sciences*. London/New York: Routledge, 2005. p. 113-136.

_____. The autonomous power of the State (1984). In: AGNEW, J. (Ed.). *Political Geography: a reader*. London/New York/Sidney: Auckland/Arnold, 1997. p. 58-81.

_____. *The sources of social power: the rise of classes and nation-States, 1760-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

MARTIN, R. Geography and public policy: the case of missing agenda. *Progress in Human Geography*, v. 25, n. 2, p.189-210, 2001.

NORTH, D. *Institution, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

- OFFE, C.; FUCHS, S. Se halla en declive el capital social? El caso alemán. In: PUTNAM, R. (Ed.). *El declive del capital social*: un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario. Barcelona: Galáxia, 2003.
- O'NEIL, M. M. *As bases territoriais institucionais*: novas configurações no espaço nordestino. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- PECK, J. Grey geography? *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 24, p. 131-135, 1999.
- PLANCHE, J. *Société civile*: un acteur historique de la gouvernance. Paris: Charles Léopold Mayer, 2007.
- PUTNAM, R. *Bowling alone*: the decline and revival of American Community. New York: Simon and Schuster, 2000.
- _____. *Comunidade e democracia*: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RODRIGUES, J. N. *La coopération intercommunale*: regards croisés entre la France et Le Brésil. Tese (Doutorado em Geografia e Planejamento Territorial) – Université Jean Moulin Lyon, Lyon, 2010.
- _____. *A importância do município como escala de gestão no Brasil contemporâneo*. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- ROSIERE , S. Comprendre l'espace politique. *L'Espace Politique*, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://espacepolitique.revues.org/index223.html>>. Acesso em: 28 fev. 2013.
- SAFATLE, V. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006.
- SOUZA, M. *A prisão e a ágora*: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. *Mudar a cidade*: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- TARTARUGA, I.; HEIDRICH, A. *Algumas considerações sobre geografia, gestão das cidades e participação*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2007. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitfee/download/tds/008.pdf>> Acesso em: 10 jul. 20013.
- THOENIG, J. C. Les politiques publiques. In: GRAWTZ, M. ; LECA, J. (Dirs.). *Traité de science politique*, tome 4. Paris: PUF, 1985.
- WARD, K. Geography and public policy: towards public geographies. *Progress in Human Geographies*, v. 30, n. 4, p. 495-503, 2006.
- ZILIO, R. Democratizando o espaço e o poder: participação popular e espaço político nas cidades gêmeas de Santana do Livramento-Rivera. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 37, n. 1, p. 151-162, 2010.

Análise ambiental de remanescentes do bioma Mata Atlântica no litoral sul do Rio Grande do Norte – NE do Brasil

Frederico F. G. Oliveira

Juércio T. Mattos

Resumo

O presente artigo faz uma análise ambiental dos remanescentes de Mata Atlântica no litoral sul potiguar, com identificação, mapeamento e investigação individual de cada fragmento e do todo, medidos a partir de indicadores quali-quantitativos como o número de fragmentos, tamanho, forma, densidade, proporção de borda e relação de vizinhança. O mapeamento foi realizado em escala de 1:25.000, a partir de chaves de interpretação com cruzamento de informações em sistemas de geoprocessamento. Os resultados mostram que os fragmentos de Mata Atlântica apresentam predominância de áreas muito irregulares (60,39%), muito pequenas (64,08%), proporção de borda de 54,34% e densidade mal distribuída (setor sul), indicando que devem ser considerados áreas prioritárias de conservação e preservação com vistas à manutenção de sua integridade ambiental.

Palavras-chave: Ecologia da paisagem. Fragmentos florestais. Índice de fragmentação.

Environmental analysis of Mata Atlântica Remaining biome in the south coast of Rio Grande do Norte – NE of Brazil

Abstract

The main objective of this work is to perform an environmental analysis of Mata Atlântica biome remnants in south coast of Natal (Rio Grande do Norte State – Brazil), performing the identification, mapping and research of each individual

fragment and the total measured from qualitative and quantitative indicators as: number of fragments, size, shape, density, proportion of edge and neighborhood relationship. The mapping was conducted on a scale of 1:25,000 from the keys of interpretation with cross-georeferenced information systems. The results indicate that the fragments of Mata Atlântica Biome areas show dominance of highly irregular (60.39%), small (64.08%), proportion of border (54.34%) and poor distribution of density (southern sector), exhibiting that must be considered as priority areas for conservation and preservation with the purpose of maintaining environmental integrity.

Keywords: Landscape Ecology. Forest Fragments. Fragmentation Index.

Introdução

A biodiversidade da Mata Atlântica brasileira é condicionada por um conjunto de fitofisionomias que propiciaram uma significativa diversificação ambiental, criando as condições adequadas para a evolução de um complexo biótico de natureza vegetal e animal altamente rico. É por este motivo que a Mata Atlântica é considerada atualmente como uma das regiões ecológicas mais ricas em termos de diversidade biológica do planeta (Brasil, 2010, p. 70).

Segundo informações do MMA (Brasil, 2010), quando os primeiros europeus chegaram ao Brasil, a Mata Atlântica recobria aproximadamente 15% do território brasileiro. Nos dias atuais, ocupa somente 1,19% do território ou 7,91% de sua área original com cerca de 102.012 km² preservados. Segundo dados de Fundação SOS Mata Atlântica e do Inpe (2011), no Rio Grande do Norte, a Mata Atlântica ocupava originalmente 6% do território do estado, abrangendo uma área de 3.438 km². Contudo, considerando a soma das matas de tabuleiro, mangues e restingas, atualmente os remanescentes ocupam somente 485,49 km², ou seja, uma área de 14,12%, quando considerado seu estado original. Segundo Maciel (2011), esses remanescentes encontram-se altamente fragmentados, com 72% dos fragmentos menores que 10 ha e somente 3% com área maior que 100 ha. Dessa forma, a pequena expressividade espacial das florestas decíduas no estado, aliada ao intenso desmatamento que têm sofrido [...] tem tornado muito difícil a localização de fragmentos relativamente extensos e bem conservados (Cestaro, 2002, p. 1).

De acordo com Oliveira (2011), a supressão de florestas de Mata Atlântica inseridas no Rio Grande do Norte, ocorreu, basicamente, para dar suporte ao estabelecimento da cultura de cana-de-açúcar, às culturas permanentes, como frutíferas e à pecuária extensiva, repercutindo em uma grande fragmentação florestal na já estreita faixa de Mata Atlântica do estado. Atualmente, além das pressões vinculadas a estas atividades, somam-se outras influências, como as atividades ligadas ao turismo, o crescimento das áreas urbanizadas e especulação imobiliária. Campanili e Prochnow (2006, p. 158) indicam que as atividades que mais impactaram esse bioma no estado foram as atividades agrícolas, principalmente a

expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar e de frutíferas arbóreas, o desenvolvimento de atividades voltadas para a carnicultura em áreas de manguezal e a expansão urbana em áreas litorâneas.

A fragmentação de ecossistemas foi estudada por uma série de pesquisadores interinstitucionais e publicada pelo MMA (Brasil, 2003), que produziu uma série de análises sobre as causas e efeitos na biodiversidade dos fragmentos florestais no país. Este estudo indica que o processo global de fragmentação de habitats é, possivelmente, a mais profunda alteração causada pelo homem ao meio ambiente. Muitos habitats naturais que eram quase contínuos foram transformados em paisagens semelhantes a um mosaico, composto por manchas isoladas de habitat original. O processo de fragmentação causado pelo homem tem como característica principal a sua ocorrência em grande escala espacial numa pequena escala de tempo. Durante esse processo, as manchas de habitat remanescentes, os fragmentos ao acaso, vão desfavorecer as espécies cujas manchas tenham sido destruídas em maior quantidade. Vários serviços ambientais são prestados pelos ecossistemas à sociedade humana, tais como a produção de água. Dessa forma, a alteração dos ecossistemas leva à perda desses serviços com consequências deletérias tanto a médio, quanto a longo prazo.

Nesse contexto, este artigo tem por objetivo realizar uma análise ambiental dos remanescentes de Mata Atlântica no litoral sul potiguar, considerando as atividades econômicas e os impactos ambientais aqui discutidos, com a identificação, mapeamento e análise individual de cada fragmento e o todo, a partir dos seus graus de fragmentação, medidos a partir dos seguintes indicadores quali-quantitativos: número de fragmentos; tamanho; forma; densidade; proporção de borda e relação de vizinhança.

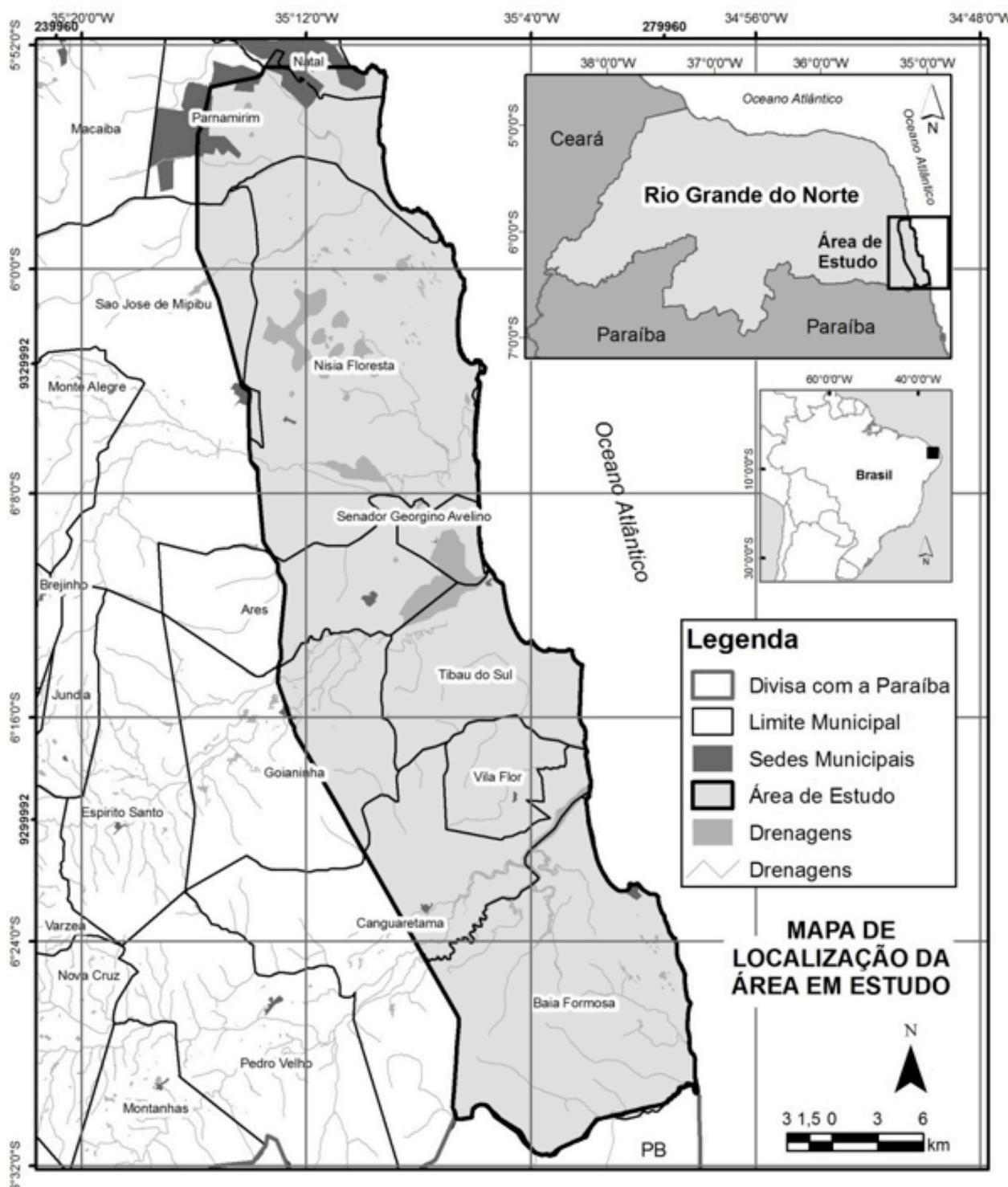
Material e métodos

A área em estudo está situada na região Nordeste do Brasil, ocupando o trecho sul do litoral oriental do estado do Rio Grande do Norte, totalizando uma área de 1.071,08 km². Encontra-se localizada entre as coordenadas geográficas 05°52'43,1" a 6°31'39,3" de latitude sul e 34°58'04,1" a 35°15'52,3" de longitude oeste (Figura 1).

Os fragmentos mapeados abrangem especificamente as fisionomias vegetais originais classificadas como florestas estacionais semideciduais e áreas de tensão ecológica (contato), não abrangendo formações pioneiras de restinga fixadora de dunas, manguezais, campos salinos, comunidades ribeirinhas, aluviais e lacustres. O MMA (Brasil, 2010, p. 63) define a floresta estacional semidecidual como condicionada por dupla estacionalidade climática, definida, na região tropical, por dois períodos pluviométricos bem marcados, um chuvoso e outro de estiagem, com temperaturas médias anuais em torno de 21 °C. Essa estacionalidade atinge os elementos arbóreos dominantes, induzindo-os ao repouso fisiológico, determinando uma porcentagem de árvores caducifólias entre 20% e 50% do conjunto florestal. Quanto às áreas de tensão ecológica, definem que constituem os contatos entre os tipos de vegetação que podem ocorrer na forma de ecótono, quando a transição se dá por uma mistura florística, envolvendo tipologias com misturas fisionômicas semelhantes ou claramente distintas; ou na forma de encrave, quando a distinção das tipologias vegetais, ou mosaicos entre distintas regiões ecológicas, reflete uma transição edáfica e resguarda sua identidade ecológica.

Figura 1

Localização da área em estudo no contexto nacional e estadual



Vale destacar que este artigo não objetiva o levantamento sucessional, nos fragmentos, das classes de vegetação nativa nos estágios avançado, médio e inicial de regeneração. O conceito adotado neste trabalho para fragmento florestal segue a proposição de Forman e Godron (1986) e Gorman e Karr (1978¹ apud Brasil, 2003, p. 32), que o considera a divisão em partes

¹ GORMAN, O. T.; KARR, J. R. Habitat structure and stream fish communities. *Ecology*, v. 59, n. 3, p. 507-515, 1978.

de uma unidade do ambiente, partes estas que passam a ter condições ambientais diferentes de seu entorno. Ainda destaca que, nesse caso, a fragmentação é o processo pelo qual um hábitat contínuo é dividido em manchas, ou fragmentos, mais ou menos isoladas.

A identificação e a delimitação vetorial dos remanescentes florestais considerou padrões ou chaves de interpretação distribuídas hierarquicamente, usando técnicas de visualização direta em tela, a partir de um mosaico de imagens em 1:25.000 (Rio Grande do Norte, 2006). Os limites das unidades florestais foram topologicamente estruturados para constituir os polígonos de cada fragmento, os quais foram vinculados a um conjunto de atributos quali-quantitativos, em tabelas de banco de dados a eles associadas.

Em função da imagem utilizada na delimitação dos fragmentos ser do ano de 2006, foi realizada uma atualização cartográfica para detecção da presença dos fragmentos florestais a partir de uma imagem orbital do satélite TM Landsat 5 de 06/09/2010, com órbita-ponto 214-65, com a composição e tratamento digital de variadas bandas em RGB, além de imagamentos oblíquos realizados a partir de sobrevoos aéreos por aeronave e por trabalhos de campo. A escala básica de 1:25.000 permitiu uma ampliação do detalhamento da mesma para 1:2.000, sem distorções da qualidade da imagem, possibilitando, um maior detalhamento e melhor abrangência da identificação dos fragmentos florestais. Assim, foi possível aumentar o espectro de alvos identificados e as amplitudes de áreas dos remanescentes.

A delimitação geométrica dada a cada fragmento foi feita considerando sua continuidade florestal, sem barreiras antrópicas associadas às variadas formas de uso da terra como estradas, pastos ou cidades. Seus limites foram estabelecidos pelas conexões visuais florestais existentes no próprio fragmento, independentemente de sua dimensão, mas tomando como referência princípios vinculados à existência de corredores ecológicos, mesmo que em pequena escala espacial e de biodiversidade. Dessa forma, cada fragmento mapeado tem uma continuidade vegetal, independentemente de sua dimensão, perímetro, forma ou relevância ecológica.

Sua operacionalização foi baseada nos trabalhos de Kleinn et al. apud Metzger (2003) para o grau de fragmentação/número de fragmentos (NF), Meunier (1998) para a forma dos fragmentos e Trindade et al. (2004; 2005; 2007) que, descrevem as metodologias detalhadamente. De forma geral, o trabalho foi realizado a partir da escolha das imagens, com a criação de um mosaico digital que envolve toda área de estudo em escala de 1:25.000, mas com ampliação para 1:2.000. A partir desta etapa foi realizada a vetorização dos fragmentos de Mata Atlântica existentes na área, considerando chaves de interpretação e os princípios discutidos no parágrafo anterior. Cada fragmento recebeu um identificador, aqui denominado como geocódigo, que permite separar as informações em banco de dados.

Com o mapeamento básico foi possível o cruzamento de informações em SIG (ArcGis 9.3) para o estabelecimento das etapas posteriores associadas ao grau de fragmentação, tamanho, forma, densidade e proporção de borda em software geoestatístico Surfer 9.0, com análises em estimador de densidade Kernel e do índice de fragmentação.

O grau de fragmentação foi medido através do índice do número de fragmentos (NF) (Kleinn et al. apud Metzger, 2003) que revelou através do mapeamento, o número total de fragmentos existentes na área de estudo. Estes fragmentos foram classificados quanto ao tamanho, forma, densidade e proporção de borda. Quanto ao tamanho, foram atribuídas três ca-

tegorias: pequeno (<10 ha), médio (10-100 ha) e grande (>100 ha). Quanto à forma, tomou-se como referência o trabalho de Meunier (1998) que classificou os fragmentos como “muito irregulares”, “irregulares” e “regulares”. Com este método, calculou-se o índice de fragmentação a partir da razão entre a área de um fragmento e a área de um círculo hipotético com perímetro igual ao do fragmento florestal. Dessa forma, fragmentos com índice < 0,4 foram classificados como muito irregulares, com índice entre 0,4 e 0,65, como irregulares e fragmentos com índice > 0,65, como regulares (Quadro 1).

índice da forma	tipo	diagnóstico
índice < 0,4	áreas muito irregulares	Maior influência dos fatores externos sobre o fragmento com ações antrópicas sobre suas bordas.
índice entre 0,4 e 0,65	áreas Irregulares	Bordas menos protegidas.
índice > 0,65	áreas regulares	Menor influência de fatores externos. Efeito de borda menos acentuado.
índice = 1,0	áreas perfeitamente circulares	Situação ideal, mas com ocorrência pouco provável. Centro da área mais protegido.

fonte: Adaptado de Meunier (1998).

Com isso, foram atribuídos aos fragmentos, os valores referentes aos seus índices de fragmentação. Os polígonos referentes aos fragmentos passaram por um processo de conversão geométrica com a criação de pontos de centroides para cada poligonal com objetivo de se realizar uma análise geoestatística de distribuição espacial dos índices de fragmentação, a partir do método de interpolação linear de krigagem, no software Surfer 9.0. Segundo Landim (2003, p. 185), a krigagem se torna viável em função de haver a melhor estimativa possível para locais não amostrados, pela minimização da variância do erro. Após a análise geoestatística foi gerado um mapa interpolado com distribuição dos índices de fragmentação com os valores de 0 a 1 (muito irregular a perfeitamente circular) com intervalos de distribuição a cada índice de 0,01 e com variáveis visuais de cor variando do vermelho (muito irregular) ao azul (áreas perfeitamente circulares).

Para a definição dos índices de densidade dos fragmentos, foi estabelecida uma análise a partir do método de estimador de densidade Kernel que tem como conceito básico o desenho de uma adjacência circular ao redor de cada ponto ou linha das amostras observadas do projeto, aplicando a esta, uma função matemática que vai de 1 na posição do ponto a 0, na periferia da vizinhança. Segundo Camargo, Fucks e Câmara (2002, p. 8) os estimadores Kernel são uma alternativa viável a métodos mais sofisticados de interpolação, pois não requerem a parametrização da estrutura de correlação espacial (como no caso da geoestatística). As superfícies interpoladas são suaves e aproximam muitos fenômenos naturais e socioeconômicos.

Sua operacionalização foi gerada a partir dos vetores de atributo geométrico de linha dos 515 fragmentos encontrados na área de estudo. Como valor de vizinhança, foi estabelecido o raio de 500 metros ao redor de cada vetor, os quais foram distribuídos pelo método de

intervalos iguais com a definição de 10 classes espacializadas em mapa e distribuídas por gradiente de cores. A definição dos índices de densidade dos fragmentos florestais não considera a dimensão dos fragmentos, mas uma análise da concentração regionalizada dos fragmentos.

Para medir a proporção de borda dos fragmentos, foi multiplicado o perímetro total dos fragmentos em metros (obtido pela soma de todos os perímetros) por 50 m, obtendo-se a área total de bordas. O valor de 50m foi utilizado por ser essa a largura de borda geralmente encontrada em florestas tropicais (Murcia; Young; Mitchell apud Trindade et al. 2004, p. 1) e sugerida por Silva apud Trindade et al. (2004). O valor obtido foi dividido pela área total dos fragmentos e multiplicado por cem para obter a proporção de borda dos fragmentos em percentual (Metzger; Décamps apud Trindade et al., 2004, p. 1).

Essa relação significa que o tamanho de um fragmento pode ter efeito direto na sobrevivência das populações de plantas e animais nele contidas, pois representa a quantidade de habitat necessário para os organismos. Quanto menor o fragmento, maior a influência dos fatores externos sobre ele. Em fragmentos pequenos, a intensidade dos efeitos de borda é destacadamente mais evidente, como, por exemplo, aumento da taxa de mortalidade de árvores e alterações microclimáticas severas. Por possuírem menor área, os fragmentos pequenos também abrigam populações pequenas e muitas vezes inviáveis para a manutenção da espécie (MMA; RANTA et al. apud TRINDADE et al., 2004, p. 2). Complementando, Trindade et al. (2004) ressaltam que a forma de um fragmento afeta diretamente a relação entre seu perímetro e sua área. Quanto menor for essa relação, menor será a borda e, quanto maior a relação, maior será a borda. Quanto maior a proporção de borda de um fragmento, menor será a área central que é a área efetivamente de habitat para as espécies e mais similar à vegetação pristina da região.

As diferentes formas de uso e a cobertura da terra na vizinhança ou adjacências dos fragmentos influenciam e condicionam as intensidades dos danos a que estes estão submetidos, principalmente quanto ao efeito de borda. Dessa forma, propõe-se aqui também a elaboração de uma análise a partir de uma relação de vizinhança desses remanescentes, considerando o cruzamento de informações espaciais geradas a partir de *buffer zones* com um mapeamento da cobertura e usos da terra. Sua operacionalização se deu a partir de operações de vizinhança que caracterizam-se pelo fato de os valores de atributos de novas células serem calculados com base nos valores das células que pertençam a uma vizinhança existente no plano de informação original. Elas avaliam as características da área na vizinhança de uma localização específica (Miranda, 2010, p. 103). Uma das operações de vizinhança mais usadas é a “proximidade”. Segundo Miranda (2010), uma função de proximidade muito usada é conhecida como corredor ou zona de contenção – *buffer zone*. Silva (1999) define essas áreas como uma análise de proximidade ou operação de *buffer* ou análise de corredores, que consiste em gerar subdivisões geográficas bidimensionais na forma de faixas, cujos limites externos possuem uma distância fixa *x* e cujos limites internos são formados pelos limites da expressão geográfica em exame.

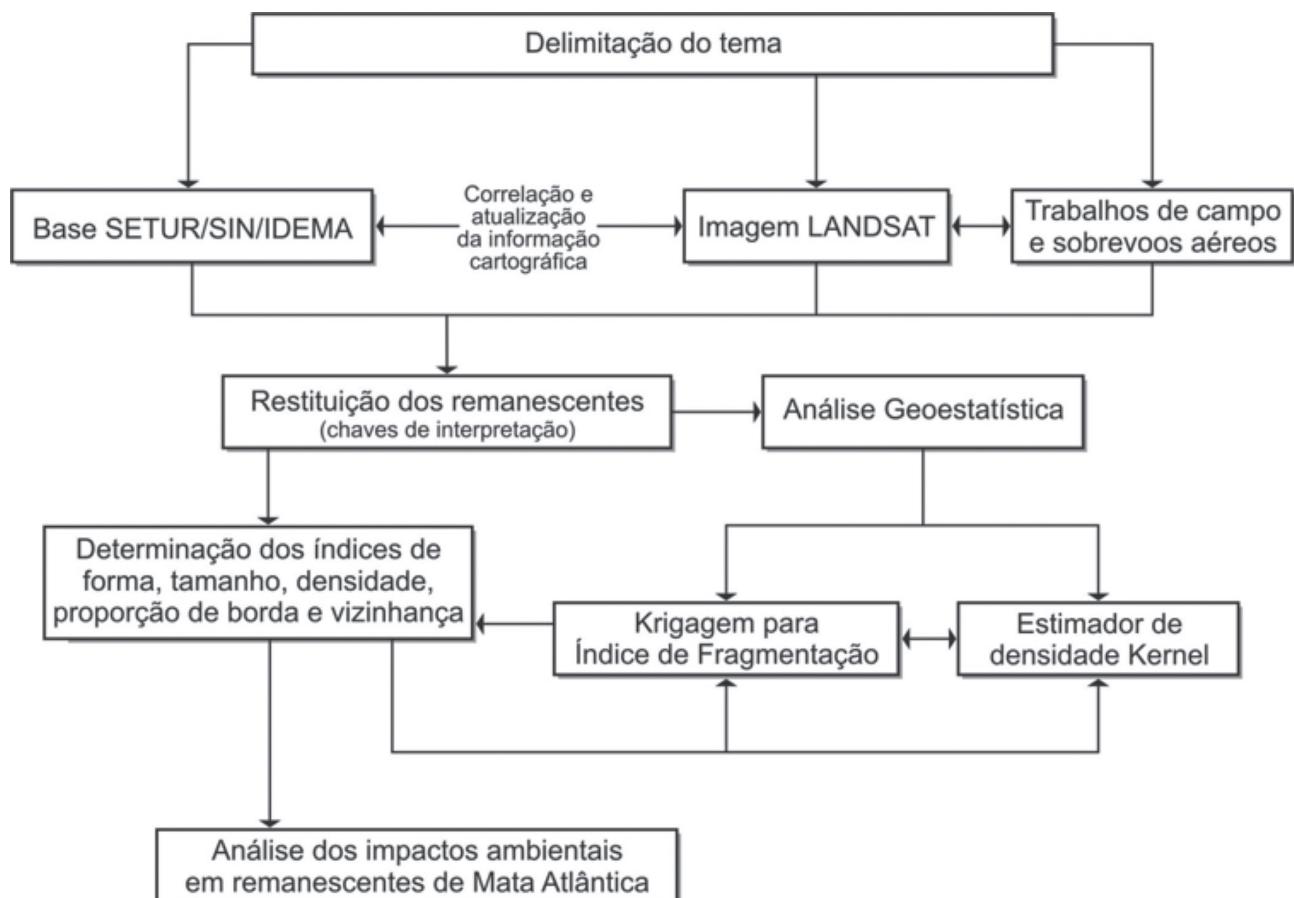
Assim, essa análise foi realizada considerando o estabelecimento de um *buffer zone*, com valor de 100 metros a partir dos limites externos ou bordas de cada segmento/polígono referente ao fragmento florestal. O valor de 100 metros foi estabelecido em função do entendimento de que é nessa faixa de terra que os diferentes usos geram, com maior intensidade,

os impactos sobre os remanescentes florestais. As *buffer zones* que ultrapassaram os limites da área de estudo foram recortadas e adequadas às análises dentro dos limites da área de interesse. Em seguida, com a criação e adequação das *buffer zone*, fez-se um corte de suas áreas sobre as classes de uso e cobertura da terra já mapeadas com o acompanhamento de seu respectivo banco de dados. Com isso, foram definidas as classes de uso na faixa de 100 metros nas vizinhanças de todos os 515 fragmentos mapeados, estabelecendo dessa forma, uma relação de vizinhança intrínseca entre cada fragmento e os usos e cobertura da terra adjacentes, e como estes, os influenciam, a partir de suas funcionalidades.

Na Figura 2, pode-se observar o encaminhamento metodológico realizado, como um todo na execução da análise ambiental sobre os remanescentes de Mata Atlântica na área de estudo.

Figura 2

Fluxograma do roteiro metodológico da análise ambiental de remanescentes de Mata Atlântica na área de estudo



fonte: Elaborada pelos autores.

Resultados e discussão

As atividades socioeconômicas desenvolvidas na área em análise desencadeiam processos ambientais danosos aos poucos fragmentos florestais existentes, pressionando-os demasia-damente e causando, por conseguinte a diminuição de sua biodiversidade e alteração dos seus

ciclos de regeneração. Muitos fragmentos se tornaram secundários com estágios sucessionais iniciais, médios e avançados. Dentre vários impactos ambientais desencadeados sobre os remanescentes florestais de Mata Atlântica na área de estudo, podemos destacar:

- Supressão vegetal para instalação de atividades agropecuárias como a monocultura da cana-de-açúcar; plantações de subsistência, horticultura, coqueiros, cajueiros e pecuária. Além disso, ocorrem desmatamentos para criação de estradas de ligação entre glebas, fazendas e talhões;
- Supressão vegetal com objetivo de instalação de equipamentos urbanos, como conjuntos habitacionais horizontais; loteamentos; residências particulares e comércio; além de infraestrutura básica para atender a forte demanda turística existente, como estradas; hotéis; pousadas; complexos turísticos e de lazer;
- Supressão vegetal nas margens de áreas depressivas para de liberação de bacias hidráulicas na instalação de barramentos e açudagens utilizados prioritariamente para irrigação da cana-de-açúcar;
- Extração de madeira para obtenção de carvão vegetal e lenha, para abastecimento de estabelecimentos comerciais que usam essas matérias-primas em seus fornos;
- Queimadas nos canaviais, acelerando os efeitos de borda dos fragmentos florestais, afugentando a fauna associada;
- Coleta, caça e captura de exemplares da biodiversidade, com tráfico de animais silvestres para comercialização nas feiras livres das cidades próximas e na capital do estado;
- Supressão de vegetação para abertura de áreas de empréstimo com retiradas de matéria-prima de sedimentos da Formação Barreiras para construção civil e grandes obras públicas como estradas;
- Possível contaminação do solo e das águas geradas pela vinhaça da cana-de-açúcar e pelo borrifamento excessivo de defensivos agrícolas.

Os impactos ambientais exercidos nessas áreas condicionam os remanescentes a pequenas áreas desprotegidas e desconectadas, suscitando uma maior vulnerabilidade às influências externas sobre suas bordas e uma condição ambiental mais severa ao habitat interior. Considerando esses fatores, a análise ambiental nos remanescentes de Mata Atlântica inseridos na área de estudo fica mais clara, quando medida a partir de indicadores quali-quantitativos, como tamanho, forma, densidade e proporção de borda, discutidos a seguir.

Quanto ao índice de número de fragmentos (NF), foram mapeados 515 (quinhentos e quinze), distribuídos em uma área total de 13.416,04 ha ou 134,16 km², área que corresponde a 12,53% da área de estudo. Esta área corresponde também a 44,45% das áreas descritas como matas de Mata Atlântica no RN pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Inpe (2009). O menor fragmento encontrado mede 0,0259 ha (0,000259 km²) ou 259,26 m². O maior corresponde à área denominada Mata Estrela no município de Baía Formosa, com 1.889,55 ha ou 18,89 km². A média dos tamanhos dos fragmentos florestais é de 26,05 ha ou 0,26 km².

Quanto às categorias de tamanho, 330 fragmentos são <10 ha, ou seja, pequenos. Isso equivale a 64,08% do total dos fragmentos mapeados. A soma de suas áreas corresponde a 992,38 ha (9,92 km²) ou 7,4% do total de área dos remanescentes. Quanto aos fragmentos de tamanho médio (10-100 ha), foram encontrados 157 polígonos (30,48% do total de fragmentos), os quais totalizam uma área de 5.138,89 ha (51,39 km²) ou 38,30% do total da área dos remanescentes. Foram classificados como grandes (>100 ha) 28 fragmentos. Isso equivale a 5,44% do total de fragmentos mapeados. Contudo, sua área total é de 7.284,77 ha ou 72,85 km². Essa área corresponde a 54,30% do total da área de todos os remanescentes encontrados na área de estudo. A Tabela 1 e a Figura 3 a seguir resumem a distribuição destes valores, descritos também por mapas (Figura 4).

Isso quer dizer que existe uma concentração de grandes áreas em uma pequena quantidade de fragmentos e uma grande concentração de pequenos fragmentos, mas com uma pequena totalização de área, ou seja, existe uma relação inversa entre a quantidade de fragmentos com o total da área destes, condicionando uma característica de supremacia de pequenos fragmentos florestais na área de estudo, conclusões estas semelhantes às encontradas em Uezu e Cullen Júnior (2012), Lang e Blaschke (2009) e Magnago et al. (2013). Esse é um fator negativo, pois pequenos fragmentos são mais vulneráveis a fatores externos. Scariot et al. (2003, p. 106) discorrem sobre isso, relatando que em fragmentos pequenos, a dinâmica do ecossistema provavelmente é determinada por forças externas e não internas. Ainda, segundo os autores, diversos estudos ressaltam uma maior intensidade dos efeitos de borda em fragmentos pequenos, com aumento na mortalidade de árvores e nas taxas de substituição, modificação nas taxas de recrutamento, além de alterações microclimáticas severas exibidas na temperatura e intensidade dos ventos. Por ter menor área, os fragmentos pequenos também abrigam populações pequenas e muitas vezes inviáveis para a manutenção da espécie.

Tabela 1

Resumo quantitativo das categorias de tamanho nos remanescentes de Mata Atlântica encontradas na área de estudo

tamanho dos fragmentos	dimensão	número de fragmentos	% do número de fragmentos	área (km ²)	área (ha)	% do total de área
pequeno	<10 ha	330	64,08	9,92	992,38	7,4
médio	10-100 ha	157	30,48	51,39	5.138,89	38,3
grande	>100 ha	28	5,44	72,85	7.284,77	54,3
totais		515	100	134,16	13.416,04	100

Figura 3

Relação inversa entre o número de fragmentos e sua área total

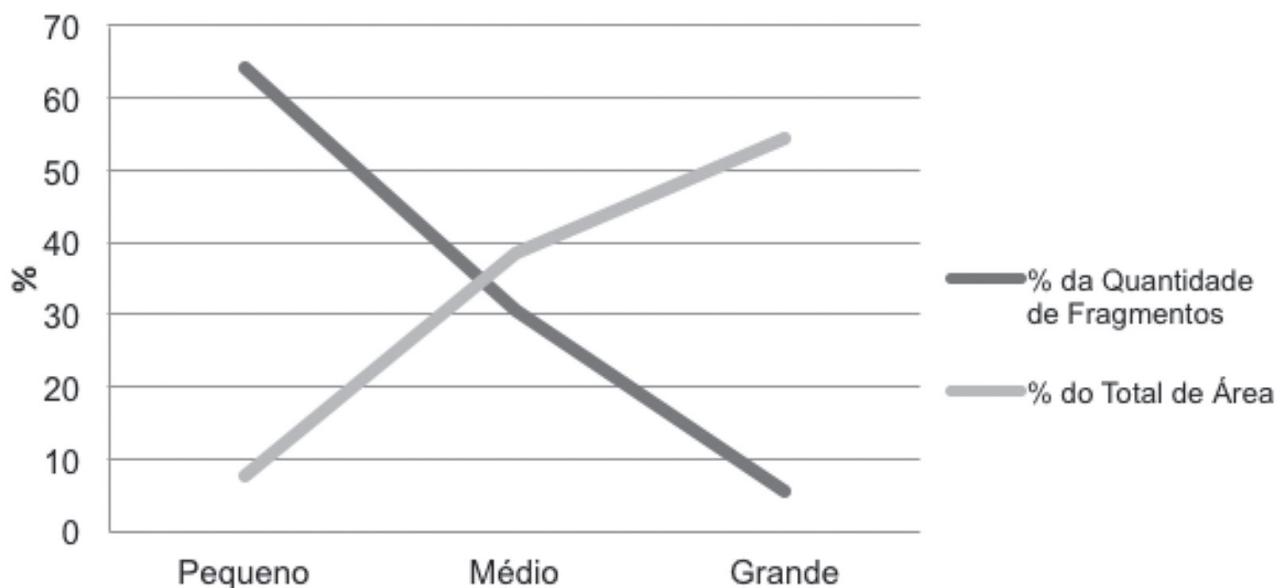
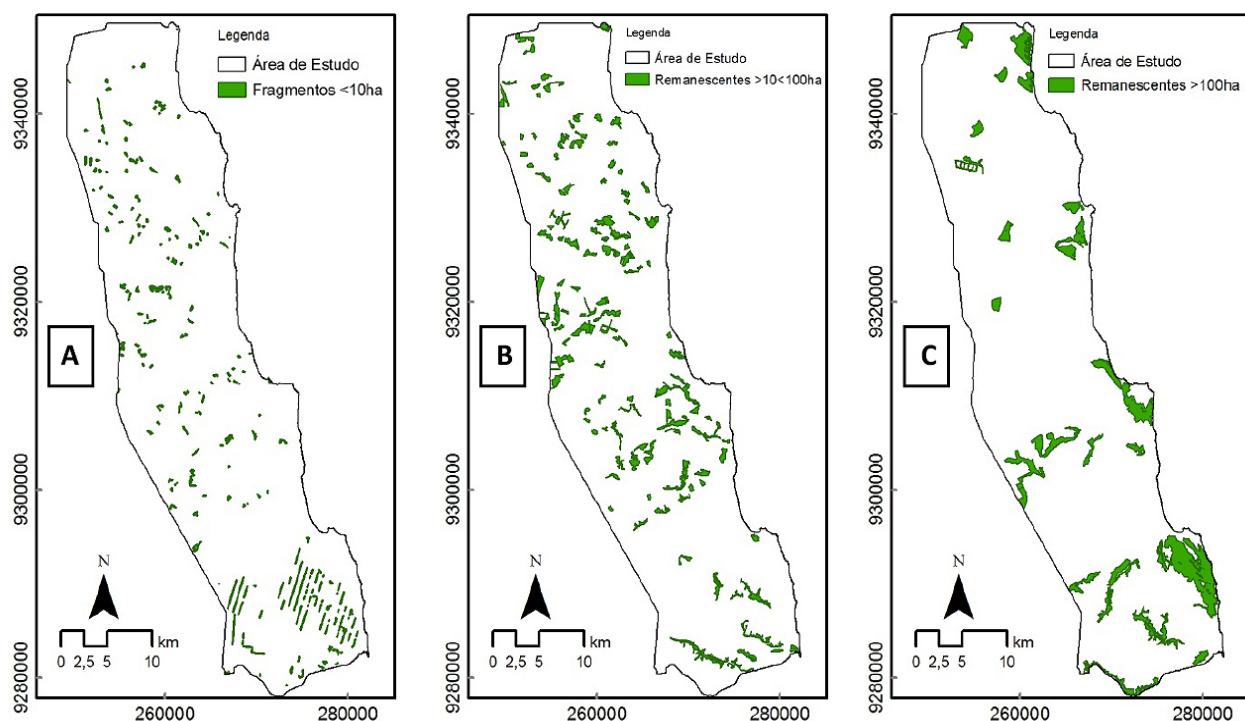


Figura 4

Distribuição espacial dos fragmentos florestais de Mata Atlântica inseridos na área de estudo segundo suas categorias de tamanho: pequeno (A), médio (B) e grande (C)



Em relação à forma ou índice de fragmentação dos remanescentes encontrados, destaca-se o grande número de áreas de forma muito irregulares (índice <0,4), com 311 fragmentos, o que equivale a 60,39% do total dos fragmentos e 89,69% ou 108,25 km² (10.825,34 ha) da área total dos fragmentos. Como comparação, os fragmentos mapeados como de forma regulares (índice >0,65) abrangem somente 3,68% ou 4,94 km² (493,82 ha) da área de estudo, com um total de 64 fragmentos ou 12,43% do seu total. Os fragmentos de forma irregulares (índice 0,4 – 0,65) somam 140, o que equivale a 27,18% do total dos fragmentos e 15,63% ou 20,97 km² (2.096,86 ha) de sua área total. A partir destes dados e considerando o cruzamento tamanho x forma dos fragmentos x quantidade de fragmentos, nota-se a existência de uma relação diretamente proporcional. Assim, os fragmentos mais irregulares são também os de maior área e em maior quantidade. Do mesmo modo, os fragmentos menos irregulares são os de menor área e menor quantidade. A Tabela 2 e Figuras 5 e 6 resumem essa relação.

Tabela 2

Resumo quantitativo das relações entre tamanho, forma e número de fragmentos de Mata Atlântica encontrados na área de estudo

forma dos fragmentos	índice da forma dos fragmentos	número de fragmentos	% do número de fragmentos	área (km ²)	área (ha)	% do total de área
área muito irregular	<0,4	311	60,39	108,25	10.825,34	80,69
área irregular	entre 0,4 e 0,65	140	27,18	20,97	2.096,86	15,63
área regular	>0,65	64	12,43	4,94	493,82	3,68
totais		515	100	134,16	13.416,02	100

Figura 5

Relações entre tamanho, forma e número de fragmentos de Mata Atlântica encontrados na área de estudo

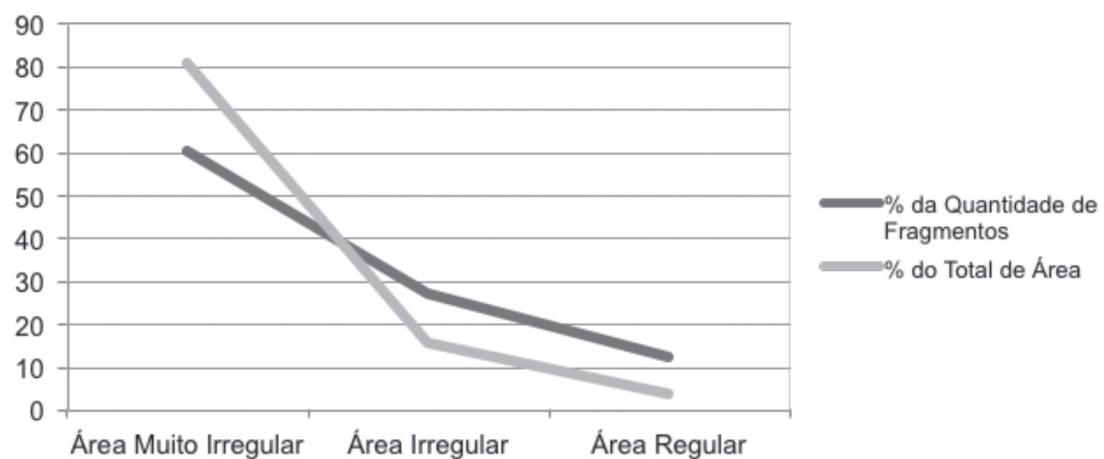
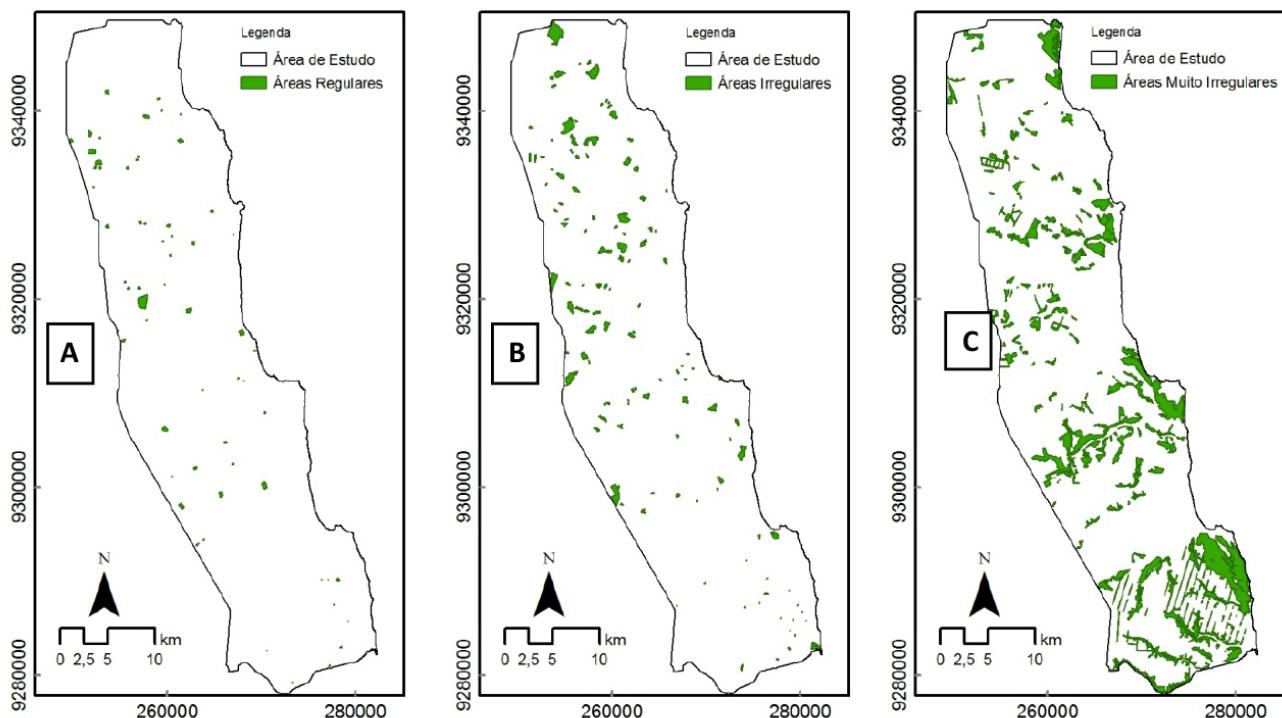


Figura 6

Distribuição espacial dos fragmentos florestais de Mata Atlântica na área de estudo segundo os índices de formas de fragmentação: regular (A), irregular (B) e muito Irregulares (C)



A grande concentração de área e do número total de fragmentos com índices de forma muito irregular, indica que, de forma geral, tanto os maiores remanescentes quanto o seu maior número quantitativo, sofrem intensas influências externas sobre suas bordas, uma vez que, sua irregularidade acaba determinando uma maior razão perímetro/área e consequentemente, maior efeito borda, ou seja existe uma maior área de contato entre o fragmento e os usos externos, provocando uma maior intensidade de ações deletérias sobre seus remanescentes. Por essas razões a proporção de borda nos fragmentos estudados é de 54,34% em relação à área total de remanescentes florestais na área em análise. Scariot et al. (2003, p. 107) destaca que, quanto maior a proporção de borda de um fragmento, menor será a área central, que é a área efetivamente preservada e a mais similar à vegetação original da região. Fragmentos de habitats mais próximos ao formato circular têm a razão borda-área minimizada e, portanto, o centro da área está mais distante das bordas e, consequentemente, mais protegido dos fatores externos. Áreas mais recortadas (invaginadas) têm maior proporção de bordas que as menos recortadas.

Quanto aos índices de densidade de distribuição espacial dos fragmentos florestais, percebe-se que sua maior intensidade fica no setor sul da área de estudo, muitas vezes associadas às áreas de preservação permanente (APP) de margens de rios. Esse

fato também é verificado em outros trechos. Além disso, existem grandes exemplares de fragmentos distribuídos nesse setor, mais notadamente a área conhecida como Mata Estrela e as matas associadas à bacia do rio Guaju.

As relações de vizinhança existentes entre os remanescentes e as diversas formas de uso da terra, possibilitaram saber quais, aonde e quanto, as atividades externas influenciam as bordas dos fragmentos.

Pelo cruzamento de informações sobre o mapa de uso e cobertura da terra elaborado nesta pesquisa e as informações espaciais geradas a partir de *buffer zones* com 100 metros a partir das bordas, chegou-se aos seguintes resultados: a área total de influência dos remanescentes florestais é de 131,94 km² ou 13.194,34 ha. Destes, 0,39% ou 0,51 km² (51,40 ha) são referentes à aquicultura intensiva (carcinicultura). 30,06% ou 39,66 km² (3.965,79 ha) são referentes a áreas campestres, incluindo aí solos expostos e vegetações rasteiras. Corpos d'água continentais, como lagoas e rios compreendem 1,76% ou 2,32 km² (232,14 ha). Corpos d'água costeiros como as águas estuarinas do complexo Nísia-Papeba-Guaraíras e Canguaretama compreendem 0,11% ou 0,15 km² (15,23 ha). As áreas denominadas como de cultura permanente compreendem 7,37% ou 9,72 km² (972,18 ha). Essas áreas incluem os coqueirais e demais árvores frutíferas. A cultura temporária é a grande influenciadora externa dos remanescentes, pois abrange 41,98% ou 55,39 km² (5.539,18 ha) da área. 6,71%, o que equivale a 8,85 km² ou 885,06 ha, se referem a outras fisionomias vegetais que não se enquadram nesse levantamento, como Formações Pioneiras de restinga e manguezais. A pastagem/pecuária abrange 7,95% ou 1049 km² (1048,63 ha) da área e as áreas urbanas (incluindo toda a infraestrutura), totalizam 3,67 ou 4,85 km² (484,73 ha).

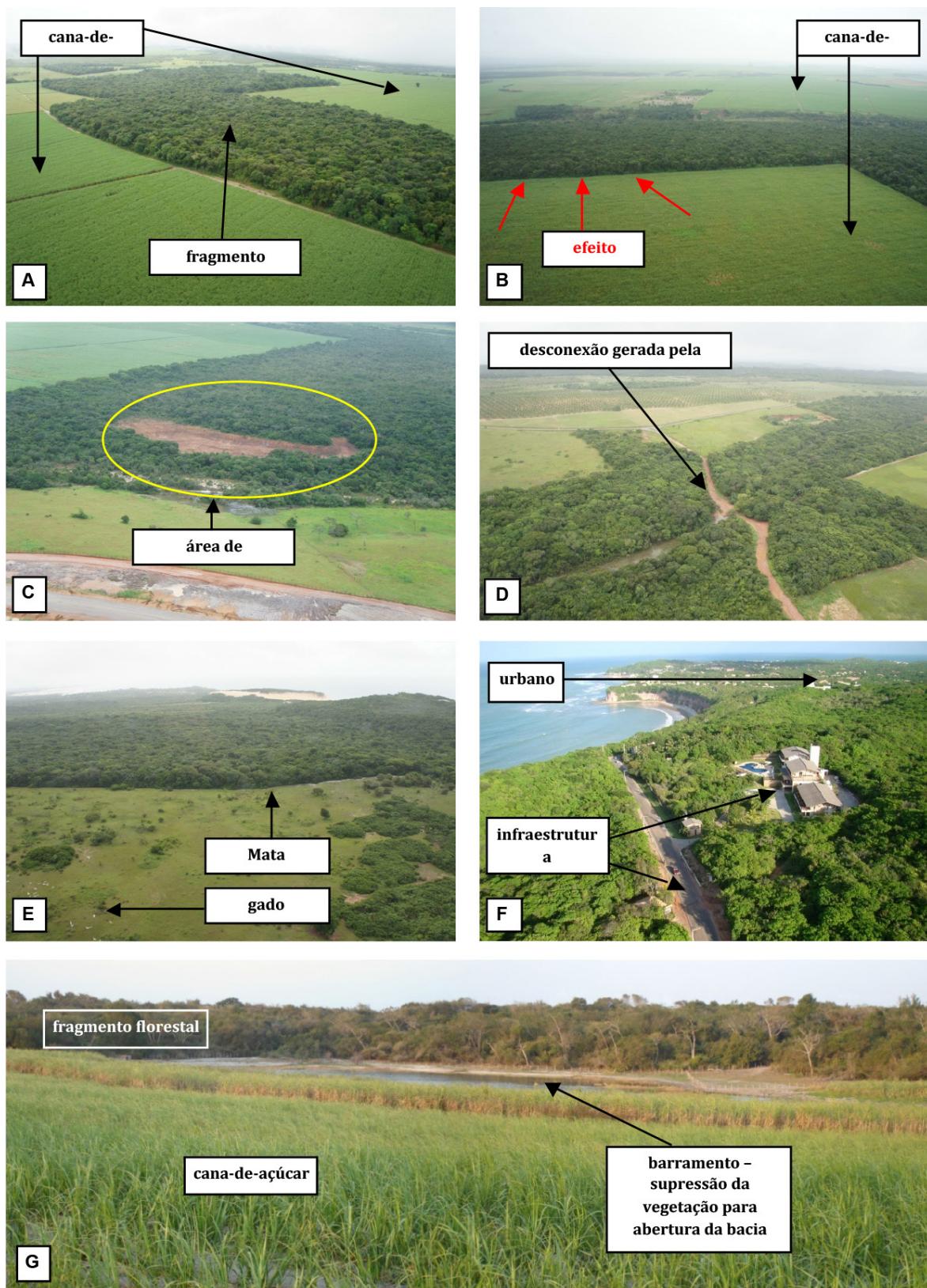
Tabela

Distribuição das relações de vizinhança entre os fragmentos de Mata Atlântica encontrados na área de estudo e os diferentes usos e coberturas da terra

cobertura e uso da terra	área (km ²)	área (ha)	porcentagem
cultura temporária	55,39	5.539,18	41,98
campestre	39,66	3.965,79	30,06
pastagem-pecuária	10,49	1.048,63	7,95
cultura permanente	9,72	972,18	7,37
outras fisionomias vegetais	8,85	885,06	6,71
área urbanizada	4,85	484,73	3,67
corpos d'água continentais	2,32	232,14	1,76
aquicultura intensiva	0,51	51,40	0,39
corpos d'água costeiros	0,15	15,23	0,11
soma dos valores	131,94	13.194,34	100,00

Figura 7

Imagens de influências de remanescentes de Mata Atlântica na área de estudo

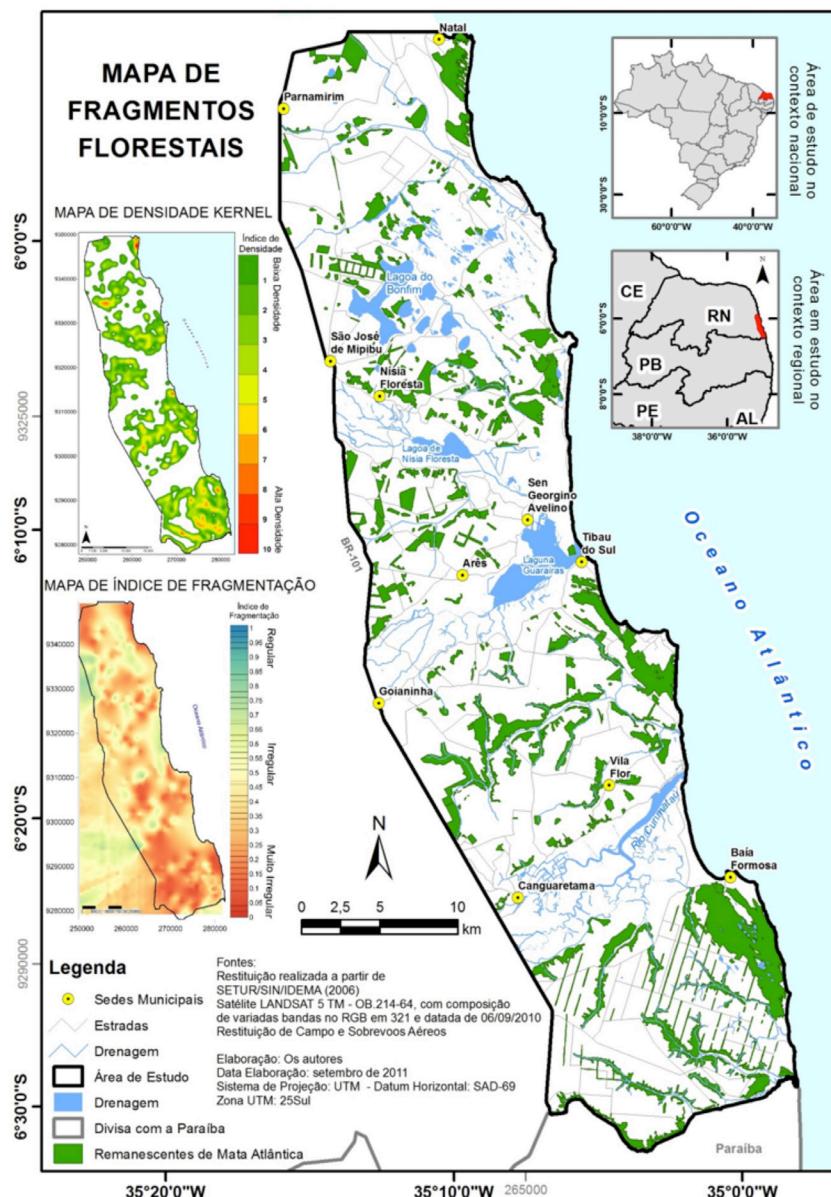


fonte: Fotos feitas pelo autor em trabalho de campo, em sobrevoos aéreos, em 24 de maio de 2011 (A, B, C, D, E) e em 12 de janeiro de 2011 (F), e em terra, em 10 de outubro de 2010 (G).

Coordenadas dos locais das fotos: foto A: $6^{\circ}12'01,4''$ S e $35^{\circ}12'21,0''$ O / foto B: $6^{\circ}20'11,0''$ S e $35^{\circ}10'18,2''$ O / foto C: $6^{\circ}14'34,2''$ S e $35^{\circ}06'23,3''$ O / foto D: $6^{\circ}14'35,9''$ S e $35^{\circ}04'50,7''$ O / foto E: $6^{\circ}12'53,2''$ S e $35^{\circ}05'13,6''$ O. / foto F: sem coordenadas. foto G: $6^{\circ}16'27,6''$ S e $35^{\circ}11'05,6''$ O.

Figura 8

Fragments florestais mapeados



Considerações finais

Os efeitos dos usos da terra no mosaico da paisagem incidem nas bordas dos fragmentos florestais e variam em função da intensidade de cada atividade e das diferenças entre suas próprias características. Nesta análise, pôde-se perceber a influência da cultura temporária – mais notadamente, a cana-de-açúcar – nos remanescentes. Indiscutivelmente, essa é a atividade mais danosa que se desenvolve nas bordas dos fragmentos, com desmatamento lateral para a construção de vias de acesso, queimadas da palha da cana e ampliação da área cultivada, sobretudo num momento de alta do valor das *commodities* do açúcar e do álcool, o que faz parecer que a legislação ambiental sobre a Mata Atlântica (Lei Federal n. 11.428/2006 e Decreto Federal n. 6.660/2008) não está sendo plenamente cumprida.

Apesar de os fragmentos florestais de Mata Atlântica apresentarem predominância de áreas muito irregulares (60,39%), muito pequenas (64,08%), de proporção de borda de 54,34% e de densidade mal distribuída (setor sul) e de estar circundados por cana-de-açúcar e áreas campestres (72,04%), eles ainda podem exercer controle geossistêmico e ecológico da área, pois são refúgios de fauna, hábitat de grande biodiversidade, cobertura de áreas instáveis (relevos fortemente dissecados) e, em algumas áreas, corredores ecológicos para o fluxo gênico regional.

Assim, os fragmentos florestais de Mata Atlântica no RN devem ser considerados áreas prioritárias de políticas públicas que visem sua conservação e preservação, a fim de manter sua integridade ambiental.

Para isso, recomendam-se estudos dos remanescentes florestais em toda a área de ocorrência de Mata Atlântica no estado do Rio Grande do Norte, com o estabelecimento de parâmetros metodológicos mais eficazes, considerando, por exemplo, se as relações de conectividade poderiam gerar um mosaico mais favorável à permeabilidade da paisagem e com a proposição de corredores ecológicos.

Referências

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. *Mata Atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros*. Brasília: MMA, 2010. (Série Biodiversidade, 34.)
- _____. *Fragmentação de ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas*. Brasília: MMA/SBF, 2003.
- CAMARGO, E. C. G.; FUCKS, S. D.; CÂMARA, G. *Análise espacial de superfícies*. São José dos Campos: Inpe, 2002.
- CAMPANILI, M.; PROCHNOW, M. (Orgs.). *Mata Atlântica: uma rede pela floresta*. Brasília: RMA, 2006.
- CESTARO, L. A.. *Fragmentos de florestas atlânticas no Rio Grande do Norte: relações estruturais, florísticas e fitogeográficas*. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.
- FORMAN, R. T. T.; GODRON, M. *Landscape Ecology*. New York: John Wiley & Sons, 1986.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – Inpe. *Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica – Período 2008-2010*. São Paulo, 2011.
- _____. *Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica – Período 2005-2008 (Relatório Parcial)*. São Paulo, 2009.
- LANDIM, P. M. B. *Análise estatística de dados geológicos*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2003.
- LANG, S.; BLASCHKE, T. *Análise da paisagem com SIG*. Trad. Hermann Kux. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

MACIEL, L. V. B. *Análise dos remanescentes de floresta atlântica no estado do Rio Grande do Norte*: uma perspectiva em alta resolução. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Centro de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

MAGNAGO, L. F. S. et al. Os processos e estágios sucessionais da Mata Atlântica como referência para a restauração florestal. In: MARTINS, S. V. (Ed.). *Restauração ecológica de ecossistemas degradados*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2012. p. 69-100.

METZGER, J. P. Estrutura da paisagem: o uso adequado de métricas. In: JUNIOR, L. C.; PÁDUA, C. V.; RUDRAN, R. *Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre*. Curitiba: Ed. da UFPR/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2003.

MEUNIER, I. Conservação da reserva ecológica de Dois Irmãos: potencial e carências para a condução de um plano de manejo de área silvestre. In: MACHADO, I. C.; LOPES, A. V.; PÔRTO, K. C. (Orgs.). *Reserva ecológica de Dois Irmãos: estudos de um remanescente de Mata Atlântica em área urbana*. Recife: Imprensa Universitária/UFPE, 1998. p. 291-307.

MIRANDA, J. I. *Fundamentos de sistemas de informações geográficas*. 2. ed. (rev. e ampl.). Brasília: Embrapa, 2010.

OLIVEIRA, F. F. G. O. *Aplicação das técnicas de geoprocessamento na análise dos impactos ambientais e na determinação da vulnerabilidade ambiental no litoral sul do Rio Grande do Norte*. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2011.

SCARIOT, A. et al. Vegetação e flora. In: RAMBALDI, D. M.; OLIVEIRA, D. A. S. (Orgs.). *Fragmentação de ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas*. Brasília: MMA/SBF, 2003.

RIO GRANDE DO NORTE. SETUR/SIN/IDEMA. Secretaria de Estado do Turismo – Setur; Secretaria de Estado de Infraestrutura – SIN; Idema. *Polo Costa das Dunas*. Brasília: Topocart Topografia, Engenharia e Aerolevantamentos Ltda. Arquivos em formato digital (vetorial e matricial). Escala 1:25.000. 2006.

SILVA, A. B. *Sistemas de informações georreferenciadas: conceitos e fundamentos*. Campinas: Unicamp, 1999.

TRINDADE, M. B. et al. Utilização de sensoriamento remoto na análise da fragmentação da Mata Atlântica no litoral norte de Pernambuco, Brasil. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13., 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Inpe, 2007. p. 1907-1914.

_____. Uso de sensoriamento remoto na análise da fragmentação da Mata Atlântica no litoral norte de Pernambuco, Brasil. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12., 2005, Goiânia. *Anais...* Goiânia: Inpe, 2005. p. 705-712.

_____. A fragmentação da Mata Atlântica no litoral norte de Pernambuco: uma análise da estrutura da paisagem. In: JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UFRPE, 4., 2004, Recife. *Anais...* Recife: Imprensa Universitária, 2004.

UEZU, A.; CULLEN JUNIOR, L. Da fragmentação florestal à restauração da paisagem: aliando conhecimento científico e oportunidades legais para conservação. In: PAESE, A. et al. (Orgs.) *Conservação da biodiversidade com SIG*. São Paulo: Oficina de Textos, 2012. p. 13-23.

Geoprocessamento aplicado ao zoneamento ambiental da bacia do alto rio Coxim-MS

Vitor Matheus Bacani

Ailton Luchiari

Resumo

Este trabalho elaborou um zoneamento ambiental configurado num mapa síntese de ordenamento físico-territorial da bacia do alto rio Coxim (BAC), MS.

Os procedimentos metodológicos fundamentaram-se na estruturação de um banco de dados geográficos implementado num sistema de informação geográfica. Os resultados indicaram que as áreas utilizadas pela pecuária são mais sensíveis à ocupação que as sob manejo da agricultura mecanizada. Foi possível estabelecer áreas prioritárias para preservação, conservação e de uso sustentável.

Palavras-chave: Ordenamento territorial. Zoneamento ambiental. Fragilidade ambiental. Geotecnologias. Rio Coxim.

Geoprocessing applied to environmental zoning in the Upper Coxim River Basin, MS

Abstract

The aim of this study was to develop an environmental zoning set in a synthesis map of physical and territorial planning of the Upper Coxim River Basin (UCB), MS. The methodological procedures were based on the structuring of a geographic database implemented in a Geographic Information System. The results showed that areas associated with livestock activity are more sensitive to the occupation under the management of mechanized agriculture. It was possible to establish priority areas for preservation, conservation and sustainable use.

Keywords: Territorial management. Environmental zoning. Environmental fragility. geotechnology. Upper Coxim River Basin (UCB).

Introdução

As geotecnologias (ou geoprocessamento) constituem-se como um conjunto de procedimentos, técnicas e produtos destinados à coleta e o tratamento de informações espaciais. Trata-se de um termo relativamente recente na Geografia, que abriga diversas áreas do conhecimento, tais como: o sensoriamento remoto, a cartografia digital, os sistemas de informação geográfica, os sistemas de posicionamento global via satélite, a topografia, entre outras.

A transformação dos ambientes naturais em áreas de cultivo é, sem dúvida, a maior intervenção do homem no meio ambiente. A evolução da agricultura para sistema de uso intensivo ou cultivos múltiplos, onde a mesma área é cultivada ininterruptamente, com pouca atenção às suas fragilidades e vocações tem causado impactos em muitas regiões. Em decorrência das mudanças na agricultura, do crescimento demográfico, da evolução industrial, dentre outros, vários problemas foram surgindo, principalmente a partir do século XX (Silva, 2003).

As políticas de incentivo à expansão das fronteiras agrícolas somadas às favoráveis condições edáficas da bacia do alto rio Coxim (BAC) têm evidenciado profundas alterações na paisagem, acarretando problemas ambientais diversos e ainda muito pouco conhecidos. Contudo, torna-se de vital importância a elaboração de um zoneamento ambiental para que se estabeleça uma política eficaz de ordenamento territorial.

O zoneamento ambiental consiste em dividir uma área em parcelas homogêneas, com características fisiográficas e ecológicas semelhantes, nas quais se autorizam determinados usos e atividades e se interditam outros (Brasil, 1991).

A elaboração do zoneamento ambiental deve contemplar segundo Becker e Egler (1996) os seguintes aspectos:

- a) representar instrumento técnico de informações sobre o território, necessária para a sua ocupação racional e o uso sustentável dos recursos naturais;
- b) prover uma informação integrada em uma base geográfica;
- c) classificar o território de acordo com a sua capacidade de suporte ao uso e ocupação.
- d) ser condicionante de planejamento e gestão para o desenvolvimento em bases sustentáveis, colocando-se como instrumento corretivo e estimulador desse desenvolvimento.

Segundo Brasil (1991), o zoneamento ambiental possui vantagens por:

- a) permitir que se determine limite de possíveis irreversibilidades, devido a conflitos ambientais e pontos de fragilidade biológica, antes que se tomem decisões sobre o uso de cada área, que de outra forma poderiam causar danos irreversíveis; tendo, portanto, caráter preventivo;
- b) identificar as atividades antrópicas para cada setor da unidade Ambiental e seu respectivo manejo, possibilitando a descentralização de comando e decisão; e
- c) pelo fato da metodologia do zoneamento ambiental ser flexível, permite que se adapte a definição de manejo de uma zona.

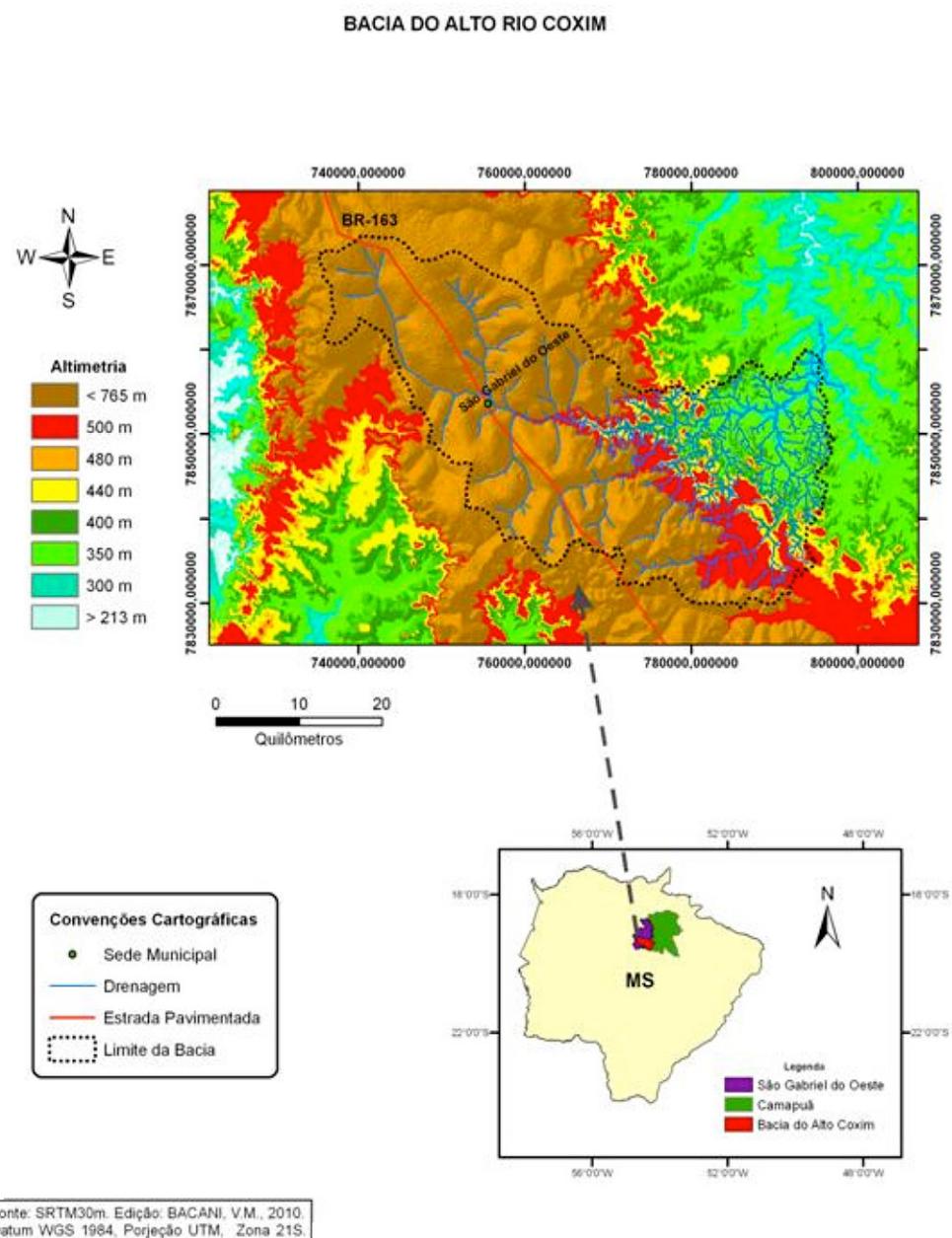
Nesse sentido, o zoneamento ambiental é tido como a base principal para elaboração de um modelo de ordenamento físico-territorial e deve ser visto como um instrumento cuja finalidade é auxiliar a formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento a serem implementadas na BAC.

O objetivo deste trabalho foi elaborar um zoneamento ambiental configurado num mapa síntese de ordenamento físico-territorial da bacia do alto rio Coxim (BAC), MS, organizado num sistema de informação geográfica (SIG).

Área de estudo

A área de estudo é a bacia do alto rio Coxim (BAC), que apresenta uma área de aproximadamente 1.375 km². A BAC abrange parte dos municípios de São Gabriel do Oeste e Camapuã, situados na porção centro-norte do estado do Mato Grosso do Sul, na microrregião do Alto Taquari (Figura 1).

Figura 1
Localização da área de estudo



Caracterização da área de estudo

A cobertura vegetal natural é composta por savana arbórea densa e savana arbórea aberta, sem floresta de galeria. Entretanto, a cobertura vegetal predominante na BAC é agrícola de culturas cíclicas (Brasil, 1982; Abdon, 2004). A área agrícola da bacia concentra-se no município de São Gabriel do Oeste, enquanto em Camapuã predomina a pastagem.

O clima é do tipo Aw, segundo Köppen (clima de Savana), com regime pluviométrico tipicamente tropical, com 80% das chuvas concentradas entre os meses de outubro e março. A média do total pluviométrico anual na área da BAC é 1.489,6 mm e a evapotranspiração anual é superior a 1140 mm (Abdon, 2004).

A geologia da BAC é constituída por uma unidade edafoestratigráfica composta por coberturas detrito-lateríticas neogênicas (Tndl), basaltos da formação serra geral (JKsg), e arenitos da formação piramboia (TRpi) e do grupo Bauru (Brasil, 1997).

A BAC é constituída pela unidade geomorfológica morfoestrutural da bacia sedimentar do Paraná e pelas morfoesculturas da chapada de São Gabriel e do planalto do Taquari, seguidas respectivamente pelas formas erosivas com superfície pediplanada e formas de dissecação convexa.

A unidade morfoescultural da chapada de São Gabriel comprehende a região dos chapadões residuais da bacia do Paraná, caracterizada como uma extensa superfície pediplanada, que possui posição geográfica individualizada, visto que se ressalta em meio a um relevo mais rebaixado e dissecado. A chapada destaca-se pela dominância de modelados planos, com altitude média de 700 metros. A unidade é delimitada em quase toda a sua volta por escarpas erosivas estruturais e ressaltos topográficos decorrentes da presença de rochas eruptivas da formação serra geral. O relevo é esculpido em litologias da unidade edafoestratigráfica detrítico-laterítica sobre as quais desenvolvem-se Latossolos Vermelhos Álicos. A escarpa basáltica que contorna a unidade é dominada pelo cerradão, enquanto o topo do planalto é caracterizado como área antrópica na região de savana (MS, 1990).

Na unidade morfoescultural do planalto do Taquari, destacam-se as depressões internas da região geomorfológica dos planaltos arenítico-basálticos Internos. Trata-se de áreas topograficamente deprimidas (entre 300 e 500 m), via de regra cercadas por escarpas e bordas de patamares estruturais, como no caso da BAC, pela chapada de São Gabriel, que acentua o aspecto da depressão. A unidade é esculpida em litologias do grupo São Bento, originando modelados de dissecação colinosos e secundariamente tabulares, constituídos por neossolos quartzarenos e argissolos vermelho-amarelos.

Materiais e métodos

A fundamentação teórico-metodológica que subsidiou o emprego das geotecnologias no diagnóstico e prognóstico ambiental da BAC se apoia na análise integrada do ambiente, pautada na concepção das unidades ecodinâmicas, preconizadas por Tricart (1977) e Tricart e Kiewietdejonge (1992) e Ross (2006). Este procedimento fundamenta-se na análise da fragilidade empírica proposta por Ross (1994), apoiado no princípio de que a natureza apresenta funcionalidade intrínseca entre seus componentes físicos e bióticos. As unidades de fragilidade dos ambientes naturais devem ser resultantes dos levantamentos básicos de geomorfologia,

solos, cobertura vegetal/uso da terra e clima. Esses elementos tratados de forma integrada possibilitam obter um diagnóstico das diferentes categorias hierárquicas da fragilidade dos ambientes naturais.

Para elaboração do mapa de zoneamento ambiental, além da cartografia da fragilidade ambiental foi necessário espacializar as áreas que apresentam restrições legais à ocupação no denominado mapa de legislação ambiental. O mapeamento realizado visou à identificação das áreas de preservação permanente (APP), segundo as leis ambientais presentes no Código Florestal Brasileiro, Lei Federal n. 4.771/1965, e as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente n. 302 e n. 303/2002. Este documento cartográfico caracteriza-se como uma das principais ferramentas voltadas ao ordenamento territorial, pois combinado com os mapas de uso da terra/cobertura vegetal e de fragilidade ambiental, possibilitou o estabelecimento de zonas homogêneas da paisagem, onde se propõe recomendações referentes aos modos de exploração sustentável do ambiente.

Este procedimento de elaboração do zoneamento ambiental está fundamentado na proposta de Ross (2006). Foram combinados no SIG por meio dos métodos de álgebra de campos por sobreposição ponderada, os mapas temáticos referentes aos tipos de solos, clinográfico e de potencial natural à erosão (dados não mostrados), para determinação das zonas produtivas, as de restrições legais e as zonas de incongruências que consistem em realizar associações causais entre o uso empírico da terra e as determinações legais para proteção da mesma, de modo a identificar as áreas que obedecem ou não à legislação. Estes procedimentos foram realizados no software ArcGIS 9.2, onde foram atribuídas porcentagens de influências iguais aos diferentes “pesos” de cada uma das variáveis (Tabela 1).

Tabela 1

Critérios estabelecidos para elaboração do zoneamento ambiental

zona	categoría	critérios
Zona de Restrições Legais	APP	legislação ambiental
	vegetação natural	remanescentes florestais
Zona Produtiva Rural	baixa restrição	declividade < 6%; potencial à erosão e fragilidade ambiental muito baixa
	média restrição	declividade entre 6% e 20%; potencial à erosão e fragilidade ambiental de baixa a média
	alta restrição	declividade > 20%; potencial à erosão e fragilidade ambiental alta ou muito alta
Zona Urbana	área urbanizada	área construída homogênea
Zona de Incongruência	conflito entre uso da terra e legislação ambiental	combinação de APP com áreas antropizadas

A elaboração do mapa síntese de ordenamento físico-territorial da BAC é resultado da combinação das zonas de restrição à produtividade, geradas no mapa de zoneamento ambiental, do mapa de legislação ambiental e do mapa de uso da terra e cobertura vegetal, implementados no software ArcGIS 9.2. Como resultado final, foram indicadas as áreas prioritárias à preservação, recuperação ou de uso sustentável.

Resultados e discussão

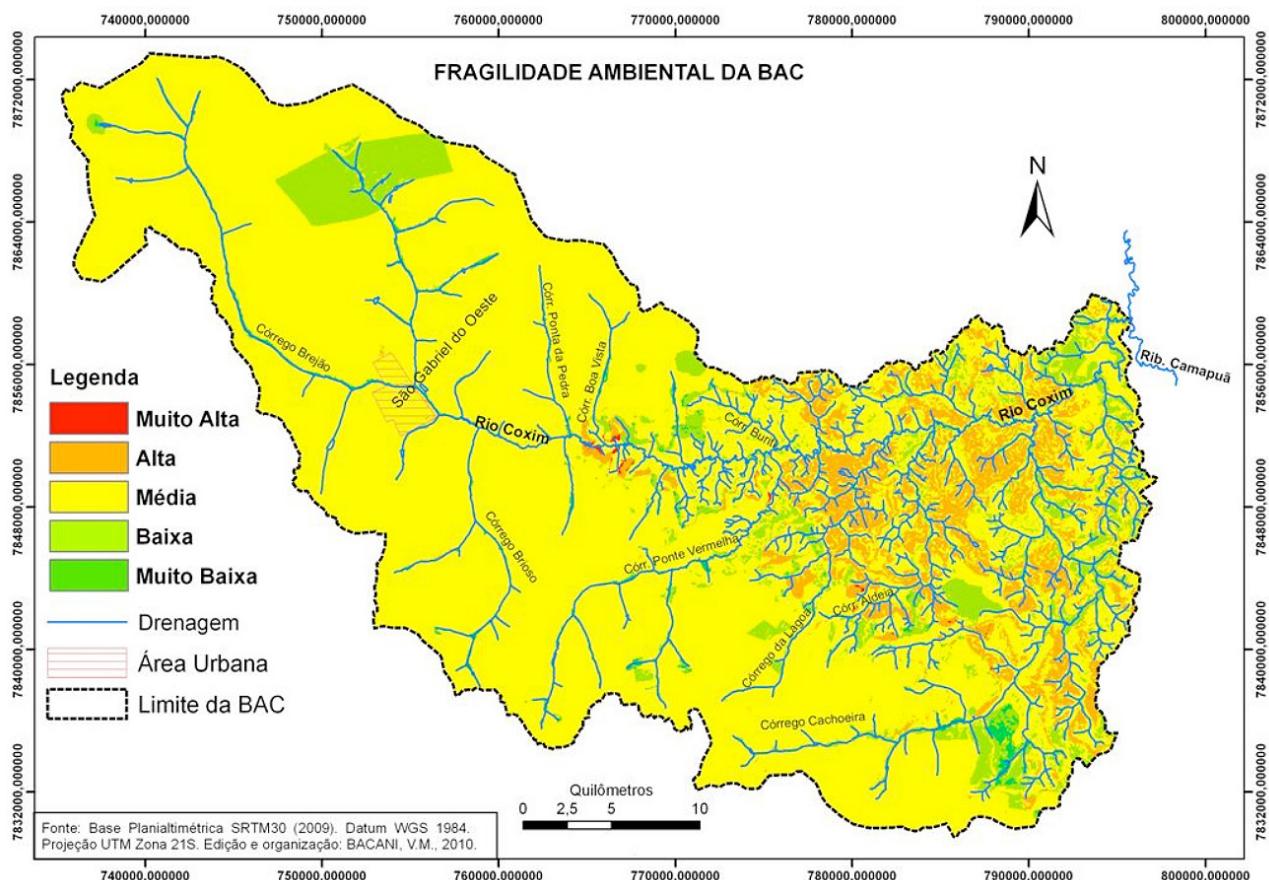
O mapeamento da fragilidade ambiental encontra-se apresentado na Figura 2.

Mais de 80% da BAC enquadra-se como área de média fragilidade ambiental, isso deve significar uma ocupação cautelosa, sobretudo na área de exploração agrícola, onde dominam as médias fragilidades. Exatamente sobre as áreas de relevo mais dissecado, em solos com maior propensão à erosão é onde ocorrem as áreas de maior fragilidade ambiental, o que deve ser interpretado como áreas muito sensíveis à exploração antrópica. Esta classe corresponde às áreas de forte fragilidade, assentadas sobre litologias psamíticas e, consequentemente, solos arenosos e relevo dissecado com fortes inclinações.

As áreas mapeadas como muito frágeis correspondem a pouco menos de 1 km², situadas na escarpa erosiva basáltica que divide a chapada de São Gabriel dos demais planaltos sedimentares do Paraná.

Figura 2

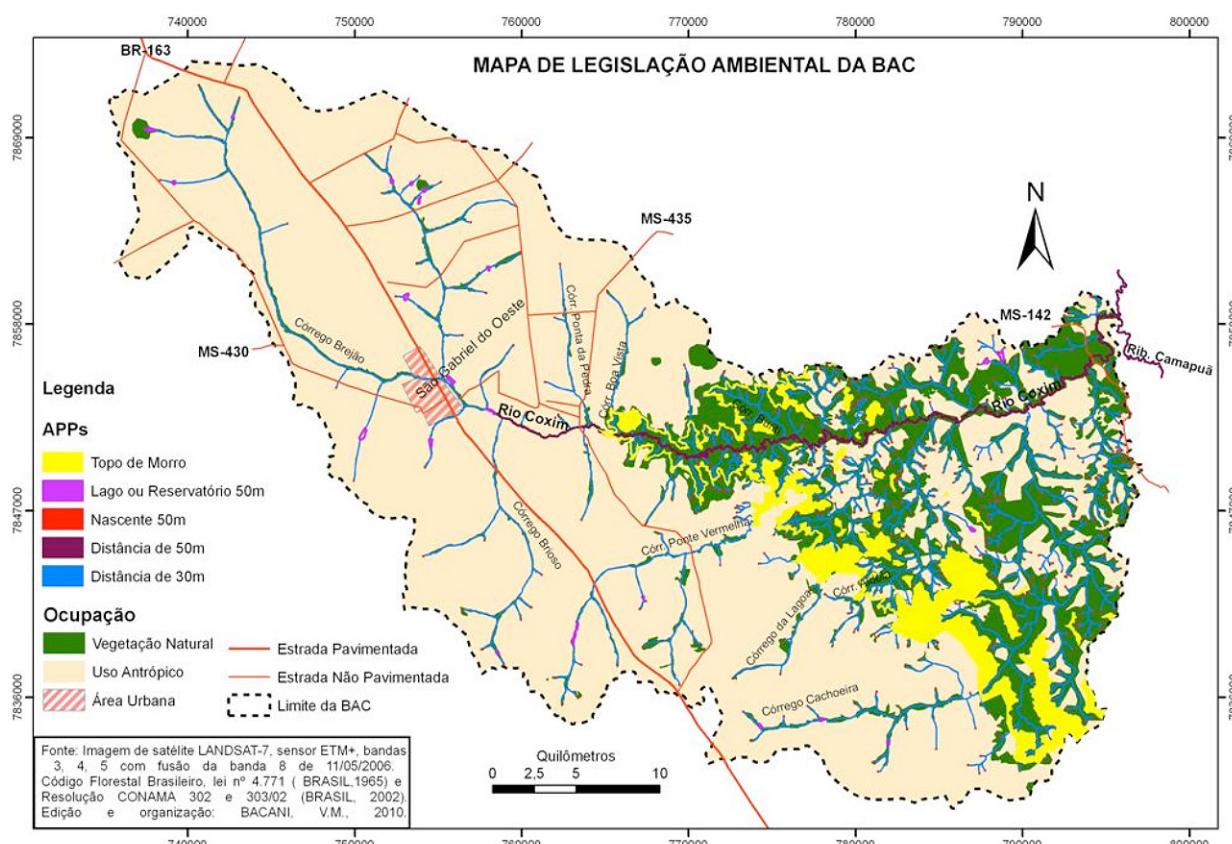
Mapa da fragilidade ambiental



A Figura 3 apresenta o mapa de legislação ambiental da BAC, relacionado com a ocupação do solo: uso antrópico e vegetação natural. Foram identificadas cinco tipo de APP, segundo determinações do Código Florestal Brasileiro (Brasil, 1965) e Resoluções Conama (Brasil, 2002a; Brasil, 2002b), a saber: a) distâncias de 30m de cursos d'água; b) distâncias de 50m de cursos d'água; c) distâncias de 50 m no entorno das áreas de nascente, d) distância de 50m de lagoas, lagos ou reservatórios, tanto naturais quanto artificiais; e e) topos de morros.

O trecho em que o rio Coxim corta a chapada de São Gabriel apresenta uma drenagem com largura inferior a 10 metros, portanto o *buffer* (mapa de distância) gerado foi de 30 metros. Ainda sobre a chapada observou-se APP ligadas às áreas de nascente, onde gerou-se um raio de 50 metros, além de muitas lagoas, a maioria delas artificiais (represas) destinadas à irrigação agrícola.

Figura 3
Mapa de legislação ambiental



Toda borda da chapada de São Gabriel foi mapeada como APP e incluída na classe topo de morro. As APP de topos de morros encontram-se predominantemente sobre as áreas de relevo mais dissecado e de maior fragilidade ambiental.

O rio Coxim, ao adentrar os morros do planalto do Taquari, alarga seu curso entre 10 e 50 metros, até encontrar-se com as águas do ribeirão Camapuã, foz estabelecida para a BAC. Com isso, o *buffer* gerado para o canal principal foi de 50 metros e de 30 metros para seus demais afluentes por se tratarem de córregos com larguras nunca superiores a 10 metros.

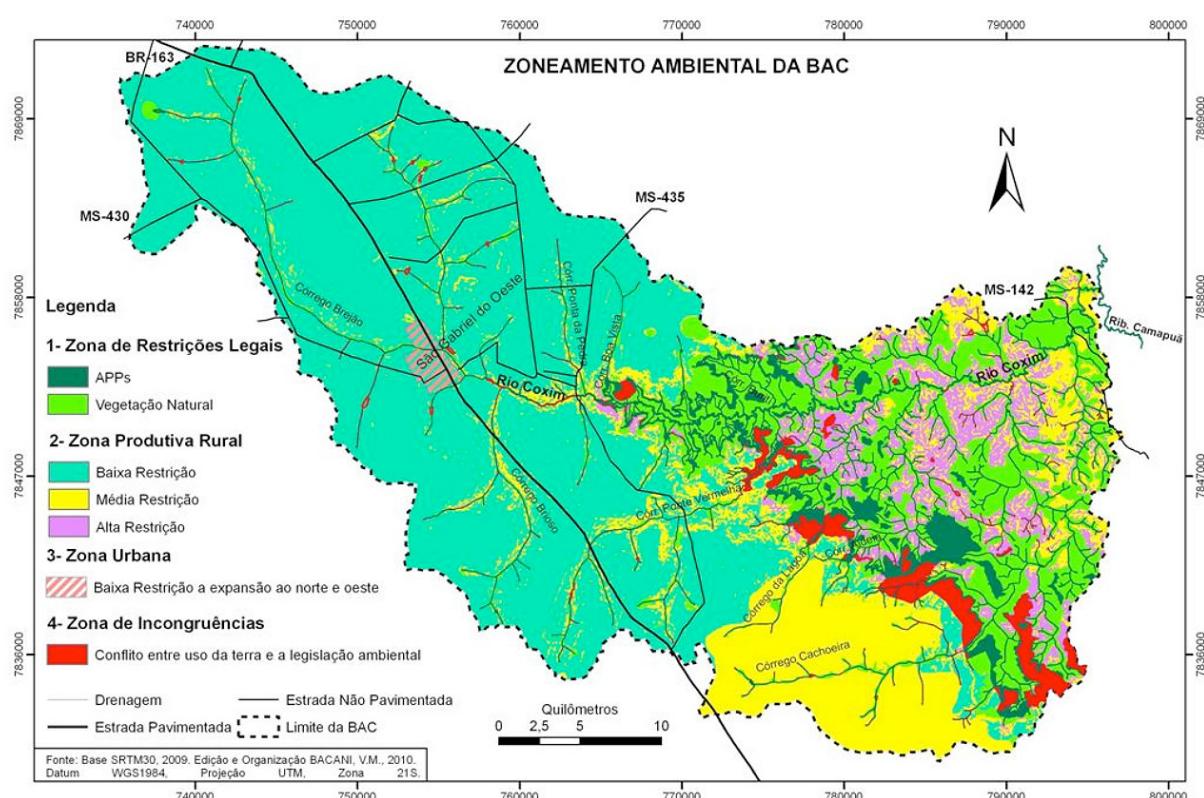
A sobreposição dos topos de morros e *buffers* na ocupação antrópica e natural favoreceu a verificação de áreas que já se encontram em desacordo com a legislação e, sobretudo, estabeleceu critérios para uma reordenação territorial, visto que se trata de um ambiente fortemente antropizado.

Embora a ocupação antrópica intensa na BAC tenha ocorrido após a publicação do Código Florestal (Brasil, 1965), observa-se um forte descumprimento do mesmo. A este problema, atribui-se a ausência de um programa de monitoramento ambiental efetivo que favoreça uma fiscalização adequada. Todavia, a bacia mapeada apresenta áreas de difícil acesso e longas distâncias, entretanto a utilização das geotecnologias enquanto ferramenta de planejamento e gestão ambiental constitui-se numa das mais poderosas armas no sentido de reverter este preocupante quadro.

A Figura 4 corresponde ao mapa de zoneamento ambiental da BAC. Foram mapeadas quatro zonas, a saber: a) Zona de Restrições Legais; b) Zona Produtiva Rural; c) Zona Urbana; e d) Zona de Incongruências.

Figura 4

Zoneamento ambiental da BAC



A Zona de Restrições Legais corresponde às APPs e às áreas de vegetação natural. A inclusão desta última deve-se ao fato da área mapeada caracterizar-se por forte antropização, associada ao desflorestamento.

A Zona Produtiva Rural foi compartimentada em três categorias, quanto ao grau de restrição do meio físico à ocupação.

A classe definida como de baixa restrição, corresponde, genericamente, as vertentes convexas da chapada de São Gabriel, dominada por declividades inferiores a 6%, e classificada como área de muito baixo potencial natural à perda de solo e fragilidade ambiental. Contudo, a baixa restrição à ocupação não isenta a necessidade da utilização de técnicas conservacionistas e a correção da fertilidade dos solos, que embora sejam, via de regra, argilosos, necessitam de correções tais como a calagem para redução da acidez e a adubação para reposição de macro e micronutrientes do solo.

As áreas correspondentes ao médio grau de restrição à exploração, constituem-se áreas de baixo a médio potencial à erosão e fragilidade ambiental, e apresentam declividades entre 6 e 20%. Abrange as áreas marginais das APPs ou fundos de vales encaixados na chapada e as áreas de colinas do planalto do Taquari e predominantemente sobre o planalto de Maracaju-Campo Grande, que embora apresente topos tabulares e não tenha declividades tão acentuadas, trata-se de uma área onde dominam arenitos vermelhos e róseos, de granulação média a grosseira do grupo Bauru, e solos predominantemente arenosos (Latossolo Vermelho com associação de Neossolo Quartzarênico).

As Zonas Produtivas Rurais enquadradas na modalidade de alta restrição compreende as áreas mais sensíveis à ocupação, porém podem ser exploradas. Caracterizam-se por apresentar declividades superiores a 20%, elevados graus de fragilidade ambiental e potencial natural à erosão, classificados entre médio a muito forte. Além das acentuadas declividades, que impedem o emprego da mecanização agrícola dessas áreas, é somada a baixa fertilidade dos solos quando, comparados a chapada.

Contudo, é válido ressaltar que os níveis de restrição à utilização da terra apoiam-se nas características físico-naturais da área e que, conforme aumenta o grau de restrição, aumentam-se as exigências tecnológicas de manejo para exploração de práticas econômicas específicas.

A Zona Urbana corresponde ao sítio urbano de São Gabriel do Oeste que se encontra assentado sobre uma área com baixa restrição à ocupação, porém situado nas margens do rio Coxim, o que sugere risco de inundação, pois a ocupação antrópica faz-se muito próxima ao curso d'água principal, por vezes comprometendo a qualidade ambiental do mesmo. Com isso, verifica-se que as áreas preferenciais à expansão urbana devem ocorrer nos sentidos norte e oeste, onde o relevo apresenta-se suavemente mais elevado e distante da área ocupada pela mata ciliar, o que diminui significativamente os impactos ambientais negativos.

A denominada Zona de Incongruência originou-se basicamente da combinação do mapa de legislação ambiental com o de uso e cobertura da terra simplificado, ou seja, apontando somente as áreas de vegetação natural e as de uso antrópico.

A Zona de Incongruência equivale exatamente às áreas de utilização ilegal da terra, caracterizada pela exploração de áreas de preservação permanente, que deveriam permanecer intocadas segundo a legislação ambiental. O problema principal reside no fato de se tratar de unidades ecodinâmicas extremamente frágeis e, portanto exigem medidas de recuperação. Constituem-se de matas ciliares, áreas de nascentes, represas e topos de morros com elevadas inclinações.

O mapa de ordenamento físico-territorial da BAC é apresentado na Figura 5. Este mapa caracteriza-se como um documento de síntese das análises ambientais realizadas na área de estudo e estabelece diretrizes para uma utilização sustentável a partir de recomendações sugeridas.

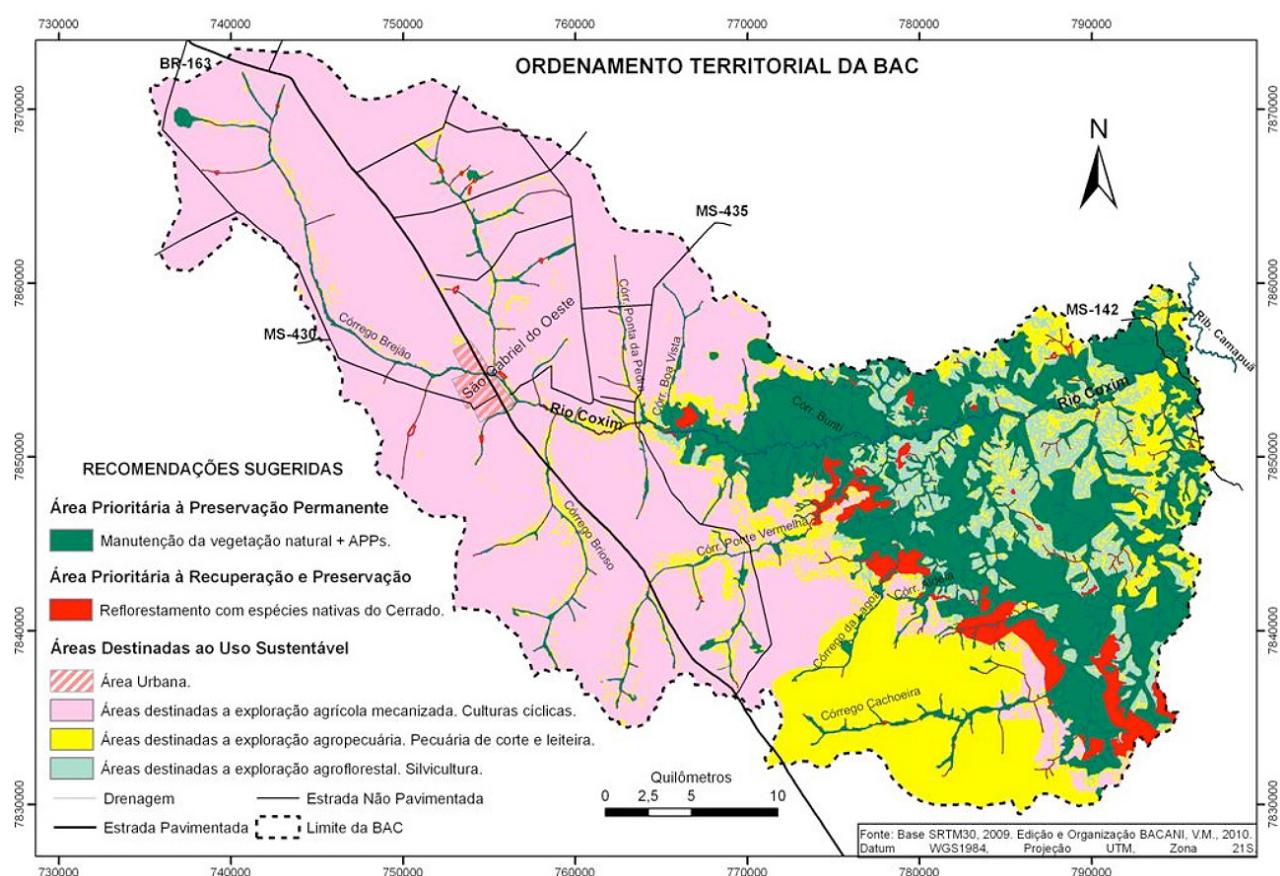
ridas. As indicações feitas estão pautadas principalmente em informações presentes no mapa de zoneamento ambiental, mapa de legislação ambiental, mapa de uso da terra/cobertura vegetal e fragilidade ambiental.

As informações presentes no mapa de ordenamento territorial apontam, de modo geral, três tipos de recomendações: áreas prioritárias à preservação permanente, áreas prioritárias à recuperação e preservação e áreas destinadas ao uso sustentável, conforme especificações indicadas a seguir:

a) Áreas prioritárias à preservação permanente: recomenda-se nesta classe as áreas mapeadas como APPs e inclui-se também os remanescentes florestais, pois trata-se de uma área fortemente antropizada e com alta susceptibilidade à erosão. De acordo com o Código Florestal Brasileiro (1965), a manutenção da vegetação para atenuação dos processos erosivos deve ser preservada. Via de regra, toda essa área indicada como prioritária à preservação permanente está sobre as áreas de maior fragilidade ambiental, e sua manutenção é de extrema importância para a estabilidade ecológica da região.

Figura 5

Mapa de ordenamento físico-territorial



Um dos maiores desafios em relação ao estabelecimento desta zona é a sua manutenção, pautada numa fiscalização que deverá ser mais efetiva, sobretudo com os avanços tecnológicos apoiados nas geotecnologias incluindo o monitoramento via satélite.

b) Áreas prioritárias à recuperação e preservação: correspondem exatamente à zona de incongruência entre o uso da terra e as APP, que são ambientes delicados, muito frágeis e com elevado potencial natural à perda de solos. Além disso, boa parte situa-se em topos de morros com declividades superiores a 30%, restringindo absolutamente a ocupação. Estas áreas caracterizam-se como de ocupação ilegal, portanto evidenciam crimes ambientais como o desmatamento de matas ciliares.

A recomendação dada para recuperação e preservação desses ambientes é restringir totalmente o uso antrópico e realizar o replantio de espécies nativas do cerrado, caracterizado como vegetação primitiva.

c) Áreas destinadas ao uso sustentável: as áreas destinadas ao uso sustentável foram indicadas a partir dos graus de restrição à utilização das zonas produtivas propostas no mapa de zoneamento ambiental.

Foram mapeadas três classes destinadas ao uso sustentável: áreas destinadas a cultivos agrícolas; área favorável à exploração da pecuária; e área destinada a exploração agroflorestal/silvicultura.

Nas áreas mapeadas com baixo grau de restrição natural à exploração da terra, sugeriu-se a utilização pela agrícola mecanizada, o que concorda com o uso atual em grande parte do polígono recomendado, apresentando divergência somente nas Zonas de Incongruência e sobre o compartimento geomorfológico do planalto de Maracaju-Campo Grande, onde a litologia, que favoreceu a origem de solos dominante arenosos, não propicia o desenvolvimento agrícola sem que haja elevados investimentos. A especificação da utilização do cultivo por culturas cíclicas advém da possibilidade de mecanização favorecida pelo relevo da chapada.

A Zona de Produção com média restrição de produção rural foi recomendada à utilização agropecuária, com o cultivo de pastagens para exploração da pecuária de corte e de leite, além do cultivo de culturas perenes que requerem um baixo grau de mecanização.

Devido propriamente ao fator topográfico, a ocupação pelas pastagens se fizeram dominantes nos planaltos sedimentares do Taquari e de Maracaju-Campo Grande. Este último compartimento, como já apontado anteriormente, encontra-se utilizado de modo desordenado, pois não se pode atribuir a destinação de uma área agrícola somente pelo fator relevo. Nesse caso, os aspectos litológicos e pedológicos devem ser considerados. Os arenitos do grupo Bauuru, que sustentam esse relevo tabular, são constituídos, segundo Brasil (1997), por grânulos e seixos esparsos, matriz argilosa, vermelha, geralmente silicificados, com seixos arredondados. Os solos que ocorrem sobre este compartimento são pobres quimicamente em bases trocáveis e com significativos teores de alumínio, destacando-se o Latossolo Vermelho Álico, textura média com associação de Neossolo Quartzarênico Álico, ambos com horizonte A moderados e com ocorrência em relevo plano e suave ondulado. Logo, a plantação de forrageira do tipo *brachiaria* renderia provavelmente mais aos produtores e melhoraria as condições ambientais, aumentando naturalmente a quantidade de matéria orgânica nos solos.

Scopel et al. (2009), ao analisar a expansão das fronteiras agrícolas sobre áreas de cerrado em solos arenosos, destacam que as terras ocupadas por primeiro foram aquelas dos chãos, que possibilitavam a mecanização, exigida pelo novo processo. As pesquisas possibilitaram o melhoramento do solo e as políticas de crédito permitiram a disponibilidade de capital

para investir na produção. Com isso, a possibilidade de auferir lucros nas áreas mais propícias à agricultura, a dos chapadões, não envolvia riscos, deixando as demais áreas, aquelas de solos arenosos, na marginalidade, ou melhor, na “reserva”. Consequentemente, a pecuária avançou sobre estas áreas mais inférteis.

Em contrapartida, a possibilidade de renda, gerada pelas terras dos chapadões, fez aumentar substancialmente o seu preço e quando essas terras mais propícias estavam se esgotando ou com preço de arrendamento e compra muito alto, as terras de “reserva” passaram a ser incorporadas à produção agrícola. Por isso, nos últimos anos, a incorporação de terras mistas (arenosas) na exploração agrícola aumentou, e até mesmo a soja passou a ser cultivada em Neossolos Quartzarênicos.

Em relação às pastagens, a inovação tecnológica, com o uso de uma gramínea resistente e adaptável como a *brachiaria*, possibilitou a sua implantação em condições adversas. Todavia, o manejo inadequado da terra e a alta pressão de pastejo determinam o seu esgotamento, em poucos anos de uso, sendo muitas áreas posteriormente abandonadas.

Nesse sentido, as áreas recomendadas à utilização pecuária, devem respeitar além dos limites adequados de suporte de cabeças por hectare os cuidados com as matas ciliares e os remanescentes florestais, caso contrário ocorrerá uma forte degradação marcada pela presença de incisões erosivas lineares, voçorocas, assoreamento e secas de cursos d’água e grandes áreas de solo exposto denominados “areais”, a exemplo do sudoeste de Goiás que se encontra em alto estágio de degradação atingindo milhares de hectares. A degradação destas áreas evidencia-se pela presença de muitas incisões erosivas lineares, com voçorocas de grande porte, baixa capacidade de suporte da pastagem, assoreamento e seca de cursos d’água e grandes áreas com solo exposto.

As áreas mapeadas com alto grau de restrição foram destinadas à exploração agroflorestal pela silvicultura, com a introdução de eucalipto nas áreas com inclinações superiores a 20% e situadas em áreas de elevada fragilidade ambiental. Recomenda-se ainda, como fonte de renda alternativa, o plantio de seringueira.

Na exploração da seringueira, o longo período entre a fase de plantio e o início de exploração é um fato que desestimula a atração de investidores, sendo também a razão do manejo ineficiente em alguns plantios. Uma alternativa à solução deste problema é o emprego de sistemas agroflorestais que envolvam o plantio de culturas intercalares de ciclo curto e semiperene. Na fase adulta do seringal é oportuna à consorciação com culturas perenes, a fim de adicionar receitas ao sistema explorado. Tais estratégias são eficazes por antecipar a fase produtiva, adicionar valor, permitir um melhor desenvolvimento dos cultivos e assegurar o incremento da renda na fase adulta (Virgens Filho; Alvim, Araújo, 1987).

Os sistemas agroflorestais (SAF) com a seringueira, quando devidamente planejados, permitem a exploração dos recursos naturais com menores impactos ao meio ambiente. Esse fato se reveste de importância, uma vez que a agricultura comercial, quase sempre focada na produção e na renda, relega a um plano secundário a sustentabilidade dos recursos naturais.

As recomendações para a área urbana referem-se aos cuidados com relação a sua expansão, de modo a evitar a ocupação às margens do rio Coxim, a fim de se reduzir os impactos sobre o mesmo e concomitantemente evitar problemas relacionados a enchentes e inundações. Desta forma sugere-se a expansão nos sentidos norte e oeste.

Considerações finais

Pautada na combinação de elementos do meio físico – como solo, relevo, potencial natural à erosão, uso da terra/cobertura vegetal –, legislação ambiental e técnicas de geoprocessamento, a metodologia proposta para o zoneamento ambiental da BAC resultou num importante modelo de subsídio para o ordenamento territorial rural.

As diretrizes elaboradas a partir desse zoneamento ambiental chegaram às seguintes recomendações:

- nas áreas de preservação permanente, incluir os remanescentes florestais, o que, devido à intensa pressão antrópica e ao elevado potencial natural de erosão, é extremamente necessário, visto que o Código Florestal Brasileiro prevê a possibilidade dessa inclusão, fundamental para a redução do potencial erosivo;
- recuperar as Zonas de Incongruências pelo apoio governamental, com o fornecimento de mudas nativas aos proprietários rurais para reflorestamento das áreas ocupadas ilegalmente;
- incentivar a exploração agroflorestal nas Zonas Produtivas de Alta Restrição como alternativa de uso sustentável; por exemplo, o cultivo da seringueira consorciada com palmitos; e
- nas Zonas de Média Restrição que se encontram ocupadas por agricultura, incentivar a alternância de pastagem e agricultura, e, nas demais áreas, o uso pela pecuária leiteira e de corte.

Referências

- ABDON, M. M. *Os impactos ambientais no meio físico: erosão e assoreamento na bacia hidrográfica do rio Taquari, MS, em decorrência da pecuária*. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.
- BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. *Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico-econômico pelos estados da Amazônia Legal*. Brasília: SAE-Secretaria de Assuntos Estratégicos/MMA-Ministério do Meio Ambiente, 1996.
- BRASIL. *Resolução CONAMA n. 302*, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno, 2002a.
- BRASIL. *Resolução CONAMA n. 303*, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente, 2002b.
- BRASIL. *Plano de conservação da bacia do alto Paraguai: análise integrada e prognóstico da Bacia do Alto Paraguai*. Brasília: PNMA, 1997.
- BRASIL. Embrapa. *Zoneamento Agroecológico do Nordeste: diagnóstico do quadro natural e agrosocioeconômico*. Petrolina: Embrapa/CPATSA, 1991.
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral. *Projeto RADAMBRASIL: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro, 1982. Folha SE. 21 Corumbá e parte da Folha SE 20.

BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Dispõe sobre o Código Florestal Brasileiro.
Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 set. 1965.

CREPANI, E.; MEDEIROS, J. S.; FILHO, P. H.; FLORENZANO, T. G.; DUARTE, V.; BARBOSA, C. C. F. *Sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicados ao zoneamento ecológico-econômico e ao ordenamento territorial*. São José dos Campos: SAE/Inpe, 2001.

MATO GROSSO DO SUL. *Atlas Multirreferencial*. Campo Grande: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral – Seplan, 1990. Escala 1:1.500.000.

MATO GROSSO DO SUL. *IBGE*: macrozoneamento geoambiental do estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Fiplan, 1987. Escala 1:1.000.000.

PALMEIRA, A. F; CREPANI, E.; MEDEIROS, J. S. Uso de técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento na proposta de um mapa de ordenamento territorial do município de Paragominas (PA), In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, XII., 2005, Goiânia. *Anais...* São José dos Campos: Inpe, 2005. p. 3207-3214.

ROSS, J. L. S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 8, p. 63-74, 1994.

ROSS, J. L. S. *Ecogeografia do Brasil*. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

ROSS, J. L. S. O registro cartográfico dos fatos geomórficos e a questão da taxonomia do relevo. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 6, p. 17-30, 1992.

SCOPEL, I.; SOUSA, M. S.; PEIXINHO, D. M.; MARIANO, Z. F.; MENEZES, B. Novas fronteiras agrícolas: solos arenosos e tecnologias atuais. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevidéu. *Anais...* Montevidéu, 2009.

SILVA, J. S. V. *Análise multivariada em zoneamento para planejamento ambiental, estudo de caso: bacia hidrográfica do alto rio Taquari MS/MT*. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

TRICART, J. *Ecodinâmica*. Rio de Janeiro: IBGE/Supren (Recursos Naturais e Meio Ambiente), 1977.

_____ ; KIEWIETDEJONGE, C. *Ecogeography and Rural Management: A Contribution to the International Geosphere-Biosphere Programme*. New York : Longman Scientific & Technical, 1992.

VALERIANO, M. M. *Topodata: guia de utilização de dados geomorfométricos locais*. São José dos Campos: Inpe, 2008.

VIRGENS FILHO, A. C.; ALVIN, R.; ARAÚJO, A. C. Plantio de cacaueiros sob seringais adultos na região sul da Bahia. In: INTERNATIONAL COCOA RESEARCH CONFERENCE. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM CACAU, 10., 1987, Santo Domingo. *Anais...* Santo Domingo, 1987. p. 33-41.

Miniabrigos meteorológicos: comparação e análise estatística para avaliação de eficiência

Sérgio Serafini Júnior

Rogério Rozolen Alves

Resumo

No contexto das disciplinas de climatologia do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, os trabalhos de campo permitem que os alunos pratiquem a análise climatológica usando sensores eletrônicos instalados em miniabrigos meteorológicos, projetados por professores e alunos da pós-graduação.

A partir dos modelos de miniabrigos denominados Tarifa (TAR), Abrigo de Baixo Custo (ABC) e Quatro Águas (4AS), este trabalho faz uma análise comparativa dos dados registrados tomando como referência a Estação Meteorológica Automática (EMA) instalada nas dependências do prédio da Geografia.

Os dados de eficiência desses miniabrigos mostraram que, embora todos tivessem apresentado diferenças de resultados em relação à EMA, também tiveram um desempenho bastante satisfatório em 80% de todo o período amostrado, possibilitando a obtenção de bons resultados para o uso em trabalhos acadêmicos e técnicos.

Palavras-chave: Miniabrigo meteorológico. Climatologia. Biogeografia. Microclima. Geografia.

Mini-weather shelters: statistical analysis for comparison and evaluation of efficiency

Abstract

In the context of the disciplines of climatology of the Department of Geography of University of São Paulo, site investigations allow students to practice climatologic analysis using electronic sensors installed in meteorological mini-shelters, designed by tutors and post graduate students.

Based on the models of meteorological mini-shelters described as Tarifa (TAR) [Rate], Abrigo de Baixo Custo (ABC) [Shelter of Low Cost] e Quatro Águas (4AS) [Four Waters], this research made a comparative analysis of registered data, using as reference the Automatic Meteorological Station installed on the premises of the Geography building.

The efficiency data from these mini-shelters demonstrated that, although all presented different results in relation to the Automatic Meteorological Station (EMA), they also presented a performance very satisfactory around 80% of all sampled period, allowing the achievement of good results for use in academic and technical work.

Keywords: Mini-shelters meteorological. Climatology. Biogeography. Microclimate, Geography.

Introdução

De modo geral, os trabalhos de campo que acontecem durante o curso de geografia do Departamento de Geografia (DG) da Universidade de São Paulo (USP), visam a capacitação profissional do aluno para a análise adequada do espaço geográfico e suas particularidades.

Basicamente, nos trabalhos de biogeografia e climatologia, dados de temperatura e de umidade relativa do ar são utilizados como indicativos das características gerais da área de estudo, como por exemplo, sobre o período sazonal, a localização latitudinal, a proximidade com o mar, ou mesmo os tipos de uso e ocupação do solo ali predominantes.

Atualmente, tais dados são obtidos através de termo-higrômetros eletrônicos, instalados em miniabrigos meteorológicos projetados e montados por professores e alunos da pós-graduação de climatologia, vinculados ao Laboratório de Climatologia e Biogeografia (LCB).

Esses miniabrigos e termo-higrômetros eletrônicos são utilizados em diferentes disciplinas, consultorias técnicas dadas pelo próprio Departamento de Geografia (DG)¹ e também por alunos da pós-graduação, como ocorreu nas pesquisas de campo no Núcleo Cunha do Parque Estadual da Serra do Mar (Armani, 2009), no Parque Estadual Veredas do Peruaçu (Serafini Júnior, 2010) e no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (Ibama, 2005).

Constatado o uso frequente desses miniabrigos, este artigo faz uma análise comparativa dos três modelos utilizados pelo Departamento de Geografia; são eles: o miniabrigos Tarifa (TAR), o miniabrigos de Baixo Custo (ABC) e o miniabrigos Quatro Águas (4AS), com o objetivo de verificar a eficiência de cada um deles, em relação ao parâmetro de temperatura.

Os miniabrigos considerados

Os miniabrigos analisados são produtos de um trabalho constante dos alunos e professores de climatologia em busca de melhorias necessárias para o desenvolvimento do ensino desta disciplina e profissional desenvolvidos fora da universidade.

¹ Parque Estadual de Intervales e do trecho sul do rodoanel Mario Covas (SP-21).

Até o final da década de 90, o DG dispunha de um único modelo adotado pelo Prof. Dr. José Roberto Tarifa, para ser utilizado em trabalhos de campo com alunos da graduação e da pós-graduação. Esse modelo de miniabrigos (modelo TAR)2 é uma caixa de madeira de três faces fechadas e uma aberta, composta por uma cobertura de duas águas e sua instalação é feita por uma haste de madeira para que fique fixado adequadamente na área de estudo.

Seu espaço interno é utilizado para a instalação de instrumentos analógicos; geralmente dois termômetros para cálculo da umidade relativa, além de termômetros de mínima e máxima (Figura 1).

Figura 1

Miniabrigos TAR, usado em trabalho de campo para o plano de manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (MG), em 2002



Já no final da década de 90, algumas pesquisas acadêmicas da pós-graduação começaram a ser realizadas com o uso de termo-higrômetros eletrônicos que também eram instalados nos miniabrigos do modelo TAR, resultando em análises mais precisas e mais detalhadas dos objetos de estudos.

Posteriormente, Azevedo e Tarifa (2001) apresentaram um novo modelo denominado de Miniabrigos Meteorológico Aspirado (MMA), projetado para termo-higrômetros eletrônicos e que apresentaram melhor eficiência, tanto no desempenho, como no uso e no custo-benefício.³

2 Na etapa de levantamento bibliográfico, não foi encontrado nenhum nome desse miniabrigos. Portanto, neste trabalho, ele é chamado TAR, em referência ao Prof. Dr. José Roberto Tarifa, que o trouxe ao Departamento de Geografia na década de 1990, para ser usado nos trabalhos de campo com seus alunos.

3 O Miniabrigos Meteorológico Aspirado (MMA) não foi comparado aos demais aqui considerados para análise proposta.

A partir da aquisição de mais termo-higrômetros pelo DG, houve um consequente aumento da frequência do uso desses instrumentos, quando Armani e Galvani (2006) também desenvolveram e avaliaram um novo modelo de miniabrigos, nomeado Abrigo de Baixo Custo (ABC), demonstrando um bom desempenho, além de ter um custo reduzido para sua fabricação.

Basicamente, o miniabrigos ABC tem seu formato cônico. É composto por chapas sobrepostas de latão galvanizado, formando uma veneziana circular contínua que favorece a ventilação passiva no seu interior, onde fica alojado o termo-higrômetro eletrônico. Sua fixação se dá através de uma haste de metal (Figura 2).

Figura 2

Miniabrigo ABC, usado no plano de manejo das unidades de conservação do trecho sul do rodoanel Mario Covas (SP-21)



Posteriormente, também buscando uma outra alternativa de miniabrigos, Serafini Júnior (2010) desenvolveu um novo modelo destinado aos trabalhos de campo planejados à sua tese, onde os termo-higrômetros também pudessem ficar instalados e protegidos da ação direta do tempo (vento, chuva e sol), além de possibilitar o fácil transporte até a área de estudo. Esse novo modelo de miniabrigos foi nomeado de Quatro Águas (4AS).

Em linhas gerais, o miniabrigos 4AS é composto por quatro faces fechadas por venezianas e uma cobertura de madeira de quatro águas que também delimitam um ambiente interno de ventilação passiva, onde o termo-higrômetro é alojado. A instalação desse modelo é semelhante ao miniabrigos TAR, sustentado por uma haste de madeira e fixado por fitas ou cordões (Figura 3).

Figura 3

Miniabrigo 4AS, usado nos trabalhos de campo no Parque Estadual Veredas do Peruaçu (MG), entre 2009 e 2010



Metodologia

Para este trabalho, usaram-se quatro termo-higrômetros (modelo HT-500) para armazenar com alta precisão dados de temperatura ($^{\circ}\text{C}$) e umidade relativa do ar (%).⁴ Segundo dados divulgados pelo próprio fabricante, a acurácia⁵ térmica desse modelo é de $0,5\text{ }^{\circ}\text{C}$ para mais ou para menos.

Para dar início aos trabalhos, foi necessário calibrar esses equipamentos, para garantir que qualquer variação térmica registrada se devesse unicamente às características atmosféricas, independentemente do erro instrumental próprio de cada termo-higrômetro ou do modelo de miniabrigos utilizado.⁶

⁴ Neste artigo, usam-se apenas os dados de temperatura ($^{\circ}\text{C}$).

⁵ Acurácia é a precisão de uma medida ou de um instrumento.

⁶ A EMA não foi calibrada porque esse é um procedimento exclusivo do fabricante.

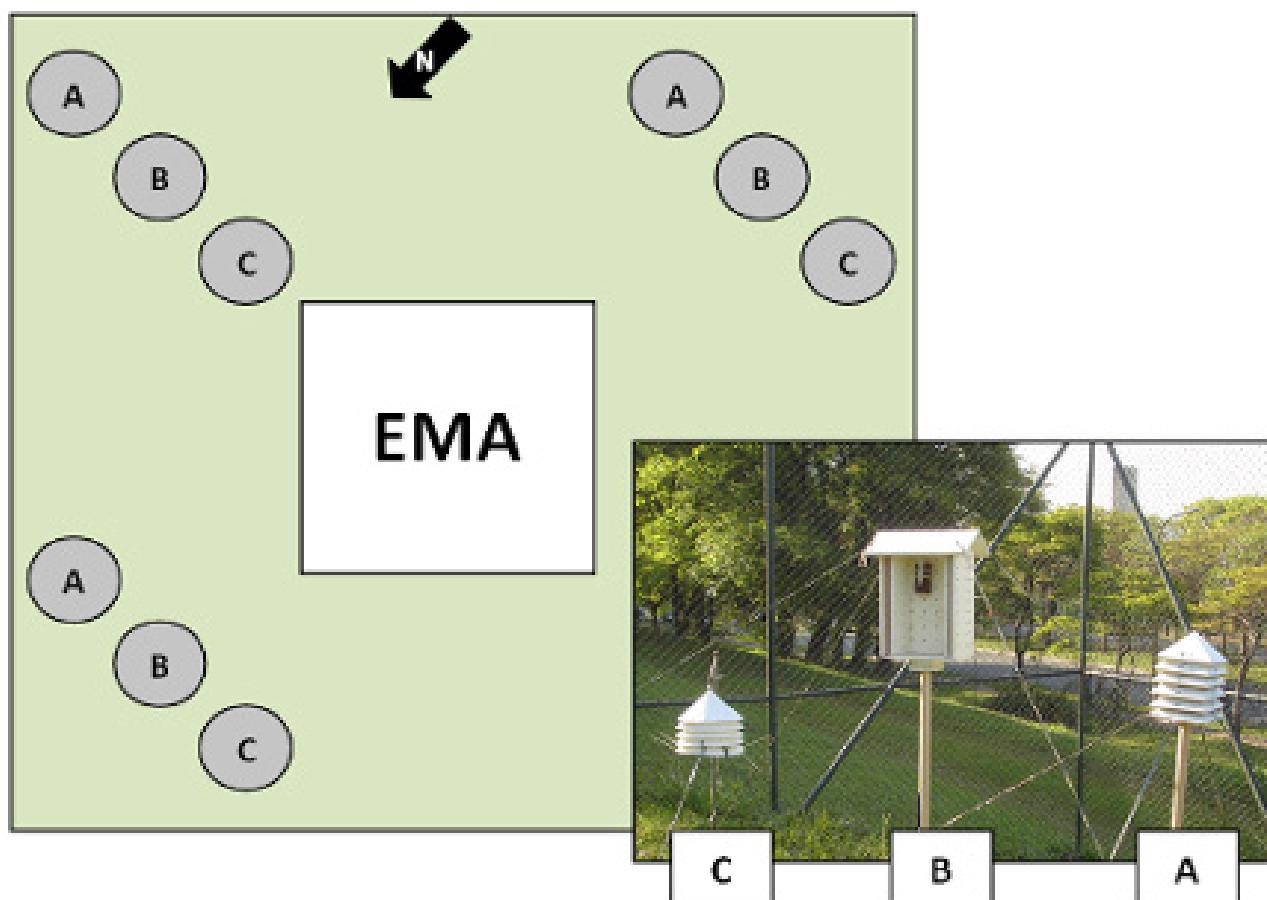
A saber, a calibração é um procedimento de tratamento dos dados registrados pelos termo-higrômetros durante um período de tempo determinado, que possibilita o ajuste e a correção de eventuais diferenças associadas às características próprias de cada sensor (acurácia).

Após a calibração, foi feita a montagem de três grupos distintos de miniabrigos, compostos pelos modelos TAR, ABC e 4AS, com o objetivo de comparar os dados ali registrados com os da Estação Meteorológica Automática (EMA), localizada no mesmo ambiente (Figura 4).

Figura 4

Planta baixa da área da Estação Meteorológica Automática (EMA), onde os miniabrigos avaliados foram instalados entre 2010 e 2011.

(A) Miniabrigo 4AS, (B) Miniabrigo TAR e (C) Miniabrigo ABC



Para a análise do desempenho desses miniabrigos em relação à EMA, entendeu-se como necessário os dados de cada uma das estações do ano, a fim se mensurar essas comparações no contexto sazonal, através do cálculo da média aritmética. Para isto, as estações do ano em que os miniabrigos foram amostrados são da primavera de 2010 ao inverno de 2011 (Tabela 1).⁷

Após a análise sazonal, realizou-se uma segunda comparação dos dados registrados simultaneamente na EMA, vinculados aos períodos diurnos (das 6h00 às 18h00) e noturnos (das 18h01 às 5h59).

⁷ Todos os dados registrados para esta publicação estão disponíveis para consulta no Laboratório de Climatologia e Biogeografia do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Tabela 1

Períodos de amostragem de temperatura para este trabalho

CALIBRAÇÃO	PERÍODO DE AMOSTRAGEM	ESTAÇÃO DO ANO
18/10/2010	23/10/2010 a 20/11/2010	Primavera
20/01/2011	23/01/2011 a 20/02/2011	Verão
20/04/2011	23/04/2011 a 20/05/2011	Outono
20/07/2011	23/07/2011 a 20/08/2011	Inverno

Para a avaliação do desempenho dos miniabrigos na escala sazonal e diurna, adotou-se como referência a amplitude térmica, que corresponde à extensão da amplidão entre as temperaturas média mínima e média máxima, registradas pelos termo-higrômetro instalados em cada miniabrigos e a EMA, simultaneamente.

Assim, a referência das menores amplitudes térmicas associadas a cada modelo de miniabrigos são indicativas da melhor eficiência de cada um deles no período correspondente. Isso demonstra que seu ambiente interno condiciona situação mais próxima ou semelhante ao desempenho da própria EMA, que possui certificado de calibração eletrônica emitido pelo próprio fabricante. Ou seja: pequena amplitude térmica = mais eficiência.

A seguir são apresentadas as análises de desempenho desses miniabrigos, a partir das temperaturas médias registradas simultaneamente entre eles e a EMA, referentes aos períodos de amostragem de verão, outono, inverno e primavera. Posteriormente outra análise é apresentada em relação aos períodos diurnos (das 6h00 às 18h00) e noturnos (das 18h01 às 5h59) para o mesmo período sazonal.

Análise sazonal

No verão, o miniabrigos 4AS apresentou a menor amplitude térmica ($0,15^{\circ}\text{C}$) dentre todos os demais, que apresentaram amplitudes de $0,3^{\circ}\text{C}$ (ABC) e $0,25^{\circ}\text{C}$ (TAR) em relação à temperatura média registrada na EMA ($23,8^{\circ}\text{C}$), no mesmo período.

No outono, os dados registrados no miniabrigos 4AS foram iguais aos da EMA (amplitude zero, portanto), enquanto que os miniabrigos ABC e TAR condicionaram temperaturas mais elevadas e, consequentemente, amplitudes térmicas maiores ($0,3^{\circ}\text{C}$ e $0,25^{\circ}\text{C}$, respectivamente).

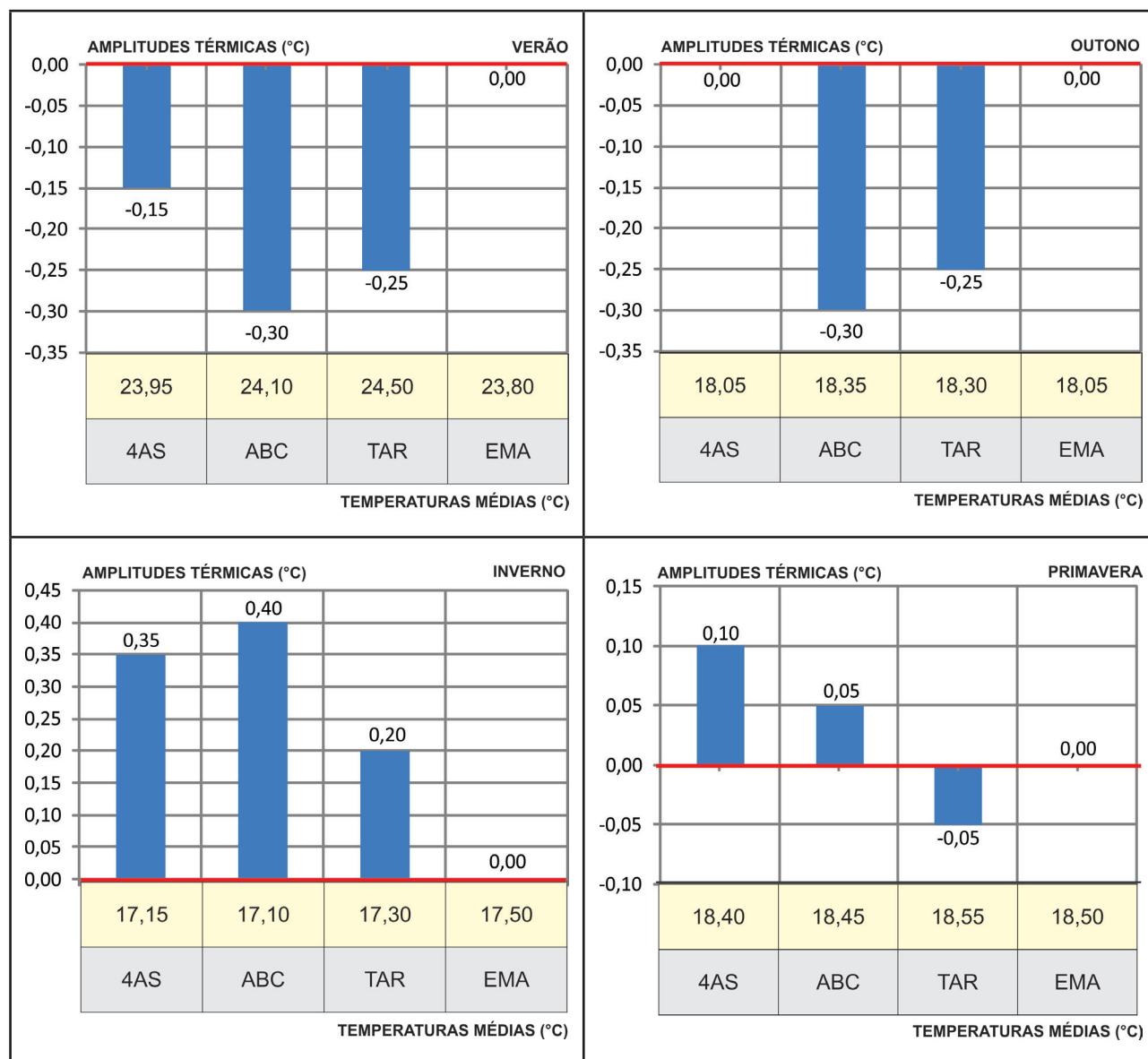
No inverno, o miniabrigos TAR apresentou o melhor desempenho a partir da referência da amplitude térmica em relação à EMA ($0,2^{\circ}\text{C}$), enquanto que o 4AS e o TAR apresentaram amplitudes de $0,35^{\circ}\text{C}$ e $0,40^{\circ}\text{C}$, respectivamente, no mesmo período.

Na primavera, os resultados obtidos apontaram que os miniabrigos ABC e TAR apresentaram amplitudes térmicas de 0,05 °C em relação à EMA, representando o melhor desempenho no período amostrado, enquanto que o resultado do 4AS foi o mais elevado dentre todos, com uma amplitude térmica de 0,1 °C nesse período de amostragem.

Na Figura 5, são apresentados os gráficos demonstrativos das amplitudes térmicas calculadas para cada miniabrigo meteorológico, em que a linha vermelha é indicativa da condição exclusiva da EMA, ou seja, quanto mais próxima desta linha, melhor foi o desempenho do miniabrigos avaliados.

Figura 5

Amplitudes térmicas e temperaturas médias (°C) registradas durante os períodos amostrais sazonais (verão, outono, inverno e primavera)



Portanto, tomando-se como referência as temperaturas médias registradas nos três modelos de miniabrigos e na EMA, para que fosse possível mensurar seus desempenhos, verificou-se que:

- No período do verão, o miniabrigo modelo 4AS apresentou o melhor desempenho dentre todos os demais, com uma amplitude térmica de 0,15 °C em relação à EMA;
- No período de outono, o modelo 4AS também apresentou o melhor desempenho de todos, porque a amplitude térmica em relação à EMA foi zero.
- No período de inverno, o melhor desempenho foi do miniabrigo TAR, porque teve um amplitude térmica de 0,2 °C em relação à EMA, entre todos os demais; e,
- No período da primavera, os miniabrigos modelos ABC e TAR apresentaram o melhor desempenho, quando registraram uma amplitude térmica de 0,05 °C em relação à EMA.

Análise diurna e noturna

No período diurno do verão, a menor amplitude térmica ocorreu entre o miniabrigo 4AS e a EMA (0,1 °C), enquanto que nos demais, essas amplitudes foram bem superiores (0,4 °C em relação ao ABC) e (0,3 °C em relação ao TAR). No período noturno, a amplitude térmica foi homogênea em todos os miniabrigos em relação à EMA (0,2 °C).

No outono, o miniabrigo 4AS também condicionou a menor amplitude térmica em relação à EMA (0,1 °C) durante o dia, enquanto que no TAR e no ABC, as amplitudes diárias foram de 0,6 °C e 0,8 °C em relação à EMA, respectivamente para o mesmo período. Durante a noite, as menores diferenças térmicas foram registradas nos miniabrigos 4AS e TAR (ambas com 0,1 °C em relação à EMA), enquanto que em relação ao ABC, essa amplitude foi de 0,2 °C.

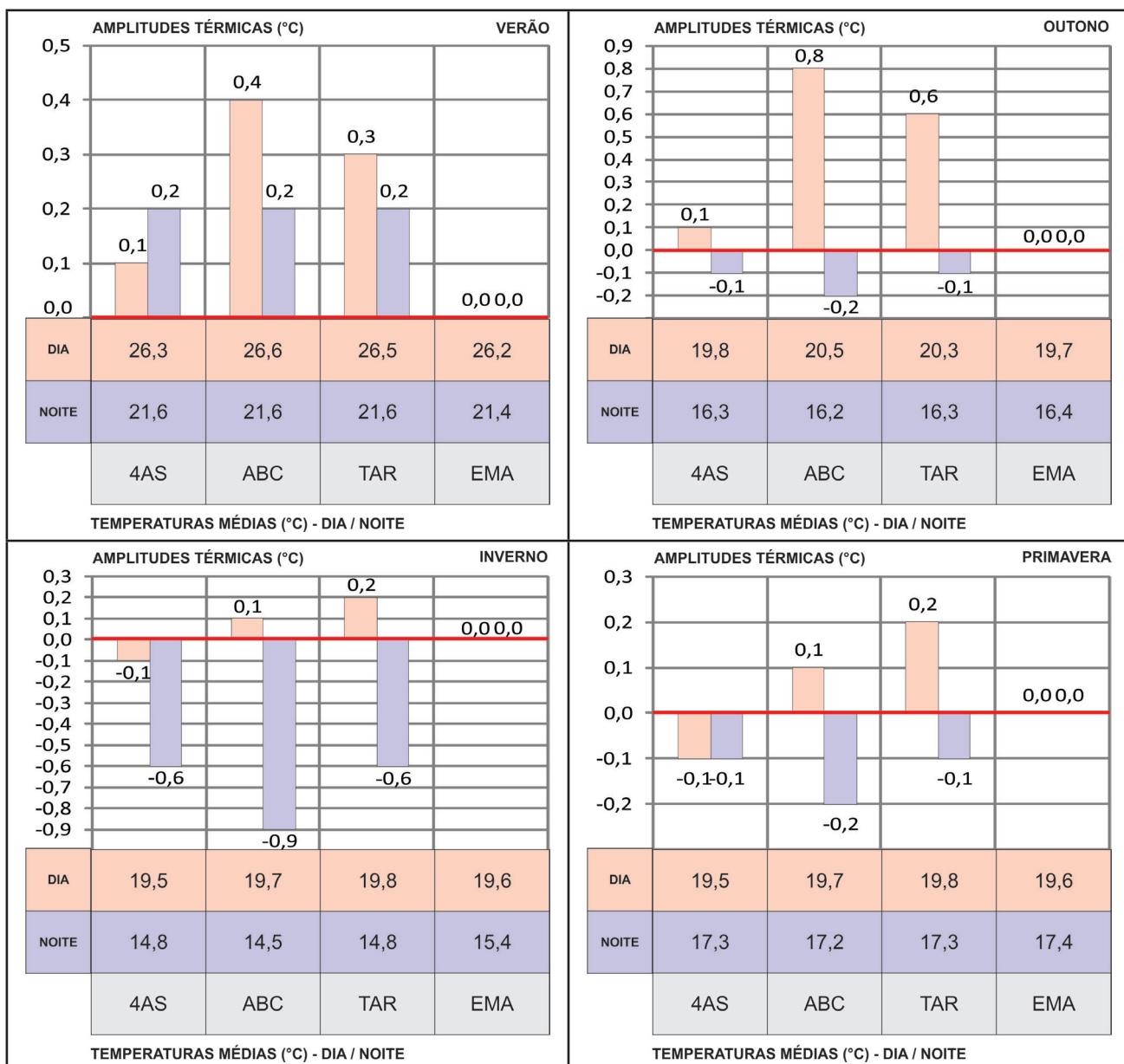
No período diurno do inverno, a menor amplitude térmica em relação à EMA está associada aos miniabrigos 4AS (0,1 °C) e ABC, enquanto que em relação ao TAR, essa amplitude duplicou (0,2 °C). À noite, as menores amplitudes estiveram associadas aos miniabrigos 4AS e TAR (ambas com 0,6 °C em relação à EMA), e de 0,9 °C entre o miniabrigo ABC e essa mesma EMA.

Na primavera, as menores amplitudes térmicas diárias estão associadas aos miniabrigos 4AS e ABC (0,1 °C em relação à EMA), enquanto para o TAR, essa amplitude foi de 0,2 °C (o dobro). Durante a noite, foram constatadas as menores amplitudes térmicas no 4AS e no TAR em relação à EMA (0,1 °C) e 0,2 °C entre o miniabrigo ABC e a EMA.

Na Figura 6, são apresentados os gráficos demonstrativos das amplitudes térmicas descremadas para os períodos diurnos e noturnos calculadas para cada miniabrigo meteorológico. Nos gráficos apresentados nesta figura, a linha vermelha é indicativa da condição exclusiva da EMA, ou seja, quanto mais próxima dela, melhor foi o desempenho do miniabrigo avaliado.

Figura 6

Amplitudes térmicas e temperaturas médias ($^{\circ}\text{C}$) registradas nos períodos diurno e noturno durante os períodos amostrais sazonais (verão, outono, inverno e primavera)

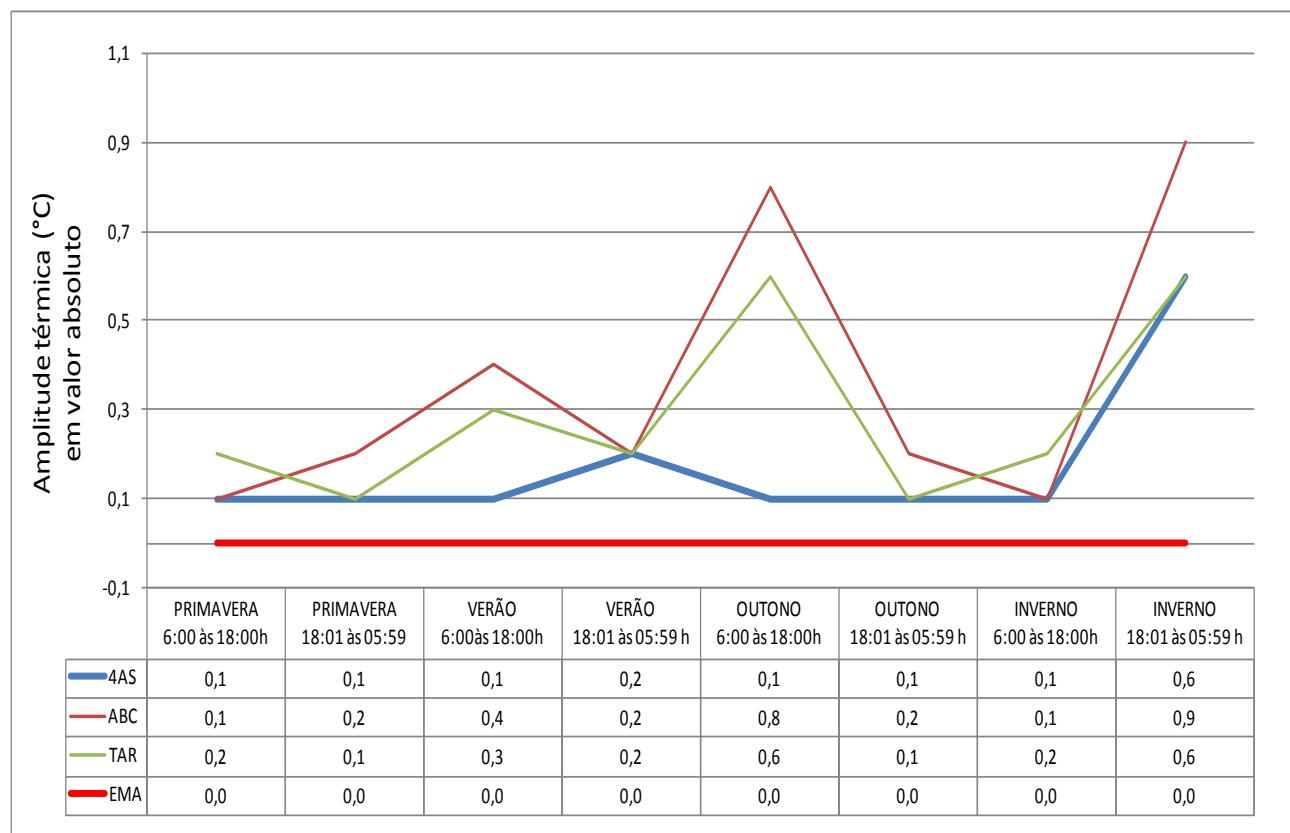


A partir das amplitudes térmicas aqui apresentadas e da acurácia dos *data loggers* indicada pelo fabricante ($+/-0,5\text{ }^{\circ}\text{C}$), foi possível verificar que todos os miniabrigos avaliados apresentaram uma eficiência bastante satisfatória em 80% de todo o período amostrado.

Ressalva deve ser dada ao período diurno do outono para os miniabrigos ABC e TAR, quando foram registradas amplitudes térmicas superiores à referida acurácia ($0,5\text{ }^{\circ}\text{C}$). Caso semelhante também foi constatado no período de inverno para *todos* os miniabrigos aqui avaliados (Figura 7).

Figura 7

Amplitudes térmicas médias ($^{\circ}\text{C}$) registradas nos miniabrigos 4AS, ABC, TAR em relação à EMA (em valores absolutos), nos períodos diurno e noturno considerados, entre 2010 e 2011



Associando as amplitudes térmicas ao desempenho de cada miniabrigos avaliado, verificou-se também que o modelo 4AS proporcionou a menor amplitude térmica em relação à EMA durante os períodos de primavera, verão, outono e inverno, com uma variação média de $0,15\ ^{\circ}\text{C}$, seguido pelos modelos TAR ($0,19\ ^{\circ}\text{C}$) e ABC ($0,26\ ^{\circ}\text{C}$).

Em relação ao período diurno e ao período noturno, foi constatado que o modelo 4AS também apresentou a melhor eficiência referenciada pela amplitude térmica em relação aos dados registrados na EMA.

A partir da constatação dos períodos em que as amplitudes térmicas calculadas variaram entorno do erro instrumental estabelecido pelo fabricante, foi elaborada a Tabela 2, com indicação semafórica simplificada (apenas cores verde e vermelha), permitindo inferir que o miniabrigos modelo 4AS, dentre todos demais, apresentou as condições mais favoráveis à estabilização das temperaturas ambientais a serem registradas por termo-higrômetros, frente às variações sazonais e diuturnas.

Tabela 2

Indicação semafórica dos períodos adequados para uso de cada miniabrigo

		PERÍODO	4AS	ABC	TAR
VERÃO	das 06:00 às 18:00 h	0,10	0,40	0,30	
	das 18:01 às 05:59 h	0,20	0,20	0,20	
OUTONO	das 06:00 às 18:00 h	0,10	0,80	0,60	
	das 06:00 às 18:00 h	-0,10	-0,20	-0,10	
INVERNO	das 18:01 às 05:59 h	-0,10	0,10	0,20	
	das 18:01 às 05:59 h	-0,60	-0,90	-0,60	
PRIMAVERA	das 06:00 às 18:00 h	-0,10	0,10	0,20	
	das 18:01 às 05:59 h	-0,10	-0,20	-0,10	

LEGENDA:

	Período mais adequado para o uso do miniabrigo
	Período menos adequado para o uso do miniabrigo

Considerações finais

Os miniabrigos usdos no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo foram desenhados e construídos para criar uma estrutura portátil, de fácil instalação em campo e que protegesse os equipamentos da ação direta do tempo (chuva, sol, vento etc.), garantindo o registro e o armazenamento de dados do tempo meteorológico sem grandes alterações das condições atmosféricas encontradas no ambiente externo analisado.

Assim, considerando os dados obtidos durante todo o período de amostragem nos miniabrigos 4AS, ABC, TAR, observou-se o desempenho de cada um a partir das amplitudes térmicas calculadas em relação à EMA instalada no mesmo ambiente.

Constatou-se que o desempenho de cada miniabrigo está diretamente associado aos seguintes aspectos:

- material utilizado na construção (madeira e latão galvanizado);
- aspectos arquitetônicos de cada miniabrigo e
- seus espaços internos diferentes, que são condicionantes de trocas térmicas com o espaço externo em que está instalado por meio de uma maior ou menor ventilação passiva.

Embora os resultados apresentados indiquem um desempenho dos miniabrigos bastante satisfatório durante 80% de todo o período amostrado, cabe destacar que todos eles apresentaram bons resultados. Espera-se que este trabalho contribua não só para que continuem sendo utilizados, mas para que novos modelos sejam projetados e utilizados em diferentes pesquisas em Geografia.

Referências

- ARMANI, G. *Análise topo e microclimática tridimensional em uma microbacia hidrográfica de clima tropical úmido de altitude*. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-02022010-145510/>>. Acesso em: 25 mar. 2012.
- ARMANI, G.; GALVANI, E. Avaliação do desempenho de um abrigo meteorológico de baixo custo. *Revista Brasileira de Agrometeorologia*, Santa Maria, v. 14, p. 116-122, 2006.
- AZEVEDO, T. R.; TARIFA, J. R. Miniabrigo meteorológico aspirado do Laboratório de Climatologia e Biogeografia e seu uso no estudo geográfico do clima. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo v. 10, p. 165-174, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – Ibama. *Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu*. Brasília: Ibama, 2005.
- SERAFINI JÚNIOR, S. *O microclima de uma vereda degradada: estudo de caso no Parque Estadual Veredas do Peruaçu-MG*. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-08102010-110002/>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

O tempo de viagem da população rural aos serviços de saúde mapeado em sistemas de informação geográfica (SIG)

Ricardo Vicente Ferreira

Jorge da Graça Raffo

Resumo

Para a população que vive no campo, a distância e o tempo de viagem são parâmetros importantes para a avaliação do acesso a serviços de saúde. O objetivo deste trabalho é apresentar uma metodologia baseada em SIG para o mapeamento das redes de estradas rurais, tendo em vista a determinação de impedâncias de viagem para medir o tempo de viagem da população rural a locais de atendimento à saúde. Dados sobre as classes de rodovias rurais, declividade, sinuosidade, visibilidade e uso da terra são considerados na composição de uma síntese de impedâncias e sua aplicação ao tempo de viagem por veículo automotor. A metodologia foi aplicada na região de Registro (SP), e os resultados indicam uma distribuição espacial desigual dos serviços de saúde.

Palavras-chave: Mapeamento. Sistemas de informação geográfica. Impedâncias em rede. Tempo de viagem. Serviços de saúde.

Rural population travel time to health services, mapped on Geographic Information System (GIS).

Abstract

Distance and travel time are important parameters in the evaluation of access to health services, especially for the population living in the countryside. In the present work, a GIS-based methodology is developed for the mapping of rural road networks and the determination of travel impedances in order to optimize the travel time of the rural population to health care facilities. Data on rural roads classes, slope, sinuosity, visibility and land use are considered in the composition of

the impedances synthesis and its application on car travel time. The methodology was applied to the region of Registro (SP), and the results indicate an unequal distribution of health services.

Key words: Mapping. Geographic information system. Network impedances. Travel-time. Health care.

Introdução

As considerações a respeito das necessidades de traslado para urgência ou consultas ambulatoriais comuns são geralmente feitas levando-se em conta a média de tempo e as distâncias que separam os pacientes dos locais de atendimento. A promoção do acesso igualitário aos serviços médicos é uma das preocupações do sistema de atenção à saúde (Brasil, 2002) e o grau de acesso real aos serviços de saúde depende, segundo Abel-Smith e Leiserson (apud Uglerti; Rosenburgi; Junqueira, 1987), da distância que se deve percorrer para obtê-los, do tempo de viagem e do seu custo. No caso da população rural, a distância e o tempo de viagem são elementos de grande importância para a avaliação do acesso aos serviços de saúde (Bentham; Haynes, 1985, p. 237; Thouez; Bodson; Joseph, 1988, p. 35; Martin et al., 2002, p. 4).

A estrutura que proporciona condições de viagem às populações rurais é a rede rodoviária rural. Uma das tarefas da Geografia tem sido o estudo das redes a partir da representação em mapas e a aplicação de métodos de análise espacial que, no plano analítico, tem sido mais bem conduzida quando mediadas pelos sistemas de informação geográfica (SIG).

Objetivos

O presente texto descreve o encaminhamento metodológico para o mapeamento de uma rede de rodovias rurais com indicações de impedâncias de viagem. O trabalho foi apoiado em tecnologias do geoprocessamento e teve por objetivo a construção de um sistema de informação geográfica para estimar o tempo de traslado da população rural aos serviços de saúde. Dois resultados são destacados: (I) o mapeamento da rede de rodovias rurais e de distintos atributos espaciais a ela relacionados; (II) a integração de informações espaciais com vistas a compor uma síntese impedâncias¹ em rede SIG.

A análise de redes é o processo que possibilita, entre outras coisas, a identificação de caminhos ótimos e de restrições quando se pretende verificar a viagem da população rural até os núcleos urbanos. No presente caso, as impedâncias se referem aos impedimentos ou restrições para a realização de viagens em tempo ótimo por meio de veículos automotores.

1 Em análises de redes geográficas [...], é a medida da resistência imposta ao fluxo na rede. Uma impedância maior indica maior resistência ao movimento. O valor da impedância depende de um número de fatores, tais como a característica do arco [...], o tipo de recurso ao longo do arco na rede e a direção do movimento na rede. Um caminho ótimo numa rede de arcos é aquele que apresenta menor resistência (menor impedância) (Teixeira; Christofoletti, 1997, p. 138).

A região geográfica selecionada para aplicação corresponde a microrregião de Registro (SP), delimitada em unidade administrativa regional proposta pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Sobre essa área, foi construída uma base de dados geográficos em SIG, com informações referentes à malha rodoviária rural, relevo, uso da terra e cobertura vegetal, população e locais de serviços de saúde.

Acessibilidade e mobilidade geográfica

A acessibilidade geográfica implica na capacidade de uma determinada localidade ser alcançada. Isso envolve parâmetros de referência ou de medida que, de alguma maneira, permitem julgar sobre a separação espacial que existe entre dois ou mais pontos (Hansen, 1959, p. 73). Pensando-se em espaços de grande dimensão onde a mobilidade depende da capacidade de rolamento, a acessibilidade depende do sistema de transporte, que deve promover condições para se transpor longas distâncias entre diferentes localidades. Nesse caso, a eficiência está associada a um custo mínimo possível de valor, energia e tempo e a um custo máximo de segurança e conforto. Segundo Ingram (1971, p. 101), acessibilidade está relacionada à habilidade de um sistema de transporte promover, por meio de custos eficientes, a superação da barreira da distância que separa diferentes localidades.

O entendimento da mobilidade e acessibilidade em áreas ruralizadas se faz sobre o trinômio distância-tempo-custo, esta é uma questão que se sobressai em diversos estudos sobre o assunto (Shannon; Bashshur; Metzner, 1969; Thouez; Bodson; Joseph, 1988; Higgs; White, 1997; Nemet; Bailey, 2000; Martin et al., 2002; Brabyn; Barnett, 2004; Arcury et al., 2005). Aqui, o enfoque é para a rede de rodovias rurais como promotora de condições ótimas de viagem, e esse aspecto se reflete na compreensão da mobilidade das populações no campo e, consequentemente, em seu acesso aos serviços de saúde. A importância que os indivíduos atribuem ao custo de viagem pode variar entre o valor monetário e o tempo de espera para atingir um destino, mas essas são decisões subjetivas (Witthuhn, 1979, p. 179). Todavia, quando se trata da saúde humana o usuário do sistema de transporte penaliza mais o tempo de viagem que a distância percorrida (Bosanac; Parkinson; Hall, 1976, p. 617). Nesse caso, a unidade mais representativa para se medir a acessibilidade é o tempo demandado para o acesso aos locais de atendimento. A viabilidade de se transpor grandes distâncias implica numa relação complexa entre a separação espacial da população e os locais que prestam serviços à saúde, subjacente a isso há um forte componente geográfico em ação, expresso na natureza do espaço atravessado, na estrutura montada para o acesso e no(s) meio(s) disponível(is) para o deslocamento (Black et al., 2004, p. 1).

Processo de seleção e organização de dados espaciais

O encaminhamento do método aqui apresentado se deu nas seguintes etapas: coleta de dados, modelagem de dados em SIG, associação de atributos à rede SIG, normalização de dados, análise e avaliação de resultados.

O mapa da rede de rodovias rurais com atributos de impedâncias compõe a base para o desenvolvimento da metodologia e sua elaboração resultou de um processo de digitalização, modelagem de dados, seleção e combinação de camadas temáticas dispostas em uma base SIG (Tabela 1).

Tabela 1

Descrição e análise da base de dados utilizada na pesquisa

base	fonte	processo	softwares^d
rodovias	DNER; DER; ^a Google Earth	digitalização e vetorização de mapas; interpretação visual de mosaico de imagens; tabulação de dados	Google Earth v.5 SPRING 4.2 Terraview 3.4
MDE	SIG-RB ^b	seleção; exportação matricial	ILWIS 3.4
uso da terra e cobertura veget.	SIG-RB	seleção; exportação vetorial	Terraview 3.4
hidrografia	SIG-RB	seleção; exportação vetorial	Terraview 3.4
divisões administrativas	IBGE	download de dados espaciais; tabulação de dados	Terraview 3.4
postos de saúde e hospitais	CNES ^c	digitalização a partir do endereçamento postal e tabulação de dados	Google Earth v.5 Terraview 3.4
habitações rurais	IBGE; imagens Google Earth	digitalização por interpretação visual de mosaico de imagens; tabulação de dados	Google Earth v.5 Terraview 3.4
—	—	análise de rede em SIG	SPRING 4.2 gvSIG 1.10

^a Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Departamento de Estradas de Rodagem.

^b Sistema de Informações Geográficas do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (<http://www.sigrb.com.br/>).

^c Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

^d Processados em computador com núcleo duplo de 1.6GHz de velocidade e 32 bits; 2GB de memória de acesso aleatório e disco rígido de 120 GB.

A rede de rodovias rurais é a base sobre a qual foram associados os atributos de impedância e consiste numa rede de arcos vetoriais organizados em uma estratégia dual, ou seja, numa relação geometria-atributos (vetor-tabela). Sua estrutura original se dá em eixos (arcos) com descrições do tipo de rodovia, das velocidades, do revestimento das pistas e dos perímetros atravessados (rural ou urbano) (Tabela 2).

Tabela 2

Atributos associados à rede rodoviária rural

categorias (atributos)	domínios	classes de atributos
revestimento	pavimentado	asfáltico
		revestimento primário
	não pavimentado	natural composto
		natural
velocidades diretrizes	via expressa	90-110 km
	pista simples	60-80 km
	vicinais	30-50 km
perímetro	—	rural
		urbano

Modelagem de dados da rede rodoviária rural

Originalmente os eixos rodoviários mapeados descrevem apenas os atributos relativos à classe do projeto rodoviário, que por seu turno, indicam as velocidades diretrizes. As imputações de outros atributos e variáveis que caracterizam os distintos perímetros viários se deram por sobreposição de mapas.

As combinações de mapas foram feitas entre camadas poligonais e camadas de linhas, agregando assim os atributos temáticos externos à rede. Esse procedimento resulta no fracionamento dos arcos (vetores) da rede e no aumento do número de registros na tabela de atributos, pois segmenta os arcos nos limites do contato entre as classes temáticas das distintas camadas. De modo a minimizar o fracionamento dos arcos, procedeu-se à simplificação das classes dos mapas temáticos.

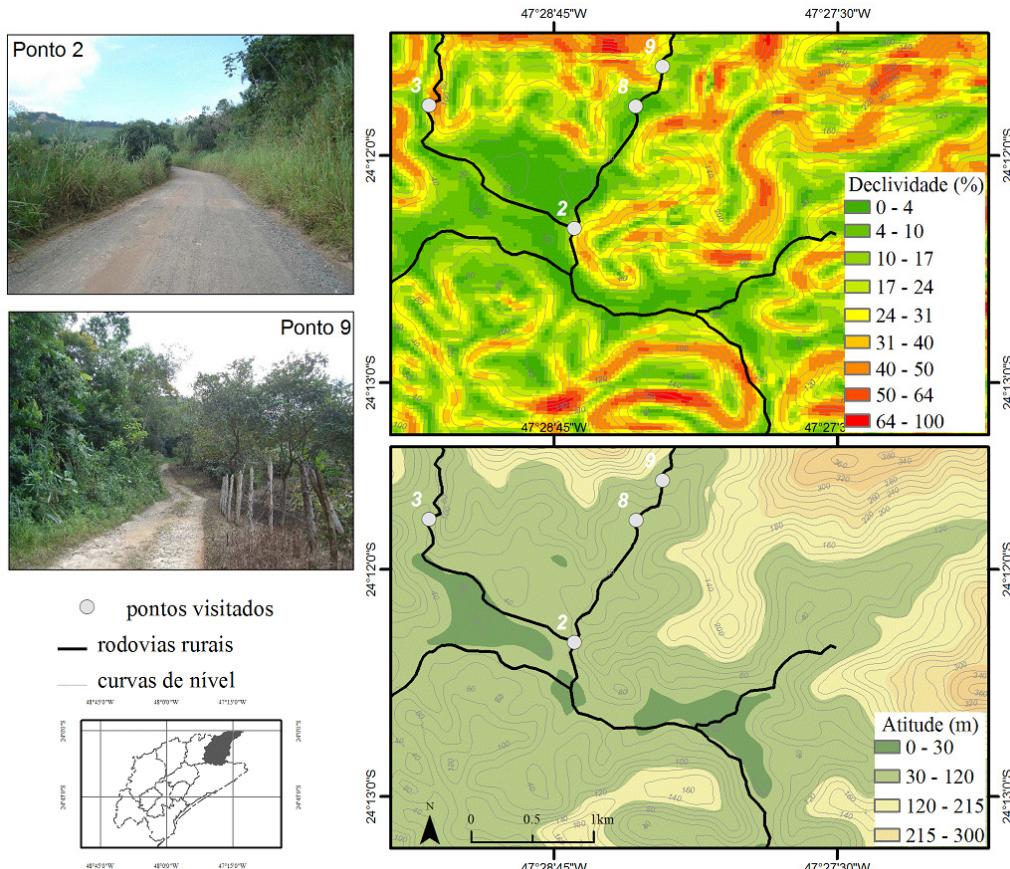
Estas manipulações resultaram na inserção de novas variáveis na tabela de atributos da rede, são elas: classes de declividade dominantes da paisagem, classes com dados da sinuosidade e visibilidade nas estradas. Cada uma dessas variáveis resultaram de um processo de modelagem cartográfica, que é descrito a seguir.

Classificação da rede pela declividade

A definição das classes de declividades se fez por uma investigação geral, estabelecendo uma relação de causalidade entre as declividades mapeadas e as condições de viagem por veículo automotor. As observações em campo indicaram que a declividade é um elemento redutor de velocidade por rolamento, com maior interferência em rodovias vicinais, sobretudo nas mais afastadas dos núcleos urbanos. Nestas condições, os defeitos aumentam nas pistas na forma de buracos e perda de agregados, tendendo a agravar-se em áreas de relevo acidentado e com altas declividades (Figura 1).

Figura 1

Ilustração de dois pontos visitados e representação da declividade e da hiposometria. O ponto 2 mostra uma estrada local com revestimento primário. O ponto 9, uma estrada local com revestimento natural



A definição das classes de declividade adotada na pesquisa se apoiou em orientações técnicas do Manual de Projeto Geométrico de Rodovias Rurais (DNER, 1999, p. 24) e foram adaptadas de acordo com as observações em campo. As declividades foram definidas em três níveis qualitativos, que sintetizam as principais faixas de mudança observada em campo: declividade baixa (de 0 a 7,5%), média (de 7,5 a 13%) e alta (acima de 13%). O procedimento adotado no SIG para fazer essa associação foi considerar apenas aos eixos vetoriais das estradas vicinais e combiná-los com um mapa de declividades modelado em polígonos, agregando os atributos de declividade da paisagem aos segmentos das rodovias.

Associação do atributo sinuosidade

A medida da sinuosidade é feita pela razão entre os comprimentos dos arcos originais da rede e a medida dos mesmos arcos com seus comprimentos simplificados por um limiar previamente definido. Essa metodologia se baseia em procedimento adotado por Bagheri, Benwell e Holt (2005, p. 3), quando propõem um método de medida espacial de acessibilidade aos servi-

ços primários de saúde. A proposição desses autores fora preconizada por Hagget e Chorley (1969, p. 61), que propuseram o cálculo com base em duas variáveis: o comprimento observado da rodovia e o comprimento direto.

Em campo foi observada a relação entre velocidade média praticada por veículo automotor e o índice de sinuosidade indicado para cada segmento de rodovia. No total, percorreu-se 83 km de rodovias segmentadas em 23 partes.

O procedimento se deu em cinco passos: (i) cálculo do comprimento dos arcos; (ii) Simplificação das linhas da rede pela aplicação de limiares de redução o número de pontos intermediários dos arcos vetoriais. No caso adotou-se diferentes limiares segundo a classe de rodovias: arteriais 200 metros; coletoras 150 metros e locais 100 metros; (iii) recálculo do comprimento dos arcos simplificados; (iv) razão entre os comprimentos simplificados e os comprimentos originais. O quociente retorna valores entre 0 e 1, quanto mais distante de 1, mais sinuosa é a pista. Valores igual ou muito próximos de 1 indicam nenhuma sinuosidade. Formalmente, essa relação se faz por:

$$IS = Ct^*/C_o$$

Onde IS é o índice de sinuosidade; Ct^* é o comprimento do arco após a aplicação de um limiar de simplificação de arcos, geralmente definido em metros (*); C_o é o comprimento original do arco; (v) verificação dos resultados e identificação de limites de corte para o fatiamento de classes de sinuosidade. A classificação foi qualificada em nula, baixa, média e alta sinuosidade.

Os cortes foram definidos pela comparação entre as formas dos arcos e valores do índice. O fatiamento das classes, em passos variados (Figura 2, Tabela 3).

Figura 2

Exemplo de aplicação do recurso tunneling, disponível no software ILWIS 3.4 e usado no cálculo do índice de sinuosidade (IS). (a) comprimento original (C_o) 1.718,093 m. (b) resultado da aplicação densify coordinates; (c) comprimento tunneling (C_t) 1.487,31 m. Resultado: IS = 0,8656 (alta sinuosidade)

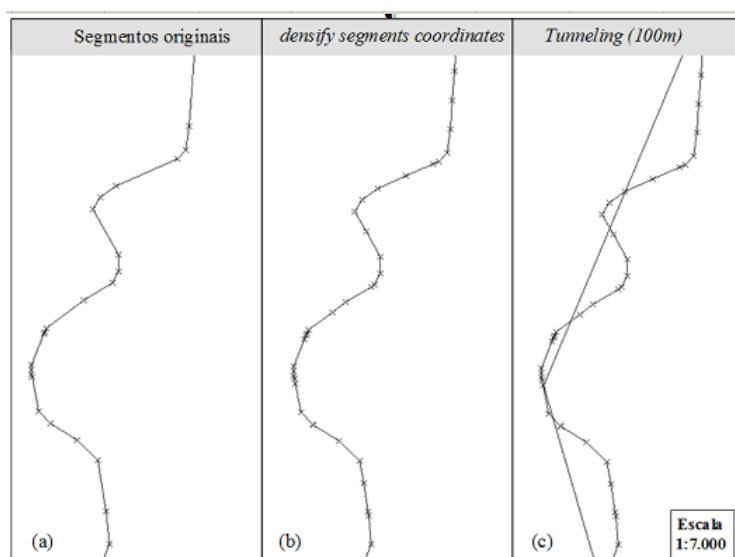


Tabela 3

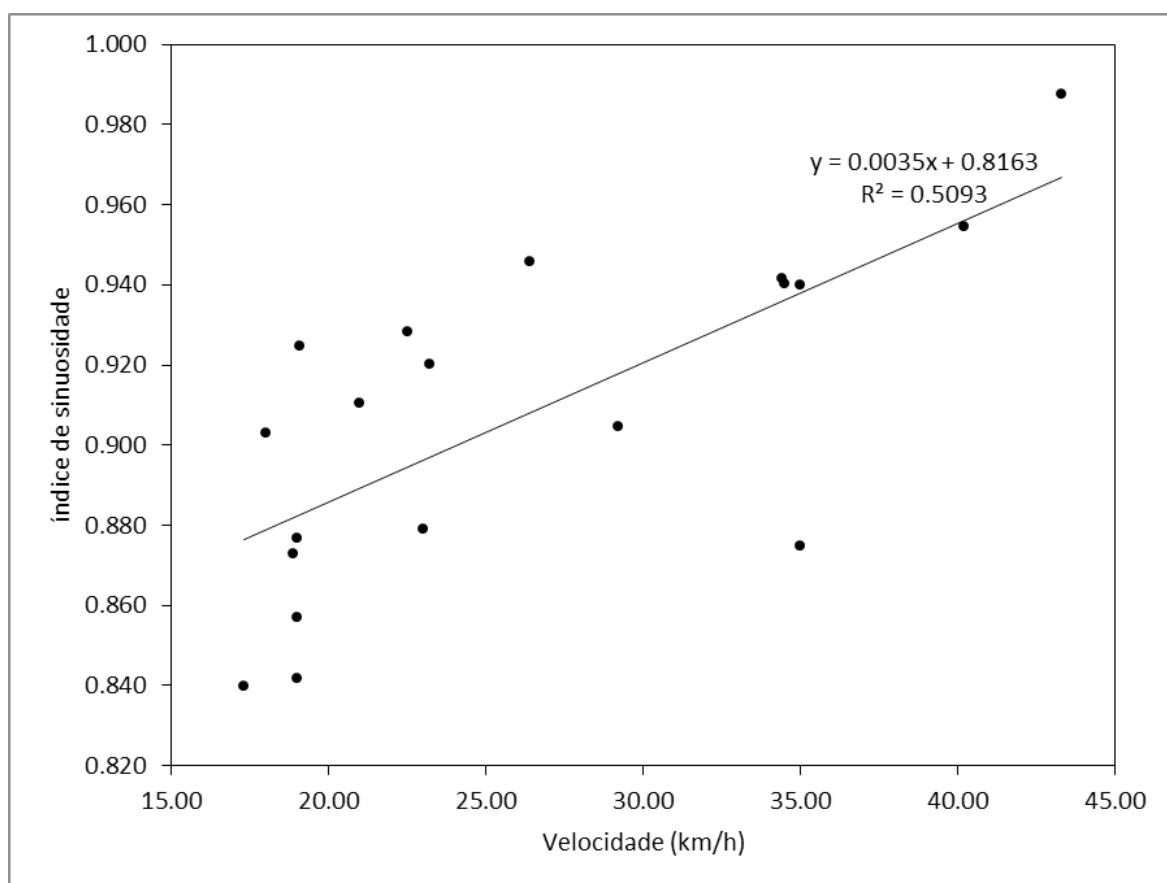
Valores de corte do índice de sinuosidade das rodovias rurais da microrregião de Registro (SP)

classe	índice de sinuosidade	
	mínimo	máximo
nula	0,983	1
baixa	0,950	0,982
média	0,890	0,949
alta	0,820	0,889

A análise das observações em campo sobre a velocidade e o índice de sinuosidade para as rodovias vicinais não pavimentadas mostra um coeficiente de correlação moderado, com proporção de variação (r^2) de 51%, indicando uma tendência ao aumento da velocidade com o aumento do índice, lembrando que o aumento da sinuosidade é inversamente proporcional ao valor índice (Figura 3).

Figura 3

Régressão linear para a relação entre a sinuosidade e velocidades observadas em campo. Coeficiente de correlação igual a 0,713



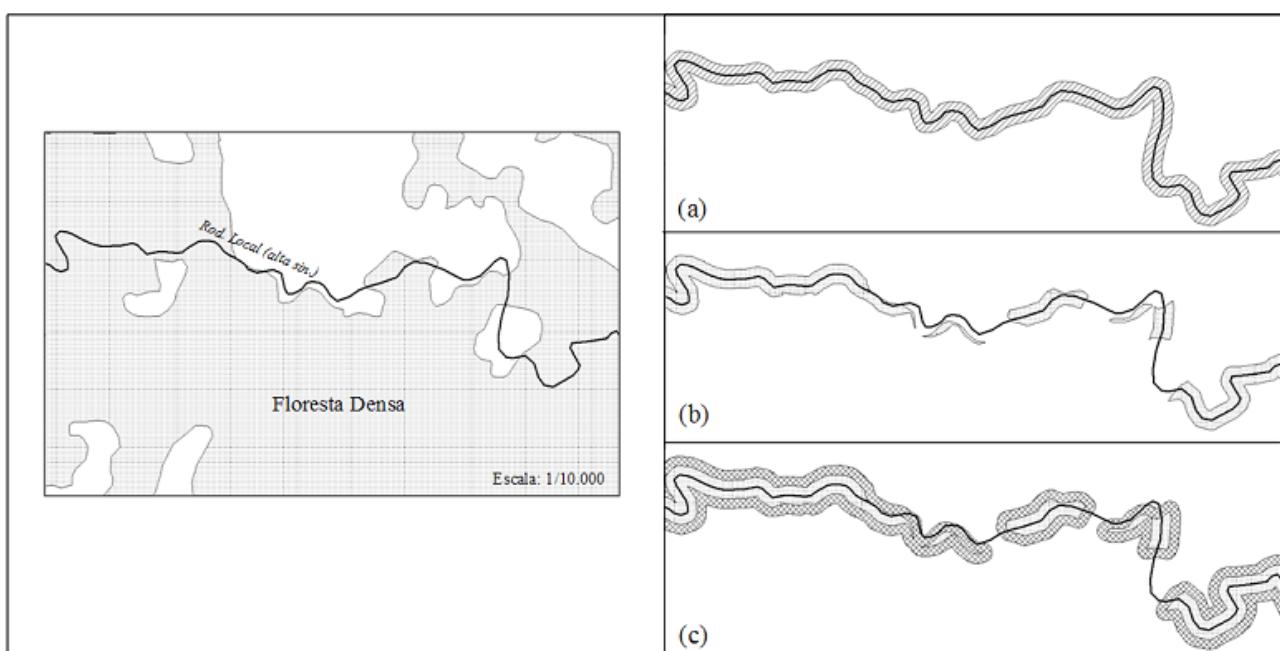
Classificação da rede pela visibilidade

A inserção da variável visibilidade parte da ideia de que as rodovias com alta e média sinuosidade que atravessam superfícies com predomínio de floresta densa, a visibilidade na pista é prejudicada.

O procedimento para a modelagem dessa variável no SIG se fez nos seguintes passos: (i) seleção de arcos classificados como alta e média sinuosidade; (ii) aplicação de buffer de 30 metros a partir dos arcos da classe coletora e de 20 metros a partir da classe local; (iii) intersecção dos polígonos do buffer com o mapa “floresta densa”; (iv) nova aplicação de buffer, partindo do resultado da intersecção para a captura dos arcos rodoviários e classificação dos mesmos (Figura 4).

Figura 4

Exemplo do processo adotado para atribuir classes de visibilidade nos arcos da rede. (a) buffer de 30 metros a partir da rodovia local; (b) resultado da intersecção entre o buffer e camada “floresta densa”; (c) buffer de 30 metros a partir das intersecções para capturar os trechos onde a rede e o polígono gerado se tocam



Os resultados das combinações de mapas e seus respectivos atributos integraram as variáveis selecionadas para a composição da síntese de impedâncias orientadas à medida do tempo de viagem por veículo automotor. O resumo das descrições de cada categoria pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4**Variáveis e atributos de impedância**

categoria	atributo	variação	
declividade	baixa	0 a 7,5%	
	média	7,5 a 13%	
	alta	acima de 13%	
sinuosidade	nula	0,983 ~ 1	
	baixa	0,950 ~ 0,983	
	média	0,890 ~ 0,949	
visibilidade	alta	0,800 ~ 0,889	
	média	—	
	baixa	—	

Definição de impedâncias em rede de rodovias rurais

A construção de uma síntese de impedâncias requer a observação de cada um dos elementos que interferem no desempenho de uma velocidade ótima por rodovias rurais – a velocidade diretriz – a, que é especificada no projeto rodoviário e sobre a qual se estima o tempo médio de viagem. Existem elementos adicionais que agem como fatores de impedância ao movimento, especialmente, nas rodovias vicinais que são as que apresentam maior variabilidade de condições estruturais.

Classificando-se a rede por função e projeto,² pode-se constatar fatores gerais a respeito da velocidade nas rodovias. Cada classe de rodovia está sujeita, em maior ou menor medida, a fatores de impedância de viagem que influem de forma heterogênea nos perímetros das classes de rodovias. A espacialização dos distintos fatores permite a modelagem de um SIG para a inferência das condições de viagem nas estradas. No entanto, o problema está em como integrar as diferentes variáveis, atribuindo a cada uma um peso de importância, e também em como associá-las à rede rodoviária modelada em SIG. Para esse propósito, convém refazer seis considerações acerca das impedâncias aplicadas ao tempo de viagem por rolamento:

(i) as impedâncias funcionam como níveis de impedimento à velocidade ótima. Como cada classe funcional de rodovia define velocidades mínimas e máximas seguras, a impedância se impõe à possibilidade de se desenvolver a melhor velocidade na rede (velocidade máxima);

(ii) existem fatores que agem como impedâncias de viagem nas pistas das rodovias rurais. Essas impedâncias são condições impostas normativamente³ ou são decorrentes de um contexto geográfico (relevo, solo);

(iii) há um grande número de impedâncias, mas a maioria não pode ser inferida com facilidade. No entanto, as características da rede rodoviária, do relevo, da situação geográfica, do uso da terra e da cobertura vegetal são passíveis de mapeamento e dão indícios das restrições à mobilidade por veículo automotor. Com esses elementos, pode-se organizar um banco de dados geográficos, fazer análises espaciais e estimar o tempo médio de viagem;

² A função dá indicações de mobilidade e integração (velocidade e conexões); o projeto oferece indícios de ordem técnica da classe de rodovia (pista simples ou dupla e revestimento) (DNER, 1999).

³ Normas definidas pela legislação, no caso, o Código Brasileiro de Trânsito. Por exemplo, obrigatoriedade de redução da velocidade em perímetro urbano, uso de retornos para conversões e desaceleração em curvas acentuadas, entre outros.

(iv) o tempo ótimo de viagem é aquele em que se viaja na maior velocidade segura possível, a velocidade máxima. A pior tempo é aquele em que se viaja na velocidade mínima por mais tempo;

(v) existe uma proporcionalidade entre velocidade mínima e velocidade máxima, que depende da classe funcional de cada rodovia. As impedâncias identificadas, descritas e quantificadas a partir das classes de atributos associadas às rodovias podem agir sobre a velocidade máxima (melhor tempo) e restringi-la até o limite da velocidade mínima (pior tempo);

(vi) nos SIG, as descrições do comprimento dos arcos vetoriais e das velocidades em cada perímetro dão medidas de tempo de viagem nos mesmos, e esse tempo pode ser ponderado pelas impedâncias presentes em cada segmento.

Com base nessas considerações, procedeu-se à modelagem dos atributos, tendo em vista a determinação de impedâncias de viagem em rede rodoviária rural.

Procedimento para a determinação das impedâncias

Os mapas selecionados para compor as impedâncias de viagem em rodovias rurais são da ordem seis temas: revestimento, sentido da rodovia, perímetro (urbano/rural), declividade, sinuosidade e visibilidade. Cada um desses temas é descrito por classes ou valores. Essas descrições podem ou não estar associadas a um tipo de rodovia e, ainda que se verifique uma associação, isso não significa que haja um fator de fricção em curso. Um atributo pode funcionar como impedância para uma classe de rodovia e não para outra, e sua entrada no sistema se dá de forma direta, pela aplicação de um valor numérico conhecido, por exemplo, em perímetros urbanos reduzem-se as velocidades diretrizes na ordem de 20%. Por outro lado, um atributo pode interferir na velocidade de alguns segmentos, porém, seu valor não é explícito, nesse caso, parte-se de um processo de inferência de valor, por exemplo, em segmentos que atravessam porções do terreno com declividades com média de 10% e baixa visibilidade, a velocidade diretriz é reduzida em cerca de 15%. Com base nessas considerações, as associações das impedâncias no sistema se fizeram em duas maneiras:

(i) por atributos de impedância direta. Nesse caso, os valores de impedâncias são aplicados aos segmentos em perímetro urbano e em trechos de travessia sobre modo flutuante (balsa). Uma impedância não numérica, mas topológica, é aplicada para o sentido da rodovia, em casos de via de mão única.

(ii) por atributos de impedância inferida. São atributos que concorrem isoladamente ou em conjunto para restringir a mobilidade no espaço. Esses fatores são: a declividade, a sinuosidade, a visibilidade e a qualidade do revestimento das pistas.

No primeiro grupo, as relações já conhecidas para a atribuição direta de valor de impedância foram calculadas e normalizadas de modo a representarem à fricção da velocidade. No segundo caso, os valores foram atribuídos a partir de julgamentos sobre a importância de cada atributo na composição das impedâncias de viagem, adotando-se o processo analítico hierárquico (Analytic Hierarchy Process – AHP).

As verificações em campo e apoio da literatura (Oda, 1995, p. 73) nortearam o procedimento AHP para a determinação de impedâncias de viagem. Como os atributos são de distintas naturezas e podem ou não agir de modo combinado para restringir o movimento na rede, a

análise de suas qualidades pela avaliação multicriterial possibilitou a definição de pesos para a composição das impedâncias, definidas em valores e partindo do julgamento sobre a influência de cada atributo no rolamento por veículo automotor em rodovias rurais.

Considerando que para cada classe de rodovia os atributos de impedância refletem de forma diferente, foi necessário aplicar pesos em duas etapas: uma para atribuir valores à classe de rodovias coletoras e uma segunda à de rodovias locais. O resultado da aplicação AHP e das impedâncias de viagem são mostrados na Tabela 5.

Tabela 5

Valores de impedância das classes de atributos das rodovias rurais coletoras e rodovias rurais locais

atributos (classe) rodovias coletoras	impedância de viagem	atributos (classes) rodovias locais	impedância de viagem
sinuosidade baixa	0,075	revestimento primário	0,019
sinuosidade média	0,076	sinuosidade baixa	0,030
visibilidade média	0,108	visibilidade média	0,044
visibilidade baixa	0,137	declividade baixa	0,042
sinuosidade alta	0,274	sinuosidade média	0,065
revestimento primário	0,330	visibilidade baixa	0,093
índice de consistência do AHP	0,076	declividade média	0,096
		sinuosidade alta	0,124
		revestimento composto	0,115
		declividade alta	0,165
		revestimento natural	0,208
		Índice de Consistência do AHP	0,060

Aplicação das impedâncias aos limites de velocidade

As faixas de velocidades mínimas e máximas de cada classe de rodovia indicam os limites de ação da impedância e, como visto anteriormente, a melhor mobilidade é aquela aonde se viaja na maior velocidade segura possível - velocidade máxima. A impedância aplica-se a essa velocidade podendo reduzi-la à velocidade mínima permitida para uma dada classe de rodovia. Assim, o campo de ação da impedância no modelo aqui proposto depende da classe de rodovia e se aplica a uma *faixa de redução de velocidade* calculada a partir da seguinte equação:

$$\text{FRV} = (\text{Vmáx} - \text{Vmín}) / \text{Vmáx}$$

Onde, Vmáx , é a velocidade máxima permitida na classe de rodovia; Vmín , é a velocidade mínima permitida na classe de rodovia; FRV , a faixa de redução de velocidade.

A Tabela 6 mostra a síntese das impedâncias consideradas e aplicadas com a indicação do campo que exemplifica a mudança de velocidade quando aplicada individualmente cada uma das impedâncias.⁴ A Figura 5 mostra essas relações. Lendo o gráfico no sentido horário, cada raio indica o resultado individual de uma impedância no contexto da FRV. Por exemplo, se um veículo passar de uma rodovia local com revestimento natural para uma coletora com revestimento asfáltico, sua velocidade pode aumentar em 35%; e se um veículo passar de uma rodovia arterial para o transporte flutuante, pode haver uma redução em até 85%.

Na prática, se num dado segmento de rodovia as classes de atributos a ele associadas forem rodovia coletora com rev. primário (4), em perímetro urbano (5), com alta sinuosidade (8) e baixa visibilidade (10), a impedância de viagem nesse arco é a soma dessas impedâncias individuais: $0,330 + 0,250 + 0,274 + 0,137 = 0,991$, que corresponde a uma FRV de 0,566,5 ou seja, 39,61 km/h (Tabela 6, Figura 5).

Tabela 6

Síntese das impedâncias aplicadas à velocidade por veículo automotor

classe de rodovia ou transporte	atributo	classe de atributos	velocidade máxima (V_{\max} em km/h)	velocidade mínima (V_{\min} em km/h)	faixa de redução da velocidade (FRV)	impedância (Ip) (0,000 – 1,0)	resultado da aplicação individual das impedâncias (km/h)	
arteriais	sentido	mão única (1)	110	60	0,455	0,150*	102,5	
	perímetro	urbano (2)				0,200	100	
coletoras	revestimento	ASFÁLTICO (3)	70	30	0,571	0,000	70,0	
		rev. primário (4)				0,330	56,8	
coletoras	perímetro	urbano (5)				0,250	60,0	
		baixa (6)				0,075	67,0	
coletoras	sinuosidade	média (7)				0,076	66,9	
		alta (8)				0,274	59,0	
coletoras	visibilidade	média (9)				0,108	65,7	
		baixa (10)				0,137	64,5	
locais	revestimento	primário (11)	50	20	0,600	0,019	49,4	
		nat. composto (12)				0,115	46,5	
		natural (13)				0,208	43,7	
locais	declividade	baixa (14)				0,042	48,7	
		média (15)				0,096	47,1	
locais		alta (16)				0,165	45,1	
		baixa (17)				0,030	49,1	
locais	sinuosidade	média (18)				0,065	48,1	
		alta (19)				0,124	46,3	
locais		alta (20)				0,000	50,0	
		média (21)				0,044	48,7	
locais		baixa (22)				0,093	47,2	
flutuante	tempo de espera	balsa (23)	18	18	0,333	0,249**	16,5	

* impedância da média de 5 km para se encontrar um retorno; ** impedância da média 20 minutos de espera pela travessia

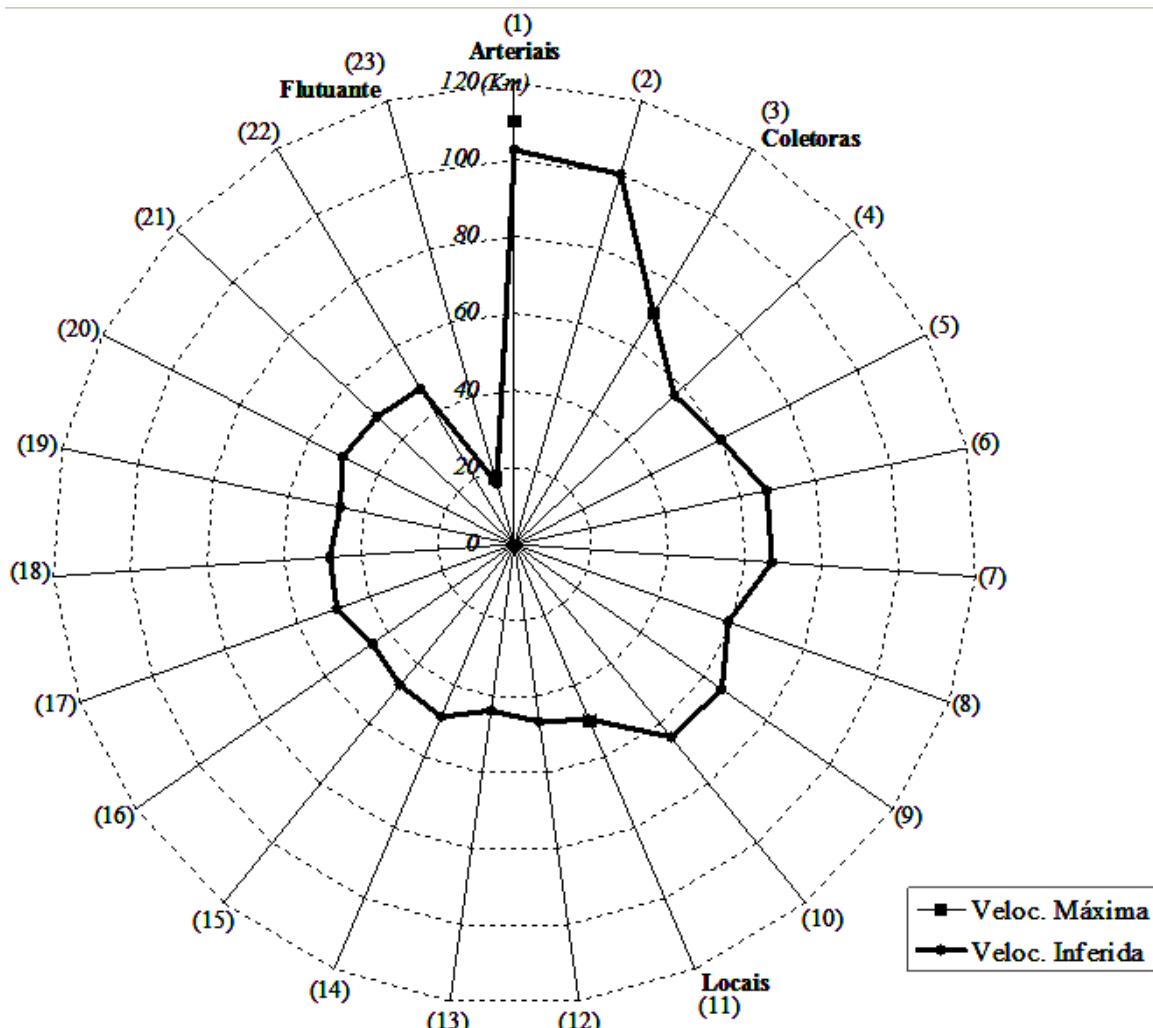
⁴ Ver a última coluna da Tabela 6.

⁵ Produto de 0,991*0,571 (ver FRV das rodovias coletoras, na Tabela 6).

Figura 5

Representação das variações nas velocidades diretrizes com impedâncias por classe de atributo

resultado da aplicação individual das impedâncias (km/h)



A impedância para um arco de rodovia será a somatória de todas as impedâncias que ocorrem para a mesma até o limite 1. Uma rodovia que não sofre nenhuma impedância a somatória é zero. Para um dado arco de rodovia a entrada da impedância de modo a refletir na velocidade diretriz se fará, primeiramente, calculando a proporção dessa impedância sobre a FRV (faixa de redução de velocidade) associada a esse arco, subtraindo-a de 1 e multiplicando pela velocidade máxima. Assim, a medida da velocidade ponderada pelas impedâncias (VP) em um dado segmento i de estrada rural se faz por

$$VP_i = [1 - (\sum p_i * (FRV_i))] * V_{máxi}$$

Onde VP_i corresponde a velocidade ponderada pela impedância no i-ésimo arco da rede; $\sum p_i$ é a soma das impedâncias no i-ésimo arco da rede; $V_{máxi}$ é a velocidade máxima permitida, que depende da classe de rodovias associada ao arco.

A medida do tempo de viagem a partir de uma dada localidade dependerá do alvo, ou seja, da localização geográfica do posto de saúde ou hospital. Como cada arco tem a descrição da velocidade ponderada pela(s) impedância(s) e de seu comprimento, é possível estimar o tempo em minutos e décimos de minutos pela aplicação da seguinte fórmula:

$$TP_i = (\sum (d_i / VP_i)) * 60$$

Onde TP_i é o tempo de viagem para a localidade i ; d_i é a distância dada pelos comprimentos de cada arco que liga a localidade ao posto de atendimento à saúde; VP_i é a velocidade ponderada pela impedância em cada segmento que separa a localidade ao posto de atendimento de interesse ou mais próximo.

Com essas aplicações pode-se, pela base SIG, estimar o tempo de viagem por veículo automotor e identificar caminhos ótimos até os hospitais e postos de saúde, vice-versa.

Considerações finais

A abordagem teórica do conceito de distância e espaço relativo norteou o desenvolvimento e a aplicação da metodologia tendo em vista a montagem de um sistema de informações geográficas voltado para consulta, recuperação e representação de dados sobre o tempo de viagem em rede a serviços de saúde. A metodologia pode ser aplicada a partir de *softwares* com recursos de análise de redes. Destacam-se aqui dois programas gratuitos: Spring e gvSIG, respectivamente disponíveis nos endereços eletrônicos <http://www.dpi.inpe.br/spring/> e <http://www.gvsig.org>.

Este trabalho analisa componentes espaciais e apresenta um modelo destinado a apoiar o planejamento de ações de acesso à saúde. A metodologia aqui apresentada pode ser aplicada e outras abordagens e dá liberdade para adequação ou inserção de novos procedimentos.

A aplicação na microrregião de Registro (SP) indica que, para o atendimento emergencial em menos de 30 minutos, as estradas vicinais são as que apresentam maior variabilidade de condições para o desempenho de uma velocidade e tempo ótimos de viagem (Figuras 6 e 7).

Na região estudada, levanta-se a hipótese de que a distribuição espacial desigual dos serviços de saúde pode se refletir no acesso geográfico dos habitantes rurais, e algumas populações podem estar sendo penalizadas no tempo necessário para o traslado a serviços hospitalares.

Alguns procedimentos adotados na pesquisa requerem maior aprofundamento, e isso dependerá de aplicações a novas regiões. Nesse sentido, destacam-se as classes de declividade utilizadas e as classes de sinuosidade aplicadas à variação da velocidade por rolamento em pistas vicinais. A metodologia para a definição de limiares de corte do índice de sinuosidade requer revisões e verificações em regiões geográfica diferentes, pois os limiares adotados aqui se aplicam à região selecionada para o estudo.

A experiência do campo indicou que, em alguns casos, os cuidados prestados à manutenção das estradas vicinais variam muito, e isso provavelmente tem a ver com a atenção pública de cada município. O mapeamento dessa variável é fundamental para a determinação do tempo de viagem da população rural pela rede viária. Nesse sentido, os melhores resultados

dependem de produtos atualizados de sensoriamento remoto e com alta resolução espacial. Considerando que o encaminhamento metodológico depende fortemente dessa variável, a qualidade da informação sobre as estradas vicinais permitirá compreender melhor as condições estruturais das rodovias, sobretudo as vicinais.

A medida do tempo de viagem pela síntese de atributos é, nesse caso, a melhor aproximação para a composição de valores de impedância nos SIG, pois os *softwares* com recursos de análise de rede disponibilizam um campo numérico único para a atribuição de valores de impedância. Nesse caso, entende-se que o método de integração dos dados e sua tradução em pesos de impedância são procedimentos importantes para a aplicação.

A metodologia para a montagem de um SIG destinado à análise do tempo de viagem da população rural aos postos de saúde e hospitais atende a duas principais aplicações: (i) o apoio ao planejamento do acesso da população rural a postos de atendimento à saúde e (ii) o auxílio a consultas e atendimento de ocorrências emergenciais por parte dos serviços. Para esses fins, considera-se a aplicação de recursos de análise de rede como caminho mínimo, matriz de origens-destinos e área de serviço. Ambas as aplicações poderiam resultar num melhor planejamento das áreas de influência dos centros de saúde na região e na distribuição das prestações de serviços assistenciais.

Figura 6

Mobilidade da população rural pela velocidade: microrregião de Registro/SP
(Ferreira, 2011, p. 163)

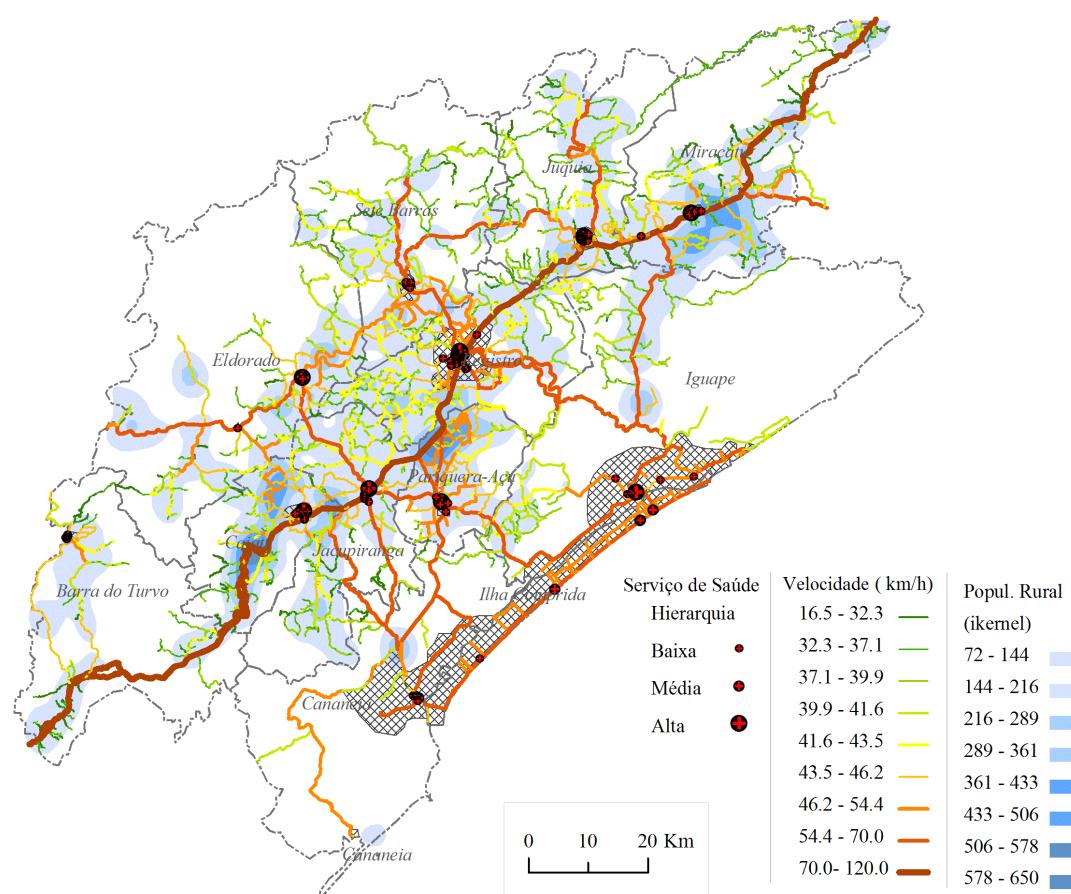
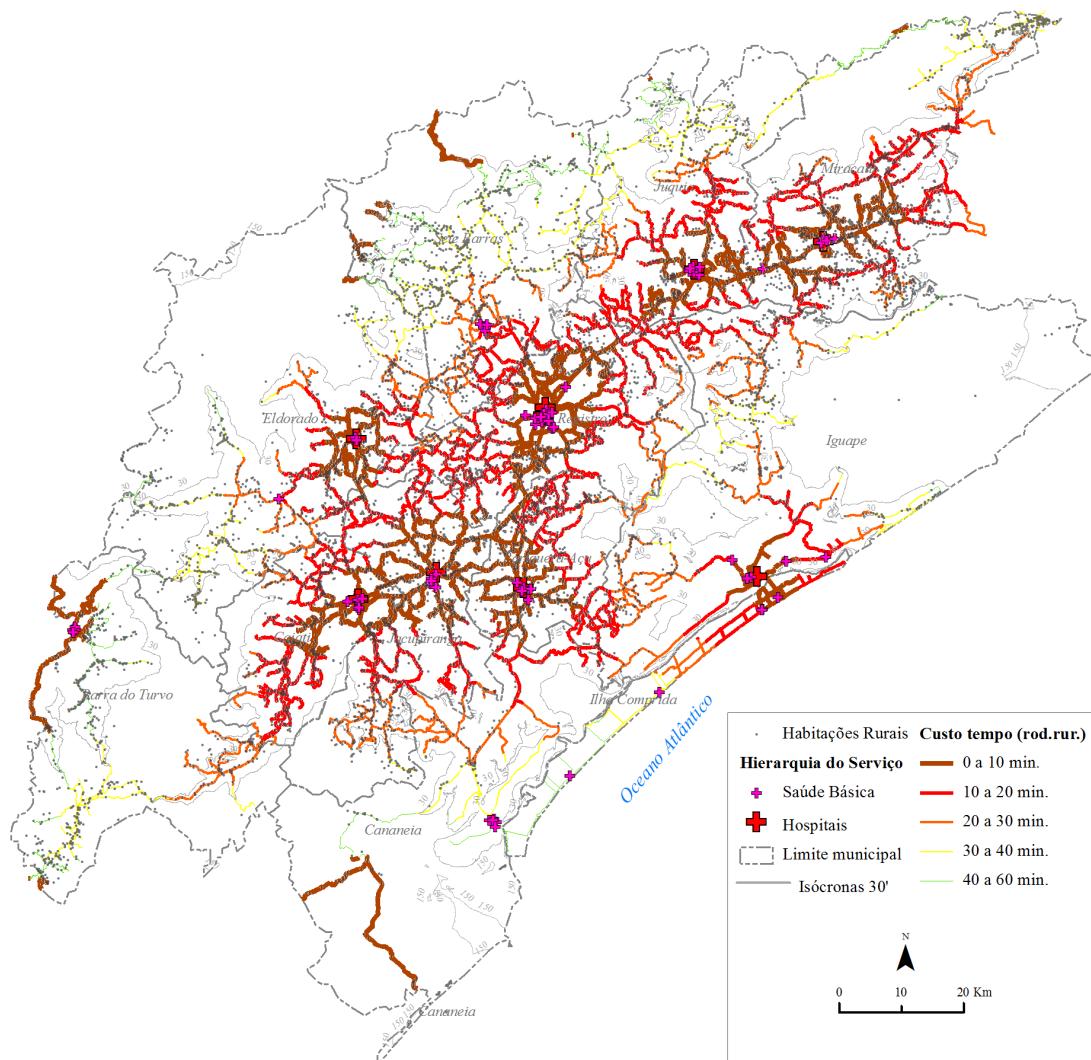


Figura 7

Tempo de viagem aos serviços de saúde na microrregião de Registro/SP (Ferreira, 2011, p. 164)



Referências

- ARCURY, T. A.; PREISSER, J. S.; GESLER, WILBERT M.; POWERS, J. M. Access to Transportation and Health Care Utilization in a Rural Region. *The Journal of Rural Health*, v. 21, n. 1, p. 31-38, 2005.

BAGHERI, N.; BENWELL, G. L.; HOLT, A. Measuring Spatial Accessibility to Primary Health Care. In: ANNUAL COLLOQUIUM OF THE SPATIAL INFORMATION RESEARCH CENTRE UNIVERSITY OF OTAGO, 17., Dunedin, Nova Zelândia, 24-25 nov. 2005.

BENTHAM, G.; HAYNES, R. Health, Personal Mobility and the Use of Health Services in Rural Norfolk. *Journal of Rural Studies*, v. 1, n. 3, p. 231-239, 1985.

BLACK, M.; EBENER, S.; AGUILAR, P.N.; VIDAURRE, M.; EL MORJANI, Z. Using GIS to Measure Physical Accessibility to Health Care. *International Health Users Conference*, Washington DC, 2004.

BOSANAC, E. M.; PARKINSON, R. C.; HALL, D. S. Geographic Access to Hospital Care: A 30-Minute Travel Time Standard. *Medical Care*, v. XIV, n. 7, p. 616-624, 1976.

BRABYN, L.; BARNETT, R. Population Need and Geographical Access to General Practitioners in Rural New Zealand. *The New Zealand Medical Journal*, v. 117, n. 1199, aug. 2004. Disponível em: <<http://www.nzma.org.nz/journal/117-1199/996/>>. Acesso em: 2 fev. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Descentralização da Gestão da Assistência. *Regionalização da assistência à saúde: aprofundando a descentralização com equidade no acesso: Norma Operacional de Assistência à Saúde: NOAS-SUS 01/02*. 2. ed. Brasília, 2002.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM – DNER. Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico. Divisão de Capacitação Tecnológica. Manual de Projeto Geométrico de Rodovias Rurais. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://ipr.dnit.gov.br/manuais/manual_de_projeto_geometrico.pdf>. Acesso em: 9 out. 2010.

FERREIRA, R. V. *Mapeamento de redes em SIG*: proposta de otimização do tempo de viagem da população rural aos serviços de saúde. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-28052012-093407/pt-br.php>>. Acesso: 15 fev. 2013.

HAGGETT, P; CHORLEY, R. *Network Analysis in Geography*. London: Arnold, 1969.

HANSEN, W. G. How Accessibility Shapes Land Use. *Journal of the American Institute of Planners*, v. 25, n. 2, p. 73-76, 1959.

HIGGS, G.; WHITE, D. Changes in Service Provision in Rural Areas. Part I: The Use of GIS in Analyzing Accessibility to Services in Rural Deprivation Research. *Journal of Rural Studies*, v. 13, n. 4, p. 441-450, 1997.

TEIXEIRA, A. L. A.; CHRISTOFOLETTI, A. Sistemas de informação geográfica. *Dicionário Ilustrado*. São Paulo: Hucitec, 1997.

INGRAM, D. R. The Concept of Accessibility: A Search for an Operational Form. *Regional Studies*, v. 5, n. 2, p. 101-107, 1971.

MARTIN, D.; WRIGLEY, H.; BARNETT, S.; RODERICK, P. Increasing the Sophistication of Access Measurement in a Rural Healthcare Study. *Health & Place*, v. 8, p. 3-13, 2002.

NEMET, G. F. O.; BAILEY, A. J. Distance and Health Care Utilization Among the Rural Elderly. *Social Science & Medicine*, v. 50, p. 1197-1208, 2000.

ODA, S. *Caracterização de uma rede municipal de estradas não pavimentadas*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1995.

- SHANNON, G. W.; BASHSHUR, R. L.; METZNER, C. A.: The Concept of Distance as a Factor in Accessibility of Health Care. *Med. Care Rev.*, v. 26, n. 143, 1969.
- THOUEZ, J. M.; BODSON, P; JOSEPH, A. E. Some Methods for Measuring the Geographic Accessibility of Medical Services in Rural Regions. *Medical Care*, v. 26, n. 1, p. 34-44, jan. 1988.
- UNGLERTI, C. V. S.; ROSENBURGI, C. P; JUNQUEIRA, C. B. Acesso aos serviços de saúde: uma abordagem de geografia em saúde pública. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 21, n. 5, out. 1987.
- VICKERMAN, R. W. Accessibility, attraction, and potential: a review of some concepts and their use in determining mobility. *Environment and Planning A*, v. 6, n. 6, p. 675-691, 1974.
- WITTHUHN, B. O. Distance: An Extraordinary Spatial Concept. *Journal of Geography*, v. 78, n. 5, p. 177-181, 1979.

MANAUS + 20: concretizações e perspectivas após 20 anos de construção do Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica (1992-2012)

Edson Soares Fialho

No ano de 1992, na Universidade Estadual de São Paulo – Campus de Rio Claro, foi organizado o I Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica – SBCG, que em 2012 chegou à 10^a edição, na cidade de Manaus. Com a realização do mesmo pela primeira vez, na região norte do país, o SBCG concretizou uma de suas metas iniciais, conseguiu ser atingir todas as regiões do Brasil, tornando-se um evento nacional de fato.

Esse esforço desempenhado por professores e pesquisadores, em muito contribuiu para a formação de novos profissionais interessados pela temática climática e o surgimento de novos laboratórios ligados aos estudos climáticos. E aqui cabe referência ao Laboratório de Climatologia e Biogeografia da USP, que formou grande parte destes novos pesquisadores.

O evento cresceu e com isso novas demandas surgiram ao longo do caminho, com a inserção de temáticas antes não abordadas nos SBCG, como o eixo de clima e ensino: abordagens presentes e perspectivas futuras, que no último simpósio apareceu pela primeira vez com destaque, com a realização de mesa e eixo específico, com 24 trabalhos.

Além desse, os demais eixos foram: II) climatologia: aportes teóricos, metodológicos e técnicos (48 trabalhos); III) eventos extremos e impactos hidrometeorológicos (39 trabalhos); IV) o clima das cidades (57 trabalhos); V) clima e saúde (10 trabalhos) e VI) clima, ambiente e atividades rurais (35 trabalhos) e VII) climatologia e as novas tecnologias (11 trabalhos), totalizando 224 trabalhos, que estão disponíveis no sítio da revista *Geonorte* (2012).

O tema da conferência de abertura do evento foi a Amazônia e sua importância para os climas do mundo, proferida pelo Prof. Dr. Francisco Mendonça.

No último dia do evento, acompanhando a rotina criada desde o IV SBCG, no Rio de Janeiro, a sessão de homenagens foi dedicada à Profª Neyde Gonçalves, que lecionou na Universidade Federal da Bahia e à Profª Leonor Marcon (UEM), falecida em 2012, quando fazia seu pós-doutorado, na Espanha.



Mesa de abertura do X Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, realizado no campus da UFAM, auditório Eulálio Chaves, cidade de Manaus entre os dias 19 e 23 de novembro de 2012.

Quanto à atuação da Abclima, pela primeira vez, como decidido no Simpósio de Fortaleza (2010), foi corresponsável pela organização do evento, juntamente, com a comissão local. Na assembleia final, conduzida pelos representantes da diretoria da Abclima (2010-2012) prestaram contas da gestão. Logo em seguida foi apresentada a única chapa para gestão (2012-2014), eleita pelos associados adimplentes presentes na assembleia, que tem como novo diretor presidente o Prof. Dr. Charlei Aparecido da Silva (UFGD).

Após esse momento, foi colocado em pauta a escolha do local de realização do XI SBCG, que apenas registrou uma candidatura, composta pela Profa. Deise Ely (UEL) e o Prof. Francisco Mendonça (UFPR). Não tendo outra proposta, o XI SBCG será realizado no estado do Paraná em 2014, mas ainda sem local definido, podendo ser em Foz do Iguaçu ou Curitiba.

Por fim, a nova diretoria tem muito a fazer para aperfeiçoar a comunicação da Abclima, com seus associados, a começar pela melhorar o sistema de pagamento da anuidade dos associados, dinamizar a web da Abclima e qualificar ainda mais a revista da associação, bem como sua disseminação na comunidade geográfica.

Referências

GEONORTE, Manaus, v. 1, n. 5, nov. 2012. Edição Especial 2 – Climatologia. Disponível em: <<http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/index.php/edicao-especial-climatologia>>. Acesso em: 23 maio 2014.

Processos extremos na constituição da cidade: da crise à emergência nos espaços mundializados

Fabiana Valdoski Ribeiro

Nos dias 7 e 8 de novembro de 2013, se realizou em Sevilha (Espanha), o congresso internacional intitulado Processos extremos na constituição da cidade: da crise à emergência nos espaços mundializados. Organizado pela Escola de Arquitetura da Universidade de Sevilha e contando com a participação dos pesquisadores do Núcleo de Pesquisas de Urbanização e Mundialização (NAPUrb¹) da Universidade de São Paulo, objetivava refletir sobre os termos da crise urbana e os extremos de um urbano produzido sob a égide do capital.

Em um ambiente multidisciplinar, com a participação de geógrafos, arquitetos, sociólogos e antropólogos e orientados pelas questões que alicerçam o debate nos marcos do projeto NAPUrb, houve a exposição de 13 conferencistas e 12 comunicações. Estas apresentações perpassaram os temas sobre a urbanização e o neoliberalismo, os domínios extremos sobre o espaço urbano, os discursos que sustentam as práticas de expropriação massiva nas cidades, as formas urbanas que representam tais processos, bem como, se abordou as alternativas e as resistências diante das estratégias da produção capitalista do espaço.

Na primeira manhã, Carlos Taipa e Mariano Pérez expuseram os conteúdos dos processos extremos e emergentes, associando o primeiro à generalização do neoliberalismo e o segundo a formas de apropriação e resistência. Quando a dominação do espaço se faz de maneira extrema, observam-se muitas remoções, aparatos de controle, discursos estigmatizantes de grandes contingentes populacionais nas cidades, mas sempre acompanhados de vozes que se levantam contra essas práticas. Após essa conferência, Simone Pecoraco, Carolina Prieto e Natalia Carli trataram de apresentar exemplos de arquiteturas ligadas à crise e ao chamado capitalismo de ficção. Aproximaram-se da crise urbana a partir das cidades fantasmas, das “ilhas” de cidades ideais e das destruições planejadas de muitos loteamentos e edifícios. Por outro lado, apresentava o capitalismo de ficção por meio de paradigmas de cidades, como as extraordinárias formas arquitetônicas de Dubai e o Parque Duisburg-Nord. No entanto, o descontentamento a estes processos se revelam em muitos conflitos com os despossuídos.

1 NAPUrb – urbanização e mundialização: novos processos de produção do espaço urbano é um núcleo de pesquisa coordenado pelos professores Manoel e Cibele Rizek, do Laboratório de Estudo do Ambiente Urbano Contemporâneo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (*campus São Carlos*), e Ana Fani Alessandri Carlos, do Laboratório de Geografia Urbana do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Financiado pelo Programa de Incentivo à Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP, tem por objetivo compreender o papel estratégico do espaço na acumulação dominada pela financeirização.

Em continuação aos trabalhos, foram apresentadas as reflexões de Ana Fani Alessandri Carlos sobre a produção contraditória do espaço e a de Nuria Benach a respeito do discurso neoliberal e vida cotidiana. Carlos expôs os conteúdos de uma urbanização num país periférico, de uma vida na cidade e a tendência à privação dela dada pela lógica do capital. Seguindo um eixo de análise crítica do processo de urbanização, Benach tratou de destrinchar os elementos de um discurso neoliberal que tenta esconder as contínuas expropriações em pleno momento de aplicação de rígidas políticas de austeridade. Ambas as apresentações convergiram para a necessidade de apresentar alternativas, seja na elaboração de um projeto de cidade, seja abrindo fissuras no percurso do questionamento crítico do senso comum hegemonic.

No segundo dia, as realidades do Brasil, da Argentina e da Espanha também estiveram presentes nos núcleos das reflexões desenvolvidas. Iniciou-se com a abordagem de Manoel Alves sobre os espaços públicos e suas transformações culturais e contradições, dando ênfase aos controles simbólicos e a domesticação do cotidiano a partir de uma arquitetura que projeta espaços normatizados. Logo, Julio Arroyo, vai tratar do processo extremo de privatização do patrimônio público na Argentina e como o setor imobiliário está profundamente envolvido, mudando morfologias espaciais e cindindo a vida urbana. A manhã foi finalizada com a apresentação de Alfredo Rubio, que fez uma reflexão acerca do neoliberalismo, mundialização e o território espanhol em tempos de crise.

As duas últimas conferências foram de Cibele Rizek e Manuel Delgado. Rizek desenvolveu argumentos sobre o aprofundamento da desigualdade e das contradições urbanas por meio da análise do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Voltado para os movimentos sociais de moradia, essa linha do programa revela de maneira contundente as margens do Estado, representadas por organizações não governamentais, igrejas etc., bem como a falta de alternativas de ação dos grupos que lutam pelo direito à moradia. Já Delgado, por meio de uma visão da antropologia, fez uma crítica sobre o conceito de espaço público afirmando que ele é usado como uma forma de ideologia para fazer sucumbir a vida urbana.

Além das conferências, houve 12 comunicações que trataram de temas ligados às possibilidades de uma arquitetura e de um urbanismo participativo, os tipos de morfologias e práticas urbanas que estão surgindo como resistência (cooperativas, okupas etc.), as massivas remoções nas cidades dos países periféricos e a permanente luta pelo espaço.

Ao longo do encontro, houve debates proporcionando uma rica interlocução com os conferencistas e o público. Questões sobre projetos arquitetônicos e projetos de cidades, espaço público e espaço privado, Estado e cidadania estiveram em destaque e podem ser vistos nos vídeos editados pelos organizadores do Congresso.

Por um lado, esse Congresso permitiu compreender processos mundializados de precarização da vida dos moradores de cidades através de ações do Estado em prol de uma sistematizada articulação com os setores que fazem do espaço um objeto privilegiado para a acumulação capitalista. Por outro, revela que a resistência e a constante busca de alternativas à crise urbana na qual estamos instalados mundialmente está sempre presente.

Para obter mais informações sobre o Congresso e os artigos dos expositores, acessar a web: <<http://congresoprocesosextremos.com>> (acesso em: 23 maio 2013).